



Serviço Público Federal  
Ministério da Educação  
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

**ANA KARLA FLORES GIMENES**

**A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM MATO**  
**GROSSO DO SUL: análise de enquadramento multimodal**  
**do jornal *Correio do Estado***

Campo Grande - MS  
DEZEMBRO / 2023



Serviço Público Federal  
Ministério da Educação  
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



# **A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM MATO GROSSO DO SUL: análise de enquadramento multimodal do jornal *Correio do Estado***

**ANA KARLA FLORES GIMENES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMS, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Comunicação. Área de concentração: Mídia e Representação Social.

Orientador(a): Prof. Dr(a). Marcos Paula da Silva

**ANA KARLA FLORES GIMENES**

**A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM MATO GROSSO DO SUL: análise de  
enquadramento multimodal do jornal *Correio do Estado***

**Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Comunicação, da  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito para a obtenção do título  
de Mestre em Comunicação. Área de Concentração: Mídia e Representação Social.  
Linha de Pesquisa: Mídia, Identidade e Regionalidade.**

**Campo Grande - MS, 4 de dezembro de 2023.**

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Marcos Paulo da Silva**  
**Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)**

---

**Prof. Dra. Daniela Cristiane Ota**  
**Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)**

---

**Prof. Dra. Tamires Ferreira Coelho**  
**Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)**



Serviço Público Federal  
Ministério da Educação  
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**  
**MESTRADO**

Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas, via web conferência por meio da ferramenta Google Meet, pela Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos membros: Marcos Paulo da Silva (UFMS), Daniela Cristiane Ota (UFMS) e Tamires Ferreira Coelho (UFMT), sob a presidência do primeiro, para julgar o trabalho da aluna: ANA KARLA FLORES GIMENES, CPF 05452247130, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Curso de Mestrado, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, apresentado sob o título "A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM MATO GROSSO DO SUL: análise de enquadramento multimodal do jornal Correio do Estado" e orientação de Marcos Paulo da Silva. O presidente da Banca Examinadora declarou abertos os trabalhos e agradeceu a presença de todas as Membras. A seguir, concedeu a palavra à aluna que expôs sua Dissertação. Terminada a exposição, as senhoras membros da Banca Examinadora iniciaram as arguições. Terminadas as arguições, o presidente da Banca Examinadora fez suas considerações. A seguir, a Banca Examinadora reuniu-se para avaliação, e após, emitiu parecer expresso conforme segue:

**EXAMINADOR**

Dr. Marcos Paulo da Silva (Presidente)

Dra. Daniela Cristiane Ota (Interno)

Dra. Tamires Ferreira Coelho (Externo)

Dra. Katarini Giroldo Miguel (Interno) (Suplente)

**RESULTADO FINAL:** Aprovação ( X ) Aprovação com revisão ( ) Reprovação ( )

**OBSERVAÇÕES:** A banca ressalta a qualidade das análises e indica o trabalho para concorrer a premiações acadêmicas.

Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente declarou a sessão encerrada e agradeceu a todos pela presença.

Assinaturas:

Campo Grande, 4 de dezembro de 2023.

**NOTA  
MÁXIMA  
NO MEC**

**UFMS  
É 10!!!**



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Paulo da Silva, Professor do Magisterio Superior**, em 04/12/2023, às 11:51, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com

fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NOTA  
MÁXIMA  
NO MEC

UFMS  
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Cristiane Ota, Professora do Magistério Superior**, em 04/12/2023, às 12:25, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NOTA  
MÁXIMA  
NO MEC

UFMS  
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **ANA KARLA FLORES GIMENES, Usuário Externo**, em 04/12/2023, às 15:22, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NOTA  
MÁXIMA  
NO MEC

UFMS  
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Tamires Ferreira Coêlho, Usuário Externo**, em 04/12/2023, às 15:43, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufms.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4473821** e o código CRC **BD689818**.

## COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone: (67)3345-7437

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Referência: Processo nº 23104.035078/2023-87

SEI nº 4473821

A pesquisa conta com apoio da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT).

## AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é dedicada a todos aqueles que tornaram possível a sua existência e que o caminho até a conclusão fosse o mais leve possível. Agradeço ao meu orientador por todo conhecimento, toda paciência e apoio que me proporcionou ao longo deste percurso acadêmico. Seu comprometimento e puxões de orelha foram fundamentais para o sucesso deste trabalho.

À minha família com apoio e incentivo inabalável que me permitiram realizar o sonho de me formar e tornaram possível todos os momentos dedicados à academia. Ao meu namorado que fez parte da minha vida em todos os anos de mestrado e proporcionou alívio nos momentos mais desafiadores e por mesmo assim continuar do meu lado. Obrigado por serem porto seguro.

Aos meus amigos que participaram de diversas fases da minha vida acadêmica da graduação ao mestrado. Ao momentos que pudemos compartilhar e que pudemos crescer e amadurecer juntos. Agradeço por cada risada, conselho e apoio, tornando cada desafio mais leve e cada vitória mais significativa.

Ao Ravi. O Sol da minha vida e que foi tão importante nos piores momentos, que pode me trazer alegria e inspiração para continuar a cada dia desde sua chegada, obrigado por ser uma fonte constante de felicidade e motivação.

Este trabalho é dedicado a todos vocês, que de diferentes maneiras contribuíram para a realização deste trabalho. Obrigado por fazerem parte desta jornada.

*Não havia razão para se revoltar, era o destino invariável das coisas humanas.*

Karine Tuil

## RESUMO

Esta dissertação visa desenvolver uma análise das fontes jornalísticas, dos canais de informação, das estratégias retóricas e das características e enquadramento midiático aplicadas pelo jornal *Correio do Estado* na cobertura dos casos de violência contra mulheres em nível regional, em Mato Grosso do Sul, nos anos de 2020 e 2021, para compreender as dinâmicas de poder explícitas e implícitas na construção das notícias em relação às características socioculturais da região. Para o desenvolvimento optou-se pela utilização do modelo de análise de enquadramento multimodal, desenvolvido pelos autores Wozniak, Luck e Wessler (2014), com uma adaptação dos níveis propostos para análises que se fazem necessárias nas especificações desta pesquisa. Como um dos resultados, observa-se uma falta de pesquisas por declarações que não provenham de fontes oficialmente reconhecidas, principalmente devido à predominância do uso de fontes secundárias e oficiais, como as autoridades policiais encarregadas de investigar casos de violência. Fontes primárias, como sobreviventes e familiares das vítimas, são raramente citadas.

**Palavras-chave:** Jornalismo; Mulher; Violência; Correio do Estado; Mato Grosso do Sul.

## ABSTRACT

This dissertation aims to develop an analysis of journalistic sources, information channels, rhetorical strategies, and media framing applied by the newspaper *Correio do Estado* in covering cases of violence against women at the regional level in Mato Grosso do Sul during the years 2020 and 2021. The goal is to comprehend the explicit and implicit power dynamics in constructing news related to the socio-cultural characteristics of the region. For the analysis, the chosen approach is the multimodal framing analysis model developed by authors Wozniak, Luck, and Wessler (2014), with an adaptation of the proposed levels for the specific needs of this research. One of the outcomes observed is a lack of exploration for statements originating from sources not officially recognized, mainly due to the prevalent use of secondary and official sources, such as law enforcement authorities responsible for investigating cases of violence. Primary sources, like survivors and victims' family members, are seldom mentioned.

**Keywords:** Journalism; Woman; Violence; Correio do Estado; Mato Grosso do Sul.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Levantamento de matérias publicadas em 2020 no jornal Correio do Estado.....	97
Tabela 2: Levantamento de matérias publicadas em 2021 no jornal Correio do Estado.....	100
Tabela 3 - Fontes utilizadas nas matérias analisadas do jornal Correio do Estado na categoria temática Ações do Estado.....	126
Tabela 4 - Canais de informação utilizados nas matérias analisadas do jornal Correio do Estado na categoria temática Ações do Estado.....	127
Tabela 5 - Fontes utilizadas nas matérias analisadas do jornal Correio do Estado na categoria temática Dados.....	130
Tabela 6 - Canais de informação utilizados nas matérias analisadas do jornal Correio do Estado na categoria temática Dados.....	131
Tabela 7 - Fontes utilizadas nas matérias analisadas do jornal Correio do Estado na categoria temática Casos.....	134
Tabela 8 - Canais de informação utilizados nas matérias analisadas do jornal Correio do Estado na categoria temática Casos.....	136
Tabela 9: Principais funções de enquadramento presentes no jornal Correio do Estado.....	199

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1: Número de matérias publicadas por categoria temática.....	96
--	----

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fluxograma da análise proposta na presente pesquisa.....	47
Figura 2 - Trecho da matéria “Vereadora é agredida por colega dentro de Secretaria de Obras”. 140	
Figura 3 - Trechos da matéria “Fim de semana com Blitz reduziu ocorrências de roubo, furto e violência doméstica”.....	141
Figura 4 - Trechos da matéria “Em um ano, 400 mil pessoas sofreram violência física, psicológica ou sexual em MS”.....	142
Figura 5 - Trechos da matéria “Índices de criminalidade em Mato Grosso do Sul têm queda em comparação a 2020”.....	143
Figura 6 - Trechos da matéria “Artista plástica foi morta após flagrar ladrão dentro de casa; caso segue em investigação”.....	144
Figura 7 - Trechos da matéria “‘Era uma pessoa muito amada’, diz vizinha de artista plástica vítima de assassinato”.....	144
Figura 8 - Trechos da matéria “‘Papel nenhum mantém agressor longe’, diz irmão de professora morta pelo ex”.....	146
Figura 9 - Trechos da matéria “‘Só de olhar, eu já sabia que era o corpo da minha filha’, diz mãe de jovem encontrada morta”.....	147
Figura 10 - Trechos da matéria “‘Minha filha foi remetida ao lixo’, diz mãe de Eliza Samudio ao ver foto de homem fantasiado em referência ao caso”.....	148
Figura 11 - Trechos da matéria “Vítimas de violência, 77% das mulheres foram mortas dentro de casa, aponta estudo”.....	149
Figura 12 - Trechos da matéria “Violência doméstica: relato de uma mulher que perdeu a guarda dos filhos para seu agressor”.....	150
Figura 13 - Trechos da matéria “Homem que assassinou a mãe está preso na Delegacia da Mulher”.....	151
Figura 14 - Trechos da matéria “Em um mês, 66 vítimas denunciam crimes de stalking em Mato Grosso do Sul”.....	152
Figura 15 - Trechos da matéria “Vizinho acusado de matar a estudante Carla vai a júri no dia 13 de agosto”.....	153
Figura 16 - Trechos da matéria “Jovem sofre tentativa de estupro no diretório estadual do PT”. 154	
Figura 17 - Trechos da matéria “Casa da mulher comemora cinco anos de combate à violência e empoderando lutadoras, como Dona Dalva”.....	155
Figura 18 - Trechos da matéria “Dobra o número de mulheres assassinadas em Campo Grande; pandemia pode agravar casos de violência doméstica”.....	156
Figura 19 - Trechos da matéria “A cada duas horas, uma mulher é agredida em Campo Grande”.....	157
Figura 20 - Trechos da matéria “‘Era uma pessoa muito amada’, diz vizinha de artista plástica vítima de assassinato”.....	158
Figura 21 - Trechos da matéria “Lei Maria da Penha completa 14 anos com cerca 5,3 mil casos de violência denunciados por ano em MS”.....	159

Figura 22 - Trechos da matéria “De acordo com juíza, pedidos de proteção diminuem, mas violência doméstica não”.....	160
Figura 23 - Trechos da matéria “No primeiro dia, Operação Vênus contra a violência doméstica prende três homens e uma mulher em Campo Grande”.....	161
Figura 24 - Trechos da matéria “Thaís Teixeira: legislação não é meramente a punição do a mas proteção da mulher”.....	162
Figura 25 - Trechos da matéria “‘Alma da mulher brasileira foi ferida’, diz Simone sobre caso Mari Ferrer”.....	163
Figura 26 - Trechos da matéria “Mariana Ferrer: advogadas criminalistas analisam o desfecho trágico do caso”.....	163
Figura 27 - Trechos da matéria “Armado com faca, homem faz mulher refém em casa e polícia fecha ruas para negociar rendição”.....	165
Figura 28 - Trechos da matéria “Negociação não avança e Bope invade casa para prender pastor que mantinha mulher refém”.....	166
Figura 29 - Trechos da matéria “Pastor que manteve esposa em cárcere a conheceu em momento de fragilidade, diz vizinho”.....	167
Figura 30 - Trechos da matéria “Pastor manteve esposa em cárcere”.....	168
Figura 31 - Trechos da matéria “‘Eu preciso dela de volta’, diz irmã de Carla, sequestrada na porta de casa em Campo Grande”.....	169
Figura 32 - Trechos da matéria “Sequestrada há três dias, Carla é encontrada morta a 40 metros de casa”.....	170
Figura 33 - Trechos da matéria “Emocionada, mãe de Carla canta no velório da filha ‘Deus cuidará de ti’”.....	170
Figura 34 - Trechos da matéria “Polícia agora investiga relacionamentos de jovem assassinada”.....	172
Figura 35 - Trechos da matéria “Acusado de matar Carla vai ter júri com plateia, primeiro desde o início da pandemia”.....	173
Figura 36 - Trechos da matéria “Assassino de Carla é condenado a 31 anos e 9 meses de prisão”.....	174
Figura 37 - Trechos da matéria “OAB defende afastamento do policial militar que agrediu mulher algemada”.....	176
Figura 38 - Trechos da matéria “‘Fico feliz porque não vai ter mais pessoas para sofrer na mão dele’, relatou mulher espancada por policial militar”.....	178
Figura 39 - Trechos da matéria “Tenente que agrediu mulher algemada é transferido para Campo Grande por ‘inconveniência’”.....	179
Figura 40 - Trechos da matéria “‘Imagens fazem parte de contexto mais amplo’, diz PM sobre mulher agredida”.....	180
Figura 41 - Trechos da matéria “‘Alma da mulher brasileira foi ferida’, diz Simone sobre caso Mari Ferrer”.....	182
Figura 42 - Trechos da matéria “Rose pede urgência em votação de projeto que aumenta pena mínima para feminicídio”.....	183
Figura 43 - Trechos da matéria “Em operação iniciada por Ministério, quase 200 pessoas do Estado foram presas por violência contra mulher”.....	184

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**OAB** – Ordem dos Advogados do Brasil

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**FBSP** – Fórum Brasileiro de Segurança Pública

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**TJMS** – Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul

**PSL-RJ** – Partido Social Liberal do Rio de Janeiro

**SFT** – Supremo Tribunal Federal

**MMFDH** - Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos

**CNJ** - Conselho Nacional de Justiça

**CNM** - Confederação Nacional de Municípios

**EAD** - Educação a Distância

**DEAMs** - Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

**PSDB-AL** - Partido da Social Democracia Brasileira de Alagoas

**REDE - ES** - Rede Sustentabilidade

**ProInfo** - Programa Nacional de Tecnologia Educacional

**PL** - Partido Liberal

**MPF** - Ministério Público Federal

**Imol** - Instituto de Medicina e Odontologia Legal

**TJSC** - Tribunal de Justiça de Santa Catarina

**Sejusp** - Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

**MDH** - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

**MDB-PA** - Movimento Democrático Brasileiro do Pará

**Funsat** - Fundação Social do Trabalho

**Semu** - Subsecretaria Municipal de Políticas para as Mulheres

**SUS** - Sistema Único de Saúde

**Simpse-Empresa** - Sistema de Informação e Monitoramento da Proteção Social Especial

**Nudem** - Núcleo Institucional de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher

**SES** - Secretaria de Estado de Saúde

**Funtrab** - Fundação do Trabalho

**CEDM/MS** - Conselho Estadual de Direitos da Mulher de Mato Grosso do Sul

**SEPPM** - Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulher

**PNS** - Pesquisa Nacional de Saúde

**Semed** - Secretaria Municipal de Educação

**MPMS** - Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

**BOPE** - Batalhão de Operações Policiais Especiais

**DEH** - Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes de Homicídios

**CPA-3** - Comando de Policiamento de Área-3

**PMMS** - Polícia Militar de Mato Grosso do Sul

**Derf** - Delegacia Especializada de Roubos e Furtos

**PT** - Partido dos Trabalhadores

**PSDB** - Partido da Social Democracia Brasileira

**Sudeco** - Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
O recorte empírico: o Correio do Estado.....	25
<b>1. ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA E CRITÉRIOS PARA A ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO MULTIMODAL.....</b>	<b>28</b>
<b>1.1 Quadros primários e enquadramentos da cultura.....</b>	<b>33</b>
1.1.1 Os quadros na perspectiva jornalística.....	38
1.1.2 Enquadramento midiático como uma teoria fraturada.....	42
<b>1.2 Análise de enquadramento multimodal.....</b>	<b>44</b>
<b>1.3 Enquadramentos jornalísticos, valores-notícia e estratégias retóricas.....</b>	<b>48</b>
<b>1.4 Fontes jornalísticas e canais de informação.....</b>	<b>51</b>
1.4.1 Classificação das fontes como categoria de análise.....	61
<b>2. GÊNERO, PATRIARCADO E A REPRESENTAÇÃO DAS VIOLÊNCIAS CONTRA A MULHER.....</b>	<b>64</b>
<b>2.1 A construção dos papéis de gênero e do patriarcado.....</b>	<b>65</b>
<b>2.2 A violência contra mulher no contexto brasileiro.....</b>	<b>70</b>
<b>2.3 O papel da imprensa na representação da violência contra a mulher.....</b>	<b>75</b>
<b>2.4 A violência presente na mídia cotidiana.....</b>	<b>79</b>
<b>2.5 Identidade regional e a violência em Mato Grosso do Sul.....</b>	<b>86</b>
2.5.1 Conflitos históricos e a construção da identidade sul-mato-grossense.....	88
<b>3. A VIOLÊNCIA COTIDIANA CONTRA A MULHER REPRESENTADA NO JORNAL CORREIO DO ESTADO.....</b>	<b>95</b>
<b>3.1 Categorização e descrição.....</b>	<b>95</b>
3.1.1 Ações do Estado.....	103
3.1.2 Dados.....	108
3.1.3 Casos.....	111
3.1.4 Vulneráveis.....	117
3.1.5 Agência.....	118
<b>3.2 Análise de fontes e canais de informação.....</b>	<b>123</b>
3.2.1 Ações do estado.....	124
3.2.2 Dados.....	129
3.2.3 Casos.....	133
<b>3.3 Análise das estratégias retóricas.....</b>	<b>138</b>
3.3.1 Simplificação.....	139
3.3.2 Dramatização.....	145
3.3.3 Personalização.....	151
3.3.4 Consonância.....	164
3.3.5 Amplificação e relevância.....	181
<b>3.4 Análise das funções de enquadramento.....</b>	<b>184</b>
3.4.1 Identificação de Problema.....	185

3.4.2 Diagnóstico de Causas.....	191
3.4.3 Proposição de Solução.....	193
3.4.4 Atribuição de Julgamento Moral.....	197
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>200</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>205</b>

## INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher constitui um flagelo social que afeta a vida em comunidade diariamente no Brasil. Os crimes são vivenciados cotidianamente, seja pela própria experiência de milhares de mulheres ou através da representação midiática que introduz o tema na vida. De acordo com relatório mundial sobre a violência contra a mulher da Organização Mundial de Saúde (OMS), tal fato social se conceitua como qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em danos ou sofrimentos físicos, sexuais ou mentais para as mulheres, inclusive ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária de liberdade, seja em vida pública ou privada (OMS, 2002).

As diversas formas de violência são originadas por uma cultura de dominação masculina e desequilíbrio de gênero. Pode-se dizer que a violência contra a mulher é “incorporada e enraizada no imaginário social coletivo da nossa sociedade, de homens, mas também de mulheres, que legitimam a subordinação do sujeito feminino ao domínio do poder masculino” (SILVA, 2010, *apud* DINIZ, 2014. p. 48).

De acordo com Saffioti (2015), o regime patriarcal se sustenta a partir da organização de uma economia doméstica, do qual as mulheres são vistas como meros objetos de satisfação e prazer. Conforme a autora, mesmo com diversas conquistas das lutas feministas, o patriarcado não teve sua base material destruída e mantém um sistema muito presente, com novas configurações (SAFFIOTI, 2015).

Segundo Thurler (2017), esta modalidade de violência se sustenta em uma realidade social de desigualdade de gênero na qual as mulheres, independente da raça, cor, sexualidade e classe social, estão em uma situação de inferioridade aos homens com variações de grau e nível decorrentes da conjuntura em que estão inseridas. De acordo com a autora, a mídia é um forte fator de contribuição para a sustentação desse cenário.

A gestão da visibilidade midiática tornou-se crucial para a afirmação de legitimidades e demandas e para a produção de capital político. As desigualdades entre os gêneros se espelham na relevância das questões postas pelas mulheres. No caso do feminicídio, a situação limite de suas próprias vidas. O que ganha espaço no debate público e o que é condenado ao silêncio está condicionado, no caso da violência contra a mulher e o feminicídio, à hierarquia entre os sexos, à estratificação entre o público e o privado. (THURLER, 2017, p. 470).

Diante deste cenário, destaca-se um dos maiores marcos referentes aos avanços do Estado brasileiro no que tange a legislação para o combate e punição à violência contra a mulher. A Lei nº 11.340/06, conhecida como “Lei Maria da Penha”, foi a primeira medida específica voltada ao combate à violência contra a mulher no país. A lei, criada em 6 de agosto de 2006, tem como objetivo definir e tipificar as formas de violência de gênero e instituir a criação de serviços de assistência social e de promoção à saúde, à justiça e à segurança pública da mulher.

Após quase dez anos, foi criada outra forma de avanço no combate à violência de gênero: a Lei nº 13.104/2015, que tipifica o feminicídio como conduta criminosa com penas mais altas. De acordo com Lagarde (2008), o termo feminicídio surgiu como uma forma de nominar os assassinatos de mulheres cometidos em razão do gênero. Difere-se do homicídio a fim de dar visibilidade às mortes de mulheres e às particularidades desta violência. A semântica vem do termo “femicídio”, criado em 1976, pela socióloga sul-africana Diana Russell, que encontrou uma necessidade de diferenciar o homicídio de mulheres em razão do gênero. Posteriormente o termo foi adaptado para o espanhol e português como feminicídio para caracterizar os casos na legislação e para denunciar a responsabilidade do Estado na perpetuação dos crimes de femicídio (LAGARDE, 2008).

O tema desta pesquisa foi selecionado visando o quantitativo de casos de violência contra mulher e feminicídios que ocorrem no Brasil e, especificamente, em Mato Grosso do Sul. Segundo o Mapa da Violência Contra a Mulher de 2018, Mato Grosso do Sul estava entre os quatro estados com maiores números de feminicídio notificados no país, atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Bahia. É importante considerar também o aprimoramento dos serviços para o combate à violência contra a mulher como mecanismo para o aumento de notificações de casos. Os altos índices de casos em Campo Grande levaram a Capital a ser o primeiro município do Brasil a ter uma Casa da Mulher Brasileira. A central foi inaugurada em janeiro de 2015, pouco antes da sanção da Lei do Feminicídio, e presta serviços de escuta e acolhimento às mulheres em situação de violência. De acordo com os Ministérios dos Direitos Humanos e da Cidadania, o objetivo do serviço é:

A Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 presta uma escuta e acolhida qualificada às mulheres em situação de violência. O serviço registra e encaminha denúncias de violência contra a mulher aos órgão competentes,

bem como reclamações, sugestões ou elogios sobre o funcionamento dos serviços de atendimento.<sup>1</sup>

Mesmo com os avanços legais para tentar conter a violência contra a mulher no Brasil, ainda é alarmante o quantitativo de casos registrados anualmente. Em uma visão panorâmica, o Atlas da Violência de 2020 aponta que 4.519 mulheres foram assassinadas em 2018, sendo 68% do total vítimas pretas. Segundo o levantamento, em 10 anos os casos de homicídios contra as mulheres tiveram um aumento de 12,4%. Seguindo os números do estudo, é possível dizer que uma mulher é assassinada a cada duas horas no Brasil. Além das lesões corporais cotidianas, outro tipo de violência física que acomete as mulheres brasileiras fortemente é o estupro. Tipificado como crime contra a liberdade sexual pelo Código Penal, a prática criminosa atingiu 50.511 mil mulheres apenas no ano de 2020, conforme dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública organizados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020)<sup>2</sup>.

Em Mato Grosso do Sul, o ano de 2020 teve o registro de 39 casos de feminicídio. O número representa a maior alta desde 2016, primeiro ano completo em que o crime de homicídio contra mulheres em situação de violência doméstica passou a ser contabilizado pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) de forma separada dos outros assassinatos<sup>3</sup>. Em 2021, os casos de feminicídio atingiram 34 casos registrados no Estado.

No que tange estudos em comunicação, a violência é considerada um fenômeno capaz de despertar diversos sentimentos nos enunciatários, como espanto, indignação, incômodo e comoção. Com isso, é comumente utilizado na produção jornalística como um valor-notícia importante (SODRÉ, 2006). A violência corrobora a atenção do público e, com isso, tragédias, crimes e agressões são geralmente alvos de jornalistas para compor uma narrativa diária em seus veículos. Sobre as representações da violência na mídia, Sodré (2006) aponta que a imprensa está colocada no centro das questões sobre o fenômeno, principalmente quando há registros de aumento de algum tipo de violência na sociedade.

Para as finalidades desta dissertação, a pesquisa exploratória na cobertura midiática regional sobre os casos de violência contra as mulheres objetiva analisar as dinâmicas de construção das notícias por intermédio das fontes jornalísticas, do enquadramento e das estratégias retóricas. Busca-se traçar os conceitos, abrangências e aspectos sócio históricos da

---

<sup>1</sup> Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180**. 2015. Disponível em: [Denunciar e buscar ajuda a vítimas de violência contra mulheres \(www.gov.br\)](http://www.gov.br). Acesso em: janeiro/2023

<sup>2</sup> Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf> acesso em 12/11/2022.

<sup>3</sup> Disponível em <http://estatistica.sigo.ms.gov.br/> acesso em 12/11/2022.

violência contra a mulher a fim de desenvolver reflexões acerca dos motivos pelo qual Mato Grosso do Sul possui tamanho número de casos de crimes contra as mulheres.

Para a análise dos casos de violência contra a mulher no veículo *Correio do Estado* será utilizada como base uma adaptação do conceito de enquadramento multimodal utilizado por Rizzotto, Prudencio e Sampaio (2017) e adaptado por Jeronymo (2019). O conceito foi elaborado inicialmente por Wozniak, Luck e Wessler (2014) com o objetivo de estudar as relações entre narrativas e imagens em um grande número de objetos com a padronização da análise.

A análise multimodal engloba as representações visuais e textuais da informação, as narrativas utilizadas e os enquadramentos dos fatos. Na análise narrativa estão os seguintes subníveis: a dramatização, o gênero narrativo e os atores sociais inseridos na notícia. Na análise de enquadramento, os autores (WOZNIAK, LUCK, WESSLER, 2014; RIZZOTTO, PRUDENCIO, SAMPAIO, 2017; JERONYMO, 2019) se baseiam na conceituação clássica de Robert Entman (1993) que sistematiza as funções de enquadramento em: 1) definir um problema; 2) diagnosticar a causa; 3) realizar avaliações morais; e 4) identificar a solução. Entman (1993), em seu artigo *Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm*, considerado um dos textos fundantes do método, classifica o enquadramento como um conceito fraturado, que apresenta uma conceituação dispersa no campo das ciências humanas e sociais. O autor propõe uma definição que envolve as concepções de saliência e seleção. Assim, enquadrar é selecionar aspectos da realidade de um acontecimento e torná-los mais salientes em um texto comunicacional em detrimento de outros aspectos. Segundo o autor,

Os quadros, então, definem problemas - determinam o que um agente causal está fazendo com quais custos e benefícios, geralmente medidos em termo de valores culturais comuns; diagnosticam causas- identificam as forças que criam o problema; fazem julgamentos morais - avaliam agentes causais e seus efeitos; e sugerem soluções - oferecem e justificam tratamentos para os problemas e preveem seus efeitos prováveis (ENTMAN, 1993, p.52, tradução nossa).

Todavia, para além de uma perspectiva técnica do conceito de enquadramento no plano midiático, o sociólogo Erving Goffman (2012) propõe originalmente a noção de “quadros primários”, que possui aproximação teórico-metodológica com os estudos da cultura. A definição de Goffman (2012) parte da tentativa de responder à questão básica sobre “o que está acontecendo?”, geralmente feita pelos indivíduos em diferentes situações cotidianas. De acordo com o autor, “qualquer acontecimento pode ser descrito em termos de um enfoque que inclui um espectro mais amplo ou um espectro estreito e - como questão

relacionada, mas não idêntica - em termos de um enfoque em primeiro plano ou distante” (GOFFMAN, 2012, p. 31). O autor ainda destaca que a visão de uma pessoa sobre um acontecimento difere a partir das atividades atribuídas a cada um/a. Em consequência, “aqueles que trazem perspectivas diferentes para os ‘mesmos’ acontecimentos estão propensos a empregar aberturas e níveis de enfoques diferentes (GOFFMAN, 2012, p.31).

Goffman (2010, p.33) objetiva explicitar esquemas fundamentais de compreensão da sociedade “a fim de compreender os acontecimentos e analisar as vulnerabilidades especiais a que estão sujeitos estes quadros de referência”. Estes esquemas fundamentais são definidos pelo autor como “esquemas primários” e se referem às interpretações que um indivíduo envolve diante de um determinado acontecimento. A concepção de “quadro primário” de Goffman (2010) torna-se, assim, pertinente nesta pesquisa para a compreensão dos quadros técnicos sobre violência contra a mulher mobilizados pelo jornalismo regional. A hipótese de fundo é de que a violência constitui um elemento cultural na vida cotidiana e na identidade sul-mato-grossense adquiridos a partir dos processos históricos vivenciados desde a colonização da região.

Em termos analíticos, Jeronymo (2019) faz uso do modelo de análise multimodal como base de sua pesquisa, porém, além das aplicações nas funções de enquadramento e de representação visual, inclui no modelo a análise das fontes utilizadas pelos meios jornalísticos. Além disso, a autora destaca a importância da identificação dos canais de rotina, dos informais e dos corporativos originalmente sistematizados por Sigal (1974). Ademais,

Outra classificação aplicável às fontes é a divisão proposta por Lage (2005, p. 65-66) entre fontes ‘primárias’ e ‘secundárias’, sendo as primeiras aquelas que fornecem ao jornalista ‘o essencial de uma matéria’, os fatos, versões e números, e as secundárias as que não participam diretamente do fato, mas são consultadas para contextualizá-lo, interpretá-lo e comentá-lo (JERONYMO, 2019, p.67).

Em relação à seleção de fontes a partir da notoriedade e do contato habitual com os jornalistas, Sigal (1974) - em estudo histórico sobre o tema - desenvolveu um levantamento longitudinal baseado em matérias de primeira página dos jornais *The New York Times* e *Washington Post* de 1949 a 1969. A pesquisa mostrou que as fontes de informações dominantes no contexto norte-americano eram governamentais, oriundas de canais de rotina, como conferências e comunicados de imprensa, audiências e eventos oficiais.

Além dos canais de rotina, Sigal (1974, p. 120) elencou outros dois canais pelos quais as informações chegam ao repórter. Os canais informais constituem vazamentos, procedimentos não-governamentais ou reportagens de outras organizações de notícias. Já os

canais corporativos remetem a entrevistas realizadas por iniciativa dos próprios repórteres, eventos espontâneos presenciados, como um incêndio ou desastres naturais, bem como pesquisas em bases de dados e as conclusões e análises dos próprios profissionais a partir da investigação jornalística. No entanto, o canal historicamente utilizado em maioria é o de rotina, superando em aproximadamente 60% os demais canais no caso da pesquisa no contexto dos Estados Unidos. As notícias também podem ter uma combinação de canais. Sigal (1974) faz uma distinção dos canais utilizados entre canais primários e secundários.

Os conteúdos das notícias dependem do que as fontes dizem e quem são as fontes entrevistadas. Mesmo com a intervenção dos(as) jornalistas e da mídia, as informações repassadas por esses atores podem estar munidas de interesse e estratégias para classificar a realidade. De acordo com Sigal (1974), fontes oficiais exploram a imprensa taticamente com objetivo de alcançar resultados na carreira governamental que desejam e de divulgar informações a governos externos a fim de afetar os resultados políticos.

O último nível de análise no modelo de enquadramento multimodal utilizado por Jeronimo (2019) é a identificação das estratégias retóricas contidas nas notícias com base em Kuypers (2009), autor que relaciona o enquadramento à crítica retórica. Esta relação ocorre, de acordo com o teórico norte-americano, pois o enquadramento é um processo retórico voltado à ação de organizar contextos para o público, utilizando-se de elementos informativos e persuasivos. Kuypers (2009) define a ação de enquadrar como o ato de extrair perspectivas de um fato e torná-los mais evidentes do que outros. “Em síntese, o autor afirma que os enquadramentos noticiosos ‘fornecem pistas interpretativas’, constituindo se ‘ideias centrais organizadoras dentro de um relato narrativo de um problema ou evento’” (SILVA, JERONYMO, 2018, p.57).

Nesse sentido, Silva e Jeronimo (2018) fazem uma reflexão acerca da associação do enquadramento noticioso nas práticas jornalísticas com as estratégias retóricas. De acordo com os autores, desde o surgimento do conceito de enquadramento noticioso no século XX, o método de análise se tornou muito utilizado em produtos noticiosos, pois possibilita uma ação conjunta com outras linhas de estudos.

No caso do presente estudo, para a análise das matérias dos casos de violência contra as mulheres no jornalismo regional de Mato Grosso do Sul, considera-se satisfatório o uso de três níveis apresentados pelos autores anteriormente: 1) a análise de enquadramento, com base nos conceitos de Entman (1993) e de Goffman (2007); 2) a análise das estratégias retóricas, como a simplificação, a dramatização, a personalização e a amplificação dos fatos

(TRAQUINA, 2008; SILVA, JERONYMO, 2018); e 3) a análise das fontes e canais de informação, baseando-se em autores como Sigal (1974), Gans (2004) e Silva (2015).

O jornal *Correio do Estado* foi escolhido devido à grande distribuição online em Mato Grosso do Sul, além de ser um dos únicos no Estado que faz uso de múltiplas fontes de informação em praticamente todas as matérias publicadas, pertinente para a construção e análise deste projeto. Além disso, é importante destacar a experiência profissional da autora da pesquisa no jornal, o que pode alterar a visão como jornalista e como mulher na cobertura cotidiana de violências em Mato Grosso do Sul e quanto às especificações editoriais do veículo. A partir da experiência própria, também foi possível identificar as dificuldades e desafios encontrados em uma redação diária, como o número insuficiente de repórteres para cobrir os fatos no jornal online e impresso, o que causa uma queda na qualidade de produção, além das escolhas editoriais impostas ao jornalístico. No entanto, mesmo que o jornal tenha direcionamento que vão de encontro ao oficialismo de vozes e a falta de uma pluralidade de fontes, é importante destacar a tentativa dos repórteres em buscar outros meios de informações, como será visto no capítulo final, como um maior uso de fontes secundárias femininas e a apresentação de alternativas na construção textual para a não revitimização da vítima.

O recorte empírico para análise é o período com maior número de feminicídios em Mato Grosso do Sul desde a criação do termo como lei em 2015. Assim, será tomado como recorte empírico as matérias publicadas em 2020 e 2021, que também abrange um período com inúmeras ocorrências de violência contra mulher, em suas diversas facetas, repercutidas no veículo supracitado, com suas devidas investigações e conclusões a respeito dos crimes. Ao todo, foram identificadas 122 matérias relacionadas à violência contra a mulher, sendo 65 publicadas em 2020 e 57 em 2021, todas nas editoriais de Cidades ou de Política, com textos no formato informativo, isto é, de cunho noticioso (MELO, ASSIS, 2016).

No cenário de crescente violência contra as mulheres, diversos casos passam despercebidos pela sociedade por serem pouco evidenciados. Entretanto, casos de grande repercussão e comoção geral são aqueles que normalmente têm um destaque em notícias. A análise também busca trazer uma reflexão aos jornalistas no que diz respeito à pluralidade de pontos de vista sobre o fato e às consequências de interpretações imprecisas.

A presente dissertação tem como objetivo geral analisar as dinâmicas de construção das notícias dos veículos *Correio do Estado*, quanto aos casos de feminicídio em Mato Grosso do Sul, por intermédio das fontes jornalísticas, do enquadramento e das estratégias retóricas dos meios de comunicação, e uma possível relação com o contexto sócio-cultural do Estado.

Como objetivos específicos foram considerados: traçar conceitos, abrangências e aspectos sócio históricos da violência contra a mulher e o feminicídio no Brasil e em Mato Grosso do Sul; desenvolver reflexões sobre os motivos que fizeram o feminicídio ter tamanho número de casos em 2020 e 2021; para efeito de contextualização, pesquisar documentos e analisar dados estatísticos sobre a violência de gênero e o feminicídio regional; e analisar o enquadramento utilizado, as fontes e as estratégias retóricas nas matérias.

Diante do exposto, o trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro capítulo foi realizada uma revisão teórico-metodológica com a apresentação dos conceitos mobilizados na análise dos veículos. Recorreu-se à utilização de uma análise multimodal com base nos autores Rizzotto, Prudencio e Sampaio (2017). A partir das finalidades da dissertação, buscou-se uma adaptação do método, valendo-se do estudo das fontes jornalísticas, dos canais de informação, das estratégias retóricas e do enquadramento jornalístico. Nesse sentido, desenvolveu-se uma revisão dos diferentes conceitos de fontes no jornalismo com base em autores como Gans (2004), Leal e Carvalho (2015), Lage (2009) e Soley (1992). São destacadas as classificações de Lage (2009) das fontes em “primárias” e “secundárias”, bem como de Soley (1992) em “news makers” e “news shapers”. Da mesma forma, volta-se ao estudo dos canais de informação conceituados por Sigal (1974) e dos critérios de seleção das fontes trabalhados por Traquina (2008) e Silva (2015). Para o segundo nível da análise, abordou-se a relação entre enquadramento noticioso e crítica retórica exposta por Kuypers (2009) e a definição de estratégias retóricas associada aos “valores-notícia de construção” cunhados por Traquina (2008) a partir das reflexões de Silva e Jeronymo (2018). Para melhor compreensão da análise de enquadramento foram conceituados autores como Entman (1993) e Goffman (2012) com a definição de quadros primários.

O segundo capítulo busca conectar violências contra a mulher, o patriarcado e o jornalismo em termos regionais, expondo conceitos fundamentais para compreender a visão da mulher na sociedade e as formas de opressão e dominação. Inicialmente, explora o contexto histórico do patriarcado, os papéis de homens e mulheres, e a naturalização do medo de violência, argumentando que a representação histórica da mulher como inferior perpetua diversas formas de violência, como física, verbal e estupro. O foco recai no debate sobre o patriarcado, suas influências ao longo dos séculos e a compreensão histórica dos homens de que a violência é um direito sobre as mulheres. O capítulo também aborda a violência contra a mulher no Brasil e em Mato Grosso do Sul, apresentando dados de incidência e informações sobre leis e ações civis que resultaram em políticas públicas para punir crimes de gênero.

Destaca-se a influência da mídia nesse contexto e sua participação na perpetuação ou desafio de estereótipos de gênero.

Finalmente, no terceiro capítulo desenvolveu-se a análise propriamente dita das matérias selecionadas no jornal *Correio do Estado*, adotando-se como recorte temporal os anos em que foram registrados altos índices de violência contra a mulher no Estado, 2020 e 2021. Apresenta-se inicialmente uma análise descritiva de todas as matérias coletadas em cada veículo, seguida de um levantamento quantitativo das fontes classificadas em “primárias” e “secundárias” (LAGE, 2009), além das recorrências de gênero identificadas. Complementarmente, foram estudadas as estratégias retóricas da simplificação, da consonância, da personalização, da dramatização, da amplificação e da relevância verificadas nas matérias selecionadas. Por fim, são analisadas as funções de enquadramento, como a identificação de um problema, uma causa, uma proposta de solução e julgamento moral explícito no jornal analisado, além da sua relação com o contexto sócio-cultural do Estado a partir dos quadros primários de Goffman (2012). Entende-se que os três níveis de análise escolhidos - o estudo de fontes e canais de informação complementado pela análise das estratégias retóricas e de enquadramento - mostram-se satisfatórios para se aportar nas conclusões desejadas por este estudo.

### **O recorte empírico: o *Correio do Estado***

O jornal *Correio do Estado* foi fundado em fevereiro de 1954 com o propósito político de apoiar e promover a candidatura de Fernando Corrêa da Costa, da União Democrática Nacional (UDN), para governador do então Estado de Mato Grosso. Seu fundador original, Fernando Corrêa da Costa, era uma figura politicamente contraposta a Filinto Müller, do Partido da Social Democracia (PSD). Assim, desde o início, o jornal foi fortemente orientado politicamente, ligado à UDN, um partido de ênfase conservadora (DAL MORO, 2012). Mesmo após a mudança de propriedade do jornal, quando passou a ser administrado por José Barbosa Rodrigues, a orientação política continuou a ser uma parte fundamental do periódico. Nacionalmente, o jornal apoiou a presença dos militares no poder após os eventos de abril de 1964, descrevendo o ocorrido como "A revolução moralizadora que salvou esse país"; posteriormente, além do alinhamento à ideologia hegemônica favorável ao golpe civil-militar, verificou-se um posicionamento favorável ao governo de exceção (GOIS, 2020).

Em anos posteriores, o *Correio do Estado* também apoiou a divisão de Mato Grosso e a criação de Mato Grosso do Sul (DAL MORO, 2012). O periódico desempenhou um papel ativo na defesa do movimento divisionista. A divisão de Mato Grosso do Sul foi uma questão

política e regional de grande importância na época, envolvendo debates sobre representação política, infraestrutura, economia e desenvolvimento regional. O *Correio do Estado*, alinhado com a posição favorável à divisão, desempenhou um papel na cobertura e na promoção dessas discussões, influenciando a opinião pública e apoiando os argumentos em prol da criação do novo Estado. Essa postura editorial do *Correio do Estado* contribuiu para a mobilização da população e líderes regionais em favor da divisão de Mato Grosso e a subsequente criação de Mato Grosso do Sul como uma unidade federativa autônoma.

Como um dos principais meios de comunicação da região, o *Correio do Estado* desempenhou um papel fundamental na formação das representações do Estado e de Campo Grande durante os movimentos divisionistas, contribuindo, inclusive, para a disseminação de referenciais simbólicos e culturais afeitos à “ideologia da cultura sul-mato-grossense” (RAPOSO, 2018). Essas representações eram variadas e desempenharam um papel crucial na construção da percepção da sociedade sobre a cidade. O jornal não apenas celebrava as virtudes de Campo Grande, mas também se esforçava para combater a ideia de que a cidade era carente de progresso material e cultural, uma noção que alguns veículos de comunicação do litoral brasileiro haviam difundido ao longo de décadas. Isso contribuiu para a criação de uma imagem de "barbárie" associada ao Estado de Mato Grosso antes da divisão. Além disso, o jornal desempenhou um papel de destaque como um ponto de referência no movimento divisionista, influenciando outros atores a se envolverem nesse movimento.

Esse progresso que alguns sujeitos diziam que havia, e que pode ser constatado principalmente em textos de jornais, periódicos e livros, no entanto, não impediu que a região mato-grossense como um todo e a própria cidade de Campo Grande fossem representadas fartamente como um local onde imperava a barbárie. Pensou-se Mato Grosso como um "paraíso do crime" (DAL MORO, 2012, p. 75)

Em atividade ininterrupta desde sua fundação, o jornal tem sido um dos três mais antigos ainda em circulação em Mato Grosso do Sul. Até 2003, pertenceu ao empresário Antonio João Hugo Rodrigues, que desempenhou um papel ativo na política do Estado, tendo sido candidato a deputado estadual pelo Partido Trabalhista Cristão (PTC) em 2018 e a senador pelo PSD em 2014. Em 2003, a propriedade do jornal foi transferida para os atuais administradores, Marcos Fernando Alves Rodrigues, sobrinho de Antônio João, e Ester Figueiredo Gameiro, ex-mulher de Antônio João.

O jornal faz parte do grupo Correio do Estado de Comunicação, que inclui a TV Campo Grande (atualmente denominada SBT-MS, como afiliada ao Sistema Brasileiro de

Televisão), a Rádio Hora, a rádio FM Mega 94, o site de notícias *Correio do Estado* e a Fundação Barbosa Rodrigues. O jornal impresso possui seções fixas, como Política, Economia, Cidades, Esportes, Brasil, Mundo e Correio B. De acordo com o Instituto Verificador de Circulação (IVC, 2021), o jornal possui uma tiragem média de 12 mil exemplares e alcança todas as regiões do Estado.

## **1. ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA E CRITÉRIOS PARA A ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO MULTIMODAL**

O campo do jornalismo tem fomentado um potente debate e o fortalecimento de correntes teóricas em torno de um denominador comum, especialmente a partir da década de 1950: a busca de respostas para o porquê as notícias são como são, como são produzidas, circuladas, recepcionadas e quais efeitos geram. A revisão bibliográfica apresentada neste capítulo mostra-se importante para compreender e estudar a notícia como forma de conhecimento, como discurso institucional da prática profissional do jornalismo e como manifestação sociocultural, conexões sociais que costumam extrapolar o campo da comunicação.

Assim, pesquisas e teorias sobre jornalismo referem-se tanto ao ambiente geral quanto à produção específica dentro das organizações de notícias e, até recentemente, eram voltadas a uma cultura profissional bastante definida. As teorias do jornalismo incluem análises macrossociais e microssociais, às vezes mais focadas na representação, ou seja, resultado final da produção jornalística, às vezes mais focado na prática, o próprio fazer jornalístico.

Nesse cenário, Adelmo Genro Filho (2012) apresenta uma proposta marxista para a prática jornalística e reforça a importância de teoria e prática caminharem sempre juntas. O autor faz reflexões sobre o jornalismo como um produto histórico da sociedade burguesa. Todavia, o caracteriza como um produto em que a potencialidade a ultrapassa e se expressa de uma forma contraditória, pois é constituído como uma nova modalidade social de conhecimento.

Na construção de sua linha narrativa, Genro Filho (2012) destaca criticamente a influência do funcionalismo norte-americano na interpretação de que a sociedade é um organismo tecido por inter-relações entre partes e funções que correspondem a necessidades fundamentais, com foco na reprodução e na estabilidade do sistema social. Após a Primeira Guerra Mundial, tal perspectiva funcionalista nos estudos sociais é consolidada nos Estados Unidos. O autor argumenta que o funcionalismo atribui a uma aura de imparcialidade e objetividade ao jornalismo que torna-se hegemônica tanto nos Estados Unidos quanto na América Latina. Com isso, os meios de comunicação e o jornalismo passam a ser analisados como partes independentes do avanço global das forças produtivas e da luta de classes. Os meios de comunicação são vistos, por conseguinte, como uma função orgânica voltada ao

equilíbrio da sociedade capitalista. É nesse contexto histórico, que surge a primeira escola norte-americana que se preocupou em estudar os meios de comunicação, particularmente, na década de 1930, com Berelson, Lasswell e outros colaboradores.

Complementarmente, segundo Genro Filho (2012), os veículos de imprensa trouxeram consequências profundas para as formas de conhecimento e de comunicação. O jornalismo, considerado pelo autor um dos mais legítimos produtos da relação entre o capitalismo e os meios industriais de difundir informação, é visto com ambiguidade. Pela ótica do Marxismo ortodoxo, trata-se de um instrumento particular da dominação burguesa, de manipulação e alienação; por outro lado, pelo vértice do funcionalismo, constitui um instrumento asséptico voltado a construção de visões meramente descritivas, com a simples divulgação objetiva dos fatos. O autor entende que o funcionalismo indica um caráter socializante entre as necessidades sociais e o desenvolvimentos dos meios de comunicação e do jornalismo. No entanto, semelhantemente à redução à lógica da dominação realizada pelo marxismo ortodoxo, não permite notar a autonomia e a capacidade crítica do jornalismo como forma de conhecimento e suas perspectivas históricas mais amplas.

No interior de outra perspectiva teórica, Miquel Alsina (2009), relaciona a notícia à ideia de representação social da realidade. Este argumento também questiona o discurso funcionalista de que o(a) profissional da comunicação é apenas um(a) transmissor(a) de informações, que reflete a realidade, baseando-se na concepção de objetividade jornalística. De acordo com Alsina (2009), noticiar um acontecimento não é algo que está alheio à construção social de representações da realidade pelos(as) jornalistas. Nesse horizonte, as notícias são produzidas a partir do acontecimento relacionado a elementos externos que permitem que o(a) jornalista reconheça e construa a narração do fato. Compreender a produção da notícia se faz importante tanto para o(a) jornalista como para a sociedade, pois ao expor a complexidade da construção das notícias, permite-se ao leitor(a) uma observação crítica e coerente a respeito do conteúdo jornalístico consumido.

Alsina (2009) argumenta que no processo de produção, o(a) jornalista deve, antes de tudo, reconhecer e selecionar um acontecimento, para depois o transformar em uma notícia a partir de seu tratamento expressivo. Esta ação depende da atribuição de sentido feita pelos(as) agentes do campo jornalístico (BOURDIEU, 1997; SILVA, 2013), que é variável em cada sociedade e em cada cultura. O autor faz uma reflexão sobre as regras de seleção dos acontecimentos jornalísticos com base na listagem clássica de fatores noticiosos elaborada por

de Galtung e Ruge (1980) na década de 1960<sup>4</sup>: frequência; limiar (Desfecho); ausência de ambiguidade; significação (relevância); consonância (expectativa em relação à audiência); imprevisibilidade; continuidade; composição (equilíbrio do noticiário) e valores socioculturais. Esses critérios não são aplicados de forma mecânica, mas fazem-se importantes para compreensão do processo de seleção das notícias. Alsina (2009) destaca ainda que os acontecimentos se tornam notícia a partir de características que serão consideradas tanto pelos(as) produtores(as) quanto pelos(as) consumidores(as) de notícias numa modalidade de contrato simbólico entre esses polos (SILVA, 2010).

Discussões sobre a objetividade jornalística também são pautas latentes entre diversos jornalistas, acadêmicos, pesquisadores e o público. De acordo com Michael Schudson (2010), a ideia de objetividade pode ser utilizada para ocultar a própria ideologia ou o enquadramento que o veículo de imprensa quer passar para a audiência. Historicamente, Schudson (2010) expõe que a objetividade surge em um contexto mais amplo de resposta à irracionalidade das massas com a emergência de projetos totalitários ao longo do século XX. Após a Primeira Guerra Mundial, o valor da sociedade democrática de mercado norte-americano passa a ser radicalmente questionado e exposto, surgindo uma busca pelo ideal de objetividade, ou seja, “declarações consensualmente validadas sobre o mundo, com base numa separação radical entre fatos e valores, passa a se estabelecer” (SCHUDSON, 2010, p. 144) — parâmetro que passa a influenciar toda a concepção de jornalismo no mundo ocidental. Com a força crescente de ditaduras na Europa na década de 1930, a descredibilidade na democracia cresce e a ideia de “confiança” na cultura estadunidense, que até o início do século XX era dominante, passa a prevalecer.

Com a nova configuração da sociedade com o capitalismo do século XX, emerge a concepção de uma sociedade de massa, onde o indivíduo perde sua caracterização e peculiaridade e passa a ser visto como frágil frente às estruturas. Nesse cenário, Schudson (2010) argumenta que com a mudança do conceito de opinião pública, vista como a opinião massiva, remete-se à desconfiança não só da razão como também da capacidade do público em fazer uso desta. Segundo o sociólogo norte-americano, esta desconfiança “tinha a ver com a sensação da classe média de estar cercada pelas massas urbanas e com a inquietação do homem branco anglo-saxão na descoberta de que sua voz não era tão claramente a mais alta

---

<sup>4</sup> Na década de 1960, os dinamarqueses Johan Galtung e Mari Holmboe Ruge elaboraram a primeira sistematização teórica sobre os valores-notícia, com a concepção de que as características desviantes dos acontecimentos delimitam a seleção de notícias. A partir da tentativa dos autores em entender como é que os acontecimentos se transformam em notícias foram desenvolvidos diversos aspectos que compõem a concepção de noticiabilidade (SILVA, 2013).

do mundo” (SCHUDSON, 2010, p. 151). Com a expansão da sociedade política no mundo ocidental, as elites passaram a modificar a percepção da natureza humana e passaram a tentar controlar os novos grupos minoritários à época, como mulheres, negros, moradores de regiões suburbanas e camponeses. Tais grupos eram considerados seres passionais e incapazes de sustentar a racionalidade.

Com o estímulo do público na política e na economia, as massas foram consideradas também consumidoras. Segundo Schudson (2010), para atingir todos(as), empresas e agentes políticos começaram a contratar agentes de relações públicas, para que estes grupos fossem moldados aos interesses dessas instituições de poder. Os jornais agora dependiam das relações públicas para conseguir informações. O que havia sido a principal base para a competição entre os(as) jornalistas — a reportagem exclusiva, a narrativa confidencial, a informação privilegiada, o furo — fora varrido para longe pelas notas e conferências de imprensa. Além das ações das relações públicas, a propaganda no período de guerra também remeteu-se à suspeita dos fatos pelos(as) jornalistas. Muitos(as) estiveram diretamente envolvidos na propaganda na Primeira Guerra Mundial, na qual repórteres escreviam, coletavam e distribuíam informações favoráveis aos esforços de guerra norte-americano. A propaganda de guerra influenciou diretamente no crescimento das relações públicas na década de 1920 e muitas empresas e organizações começaram a desenvolver campanhas publicitárias baseadas nesse modelo dos tempos de guerra.

Em síntese, Schudson (2010) destaca que mesmo com o comprometimento dos(as) jornalistas com a ideia de objetividade, passou-se a reconhecer que a reportagem objetiva era uma “meta inatingível”. A objetividade era vista como um ideal inalcançável devido à própria subjetividade do(a) jornalista. O autor então conclui que os profissionais da imprensa acreditavam na objetividade porque precisavam de um mecanismo de ocultamento das próprias convicções. A objetividade como um ideal era usada como uma camuflagem de poder, mas em um nível mais profundo era uma necessidade de encobrir a decepção, no olhar moderno, de não enxergar nenhuma resposta satisfatória acerca das dúvidas e direções.

No Brasil, segundo Sponholz (2008), os estudos que buscam compreender os diferentes significados do conceito de objetividade ainda são raros. A autora expõe que, como existe uma lacuna de pesquisas empíricas no país, a objetividade passou a ser associada com o modelo de texto no formato da pirâmide invertida. Consequentemente, com a construção histórica do conceito, as questões epistemológicas foram substituídas por procedimentos técnicos utilizados na redação jornalística. Assim, a objetividade tornou-se no Brasil um sinônimo de “texto compreensível”.

O jornalismo brasileiro adotou parcialmente o modelo americano com adoção de técnicas tais como o formato de texto da pirâmide invertida. No entanto, essa técnica foi desterritorializada, ou seja, arrancada de um determinado ambiente social e introduzida em um outro. Desse processo surgiu um jornalismo híbrido, no qual o modelo original adquiriu em parte um outro significado e, ao mesmo tempo, perdeu parcialmente suas características originais (SPONHOLZ, 2008, p. 74).

A partir de um levantamento realizado com repórteres das editorias de política, local/cidades e economia dos jornais *Gazeta do Povo*, *Zero Hora*, *Correio Braziliense*, *O Estado de Minas*, *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Globo*, Sponholz (2008) pôde constatar que a ideia mais frequente de objetividade entre os(as) jornalistas brasileiros(as) é a neutralidade, no interior da qual 16% das declarações relacionam o conceito com o ato de não tomar partido, não expor a própria opinião ou não dizer o que pensam. Segundo a pesquisa, apenas 3% das afirmações fizeram ligação da objetividade com a correlação das notícias com a realidade, com ideias de aproximar o relato o máximo possível da empiria factual. “Ou seja, objetividade não é retratada diretamente como um problema da correlação entre a realidade midiática e a social, entre o que foi noticiado e o que aconteceu” (SPONHOLZ, 2008, p.72).

Nesse horizonte, Sponholz (2008) considera que o conceito de objetividade criou o sentido de necessidade para uma qualidade comunicativa maior no Brasil, com textos jornalísticos que não possuem formas alternativas de estabelecer correlações entre a realidade que o jornalista observa e a que produz. Outra questão relevante que a autora evidencia é a luta para estabilizar o jornalismo brasileiro como comunicação de massa, já que a imprensa alcança apenas uma parcela da sociedade, por conta do preço e do grau de alfabetização. Levando isso em consideração, de acordo com Sponholz (2008, p.75), a ideia de objetividade passa a ter uma função ambivalente e pode tanto promover integração, “no sentido de que até mesmo um semi-analfabeto possa receber e processar as informações”, quanto exclusão “quando certos temas deixam de ser tratados, porque o homem comum supostamente não teria condições de entendê-los”.

Contudo, a noção de simplificação inerente ao jornalismo, que visa integrar diferentes atores sociais no mercado de informação, apresentando aspectos relevantes da realidade de forma compreensível, pode ser interpretada de maneiras distintas, levando a resultados opostos ao diálogo desejado. Sponholz (2008) exemplifica que isso pode acontecer quando temas "complexos" são ignorados em vez de serem explicados de forma mais acessível. Como resultado, o público é excluído do processo de formação de opinião por não ter condições de

participar na perspectiva jornalística, evidenciando a visão elitista dos jornalistas em relação ao seu público, disfarçada sob a etiqueta de "objetividade".

Nesse cenário, a concepção de objetividade situa-se como noção-chave para a compreensão da lógica de construção de enquadramentos pelo jornalismo — afinal, é a partir da crítica à noção de imparcialidade jornalística que emerge essa modalidade de abordagem na segunda metade do século XX. Não por acaso, as próximas reflexões teórico-metodológicas tratadas neste capítulo não fogem a esse contexto. Visa-se apresentar o conceito de enquadramento jornalístico (*framing*) sob algumas das diversas óticas que têm sido estudadas desde a década de 1970. Da mesma forma, busca-se apresentar os enfoques que irão fundamentar a análise empírica da pesquisa sobre a cobertura noticiosa dos casos de violência contra a mulher em um dos principais veículos jornalísticos regionais de Mato Grosso do Sul: o *Correio do Estado*. Para isso, serão utilizados autores de referência, como Erving Goffman (2012), Todd Gitlin (2003), Robert Entman (1993), Mauro Porto (2002) e Carlos Carvalho (2009) para a conceitualização sobre enquadramento midiático a partir da relação entre quadros primários (no plano da cultura) e quadros técnicos (no interior do campo jornalístico).

Além disso, será abordada a relação entre enquadramento noticioso e crítica retórica exposta por Kuypers (2009) e a definição de estratégias retóricas associada aos chamados “valores-notícia de construção” (TRAQUINA, 2008) a partir das reflexões de Silva e Jeronimo (2018). Como forma de subsidiar a análise empírica, recorre-se também a uma reflexão sobre a aplicabilidade da análise de enquadramento multimodal com base nos autores Wozniak, Luck e Wessler (2014) e Rizzotto, Prudêncio e Sampaio (2017), método trabalhado por Jeronimo (2019) no caso da relação entre enquadramento e gênero.

A partir das finalidades específicas desta pesquisa, busca-se uma adaptação do método, valendo-se do estudo das fontes jornalísticas, dos canais informativos e das estratégias retóricas. Nesse sentido, será desenvolvida uma revisão de diferentes abordagens conceituais sobre fontes no jornalismo com base em autores como Gans (2004), Lage (2009), Leal e Carvalho (2015) e Soley (1992).

### **1.1 Quadros primários e enquadramentos da cultura**

Os estudos de enquadramento têm proporcionado análises essenciais para a compreensão do fazer jornalístico e do processo de significação das notícias (ENTMAN, 1993; GITLIN, 2003; PORTO, 2002). Antes de ser apropriada e aperfeiçoada pelo campo da

comunicação midiática, a concepção de *framing* constituiu-se ferramenta teórico-metodológica de pesquisadores das áreas da psicologia, da antropologia, da sociologia, da semiótica, da política e da análise do discurso. Para compreender questões da comunicação no processo psicoterápico, por exemplo, Gregory Bateson (2000) propôs originalmente nos anos 1980 o conceito de enquadramento. Como argumentam Mendonça e Simões (2012), os estudos do autor tinham como objetivo explicar a interação entre a esquizofrenia e “como as interações ancoram-se em quadros de sentido que moldam as interpretações e ações dos atores envolvidos” (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p.188).

Outra contribuição importante para o desenvolvimento do conceito vem do sociólogo Erving Goffman (2012) nos anos 1970. Para além de uma perspectiva técnica do enquadramento, o autor propõe a noção de “quadros primários”, numa aproximação teórico-metodológica do enquadramento com os estudos da cultura. A definição de Goffman (2012) parte da tentativa de responder ao questionamento padrão sobre “o que está acontecendo”, geralmente feito pelos indivíduos nas mais diferentes situações cotidianas. De acordo com Goffman (2012, p. 31) , “qualquer acontecimento pode ser descrito em termos de um enfoque que inclui um espectro mais amplo ou um espectro estreito e — como questão relacionada, mas não idêntica — em termos de um enfoque em primeiro plano ou distante”.

Goffman (2012) argumenta que a visão de uma pessoa sobre um determinado acontecimento difere a partir das atividades atribuídas a cada ator social, já que cada indivíduo possui interesses e motivações distintas a partir de um acontecimento único. Em consequência, “aqueles que trazem perspectivas diferentes para os ‘mesmos’ acontecimentos estão propensos a empregar aberturas e níveis de enfoques diferentes” (GOFFMAN, 2012, p.31). Nesse sentido, o autor destaca que em grande parte dos acontecimentos há muitas ações ocorrendo simultaneamente, e quando pergunta-se “o que está acontecendo aqui?”, possibilita-se uma abertura para um recorte específico da ocorrência. Deste modo, uma mesma ocasião pode proporcionar uma variedade de sentidos e diferentes juízos de valor dos indivíduos participativos na ação ocorrida.

Assim como Bateson (2000), o sociólogo utiliza o termo “quadro” como princípio organizador que define e governa uma situação e seus respectivos envolvimentos subjetivos (MENDONÇA; SIMÕES, 2012). Em sua pesquisa, Goffman (2012, p. 33) objetiva isolar esquemas fundamentais de compreensão da sociedade, “a fim de compreender os acontecimentos e analisar as vulnerabilidades especiais a que estão sujeitos estes quadros de referência”. Estes esquemas fundamentais são definidos pelo autor como “esquemas

primários” e se referem às interpretações que um indivíduo lança mão diante de um determinado acontecimento.

Digo primário porque a aplicação desse esquema ou perspectiva é considerada, por aqueles que a aplicam, como não dependendo de — nem retornando a — alguma interpretação anterior ou ‘original’; de fato, um esquema primário é aquele que se pensa que converte em algo significativo aquilo que de outro modo seria um aspecto da cena desprovido de significação (GOFFMAN, 2012, p.45).

Os esquemas primários, então, permitem ao usuário localizar, perceber, identificar e etiquetar uma quantidade infinita de acontecimentos, seja em um grau de organização mais elevado ou como uma perspectiva da ação. Goffman (2012, p. 45) distingue duas grandes classes de esquemas primários: os naturais e os sociais. Os naturais são aqueles que identificam as ocorrências consideradas “não dirigidas” e “puramente física”, encontradas também nas ciências físicas e biológicas, como por exemplo na apresentação de um boletim meteorológico. Já os esquemas sociais possuem uma compreensão mais profunda, incorporados na vontade, no objetivo e no esforço do indivíduo ou, como define o autor, no “agente vivo”. Assim, os feitos deste agente podem ser descritos como “ações guiadas”, que seguem padrões sociais com base em concepções culturais prévias, como a honestidade, a eficiência, a economia, a segurança, a elegância, o tato, entre outras. Ou seja, nos esquemas sociais não são envolvidos apenas acontecimentos, mas também ações guiadas por agentes.

As ações guiadas parecem, portanto, permitir dois tipos de compreensão. Um, mais ou menos comum a todas as ações, diz respeito à manifesta manipulação do mundo natural de acordo com os condicionamentos especiais impostos pelas ocorrências naturais; o outro tipo de compreensão diz respeito aos mundos especiais nos quais o ator pode ver-se envolvido, mundos que, sem dúvida, variam consideravelmente (GOFFMAN, 2012, p. 47-48).

Os quadros primários definidos por Goffman (2012), tanto naturais quanto sociais, afetam um número maior de pessoas do que apenas os envolvidos em uma atividade, pois mesmo aqueles que se limitam a observar o acontecimento também estão profundamente envolvidos. Assim, a resposta para a pergunta sobre “o que está acontecendo”, definida pelo autor como ponto de partida para a compreensão dos enquadramentos, remete aos chamados “esquemas primários”. “Tendemos, portanto, a perceber os acontecimentos em termos de esquemas primários e o tipo de esquema que utilizamos proporciona uma maneira de descrever o acontecimento ao qual ele é aplicado” (GOFFMAN, 2012, p.49).

De acordo com Goffman (2012), os enquadramentos não somente são capazes de organizar os sentidos de um acontecimento para um indivíduo, com possibilidade de ser mais ou menos exato ou enganoso, como também pode mobilizar o próprio envolvimento com a ocorrência. O autor destaca que no decorrer dos acontecimentos “os participantes normalmente não só adquirirão um sentido do que está ocorrendo, mas também ficarão (em certo grau) espontaneamente absorvidos, cativados, fascinados” (GOFFMAN, 2012, p. 424). Nesse horizonte, os quadros apresentam diferenças no envolvimento prescrito aos participantes, implicando expectativas no grau de intensidade pelo qual os indivíduos serão envolvidos nos acontecimentos.

Complementarmente, Goffman (2012) reflete que os quadros mobilizados pelos indivíduos em uma determinada atividade proporcionam sua capacidade para informar e regular o desenvolvimento da ação em questão. No entanto, é possível que ocorram rupturas nestes quadros a partir de uma ocorrência que não pode ser ignorada ou aplicada em um enquadre, o que é passível de gerar perplexidade nos participantes envolvidos na ação. O autor vale-se de ocorrências corriqueiras no cotidiano para mostrar o processo:

É evidente que o corpo humano é uma daquelas coisas que podem perturbar a organização da atividade e romper o quadro, como quando um indivíduo aparece com roupa desabotoada ou inadequada, ou quando um convidado escorrega num tapete, ou uma criança derruba um vaso (GOFFMAN, 2012, p. 426-427).

Goffman (2012) identifica argumentos que não considera plenamente convincentes, a exemplo da compreensão de que quando um indivíduo rompe com um quadro durante o processo interpretativo, passa-se a adotar um esquema radicalmente diferente com o abandono do comportamento previsto no interior do esquema primário. Reconhece-se nesta pesquisa que o conceito de quadro primário de Goffman (2012) mostra-se construtivo para o entendimento dos enquadramentos jornalísticos mobilizados pelo jornalismo sul-mato-grossense na cobertura de temas relacionados à violência contra a mulher. Afinal, parte-se do pressuposto — como será visto no próximo capítulo — de que tanto a violência, em sentido mais amplo, quanto o sexismo e o machismo, constituem padrões culturais historicamente enraizados no recorte espacial no qual a pesquisa se situa.

Nesse ínterim, a partir da perspectiva dos quadros primários de Goffman (2012), o pesquisador Carlos Carvalho (2009) argumenta que diversos estudos a respeito do conceito de enquadramento têm se restringido a noções tecnicistas e mecânicas. Apresentando uma crítica ao tema, o autor argumenta que o enquadramento frequentemente é tratado como “uma noção

operatória com vistas à sua aplicabilidade em termos de técnica de redação noticiosa” (CARVALHO, 2009, p.2). Com base na revisão da leitura de outros autores a respeito do enquadramento jornalístico, Carvalho (2009) considera o jornalismo como um agente em constante interação com os demais atores sociais. O autor explicita que a primeira apropriação do termo foi apresentado pela pesquisadora Gaye Tuchman (1978), a qual compreendia a produção de significado como inserida diretamente às atividades de homens e mulheres, produzidas e reproduzidas em suas organizações, instituições e profissões atribuídas. Sob a visão de Tuchman (1978), o enquadramento fica restrito a evidenciar as limitações intrínsecas ao contexto de produção da notícia em que o(a) agente produtor(a) está inserido(a). Assim, o(a) jornalista poderia selecionar e construir uma notícia de forma rápida e rotineira, em que o enquadramento seria um ato operacional dos valores-notícia que são perpassados no ambiente de trabalho.

Para Carvalho (2009), o(a) jornalista ao exercer sua profissão, leva em consideração os mais diversos indivíduos que estão envolvidos no processo de construção das notícias, interpretando e correlacionando a partir do contexto em que estão inseridos. O pesquisador ainda argumenta que mesmo que as ações do jornalismo se relacionem com procedimentos técnicos comuns em todas as organizações noticiosas (seleção, construção, edição, hierarquização, circulação, etc.), a produção noticiosa não deve ser reduzida a um conjunto de técnicas que resultam em uma narrativa noticiosa estanque. Ao enquadrar, os(as) jornalistas não apenas salientam aspectos relevantes para interpretação do acontecimento, mas segundo Carvalho (2009, p.4), “os enquadramentos revelam as peculiaridades de cada veículo noticioso, em suas múltiplas inserções sociais, e por isso dizem para além de um componente operacional da lógica narrativa noticiosa”.

Faz-se necessário destacar a perspectiva de Carvalho (2009) de que os enquadramentos são variáveis, passíveis de transformação em realidades múltiplas. Para o autor, é importante reconhecer que os acontecimentos narrados por profissionais da imprensa estão sujeitos a variações, assim como ocorre nas dinâmicas da vida social. Ele ainda argumenta que mesmo os acontecimentos naturais, definidos por Goffman (2012) como quadros naturais, não são imutáveis e possuem explicações a partir de quadros de referência marcados por atividades “humanossociais”, como as interferências do homem sobre o ambiente que causam catástrofes decorrentes das mudanças climáticas e outras modificações.

Se uma realidade social se modifica a partir de novos enquadramentos, e se a realidade social é a fonte por excelência de que se vale o jornalismo na construção das suas narrativas sobre as múltiplas facetas da vida cotidiana,

em outras palavras, se é na realidade social e em função dela que os acontecimentos se materializam, ou impactam, não é prudente tomar os enquadramentos jornalísticos como imobilizados em torno de quadros de referência imutáveis, ou sujeitos prioritariamente aos constrangimentos institucionais (CARVALHO, 2009, p. 10).

Outro ponto destacado pelo autor é que nem sempre será possível identificar se a cena enquadrada em uma situação é de fato verossímil. Assim, é reforçada a necessidade de atenção dos indivíduos à possibilidade de que os quadros acionados não sejam suficientes e adequados para explicar uma cena. De acordo com Carvalho (2009, p. 11), os riscos atribuídos ao que foi exposto envolvem o não reconhecimento de atores que falsificam um personagem ou cenários manipulados com a intenção de forjar a realidade. “A falha, neste caso, não se refere a uma incapacidade cognitiva relativamente a um repertório de quadros de referência, mas a uma atitude que pode misturar credulidade e ingenuidade”.

Em síntese, Carvalho (2009) pondera que a perspectiva de que o enquadramento é um “conceito fraturado” (ENTMAN, 1993) traz uma necessária observação nos limites conceituais da noção de quadros primários. O pesquisador alerta que Goffman (2012) apresenta somente uma descrição dos quadros, sem relevar a identificação da realidade contextual que os explicita. Em uma tentativa de enfrentamento de tal conceituação inicial, Carvalho (2009, p.12) recorre à noção de ideologia como uma “construção de ideias comprometidas com visões de mundo de grupos sociais” que permanentemente disputam com ideias de outros grupos e classes sociais. Contribui-se assim para outra carência apontada pelo autor na conceituação original de Goffman (2012), isto é, a visão de que as ações individuais podem ser descoladas das relações sociais sem dar a devida relevância ao fato de que as interações ocorrem em ambientes sociais marcados por contradições, por jogos de poder e por negociações que modificam os modos como indivíduos e jornalistas promovem enquadramentos.

### **1.1.1 Os quadros na perspectiva jornalística**

A partir do pano de fundo citado anteriormente, mostra-se pertinente uma discussão sobre o conceito de enquadramento a partir de autores que se propuseram a defini-lo no âmbito dos modos como são construídas as notícias no jornalismo. Um dos trabalhos pioneiros é do sociólogo norte-americano Todd Gitlin (2003). Ao trabalhar com a representação jornalística dos movimentos sociais que ocorreram nos Estados Unidos durante os anos de 1960, o autor define a ideia de enquadramento a partir de princípios de

seleção, ênfase e apresentação realizados por interpretações tácitas sobre o que já existe, sobre o que acontece e sobre o que é considerado relevante. O autor busca identificar as relações históricas entre os meios de comunicação e os movimentos sociais da época, período marcado pelo surgimento da chamada nova esquerda (*new left*), contexto que remeteu a conflitos para obter controle do espaço público cultural em uma sociedade saturada pela cultura de massa.

Na visão de Gitlin (2003), numa crítica aos paradigmas da época, os meios de comunicação não constituem espelhos passivos da sociedade, mas são holofotes móveis pelos quais as notícias possuem determinados enquadramentos, rejeitando ou minimizando as informações discrepantes. Nesse sentido, a história narrada pelos meios de comunicação consiste em uma maneira de ver um evento, uma forma de triagem entre os recortes da realidade. O autor argumenta que a mídia de massa apresenta um mundo público fabricado para o espaço privado, onde as pessoas depositam sua confiança para obter conceitos, imagens de heróis, informações orientadoras, cargas emocionais, reconhecimento de valores públicos, símbolos e linguagens. Ou seja, a mídia torna-se um sistema central para a distribuição de ideologias para a sociedade a partir da construção de enquadramentos da realidade.

De todas as instituições da vida cotidiana, a mídia especializa-se em orquestrar a consciência cotidiana – em virtude de sua difusão, sua acessibilidade, sua capacidade simbólica centralizada. Eles nomeiam as partes do mundo, certificam a realidade como realidade – e quando suas certificações são questionadas e contestadas, como certamente o são, são essas mesmas certificações que limitam os termos da oposição efetiva (GITLIN, 2003, p. 2, tradução nossa).

Um importante ponto destacado são as rotinas jornalísticas, consideradas por Gitlin (2003) engendradas em interesses econômicos e políticos dos veículos jornalísticos, combinando-se para definir a seleção de certos enquadres da realidade em detrimento de outros. “Dia a dia, os procedimentos organizacionais rotineiros definem ‘a história’, identificam os protagonistas e os problemas e sugerem atitudes apropriadas em relação a eles (GITLIN, 2003, p. 4, tradução nossa). De acordo com o pesquisador, dentro das organizações jornalísticas o chamado “gancho noticioso” colabora para definir o que é um evento considerado significativo para ser selecionado. Assim, convencionalmente, quando um quadro é selecionado o(a) repórter não busca tencioná-lo ou complexificá-lo, pois estender o enquadramento da notícia resultaria em mais trabalho fora das rotinas normais de coleta de informação, ou seja, os prazos aumentam a pressão para se manter um enquadramento restritivo usando-se o que está à mão do(a) jornalista.

Segundo o pesquisador, durante os anos 1960 a sociedade norte-americana passava a ser dominada por uma economia corporativa que se consolidava nas décadas subsequentes ao pós-guerra. Assim, o país se tornou a primeira sociedade com mais estudantes do que agricultores e, conseqüentemente, a base social foi alterada para uma oposição mobilizada contituida por negros(as), estudantes, jovens e mulheres, e não mais apenas por trabalhadores imigrantes e agricultores. No entanto, o processo de construção de significados sobre as tensões sociais e os debates públicos se manteve comparável com a falha de visibilidade que historicamente caracterizou os movimentos reivindicatórios. Gitlin (2003) explica que assim como os trabalhadores nunca receberam a devida consideração em suas lutas e mobilizações por direitos, os novos atores sociais no interior de uma sociedade caracterizada por uma efervescente mobilização cultural e política também não recebem atenção adequada nos enquadramentos realizados pela mídia.

Em vista disso, conforme argumenta Gitlin (2003), os meios de comunicação passam a apresentar aos movimentos sociais suas próprias identidades, quais suas intenções e o que deveriam dizer. Desse modo, os movimentos que não seguissem as regras de produção das notícias definidas pelo campo jornalístico ficariam de fora dos quadros predominantes, sendo normalmente negligenciados. Segundo o autor, quanto mais próximo dos interesses hegemônicos das elites políticas um assunto estiver, menor a probabilidade de haver uma abundância de notícias que desafiem essa perspectiva. No entanto, caso a pressão social pelo debate público de determinados assuntos seja inevitável, “a abordagem mais regular do jornalismo é processar a oposição social, controlar sua imagem e difundi-la ao mesmo tempo, absorver o que pode ser absorvido pela sociedade dominante de definições e imagens e empurrar o resto para as margens da vida social” (GITLIN, 2003, p.5, tradução nossa).

Ademais, Gitlin (2003) entende que há conflitos entre interesses corporativos particulares e o que considera ser os interesses do sistema corporativo como um todo, resultando em uma fonte de tensão no sistema midiático. Com isso, até mesmo os métodos tradicionais de legitimação do sistema político-econômico pelas organizações midiáticas, como os preceitos de objetividade, imparcialidade e equilíbrio, encontram contradições e direções conflitantes, por um lado em direção ao poder político e econômico e, por outro, em direção a alternativas e movimentos de oposição, sempre a depender das circunstâncias políticas. Mesmo com a existência intrínseca de embates políticos entre repórteres e fontes, repórteres e editores ou entre os próprios editores, estes são desenvolvidos em um campo determinado de argumentos e premissas que não ultrapassam a fronteira hegemônica, o campo do consenso.

Nesse contexto, o autor vale-se do conceito gramsciano de hegemonia para explicar a operação por meio de uma teia de atividades sociais complexas e de procedimentos institucionais realizados por dominantes com a colaboração dos dominados. A ideologia hegemônica, seguindo os argumentos de Gitlin (2003), faz-se presente em tudo que é feito pelos indivíduos e se confunde com o próprio senso comum em todas as esferas da atividade social. Mesmo assim, há tensionamentos e as pessoas aceitam apenas parcialmente e desigualmente os termos hegemônicos.

Na sociedade capitalista corporativa (e também no socialismo de estado), as escolas e os meios de comunicação de massa se especializam em formular e transmitir a ideologia nacional. Ao mesmo tempo, indiretamente, a mídia – pelo menos na sociedade capitalista liberal – leva em conta certas correntes e pressões populares, incorporando-as simbolicamente, reembalando-as e distribuindo-as para toda a sociedade (GITLIN, 2003, p.11, tradução nossa).

De acordo com o autor, via de regra, quando repórteres tomam decisões sobre o que cobrir e como cobrir tendem a recorrer às definições hegemônicas de realidade das elites políticas e econômicas. Entretanto, há momentos de ruptura, em que os argumentos e as rotinas profissionais não mais se adequam livre de tensionamentos para a manutenção da coerência dos interesses hegemônicos. Deste modo, temas e enfoques contra-hegemônicos ganham aderência na mídia, conflitando-se com os interesses das elites. Conseqüentemente, as elites políticas e econômicas se tornam mais propensas a intervir nas rotinas jornalísticas como uma tentativa de manter a mídia sob controle.

Em suma, Gitlin (2003, p. 269, tradução nossa) constata que os(as) jornalistas — mergulhados na hegemonia do campo — muitas vezes não são capazes de perceber que a autonomia profissional é limitada devido à operacionalização de ideais jornalísticos liberais como as ideias de objetividade e imparcialidade. Dessa forma, os enquadramentos dominantes mantêm-se sustentados pelos(as) jornalistas por meio do “impulso banal e cotidiano de suas rotinas”, circunscrevendo sua autonomia dentro dos limites do sistema hegemônico. “Ou seja, a vulnerabilidade do sistema de notícias não é neutralidade. As rotinas noticiosas são enviesadas para a representação de demandas, indivíduos e enquadramentos que não contradizem fundamentalmente os princípios hegemônicos dominantes”. Uma vez mais, portanto, a ênfase metodológica nos quadros primários construídos no interior de uma cultura hegemônica (GOFFMAN, 2012; CARVALHO, 2009) para além dos quadros técnicos mostra-se fundamental para a compreensão crítica dos enquadramentos jornalísticos.

### 1.1.2 Enquadramento midiático como uma teoria fraturada

Outra contribuição substancial para os estudos sobre enquadramento jornalísticos é ofertada desde os anos 1970 pelo sociólogo norte-americano Robert Entman. Sem se distanciar da conceituação de quadros feita por Goffman (2012), Entman (1993) define o enquadramento como o ato de selecionar um aspecto de uma realidade e o destacar em um texto comunicacional. Com esta ação é possível estabelecer uma interpretação particular sobre o problema em pauta e atribuir uma causa ao que foi exposto. O pesquisador sistematiza quatro funções do enquadramento, levadas a cabo pela construção jornalística de representação da realidade: 1) definir problemas, determinando o que um agente causal faz, seus custos e benefícios; 2) diagnosticar causas, ao identificar um ponto de erupção para o problema em questão; 3) fazer julgamentos morais, ao avaliar os agentes e seus possíveis efeitos; e 4) sugerir soluções, oferecendo e justificando tratamentos para o problema e prevendo efeitos. Tais funções podem ser identificadas de forma mais complexa no contexto de uma cobertura jornalística multifacetada ou mesmo ser conotadas a partir de uma simples sentença textual. Por outro lado, um texto jornalístico pode apresentar uma das funções ou mesmo não denotar de forma explícita qualquer enquadramento, exigindo-se da pesquisa um rigor metodológico.

Ao comentar uma pesquisa realizada por Gamson (1992) sobre os enquadramentos dominantes utilizados nos jornais norte-americanos durante a Guerra Fria, Entman (1993) sugere adicionalmente que os quadros localizam-se em quatro posições no processo de comunicação: no comunicador, no texto, no receptor e na cultura. No entanto, em todas as posições, os enquadramentos remetem a funções similares às citadas acima. De acordo com o autor, os(as) profissionais da comunicação mobilizam profissionalmente quadros que organizam seus sistemas de crença e, assim, lançam mão de funções de enquadramento até ao decidir os assuntos que serão divulgados e problematizados.

O texto contém quadros, que são manifestados pela presença ou ausência de certas palavras-chave, frases de estoque, imagens estereotipadas, fontes de informação, e sentenças que fornecem agrupamentos temáticos de fatos ou julgamentos. Os quadros que guiam o pensamento e conclusão do receptor podem ou não refletir os quadros no texto e a intenção do comunicador no enquadramento. A cultura é o estoque de frases comumente invocadas; de fato, a cultura pode ser definida como empiricamente o conjunto demonstrável de quadros comuns exibidos no discurso e no pensamento da maioria das pessoas em um grupo social (ENTMAN, 1993, p. 52-53, tradução nossa).

Em relação ao poder dos quadros e ao modo como operam para os(as) enunciatários(as), Entman (1993) argumenta que os enquadramentos podem influenciar o modo como as pessoas percebem um problema e como o entendem, relembram, avaliam e escolhem agir. No contexto da comunicação massiva, os quadros, segundo o pesquisador, remetem a efeitos comuns em larga escala na audiência, no entanto não é comum ter um efeito universal em todos(as). Além disso, os enquadramentos também podem ser definidos pelo o que é omitido pela produção jornalística e tais silenciamentos podem ser tão relevantes para a orientação dos(as) enunciatários(as) quanto às inclusões.

Apesar do conceito de enquadramento ser importante para a compreensão do direcionamento da atenção para os detalhes de um texto e seu poder sobre uma determinada audiência, Entman (1993) faz um diagnóstico de que se trata de um paradigma de pesquisa ainda fraturado, onde há pouco intercâmbio entre as disciplinas e apresenta uma conceituação dispersa no campo das ciências sociais e humanas. Ao apresentar uma definição própria como aprimoramento teórico-metodológico, Entman (1993) conclui que um entendimento comum pode ajudar a constituir o enquadramento como um paradigma de pesquisa para pautar estudos sobre as operações e resultados dos mais diversos sistemas de pensamento e ação, com aplicação em diversas áreas.

Situando as reflexões no Brasil no início dos anos 2000, Mauro Porto (2002) segue o pensamento de Entman (1993) ao relatar que o enquadramento possui fragilidades metodológicas que precisam ser superadas nos estudos de comunicação. De acordo com o autor brasileiro, há carência de uma definição exata de enquadramento midiático e existem diversos usos do conceito. Conseqüentemente, surgem dúvidas a respeito da possibilidade de construir marcos teóricos claros, sistemáticos e coerentes para a aplicação teórico-metodológica. Para esclarecer a noção de enquadramento, advoga o autor, mostra-se importante identificar características principais mediante estudos já realizados e definir os diversos tipos de enquadramentos utilizados. Porto (2002) parte então para uma revisão sistemática na tentativa de apresentar alguns dos principais aspectos da análise de enquadramento a partir de Entman (1993) e Goffman (2012). O pesquisador brasileiro afirma que diversos estudos foram desenvolvidos desde os anos 1970 para identificar os enquadramentos na mídia e as interpretações feitas pelos(as) comunicadores(as), mas há pouco fôlego devotado aos estudos sobre os impactos na audiência.

Porto (2002, p.15) destaca dois tipos principais de enquadramento: noticioso e o interpretativo. O autor afirma que “enquadramentos noticiosos são padrões de apresentação, seleção e ênfase utilizados por jornalistas para organizar seus relatos”. Em termos simples,

este tipo de enquadramento pode ser definido como o “gancho” ou ângulo da notícia, ou seja, um ponto específico do acontecimento que é destacado em detrimento de outros. Desse modo, o enquadramento noticioso é o resultado de escolhas do(a) jornalista para suas matérias ao projetar ênfase em determinado aspecto da realidade relatada. Já o enquadramento interpretativo, é engendrado na narração jornalística geralmente por atores sociais diversos, — as chamadas fontes secundárias (LAGE, 2009) — como representantes do governo, políticos, movimentos sociais e sindicatos. De acordo com Porto (2002), esta vertente de enquadramento pode ser definida como “padrões de interpretação que promovem uma avaliação particular de temas e/ou eventos políticos, incluindo definições de problemas, avaliações sobre causas e responsabilidades, recomendações de tratamento, etc”.

A principal diferença entre os dois tipos de enquadramentos remete à mobilização das fontes jornalísticas. Porto (2002) argumenta que os atores sociais possuem capacidades diferenciadas para influenciar os enquadramentos da mídia, como por exemplo as fontes oficiais governamentais que tendem a predominar no espaço de produção das notícias. No entanto, o autor destaca que não se trata de uma via de mão única em que os enquadramentos apenas manipulam, mas integram um processo comunicativo mais complexo no qual os atores atribuem sentido a suas experiências. O pesquisador conclui que esta classificação permite identificar como a mídia pode apresentar uma diversidade de enquadramentos e, ao mesmo tempo, contribui para privilegiar interpretações hegemônicas da realidade, em especial as promovidas por fontes oficiais. Deriva daí a ênfase dada nesta pesquisa ao estudo das fontes e canais de informação, como será visto à frente.

Em síntese, as análises apresentadas neste tópico a respeito do conceito de enquadramento, suas críticas e contribuições se encontram com a perspectiva teórico-metodológica de Jim Kuypers (2009), autor que constrói o argumento de que a lógica do enquadramento midiático vincula-se em última instância à mobilização de estratégias retóricas que fazem parte do processo de construção da notícia.

## **1.2 Análise de enquadramento multimodal**

Outra contribuição importante do ponto de vista teórico-metodológico para o aprimoramento dos estudos de enquadramento midiático é a proposição da análise multimodal por Wozniak, Luch e Wessler (2014). De forma específica, para realizar o processo de análise da cobertura midiática dos casos de violência contra mulher em Mato Grosso do Sul, a

presente pesquisa utilizará como base inicial a adaptação proposta por Jeronimo (2019) para o método.

O conceito de enquadramento multimodal foi elaborado a princípio por Wozniak, Luck e Wessler (2014) com o objetivo de padronizar a análise e estudar as relações entre narrativas e imagens em um número ampliado de objetos. Assim, diante da diversidade de elementos que podem compor uma notícia, os autores propõem um modo de investigação para integrar três formas de representação — o enquadramento na acepção de Entman (1993), a narração e a representação visual — de forma a integrá-los em um único instrumento de codificação multimodal para facilitar a investigação comparativa entre meios de comunicação, gêneros noticiosos e debates sobre a mídia, possibilitando a investigação em várias camadas de um texto, como os enquadres, a narrativa e as imagens, assim como suas conexões e distinções.

Propusemos um desenho de investigação que integra três modos de representação e comunicação num único instrumento de codificação multimodal e que facilita a investigação comparativa entre tipos de meios de comunicação, gêneros noticiosos e debates sobre os meios de comunicação nacionais para desbloquear as interrelações em nível macro entre estes três modos (WOZNIAK, LÜCK e WESSLER, 2014, p. 14, tradução nossa).

Posteriormente, o conceito de enquadramento multimodal foi aplicado por Rizzotto, Prudêncio e Sampaio (2017) ao analisar a cobertura do Impeachment de Dilma Rousseff em jornais diários brasileiros. A análise multimodal empregada por Rizzotto, Prudêncio e Sampaio (2017) engloba as representações visuais e textuais da informação, as narrativas utilizadas e o enquadramento dos fatos. A análise da imagem é composta por quatro níveis: o “denotativo”; o “semiótico-estilístico”; o “conotativo”; e o “ideológico”. Segundo os autores, os dois últimos níveis procuram:

Responder, respectivamente, quais são os significados sociais inseridos nos símbolos e como as imagens são construídas de maneira a moldar a percepção da audiência, porém, tais níveis não são codificados, pois só podem ser respondidos interpretativamente (RIZZOTO, PRUDÊNCIO E SAMPAIO, 2017, p. 116).

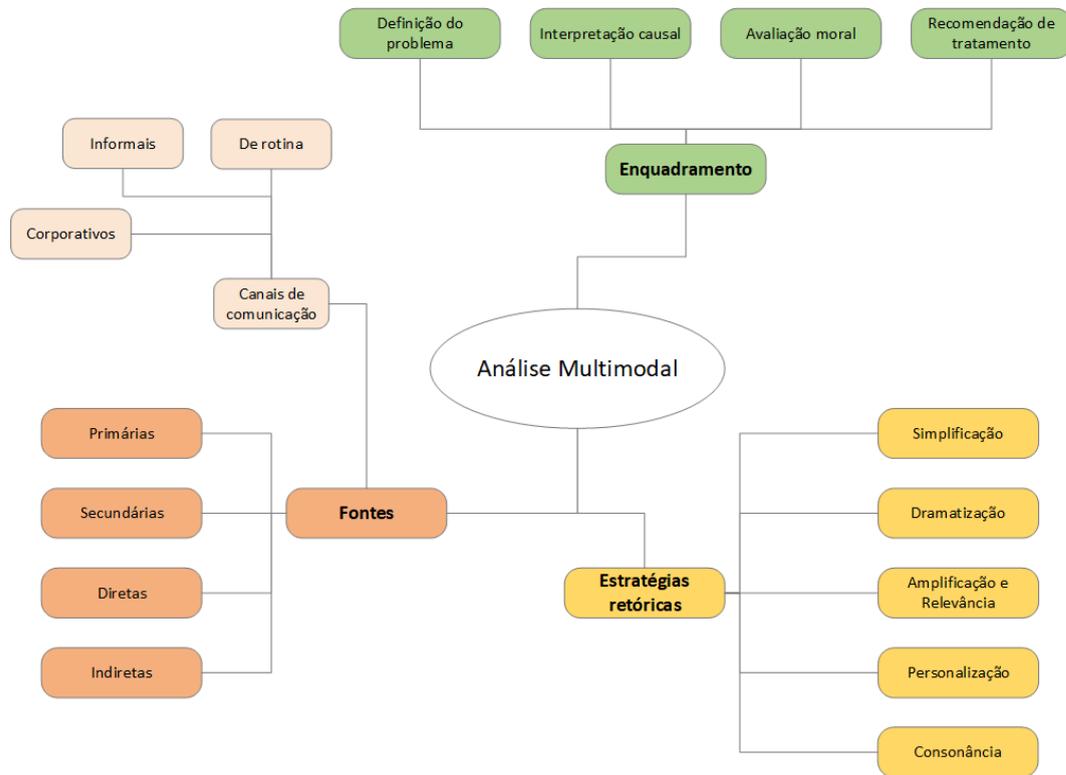
Na análise narrativa estão os subníveis da dramatização, do gênero narrativo e dos atores inseridos na notícia. Por fim, na análise de enquadramento, tal como o estudo original de Wozniak, Luck e Wessler (2014), os autores brasileiros se baseiam na conceituação de Entman (1997), que, como mencionado anteriormente, sistematiza as funções do enquadramento em: definir o problema; diagnosticar a causa; realizar avaliações morais; e identificar a solução.

Jeronimo (2019), por seu turno, também em um estudo sobre o enquadramento do impeachment de Dilma Rousseff em revistas semanais brasileiras sob uma perspectiva de gênero,

propõe uma adaptação do modelo de análise, considerando, além da aplicação nos níveis de enquadramento e de representação visual, também a inclusão da análise das fontes utilizadas em cada matéria. Nesse sentido, a autora destaca a importância da identificação dos canais de informação (de rotina, informais e corporativos) identificados por Sigal (1974) e a classificação proposta por Lage (2005) entre fontes “primárias” e “secundárias”, considerados no próximo tópico, recuperando assim a reflexão de Gitlin (2003) a respeito da importância do papel das fontes nos processos de enquadramento. O último nível de análise trabalhado por Jeronimo (2019), inspirada nas reflexões de Jim Kuypers (2009), autor que relaciona o enquadramento à crítica retórica, é a identificação das estratégias retóricas contidas nas notícias. Tal relação ocorre pois, de acordo com o teórico norte-americano, o enquadramento constitui um processo retórico ao organizar contextos para o público, utilizando-se de elementos informativos e persuasivos. Neste caso, o nível de análise das estratégias retóricas substitui o nível da “análise narrativa” trabalhado por Rizzotto, Prudêncio e Sampaio (2017).

A partir dos modelos de Rizzotto, Prudêncio e Sampaio (2017) e de Jeronimo (2019), utiliza-se nesta dissertação uma adaptação com base em três níveis de análise (ver figura 1). Inicialmente, volta-se ao estudo das fontes, baseando-se nas classificações de Lage (2009) — fontes primárias e fontes secundárias — e de Soley (1992) — “news shapers” e “news makers” —, bem como nos canais de informação na acepção de Sigal (1974). No segundo nível, com base em Traquina (2008) e Silva e Jeronimo (2018), sob inspiração de Kuypers (2009), são examinadas as estratégias retóricas situadas na cobertura, a exemplo da simplificação, da dramatização, da personalização, da consonância e da amplificação do fato. Tais estratégias tratadas como “valores-notícia de construção” por Traquina (2008) são reinterpretadas por Silva e Jeronimo (2018) no campo da retórica. Por fim, será realizada a análise de enquadramento, com base no conceito de Entman (1993), mas também sob a luz das reflexões de Goffman (2012), Carvalho (2009), Gitlin (2003) e Porto (2002).

**Figura 1: Fluxograma da análise proposta na presente pesquisa**



**Fonte: Elaboração da autora (2022) a partir dos modelos de Rizzotto, Prudêncio e Sampaio (2017) e Jeronymo (2019).**

Debatido o conceito de enquadramento midiático (ENTMAN, 1993; GITLIN, 2003; PORTO, 2002), sua relação com a concepção de quadros primários de referência (GOFFMAN, 2012; CARVALHO, 2009) e com a crítica retórica (KUYPERS, 2009; SILVA, JERÔNIMO, 2018) e apresentado o modelo multimodal de análise que será aplicado na pesquisa, no tópico seguinte serão trabalhados os conceitos de fontes jornalísticas e canais de informação a partir de autores como Herbert J. Gans (2004), Leon V. Sigal (1974), Nilson Lage (2008), Lawrence C. Soley (1992), Fabiana Moraes e Marcia Veiga (2019) e Bruno Leal e Carlos Carvalho (2015). Considerando o entendimento de que os conceitos desempenham protagonismo no processo mais amplo de engendramento de quadros de referência, apresenta-se como objetivo estabelecer uma base teórica para sustentar a análise a ser desenvolvida na dissertação sobre o enquadramento midiático, as estratégias retóricas e as fontes jornalísticas utilizadas pelo jornal regional *Correio do Estado* ao noticiar casos de violência contra a mulher em Mato Grosso do Sul.

### 1.3 Enquadramentos jornalísticos, valores-notícia e estratégias retóricas

A retórica possui múltiplas definições ao longo de sua concepção. O modelo original de retórica foi desenvolvido na antiguidade clássica pelos gregos como uma forma de proporcionar a construção de discursos persuasivos nas assembleias e cerimônias no interior da pólis. De acordo com Kuypers (2009), Aristóteles definiu a retórica em 335 a.C como “o poder de descobrir os meios de persuasão em qualquer situação” (KUYPERS, 2009, p.2, tradução nossa). Atualmente, a retórica se tornou uma disciplina fundamental no terreno das linguagens e das formas de expressão e abrange mais do que falar em público, envolvendo também os mais diversos modos de discursos impressos, radiofônicos, televisivos e online, bem como suas formas e configurações distintas. Com a expansão do estudo da retórica no século XXI, suas definições também se ampliaram. Kuypers (2009, p.4, tradução nossa) a classifica como:

Uso estratégico da comunicação escrita e oral para atingir objetivos específicos. Existem duas idéias principais expressas por esta definição. Uma envolve a natureza estratégica, ou intencional, da linguagem que usamos; a segunda envolve saber quais objetivos desejamos alcançar através da linguagem que usamos.

Segundo o Kuypers (2009), a retórica possui elementos tanto informativos quanto persuasivos. Assim, para persuadir efetivamente é preciso fornecer informações em forma de narrativas e testemunhos. Kuypers (2009) reconhece que a retórica é estratégica por sua natureza persuasiva. De modo geral, os (as) comunicadores (as) planejam sua mensagem com antecedência e, assim, fornecem razões congruentes para que os enunciatários tenham concordância. “Procura-se influenciar nossos comportamentos pessoais e coletivos, fazendo com que concordemos voluntariamente com o interlocutor que uma determinada ação ou política seja melhor do que outra ação ou política” (KUYPERS, 2009, p. 6, tradução nossa).

A comunicação por natureza é munida de símbolos. Nesse sentido, Kuypers (2009) afirma que os símbolos verbais são mais facilmente incorporados no processo comunicativo do que os significados mais abstratos de outros símbolos, como os da arte ou da arquitetura. Contudo, a precisão persuasiva da comunicação decresce na medida em que há variação e ambiguidade de significados nos símbolos mobilizados pela retórica. De acordo com o autor, como não há certeza científica de como a audiência será impactada e como interpretará a comunicação, a retórica não deixa de ser uma questão de probabilidade. “Os comunicadores tentam nos convencer não de que o curso de ação proposto é o único correto, ou que funcionará com certeza garantida, mas que provavelmente colherá maior sucesso do que

soluções concorrentes” (KUYPERS, 2009, p.6, tradução nossa). Entretanto, Kuypers (2009) alega que os enunciadores que tentam persuadir com a utilização de estratégias retóricas procuram basear-se em objetivos claros na busca de que o nível de probabilidade seja indubitavelmente alto.

Deste modo, para Kuypers (2009), a lógica do enquadramento pode ser classificada como um processo retórico. Ainda que de forma relativizada no cenário contemporâneo, a imprensa tem poder de pautar e direcionar aspectos do debate público. Segundo o autor, o enquadramento pode ser definido como a ação de selecionar aspectos da realidade e torná-los mais acessíveis e salientes para a audiência — uma dinâmica essencialmente retórica. Ideias e fatos podem ser enquadrados e, quando esse processo é feito de uma forma particular, pode direcionar os temas debatidos no espaço público. Em suma, o enquadramento salienta algumas características de uma ocorrência, destacando certos aspectos em detrimento de outros.

Raramente percebemos esse processo, especialmente a omissão de informações, porque nossa atenção pública é altamente seletiva; muitas vezes confiamos e aceitamos informações que são facilmente acessíveis. Nosso pensamento sobre o mundo deve-se em parte a quais padrões vem à mente, mas também é relacionado a informações facilmente acessíveis (KUYPERS, 2009, p.181, tradução nossa).

Em síntese, o enquadramento é utilizado por comunicadores, conscientemente ou não, para tornar alguns fatos mais perceptíveis que outros e, desse modo, construir um ponto de vista que incentiva o público a considerá-lo de uma maneira específica. Assim como Entman (1993), Kuypers (2009, p. 182, tradução nossa) reconhece que o enquadramento “está localizado no comunicador, no texto, no receptor e na cultura em geral”. Além do mais, quando um quadro é ressaltado, age para definir problemas, diagnosticar causas, fazer julgamentos morais e sugerir soluções.

De acordo com Kuypers (2009), a análise de enquadramento é um meio particularmente adequado para se entender o impacto da retórica. A análise de enquadramento comparativa, por exemplo, pode funcionar como mecanismo para a análise retórica e vice-versa. “Procura-se por pistas de como escolhas de linguagem feitas por comunicadores (no caso a imprensa) puxa nosso pensamento a direções particulares” (KUYPERS, 2009, p.186, tradução nossa). Em conclusão, o autor classifica a identificação do enquadramento a partir da procura por palavras-chaves, metáforas, conceitos, símbolos e imagens. “Enquadramentos são formados por palavras e frases específicas que aparecem consistentemente em uma narrativa, e transmitem significados tematicamente consoantes”

(KUYPERS, 2009, p.191, tradução nossa). Portanto, explicita-se que há relação entre a análise de enquadramento e a mobilização de estratégias retóricas.

Silva e Jeronymo (2018) endereçam a esta discussão ao ressaltar a associação do enquadramento noticioso nas práticas jornalísticas com as estratégias retóricas num diálogo crítico com os chamados “valores-notícia de construção” (TRAQUINA, 2008). De acordo com os autores, a análise retórica fornece uma base mais coerente e consolidada para o que Nelson Traquina (2008) denomina de “valores-notícia de construção” — com factível aplicação como categorias de análise nos estudos de enquadramento — do que propriamente os estudos de noticiabilidade tais como trabalhados pelo autor português.

Em suma, Traquina (2008) salienta a perspectiva de Mauro Wolf (2003) de distinguir os valores-notícia de seleção e de construção. Os valores-notícia de seleção seriam os critérios a cargo da decisão para a escolha de um fato adequado a se tornar notícia em detrimento de outro; subdividindo-se em dois grupos: os critérios substantivos, que referem-se à avaliação do fato, se tem importância ou interesse como notícia, e os critérios contextuais, que correspondem aos contextos na produção da notícia. Por sua vez, os “valores-notícia de construção”, aqui tratados essencialmente como estratégias retóricas:

São qualidades da sua construção como notícia e funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário na construção do acontecimento como notícia (TRAQUINA, 2008, p.78).

São seis os valores-notícia de construção indicados pelo autor: 1) simplificação, uma notícia de fácil entendimento é preferível do que uma com ambiguidades; 2) amplificação, quanto mais amplificado o acontecimento maior chance de se tornar notícia; 3) relevância, o(a) jornalista tem que mostrar um significado do fato para as pessoas; 4) personalização, o relato do acontecimento deve valorizar as personagens envolvidas no caso; 5) dramatização, preza pela emoção, pelo conflito do fato; e, por fim, 6) consonância, a notícia deve ser inserida em contextos conhecidos anteriormente.

Os “valores-notícia de construção” listados por Traquina (2008), muito mais do que “valores-notícia”, são particularmente utilizados como estratégias retóricas por jornalistas. “Em todos os casos, tais estratégias e recursos de retórica contribuem diretamente para a consolidação de enquadramentos noticiosos específicos” (SILVA, JERONYMO, 2018, p.12). Em síntese, com a problematização crítica dos valores noticiosos tal como trabalhado pelo autor português, Silva e Jeronymo (2018) concluem que o uso dessas estratégias retóricas, devido às formas de linguagem e técnicas de argumentação utilizadas para atrair e orientar a

atenção da audiência sobre um assunto específico, constituem categorias analíticas pertinentes para a operacionalização da análise de enquadramento.

#### **1.4 Fontes jornalísticas e canais de informação<sup>5</sup>**

Em um estudo clássico sobre o jornalismo norte-americano, o sociólogo Herbert J. Gans (2004) classifica a relação entre fontes e jornalistas como uma dança, onde um busca o outro, sendo frequente que a fonte conduza os movimentos. De acordo com o autor, normalmente jornalistas possuem um número restrito de fontes para acesso às informações, nomes que foram “aprovados” previamente devido a falta de recursos e de tempo nas redações para recorrer a um espectro mais amplo de vozes. Segundo o sociólogo, jornalistas geralmente enxergam os mais diversos atores sociais como possíveis fontes, porém tais atores veem os(as) jornalistas como uma forma de mediar informações que os promovam. Para Gans (2004, p. 117), essa relação pode se tornar conflituosa, comparada à metáfora de um cabo de guerra no qual a fonte tenta controlar a notícia para o benefício de seu ponto de vista e o(a) jornalista tenta controlar a fonte para extrair as informações que deseja, também no interior de seus interesses e estratégias retóricas.

Gans (2004) elenca quatro fatores para o acesso bem sucedido das fontes aos(as) jornalistas. O primeiro fator é o “incentivo”, que remete a uma tipologia das fontes como “ansiosas” (que se interessam em buscar jornalistas e oferecer informações para se beneficiarem da visibilidade legitimada que a mídia fornece); “agradáveis” (que não precisam da mídia para sobreviver, mas aproveitam os benefícios do prestígio de aparecer nos jornais); e “recalcitrantes” (uma vez “ansiosas”, se tornam recalcitrantes ao se sentirem prejudicadas pela imprensa). Outro fator é o “poder”, reflexo da hierarquia da sociedade, uma vez que indivíduos com poder (como lideranças políticas e representantes dos setores corporativos) têm fácil acesso à mídia, assim como podem barrar o acesso de jornalistas a informações ou a lugares. O poder pode ser exercido para recusar o acesso de jornalistas, que, para o autor, é “a forma primária de censura” da imprensa (GANS, 2004, p.120, tradução nossa).

O terceiro aspecto é “a habilidade de fornecer informação adequada”. Para Gans (2004), um grande rol de pessoas pode enviar materiais como vídeos e textos para redações jornalísticas, no entanto estes apenas serão usados quando os(as) jornalistas — no interior de seus valores noticiosos — aprovarem ou não puderem obter o conteúdo diretamente. Além

---

<sup>5</sup> Parte das reflexões deste tópico foram previamente trabalhadas pela autora. Para detalhes, ver: Gimenes (2020) e Silva e Gimenes (2020).

disso, “fontes que são capazes de fornecer notícias adequadas podem superar a falta de poder” (GANS, 2004, p. 121, tradução nossa). Por fim, o quarto fator elencado é a “proximidade geográfica e social aos jornalistas”: fontes e jornalistas geralmente estão próximos geográfica e socialmente e esse contexto afeta a seleção das fontes utilizadas. Para o autor, os(as) jornalistas têm dificuldade em cruzar barreiras que os separam de fontes regulares para obter informações oriundas de pessoas que não conhecem ou que não tiveram contato prévio.

De acordo com Gans (2004, p.128), no que diz respeito aos(as) jornalistas, as fontes são selecionadas devido à sua confiabilidade, convivência, credibilidade, articulação em expressar sua opinião, autoridade e notoriedade. O sociólogo afirma que o jornalismo especializado influencia na seleção e no uso das fontes, visto que jornalistas especializados constroem vínculos mais profundos e contínuos com as fontes, onde se estabelecem regras e compromissos mútuos. Ademais, para o autor, as fontes não são capazes de determinar unilateralmente a notícia e seu valor noticioso, mas podem direcionar a atenção dos(as) jornalistas para certas circunstâncias sociais e tornar explícitos seus interesses nas informações que recebem. “Jornalistas, de maneira alguma, propagam esses valores, mas ao tentarem ser objetivos e desapegados, também não os refutam” (GANS, 2004, p. 145, tradução nossa).

Em sentido semelhante, Nilson Lage (2008) reflete sobre os interesses próprios das fontes em divulgar uma informação, o que garante que muitas notícias sejam difundidas. Lage (2008, p. 68) explica que essa motivação das fontes é decorrente de vários fatores, a exemplo da obrigação normativa de manter a sociedade informada, dos desejos de prestígio perante à sociedade, do medo de um fato ser divulgado com uma versão desfavorável ou da vontade de desmoralizar um adversário. Segundo o autor brasileiro, em uma visada crítica, a natureza da informação às vezes pouco importa na ótica jornalística, já que o que deve ser ponderado é se o fato pode se tornar notícia ou não.

Para Lage (2008), em um vértice histórico, antes do surgimento das assessorias de imprensa após a Segunda Guerra Mundial as fontes não eram treinadas para fornecer depoimentos sobre acontecimentos. Com a propagação das assessorias ao longo do século XX, o contato entre jornalistas e fontes passou a receber intermediação profissional. O autor argumenta que “essa transformação foi recebida com desconfiança: dizia-se que a existência de assessorias limitava o movimento dos jornalistas e os submetia a uma espécie de censura da informação na fonte” (LAGE, 2008, p.50). Por outro lado, com a criação das assessorias, a posição do repórter e de quem fornece a informação se tornou mais delimitada, também contribuindo para a profissionalização e para a qualificação da mediação jornalística.

A guerra de informação é, hoje, em várias áreas, uma guerra de assessorias, na qual se contrapõem habilidades profissionais de empresas e entidades empresariais, de um lado, e sindicatos de trabalhadores e organizações sociais, de outro. Nessa guerra, os setores mais resistentes - mais presos à política tradicional de segredos, repressão, corrupção e coação de jornalistas e empresas jornalísticas - encontram-se em segmentos econômicos mais atrasados, nas regiões mais pobres e, principalmente, no âmbito do Estado (LAGE, 2008, p.51).

O pesquisador norte-americano Lawrence Soley (1992), por seu turno, argumenta que até o século XIX jornalistas dos Estados Unidos assumiam lados de um fato e expunham em suas reportagens julgamentos e defesas de pontos explícitos. Entretanto, no século XX os profissionais da imprensa passaram a se declarar como politicamente desprendidos e objetivos, ou seja, ao menos em seu discurso sobre si, os(as) jornalistas passaram a advogar por uma espécie de “precisão apartidária” na apuração dos fatos. Para o autor, a afirmação dos(as) jornalistas em defesa da objetividade é uma atribuição de um status da profissão historicamente construído.

Segundo Soley (1992), uma visão mais tradicional e rígida desta ideia remete à teoria de que a mídia apenas espelharia ocorrências da sociedade tão estreitamente que se tornaria difícil para os cidadãos distinguirem entre a realidade e o que foi reportado a eles. De acordo com o autor, na teoria do espelho — já superada no universo acadêmico, mas ainda com presença residual no discurso de autolegitimação dos(as) jornalistas — as fontes podem tanto produzir novas informações como fornecer observações da realidade. Por esta visão teórica, diz o autor, “como as fontes funcionam apenas como canais de informação para o jornalista objetivo, não há como afirmar que a mídia usa fontes tendenciosas” (SOLEY, 1992, p.17, tradução nossa).

Ao construir sua crítica, Soley (1992) indica as bases sistemáticas aplicadas na seleção das fontes no jornalismo. Uma das referências citadas pelo autor é a pesquisa realizada por Whitney *et. al.* (1989) que apontou que oficiais do governo e homens brancos de instituições de elite eram utilizados com mais frequência que qualquer outro perfil de fonte nas notícias dos jornais norte-americanos. Além disso, o estudo revelou que as mulheres eram raramente usadas como fontes e que grupos de direitos humanos e sociais eram sub-representados. Para Soley (1992), este tipo de estudo comprova que a mídia não espelha as ocorrências; pelo contrário, promove sub-representações.

Na perspectiva da objetividade jornalística e dos valores-notícia, as pesquisadoras Fabiana Moraes e Marcia Veiga (2019) propõem o reconhecimento e a prática de um jornalismo subjetivo com a quebra dos modos hegemônicos de objetivação jornalística. As

autoras buscam superar as representações dos fenômenos históricos do jornalismo que não contemplam adequadamente uma sociedade constituinte de noções de diferença do ser complexas e que demanda visibilidade.

De acordo com Moraes e Veiga (2019), a conceituação de objetividade jornalística, utilizadas amplamente nos modos de produção da imprensa, contribuem fortemente na manutenção e omissão de ideologias como o machismo e o racismo, com a participação nos “processos de transformação de diferenças em desigualdades” forjados na colonização do pensamento ocidental (MORAES; VEIGA, 2019, p.2). Ainda que a objetividade e impessoalidade sejam questionadas constantemente por teorias jornalísticas, são noções utilizadas amplamente na prática cotidiana da redação.

Semelhantemente, Gans (2004) e Soley (1992) reconhecem uma homogeneidade na seleção das fontes, quase sempre legitimando as vozes de homens, de brancos e de elite. Gans (2004, p. 125, tradução nossa) afirma que “a classe e outras diferenças que restringem vozes potenciais também criam dificuldades para repórteres que buscam acesso às fontes”, ou seja, a proximidade de classe, gênero, raça e idade entre fontes e jornalistas facilita seu acesso. Em um estudo clássico que remeteu a entrevistas com 238 jornalistas durante 1979 e 1980, por exemplo, Lichter, Rothman e Lichter (1986) constataram que 95% eram brancos e 79% eram homens. Nesse cenário, segundo Soley (1992), ao se identificar as características dos repórteres, não é difícil compreender o tipo de fontes geralmente utilizadas. “Repórteres, editores, e chefes de departamentos de prestígio têm muito mais em comum com empresários, líderes governamentais e sociólogos da Universidade de Harvard do que com assistentes sociais afro-americanos” (SOLEY, 1992, p. 22, tradução nossa). Em um vértice crítico e com certa ironia, o autor afirma que para que a teoria do espelho fizesse sentido, seria necessário ser reformulada, visto que as fontes refletem com mais precisão as características dos(as) jornalistas do que da sociedade<sup>6</sup>.

Para Soley (1992), uma explicação para o uso frequente dos mesmos tipos de fontes pelos(as) jornalistas diz respeito ao conceito de “isenção” ligado ao fato de que o “jornalismo objetivo” corrobora o status quo da sociedade, pois em seu enquadramento não faz críticas ao sistema social existente. Instituições legitimadas, como grandes corporações, governos e

---

<sup>6</sup> Estudo anterior sobre fontes utilizadas na cobertura midiática do caso Marielle Franco são capazes de comprovar o estreitamento do espectro de vozes apontado por Gans (2004) e Soley (1992). As análises realizadas nos jornais *Folha de S. Paulo* e *El País* no período de 2018 e 2019 indicam que o volume de fontes femininas e negras são ínfimas mesmo quando se trata de um caso envolvendo uma mulher negra. Somando todas as fontes que foram identificadas no jornal *Folha de S. Paulo*, de 23 referências, 78,3% são masculinas e 95,6% brancas. Já no *El País* a disparidade entre fontes mulheres e homens é um pouco menor, mas a maioria continua sendo masculina, com 56,6%. Quanto à etnia, aproximadamente 77,7% das citações são de pessoas brancas, mantendo um grande desequilíbrio na mobilização de fontes (GIMENES, 2020).

setores hegemônicos da sociedade civil organizada, são mobilizados frequentemente pela mídia e, por conseguinte, são chamadas de fontes convencionais. Segundo Soley (1992), repórteres argumentam que grupos anti-status quo — isto é, "fontes não convencionais" — são acionados raramente pois não fornecem tantas histórias quanto às instituições legitimadas de forma hegemônica. "Eles também sabem que editores servem para reforçar esta prática. Repórteres que desejam publicar suas histórias devem usar estas fontes" (SOLEY, 1992, p.23, tradução nossa).

Ao centrar nos aspectos de objetividade e nas estruturas de produção do jornalismo, é possível perceber elementos que apontam para um jornalismo constituído como uma forma de conhecimento que se aproxima do cientificismo. Um exemplo é apontado por Moraes e Veiga (2019) ao relacionar os modos de produção dos veículos de imprensa com o método científico de Descartes, que define que os homens são carregados de uma sabedoria teórica e prática, instaurando um pensamento que coloca o homem branco, heterossexual e ocidental acima de Deus nas concepções de ciência e verdade. Com a construção do paradigma moderno, a partir do método científico, foi estabelecido um vínculo entre a linguagem cotidiana e os conceitos científicos, no qual o jornalismo atua como mediador e também absorve conhecimento para validação de uma verdade absoluta através de conceitos e características particulares à ciência.

Seria, então, a partir de um paradigma (moderno/colonial/positivista), de um sistema-mundo capitalista, masculinista, racista, heterossexista, ocidentalista (GROSFOGUEL, 2012) e de uma epistemologia colonialista que se estabeleceriam a balizas dos saberes produzidos para que sejam entendidos como verdade. Entre essas, destacam-se a objetividade, a neutralidade e a universalidade, bases do cientificismo e também dos métodos norteadores do fazer jornalístico (MORAES, VEIGA, 2019, p. 5).

Moraes e Veiga (2019) criticam a produção de conhecimento regida pela separação entre fatos e valores, pois essa visão é baseada em uma racionalidade universal e não corpórea, negando a função política do conhecimento. A crítica feminista, tanto como uma crítica teórica quanto um movimento social, foi basilar para o descentramento final de um sujeito cartesiano, universal e masculinista, para que o sujeito fosse considerado diverso a partir das determinações culturais, de relações sociais, sexuais e étnicas. Desde então, as perspectivas feministas tensionam o cientificismo e suas noções dominantes, questionando as noções de quem pode ser constituído de conhecimento, o que define o conhecimento e o que pode ser conhecido. Tendo em vista o que foi explicitado, as pesquisadoras propõem a adoção do jornalismo subjetivo. Esta prática ocupa as bases da hierarquia jornalística e é negada

veemente pelo jornalismo informativo, que é suprimido devido à sua linguagem, que visa a impessoalidade, e suas reflexões críticas.

Para as autoras, a subjetividade é capaz de subverter os modos de objetivação jornalística desmantelando o racismo e o sexismo epistêmico na qual o próprio jornalismo é baseado, a partir da união complementar entre a objetividade e a subjetividade. “Ou seja, uma objetividade que integra a subjetividade, que sinaliza os significados possíveis a partir de uma visão que se constitui a partir de sistemas de percepção ativos que constroem traduções, interpretações e modos específicos de ver” (MORAES, VEIGA, 2019, p. 14). Assim, a subjetividade é formada por um ambiente histórico dado, objetivo, além de ser algo interno, pessoal e fruto do encontro intersubjetivo, atravessado por relações de poder.

É aqui que o jornalismo de subjetividade nos é útil como ferramenta, ao empregar uma abordagem não espetacularizada sobre grupos historicamente considerados Outros da racionalidade e normatividade vigentes; ao procurar trazê-los sem enquadrá-los como exóticos, engraçados, vítimas ou violentos; [...] Ao opacificar processos subjetivos, a deontologia dominante facilita a reprodução irrefletida de ideologias como o machismo e o racismo, por exemplo. Deste modo, acaba por contribuir com a manutenção de violências de vários níveis (MORAES, VEIGA, 2019, p. 17).

Em síntese, Moraes e Veiga (2019) argumentam que o jornalismo não tem sido adequado para complexificar fenômenos sociais calcados pelo machismo, pelo heterossexismo, pelo classismo e pelo racismo. Como exemplo, no Brasil, raça, gênero e classe são demarcadores importantes de desigualdade e de privilégios, caracterizada na classificação e hierarquização de diferenças forjadas a partir da cultura e dos sistemas simbólicos. Na perspectiva feminista, a invisibilidade feminina no jornalismo também prevalece, mesmo sendo questionada constantemente no âmbito acadêmico. No entanto, o jornalismo não pode se abster de questões como a descolonização do pensamento ou as condições epistêmicas que baseiam suas formas de conhecimento e produção de conhecimento, para assim “ajudar a superar representações que já não dão conta de uma sociedade que reclama para si novas visibilidades e dizibilidades” (MORAES, VEIGA, 2019, p. 19).

Kischinhevsky e Chagas (2017) argumentam que a pluralidade e a diversidade se tornaram valores almejados por diversos autores da comunicação para o bom jornalismo, no entanto, estes são tratados como sinônimos, sem levar em conta suas diferenças mesmo se tratando de idéias interconectadas. Os autores destacam que não basta ter um grande número de meios de comunicação na mídia, se a maioria pertence a um grupo pequeno de empresas. E, principalmente, acionar dezenas de fontes jornalísticas na rotina de uma redação não é o

suficiente para ser entendido como pluralidade de vozes, se a maioria se encontra em um mesmo lugar social, ou seja, não há diversidade entre elas. “Nas últimas décadas, esse papel de guardião da diversidade e da pluralidade passou a ser estendido à mídia em geral. Nesse sentido, a mídia só poderia promover e garantir a diversidade e a pluralidade cultural e social se ela mesma for plural e diversificada” (KISCHINHEVSKY, CHAGAS, 2017, p. 112).

Para Becker (2011) a pluralidade e diversidade de fontes abrangem discussões que vão além de aspectos normativos e éticos da comunidade jornalística. O imediatismo e a instantaneidade incorporados na cobertura jornalística, segundo a autora, prejudicam uma possível formação de consciência crítica para a superação de determinadas realidades históricas para aumentar a promoção da diversidade na produção dos veículos de imprensa. Becker (2011) ainda critica o jornalismo que reescreve ou filtra conteúdos informativos que são enviados por fontes profissionalizadas, como assessorias de imprensa, ao invés de apurar informações e ir em busca de novos fatos.

Deste modo, Kischinhevsky e Chagas (2017) esclarecem que a construção de uma notícia requer o uso de fontes que possam confrontar diferentes opiniões e, assim, agregar diversos interesses para alcançar de fato o interesse público. “Isso pressupõe reconhecer a possibilidade de fontes populares que também interpretem os acontecimentos políticos, econômicos, de segurança pública, em toda a sua ressonância” (KISCHINHEVSKY e CHAGAS, 2017, p. 121). Em síntese, para os autores se faz essencial a garantia da diversidade nas produções jornalísticas, — com a inclusão de vozes que não estejam ligadas ao poder público e a grupos políticos e econômicos — assim como a pluralidade de fontes com a representatividade dos atores sociais para assegurar acesso constante aos meios de comunicação.

Para melhor exemplificar a preferência de jornalistas na escolha de fontes para construção de notícias, Prado e Sanematsu (2017) organizaram um dossiê a respeito da violência contra a mulher e meios de comunicação nacionais com dados coletados pelo Instituto Patrícia Galvão. De acordo com o documento, as fontes de informação mais utilizadas pelos(as) jornalistas nos jornais brasileiros são os representantes da segurança pública, como policiais e delegados, e advogados do gênero masculino. “Raramente promotores e juízes são consultados, sendo que, na maioria das matérias, gestores de políticas públicas não são interpelados” (PRADO, SANEMATSU, 2017, p. 149).

Como complemento, o relatório realizado pelo *The Global Media Monitoring Project* em 2020 aponta as pautas que mais ocuparam espaço nos meios de comunicação e como tais informações se encontram com as representações de gênero em notícias. Ao comparar a

presença de mulheres e homens como fontes de informação, os dados indicam que os homens são privilegiados entre todos os veículos de comunicação monitorados. Tanto nos jornais impressos, no rádio, na televisão e nos jornais online, o homem possui uma margem acima de 70% de presença, enquanto as mulheres não passam de 28%. Além da maior presença nas notícias, os homens também são mais vezes citados diretamente, identificados em 86 das 185 notícias em que são referidos, ou seja, em 46% dos casos. Já as mulheres são citadas diretamente em 29 das 65 histórias, com 44% dos casos.

Segundo o relatório, no que se refere às fontes utilizadas nas notícias e os cargos profissionais apresentados, os dados indicam que apenas 19% dos indivíduos eram mulheres que exerciam cargos políticos, enquanto os homens representavam 58%.

Na função especialista/comentador/a, os números mais expressivos dizem respeito às ocupações “Policia, militar, membro de grupo para-militar, milícia, guarda prisional, segurança, bombeiro/a” (neste caso 7% mulheres e 16% homens), “Especialista da academia, professor/a, palestrante” (19% mulheres e 23% homens) e “Ativista, trabalhador/a em sociedade civil, ONG, sindicato, direitos humanos etc.” (22% mulheres e 11% homens) (*THE GLOBAL MEDIA MONITORING PROJECT, 2020, p.22*).

Para aumentar a desigualdade de representação, nas poucas vezes em que as mulheres são citadas, em 59% estão exercendo a função de "experiência pessoal", ou seja, quando esta apresenta uma opinião com base em uma experiência pessoal ou individual vivenciada — uma fonte primária. Outra questão analisada é que em 24% das histórias analisadas, as mulheres eram personagens das histórias e ocupavam um lugar central na notícia. Com relação à ligação entre o gênero dos(as) jornalistas e a utilização de fontes, 55% das matérias em que mulheres eram fontes foram produzidas por repórteres femininas. “Na relação inversa, os homens também estiveram mais presentes nas notícias produzidas por repórteres homens (51%)” (*The Global Media Monitoring Project, 2020, p.16*).

Outro estudo clássico sobre o tema é o já comentado levantamento de Sigal (1974). O autor classifica as fontes jornalísticas em cinco categorias: oficiais governamentais; oficiais de governos exteriores; oficiais de governos estaduais e locais; estrangeiros não governamentais; e cidadãos comuns. Em uma pesquisa com um recorte longitudinal, ao observar matérias de primeira página dos jornais *The New York Times* e *Washington Post* de 1949 a 1969, o pesquisador identifica que as fontes de informações dominantes no contexto norte-americano são governamentais, oriundas de canais de rotina. Segundo Sigal (1974), mesmo quando uma fonte não é identificada com precisão, faz-se possível classificá-la em uma das categorias citadas. De acordo com a pesquisa de Sigal (1974), os oficiais governamentais representam

cerca da metade de todas as fontes citadas nos jornais analisados. A dominância dos oficiais governamentais mostra-se ainda maior em notícias com apenas uma fonte, sendo 56,3% de 405 histórias, assim como 53,8% de todas as fontes primárias.

O conteúdo das notícias depende do que as fontes dizem e quem são os(as) entrevistados(as). Mesmo com a intervenção dos(as) jornalistas, as informações repassadas por esses atores podem estar munidas de interesse e estratégias das autoridades em promover enquadramentos da realidade. De acordo com Sigal (1974), fontes oficiais exploram a imprensa taticamente com objetivo de alcançar resultados na carreira governamental que desejam e de divulgar informações a governos externos a fim de afetar os resultados políticos.

Uma vez no serviço governamental, eles geralmente descobrem que os compromissos políticos certos podem acelerar o avanço. A política pode fazer a diferença na carreira dos oficiais permanentes. Escadas autônomas de promoção nutrem o departamentalismo. [...] Consequentemente, as estratégias para o avanço da carreira tornam viável que as autoridades dos EUA passem por cima dos chefes dos secretários de seus departamentos para atingir seus objetivos políticos. Estratégias para a inovação política tornam necessário o uso da imprensa para isso (SIGAL, 1974, p.132, tradução nossa).

Segundo o autor, existem manobras informativas na imprensa que permitem influenciar uma decisão ao alterar perspectivas e contextos. Sigal (1974) explica que a multiplicidade de aspectos da realidade permite a criação de novos significados que coexistem, consequentemente todos(as) podem elaborar sua própria versão dos fatos. “Todos os atores políticos procuram moldar as percepções e questões uns dos outros como forma de alcançar seus objetivos” (SIGAL, 1974, p.133, tradução nossa). Pela dificuldade política de se obter uma sondagem precisa sobre como a sociedade reage a uma determinada questão, oficiais também utilizam a imprensa para conseguir informações sobre a opinião pública. De acordo com Sigal (1974, p. 135, tradução nossa), a imprensa não apenas molda e representa a opinião pública, “mas também constitui a opinião pública para os olhos oficiais”. Além disso, a simbiose de perspectivas entre a imprensa e as fontes oficiais faz com que este estreitamento do espectro de vozes constitua uma versão legitimada da realidade para outros setores da sociedade.

No ponto de vista do autor, outras manobras utilizadas por autoridades no escopo da mídia para alterar a maneira como decisões políticas são tomadas são: envolver apoiadores(as) em um fato e mantê-los(las) próximos à atenção midiática; obter uma mudança de esfera de debate, sendo assim possível transferir um caso para uma arena de tomada de decisões onde a questão defendida tenha maiores chances de ser apoiada; mudar as regras do jogo, ao estimular agentes oficiais que geralmente não falam com a imprensa a fazê-lo, assim a quebra de silêncio representa uma mudança do processo tradicional de consecução de um consenso interno de

decisão que normalmente é mantido sob sigilo. Segundo Sigal (1974), a ruptura da discricção pode desencadear a intervenção externa para a decisão, normalmente atribuída à imprensa. As últimas duas manobras ressaltadas pelo autor são a identificação constante de aliados externos do governo em vista a futuras intervenções que se façam necessárias e a conservação de repórteres aliados ao poder. “Repórteres são importantes aliados. O tratamento favorável das informações pode ajudar a causa de uma autoridade em alguma data futura” (SIGAL, 1974, p. 142, tradução nossa).

Finalmente, outra contribuição pertinente ao campo de investigação das fontes de informação jornalística diz respeito à problematização do próprio termo “fonte”. Bruno Leal e Carlos Carvalho (2015) analisam as narrativas sobre homofobia e HIV/Aids em meios de comunicação brasileiros com o objetivo de identificar quais são as fontes principais nas notícias e quem é legitimado(a) como fonte no tema determinado, refletindo acerca da pertinência do uso do termo “agente” em detrimento de “fonte”.

A produção da notícia envolve um campo de disputas desigual, no qual diferentes agentes sociais (que também integram a ‘comunidade interpretativa’ do jornalismo, como observam LEAL; JÁCOME, 2013) concorrem entre si por espaços, enquadramentos e falas, podendo se impor ou não, serem ‘convocados’ ou não, como fontes legítimas e/ou como agentes/personagens nas narrativas informativas. (LEAL; CARVALHO, 2015, p. 609).

A reflexão em relação ao termo fonte não é algo novo na pesquisa da comunicação. Leal e Carvalho (2015) usam o exemplo de Érick Neveu (2006), que destaca que o termo não é um conceito estanque ou definitivo, mas uma metáfora. Outro ponto destacado por Neveu (2006) é que as fontes são ativas e não estão sujeitas apenas ao espelhamento jornalístico. Para o autor, “fonte” é uma metáfora hídrica que remete a “algo puro”, o que difere do uso do termo no campo jornalístico, já que se faz necessária a devida ressalva em relação à complexa vinculação fonte-jornalista e os consequentes interesses imbricados.

O termo ‘fonte’, usado sem maiores problematizações, certamente não permite ver que os processos de obtenção de informação, de definição de enquadramentos e modos de interpretação, de configuração narrativa da notícia e de sua apreensão envolvem dinâmicas complexas, em diferentes jogos de interesse, de poder e ação se fazem presentes. (LEAL; CARVALHO, 2015, p. 613).

De acordo com Leal e Carvalho (2015, p.617), os(as) agentes são “pessoas e/ou instituições presentes nos processos e narrativas jornalísticas sobre acontecimentos diversos a partir da dinâmica de disputas de sentido em torno do que (e como) é narrado”. Tais agentes podem relatar pontos de vista que diferem de outras narrativas. Isto posto, os autores afirmam que existem variáveis nas ações de cada agente. Eles podem ter diversos papéis em uma

narrativa, como agentes interessados e familiarizados, influenciando nos sentidos da história. Em cada agente há uma perspectiva que gera conflitos de interpretação da realidade. Para Leal e Carvalho (2015), o termo “fonte” não tem o alcance necessário para transmitir a complexidade do “fenômeno jornalístico” e por este motivo deve haver o desenvolvimento de uma adequação do termo para melhor compreensão de suas variáveis no processo noticioso.

#### **1.4.1 Classificação das fontes como categoria de análise**

Com a compreensão e o tensionamento do conceito de fonte e sua importância para a análise das matérias que compõem o recorte empírico desta pesquisa, passa-se à identificação de algumas de suas principais classificações: fontes primárias e secundárias; news makers e news shapers; e canais de informação (LAGE, 2008; SOLEY, 1992; SIGAL, 1974). Lage (2008) classifica as fontes como “primárias” e “secundárias”. Segundo o autor, as fontes primárias estão ligadas diretamente aos fatos, fornecendo informações, números e ângulos. Já as secundárias não fazem parte do ocorrido, mas são consultadas para contextualização e preparação de uma pauta. De acordo com Lage (2008), a consulta às fontes secundárias antes da apuração do fato permite uma visão mais aprofundada e adequada do acontecimento. “Em itens controversos ou que apresentam vários ângulos de abordagem, será bom partir de uma conversa com mais de uma fonte secundária, representando diferentes enfoques da matéria” (LAGE, 2008, p.66).

Uma classificação semelhante é proporcionada por Soley (1992), que distingue as fontes entre “news makers” e “news shapers” (fabricadores e formatadores das notícias, numa tradução literal). Para o autor, os(as) “news makers” são definidos(as) como as fontes que fazem parte de um ocorrido, como os personagens. “Estes indivíduos são claramente identificados representando lados específicos em situações de controvérsia ou conflito. Com efeito, notícias reportam o que essas pessoas disseram ou fizeram (SOLEY, 1992, p. 2, tradução nossa). Os(as) “news shapers”, por sua vez, são aqueles agentes utilizados pela mídia para obter informações privilegiadas, antecedentes ou previsões sobre resultados de acontecimentos que ainda não foram concluídos. Geralmente são apresentados como “analistas independentes”.

De acordo com Soley (1992), os(as) “news shapers” constituem uma classe de elite de indivíduos que fornecem suas análises e opiniões para a maioria dos noticiários. Este grupo de elite é, segundo o autor, homogêneo e extremamente restrito em termos de educação, associações, etnia e gênero (SOLEY, 1992, p. 6, tradução nossa). Soley (1992) explica que a mídia de massa, ocasionalmente, fornece aos(às) “news shapers” títulos de especialistas e analistas, quando muitas vezes essas credenciais não são compatíveis e há razões para duvidar de suas

experiências. Assim, a mídia confere status para pessoas, organizações e setores da sociedade civil; por conseguinte, na medida em que a atenção da mídia aumenta, o status se amplifica, e na medida em que o status do indivíduo aumenta, estes atraem mais atenção da mídia. “Repórteres ficam convencidos da experiência dos ‘news shapers’ apenas porque outros jornalistas os citaram” (SOLEY, 1992, P.19, tradução nossa). Para o autor, este status pode não ser atribuído pelas ideias e precisão dos(as) “news shapers” e, mesmo errando, o status é não raramente ampliado.

Soley (1992) salienta que a função primária dos(as) “news shapers” é fornecer análises de acontecimentos de forma a torná-los compreensíveis para os receptores. Desse modo, quanto mais a mídia utiliza especialistas, conota-se que os eventos são insondáveis para o(a) cidadão(ã) comum.

O subproduto disso é a despolitização e a disfunção. A despolitização ocorre porque o processo político é retificado e não participativo. [...] A recepção passiva de mensagens da mídia pré-digeridas torna-se um substituto para o desenvolvimento político, ao mesmo tempo em que cria um mundo em que a política é uma arena reservada exclusivamente a especialistas. (SOLEY, 1992, p.27, tradução nossa).

A disfunção ocorre porque os(as) cidadãos(ãs) obtêm substancialmente sua informação política pela mídia, já formatada por “especialistas”. Desse modo, os(as) enunciatários(as) não sentem a necessidade social de avaliar independentemente as ocorrências, uma vez que recebem um conhecimento de superfície que substitui o envolvimento político. Para Soley (1992, p.27, tradução nossa), isso explica a importância em identificar os(as) “news shapers”, pois eles têm um efeito significativo na opinião pública. Para os(as) enunciatários(as), é reconfortante saber que existem especialistas capazes de identificar e resolver problemas, no entanto isso diminui a participação do(a) cidadão(ã) na solução dos problemas sociais, mitigando a própria concepção de democracia participativa.

Por último, em relação à seleção de fontes a partir da notoriedade dos (as) e do contato habitual nas rotinas jornalísticas, Sigal (1974, p. 120) elenca três canais pelos quais as informações chegam aos repórteres. Os chamados “canais de rotina” remetem a conferências e comunicados de imprensa, audiências e eventos oficiais. Os “canais informais” dizem respeito a vazamentos, a procedimentos não-governamentais ou a reportagens oriundas de outras organizações de notícias. Já os “canais corporativos” relacionam-se a apurações, entrevistas e pesquisas realizadas por iniciativa dos próprios repórteres, a eventos espontaneamente presenciados pelos(as) jornalistas, como um incêndio ou desastres naturais, bem como a levantamentos em livros ou bases de dados e às conclusões e análises que surgem no interior das

próprias redações. No entanto, de acordo com o autor, historicamente o canal utilizado majoritariamente na mídia norte-americana é o de rotina, superando em aproximadamente 60% os demais canais. As notícias também podem ter uma combinação de canais de informação.

Fontes oficiais menos legitimadas pela opinião pública podem recorrer a um quarto canal, o vazamento, para ter um espaço na mídia. Os altos oficiais também enxergam uma vantagem neste canal, porém ambos enfrentam dilemas no vazamento, como o medo da retaliação de outras autoridades. Para Sigal (1974, p.126, tradução nossa), no caso dos Estados Unidos, o uso dos canais de rotina está essencialmente ligado ao acesso a fontes oficiais. “Na medida em que o repórter recebe informações por meio de canais de rotina, tem uma chance em duas de obtê-las de uma fonte do governo americano”.

Nesse contexto, considerando a mobilização de fontes como uma das principais variáveis imbricadas no processo de enquadramento jornalístico a partir da análise multimodal adotada neste estudo (ver figura 1, p. 44), as categorias aqui trabalhadas mostram-se pertinentes e factíveis na operacionalização do estudo sobre a cobertura dos casos de violência contra a mulher no jornalismo de Mato Grosso do Sul. Apesar de não constar na elaboração inicial de Sigal (1974) sobre os canais de informação, as declarações postadas em redes sociais e utilizadas nos jornais serão classificadas junto ao “canal informal”, assim como foi realizado por Jeronymo (2019). Também será utilizada a categoria “canal não identificado”, aplicada por Sigal (1974), quando não for possível identificar as formas empregadas para obter as informações do texto.

A seguir, será debatido e explicitado o histórico de violência contra a mulher em nível nacional, Brasil, e regional, Mato Grosso do Sul, a partir de dados e de perspectivas teórico-conceituais que avaliam as relações das práticas dominantes do estado e o nível de violência apresentado. Para relacionar o jornalismo, a violência contra a mulher e o patriarcado, temas discutidos nesta pesquisa, é necessária a compreensão do sistema de dominação dos homens sobre as mulheres, de que forma as mulheres e a violência são tratadas nos jornais e a influência de padrões culturais enraizados na vida cotidiana em Mato Grosso do Sul desde a colonização da região e a criação do estado.

## **2. GÊNERO, PATRIARCADO E A REPRESENTAÇÃO DAS VIOLÊNCIAS CONTRA A MULHER**

Após compreender as questões relacionadas ao método utilizado para análise dos casos de violência no jornal sul-mato-grossense *Correio do Estado*, este capítulo busca encontrar uma ligação entre as violências contra a mulher, o patriarcado e o jornalismo em termos regionais. São expostos conceitos fundamentais para entender a forma como a mulher é vista e as condições em que se mantém na sociedade, além das formas de opressão e de dominação em que são postas e as formas com que os homens utilizam da violência para se manter em domínio.

Inicialmente, foca-se no debate acerca do contexto histórico do patriarcado e os papéis ensinados aos homens e mulheres e às formas de dominação e submissão perpassadas por séculos e a naturalização das ideias que remetem ao medo de sofrer algum tipo de violência e o entendimento histórico dos homens de que a violência é um direito deles sobre as mulheres. Argumenta-se que a forma como a mulher é retratada historicamente remete a uma condição de inferioridade, que permite compreender as questões que fazem com que as diversas formas de violência contra a mulher, entre elas a física, a verbal e o estupro, perdure desde os tempos antigos até a atualidade. Assim como é argumentado por diversas pesquisadoras da violência de gênero, como Thurler (2017) que aponta que este tipo de violência ocorre pois se sustenta em uma realidade social de desigualdade de gêneros, em que as mulheres são postas em situação de inferioridade ao homem, com variação de grau visto seu contexto racial, sexual e de classe social.

Além do mais, este capítulo objetiva focar também no contexto da violência contra mulher no Brasil e em Mato Grosso do Sul, apresentando dados relacionados à incidência de casos de agressões ou às demais violências. Da mesma forma, apresenta-se informações quanto às leis e ações civis que propiciaram a criação de políticas públicas a fim de punir e reconhecer crimes com relação de gênero.

Um fator importante também destacado é a influência da mídia neste contexto e a participação ao reforçar ou não estereótipos de gênero existentes. Quanto a isso, Thurler (2017) argumenta que a visibilidade que a mídia atribui aos casos de violência de gênero é crucial para legitimar e demandar resoluções governamentais e jurídicas. A autora destaca que as desigualdades de gênero são reconhecidas até mesmo na relevância das questões postas

pela imprensa, onde o que ganha espaço nos jornais e o que é silenciado está condicionado às questões hierárquicas entre gêneros.

## 2.1 A construção dos papéis de gênero e do patriarcado

Até o século XIX, o entendimento do que era ser mulher possuía apenas argumentos essencialistas e de caráter biológico. Neste período, as explicações naturalistas de sexo e sexualidade denominavam um papel social à mulher devido às suas características fisiológicas, como a presença de um útero e ovários que as submetiam a uma inferioridade em relação aos homens. Tais explicações foram alvo das críticas feministas e diversas teóricas do feminismo questionaram as explicações em que o sexo ditava as experiências sociais femininas e suas distinções consideradas inferiores aos homens.

Em 1949, surge a obra *O Segundo Sexo*, da filósofa existencialista Simone de Beauvoir, que foi capaz de modificar diversas perspectivas relacionadas aos estudos de gênero, como a de que a mulher não corresponde a nenhuma determinação biológica, mas é uma situação histórica, baseada em construção cultural que tinha como objetivo mantê-las oprimidas e subordinadas ao sexo masculino. Para Beauvoir (2019), desde os tempos antigos havia um consenso entre os estudiosos na definição do homem como um ser absoluto e a mulher uma variável incompleta. A autora então destaca algumas citações de grandes filósofos que desde muito definiam a mulher como inferior e a colocavam como subordinadas. Ela argumenta que a humanidade é masculina, bem como a mulher não é considerada um ser autônomo, apenas um ser definido pelos homens relacionando-as a eles, ou seja, a mulher é constituída a partir do que o homem decide que ela seja.

O homem esquece soberbamente que sua anatomia também comporta hormônios e testículos. Encara o corpo como uma relação direta e normal com o mundo, ao passo que considera o corpo da mulher sobrecarregado por tudo o que o especifica: um obstáculo, uma prisão. ‘A fêmea é fêmea em virtude de certa *carência* de qualidades’, diz Aristóteles. ‘Devemos considerar o caráter das mulheres como sofrendo de certa deficiência natural’. E São Tomás, depois dele, decreta que a mulher é um ‘homem incompleto’, um ser ‘ocasional’ (BEAUVOIR, 2019, p.12).

Deste modo, a mulher acaba por se definir a partir das distinções do sexo masculino e não alicerçada em si, ou seja, o homem é o *Sujeito* e a mulher o *Outro*. De acordo com Beauvoir (2019), a dualidade é inevitável, assim, em uma sociedade um indivíduo sempre se coloca como o essencial, estabelecendo o diferente como o *Outro*, o inessencial.

A filósofa recupera a divisão dos sexos como um dado biológico para tentar entender o motivo pelo qual o sexo feminino se mantém em tal opressão e permite-se reconhecer como um indivíduo sujeito a soberania do homem, sem contestar essa alteridade pura que é imposta. Em um contexto histórico calcado no cenário europeu, Beauvoir (2019, 17) argumenta que o laço que une os opressores às mulheres não pode ser comparado a nenhum outro tipo de acontecimento, como a opressão dos negros ou judeus, já que esta não se definiu com um acontecimento histórico. “A mulher sempre foi, se não a escrava do homem, ao menos sua vassala; os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições, e ainda hoje, embora sua condição esteja evoluindo, a mulher arca com uma pesada desvantagem”. Logo, a mulher se vê como ser dependente do macho e não possui meios concretos para se reivindicar como *Sujeito*, se prendendo ao homem e muitas vezes se contentando com o papel de “Outro inessencial”. Beauvoir (2019, p.112) sintetiza que os homens que decidiram o lugar da mulher na sociedade, enquanto essas nunca puderam impor suas próprias leis, impedindo que posteriormente possam recriar uma posição favorável ou conquistar realizações pessoais estando profundamente enraizadas em uma situação inferior.

Piscitelli (2009) argumenta que o trabalho de Beauvoir se fez de demasiada importância para a luta pela igualdade de direitos. Ela destaca que, para a autora, o mais importante para enfrentar as questões de desigualdade e de dominação era enfrentar os aspectos sociais que colocavam a mulher em um lugar de inferioridade. Para que as mulheres brancas fossem retiradas desses locais seria essencial combater o conjunto de elementos que as impedia de serem autônomas, como a educação voltada para agradar os homens, ao casamento e à maternidade, a falta de liberdade sexual com a vigência de um duplo padrão de moralidade sexual; a maternidade obrigatória, e a falta de trabalhos e profissões dignas economicamente.

No entanto, foram necessárias algumas décadas para que a proposta inovadora de Beauvoir quebrasse os conceitos biológicos submetidos às mulheres. Para compreender o alcance dessas inovações é preciso retomar a elaboração e a formulação do conceito de gênero ao longo de momentos históricos das teorias sociais sobre as diferenças sexuais. De acordo com Piscitelli (2009), o termo gênero foi introduzido pelo psicanalista estadunidense Robert Stoller em 1963. O pesquisador usou do termo para distinguir o conceito de identidade de gênero, diferenciando sexo de gênero, onde o primeiro está vinculado à biologia e o outro à cultura.

Este psicanalista, acompanhando uma reflexão científica mais ampla, entendia que quando nascemos somos classificados pelo nosso corpo, de

acordo com os órgãos genitais, como menina ou menino. Mas as maneiras de ser homem ou mulher não derivam desses genitais, mas de aprendizados que são *culturais*, que variam segundo o momento histórico, o lugar, a classe social (PISCITELLI, 2009, p. 124).

Ao longo dos anos, o conceito de gênero passou por diversas reformulações. Um exemplo é o debate da historiadora Joan Scott (2019). Ela defende que a definição de gênero é um meio de decodificar o sentido e compreender as complexas relações de interações humanas. Para Scott (2019), o conceito de gênero tem duas partes e diversas subpartes, que estão ligadas e são dependentes. O essencial da primeira definição se constitui em duas proposições: a primeira é que o gênero é constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos; e a segunda é a de dar significado para as relações de poder, ou seja, “seria melhor dizer que o gênero é um campo primeiro no seio do qual ou por meio do qual o poder é articulado” (SCOTT, 2019, p,75).

Com o alastramento dos estudos sobre sexo e sexualidade, gênero se tornou uma palavra útil, segundo Scott (2019). Isso se dá devido à possibilidade de distinguir a prática sexual de papéis atribuídos tanto às mulheres quanto aos homens, como também se torna um modo de indicar construções sociais desses papéis.

Para Piscitelli (2009), o conceito de patriarcado trouxe diversos problemas para as particularidades da condição da mulher em diferentes lugares e épocas. Piscitelli (2009) propõe que o patriarcado é um sistema social que tem como base a opressão e subordinação a partir da diferença sexual entre o homem e a mulher. O poder patriarcal refere-se ao controle masculino sobre o corpo da mulher, para fins reprodutivos e sexuais, situando e confinando a mulher em um mundo privado e doméstico. A partir da proliferação desses estudos, o conceito se estendeu para questões políticas e de reflexão acadêmica, sem trabalhar questões centrais de seus aspectos e seu desenvolvimento histórico. Com o passar do tempo, o termo se tornou algo vago de conteúdo, tratado como sinônimo de dominação masculina, um sistema de opressão visto como de uma natureza imutável. A pesquisadora destaca que o patriarcado tinha como objetivo demonstrar a subordinação da mulher, expondo que esta dominação não é natural e totalmente possível de combatê-la.

Em diferentes pesquisas, a violência está sempre entre as maiores preocupações dos(as) brasileiros(as). Segundo Saffioti (2015), essa se tornou uma preocupação não somente dos grandes centros do país, como São Paulo e Rio de Janeiro, como também de cidades de porte médio e de pequenos municípios. O conceito de violência se apoia em uma definição aceita até hoje como verdadeira e única. “Trata-se da violência como ruptura de qualquer

forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral” (SAFFIOTI, 2015, p.18).

A autora destaca que estudos apontam que as vítimas de abusos físicos, psicológicos, morais ou sexuais são vistas com maior probabilidade de maltratar uma outra, ou seja, reproduzir as violências sofridas. Assim como ser mais vulnerável aos ataques de violência de outrem. No entanto, na investigação feita por Saffioti sobre a violência doméstica, nenhuma vítima de abuso sexual revelou uma tendência de reproduzir os ataques em outros ou contra si. Em outra pesquisa feita pela autora entre 1988 e 1992, as mulheres representavam cerca de 90% das vítimas de violência sexual. Quanto aos(as) agressores(as) sexuais, as mulheres estavam à época, entre 1% e 3% dos casos deste tipo de violência.

A partir disso, Saffioti (2015) argumenta que na ordem do patriarcado de gênero, o homem branco e heterossexual toma vantagem do poder maior, em que o branco encontra sua segunda vantagem, e caso seja rico encontra uma terceira vantagem. Para completar, são poucas as mulheres que não portam ideologias dominantes de gênero e questionam sua inferioridade social, já que estas foram socializadas já na ordem patriarcal, atribuindo qualidades positivas aos homens e negativas a elas. Ainda pode-se dizer que há um número incalculável de mulheres que reproduzem o machismo, refletindo não só na ideologia como também na estrutura de poder em detrimento da mulher. Ao longo dos anos, as mulheres foram impossibilitadas de um desenvolvimento e uso do exercício do poder. Estas foram socializadas desde o início de suas vidas para ter comportamentos dóceis e pacíficos. Ao contrário, os homens são estimulados a ter condutas agressivas para revelar a força e a coragem.

De acordo com Saffioti (2015), é importante considerar que o patriarcado não abrange apenas a esfera familiar, mas atravessa a sociedade como um todo e está em permanente transformação. Um dos elementos principais está no controle da sexualidade feminina, para assegurar a fidelidade da esposa ao marido. Tal regime serve para que homens assegurem, para si e para dependentes, os meios para a reprodução da vida. As mulheres se tornam objetos de reprodução de herdeiros, força de trabalho ou novas reprodutoras e de satisfação sexual. Essa soma de dominação e exploração do homem sobre a mulher é entendida como opressão.

Se na Roma antiga o patriarca tinha direito de vida e morte sobre sua mulher, hoje o homicídio é crime capitulado no Código Penal, mas os assassinos gozam de ampla impunidade. Acrescente-se o tradicional menor acesso das mulheres à educação adequada e à obtenção de um posto de trabalho prestigioso e bem remunerado. [...] Qualquer que seja a profundidade da

*dominação-exploração* da categoria mulheres pela dos homens, a natureza do patriarcado continua a mesma (SAFFIOTI, 2015, p. 113-114).

Quanto à violência, a pesquisadora afirma ser óbvio a normalidade e naturalidade em que a sociedade enxerga a agressividade do homem sobre o corpo feminino. “A questão se situa na tolerância e até no incentivo da sociedade para que os homens exerçam sua força-potência-dominação contra as mulheres, em detrimento de uma virilidade doce e sensível, portanto mais adequada ao desfrute do prazer” (SAFFIOTI, 2015, p. 79). Um exemplo visível no Brasil é a tese da “legítima defesa da honra” utilizada legalmente para justificar o comportamento do acusado em casa de feminicídio ou agressões contra mulher. Deste modo, eram válidos argumentos de que a agressão podia ser justificada nos casos em que a vítima tivesse cometido adultério, pois feriria a honra do agressor ou assassino. Apenas em março de 2021 o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a tese iria de encontro com princípios constitucionais de proteção à vida e da igualdade de gênero e não poderia ser utilizada em nenhuma fase de processos penais<sup>7</sup> e em agosto de 2023, o STF declarou inconstitucional o uso da tese da legítima defesa da honra em crimes de feminicídio ou de agressão contra mulheres. Outra regra constitucional que contribuía para o controle dos homens sobre a sexualidade feminina é a Lei 14.443/2022, a lei da Laqueadura, que exigia o consentimento do cônjuge da mulher para poder realizar o procedimento. A legislação foi alterada apenas em agosto de 2022 e agora dispensa o aval do homem para o procedimento e reduz para 21 anos a idade mínima para a realização dos procedimentos, que antes era 25 anos<sup>8</sup>.

Sempre há uma presença da violência emocional em conjunto com as violências física, sexual e moral, uma vez que essa forma de agressão está presente em qualquer tipo de violência. Principalmente no contexto da violência de gênero, a intrafamiliar e doméstica, em que são tênues os limites entre a quebra de integridade e obrigação de manter-se em sujeição aos homens, pais ou maridos<sup>9</sup>. Desse modo, as mulheres enxergam o limite entre agressão e direito dos homens sobre as mulheres de forma distinta. “Paira sobre a cabeça de todas as

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=503655&ori=1>. Acesso em jan. de 2023.

<sup>8</sup> Disponível em :

<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/03/06/ja-esta-em-vigor-a-lei-que-facilita-a-laqueadura-e-a-vasectomia>. Acesso em jan. de 2023.

<sup>9</sup> Segundo o Anuário de Segurança Pública de 2021 quase 90% das vítimas de feminicídio no Brasil são mulheres mortas por maridos, ex-maridos ou ex-companheiros. Em 2021, ocorreram 1.341 feminicídios no Brasil. Desse total, cerca de 82% dos autores identificados dos crimes foram cometidos por companheiros ou ex-companheiros. Nas demais mortes violentas intencionais, o principal autor é desconhecido (82,7%). Nos feminicídios, contudo, o principal autor é o companheiro ou ex-companheiro da vítima, seguido de parente (14,4%).

mulheres a ameaça de agressões masculinas, funcionando isto como mecanismo de sujeição aos homens, inscrito nas relações de gênero” (SAFFIOTI, 2015, p.80). Ou seja, cada vítima interpretará de forma singular, muito embora seja um sistema de ordem social.

A ambiguidade da conduta feminina diante de uma agressão pode ser explicada por diversos contextos sociais. De acordo com Saffioti (2015), nos casos de violência doméstica e familiar, trata-se de casos que ocorrem dentro de uma relação afetiva, com diversas dependências tanto do agressor quanto da vítima. Além disso, há apenas uma pequena parcela de mulheres que constroem sua própria independência ou pertencem a grupos dominantes. Em quarto lugar, na maioria dos casos, os homens são os principais, senão únicos, provedores do grupo familiar. E, por fim, existe uma pressão familiar, ou de amigos e igrejas, em preservar a “sagrada família” independente do que ocorre no interior desta família. Todos os fatos expostos e a falta de estrutura do Estado para denúncias e auxílio para evitar retaliações, são suficientes para justificar o porquê diversas mulheres prestam queixas em um dia e retiram logo depois, sem contar com as ameaças de novas agressões e até morte que elas podem sofrer dos companheiros.

## **2.2 A violência contra mulher no contexto brasileiro**

A igualdade de gênero é uma questão que foge da realidade de qualquer país. É possível demonstrar que ocorreram progressos nas políticas públicas relativas aos direitos das mulheres, mas estes não são suficientes para alcançar a igualdade de gênero concreta no país. No Brasil, dados estatísticos que levavam em conta a condição da mulher nos espaços públicos e privados da sociedade demoraram para serem feitos e divulgados. Apenas nos anos 2000 que as primeiras pesquisas e ações foram realizadas. Entre os estudos destacam-se a Pesquisa Nacional sobre as Condições de Trabalho nas Delegacias da Mulher da Comissão Nacional dos Direitos da Mulher (2001), o primeiro mapa de como são realmente esses espaços de atendimento às mulheres, e o âmbito da Fundação Perseu Abramo (2001), que descreveu por meio de entrevistas o perfil das brasileiras e as atividades desenvolvidas e sofridas por elas (SAFFIOTI, 2015).

A violência contra as mulheres é reconhecida como violência de gênero desde 1994, no art. 1º da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Ela é descrita como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”. Neste ponto de vista, pode-se afirmar que a violência contra as mulheres se

refere a qualquer ato de agressão tanto contra o corpo, por meio de tapas, socos, pontapés, abuso sexual e/ou espancamento, quanto aos danos psicológicos e sociais acarretados por tais atos. O Manual de Diretrizes de Educação Continuada para Violência Doméstica do Ministério da Saúde destaca as muitas consequências de saúde física e mental que são geradas em mulheres abusadas, incluindo: gravidez indesejada, aborto espontâneo, doenças sexualmente transmissíveis, abuso de drogas ou álcool e lesões físicas, depressão (BRASIL, 2005).

No âmbito das ações, a partir da criação da lei 10.778/2003 que estabelece a notificação compulsória de casos de violência contra a mulher atendidos em serviços de saúde públicos e privados de todo o país, importantes leis reivindicadas pelos movimentos feministas brasileiros para combater a violência contra a mulher foram conquistadas. É importante destacar um dos maiores marcos referentes aos avanços governamentais em relação à legislação brasileira para combater e punir a violência contra a mulher: a Lei Maria da Penha. A Lei nº 11.340/2006 foi estabelecida para reprimir a violência doméstica contra mulheres e apresenta cinco tipos diferentes de violência que a mulher pode sofrer: a física, a psicológica, a sexual, a patrimonial e a moral, sendo que nenhum tipo é sofrido isoladamente. Diz a lei:

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; (Redação dada pela Lei nº 13.772, de 2018)

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos

de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, 2006).

Outra lei de grande importância para a luta contra a violência contra mulher é a tipificação do feminicídio. Em 2015, foi instituída a Lei no 13.104/2015, conhecida como a Lei do Feminicídio, como uma modalidade de homicídio por razão da condição de sexo feminino. Passinato (2011) argumenta que o ápice da violência contra a mulher é o óbito, ou seja, os feminicídios. No entanto, o autor adverte que há de se considerar que este ato não deve ser analisado de forma isolada, pois sempre está associado a um histórico de violência e intencionalidade e da falta de intervenção efetiva do Estado por meio de políticas públicas mais atuantes, sobretudo nos últimos anos, o que leva à certeza de impunidade para os agressores.

Para contextualizar historicamente, o termo feminicídio foi utilizado pela primeira vez em 1976, pela feminista inglesa Diana Russel, no Tribunal Internacional sobre Crimes contra Mulheres, realizado em Bruxelas, para determinar os abusos que resultam na morte da mulher. Existem diversas propostas de definição para o feminicídio, porém ainda não há um consenso sobre o que o termo abrange. Isso ocorre porque a definição pode incluir ou excluir elementos de acordo com as características histórico-culturais e sociais do local e do contexto em questão. No Brasil, Sueli Almeida argumentou em 1998 que o termo "feminicídio" foi considerado "não acidental" nas mortes de mulheres com histórico de violência, demonstrando a natureza sexista dos crimes conjugais.

A tipificação da violência doméstica (lei 10.886/2004) também teve grande importância ao dar visibilidade à violência perpetrada no “espaço privado”. Assim como a alteração da Lei do Estupro (lei 12.015/2009), considerando que anteriormente apenas a conjunção carnal, ou seja, a penetração pênis-vagina, era reconhecida como estupro, passando a ser reconhecida como qualquer prática de cunho sexual, desde que ocorra sem o consentimento da vítima e mediante violência ou grave ameaça.

Como resultado de todas essas mudanças e do crescente interesse pelo tema, governos e organizações publicam anualmente uma série de declarações que visam combater a violência contra a mulher e a desigualdade de gênero, contribuindo para a construção de uma compreensão abrangente do problema e para a formulação de políticas públicas de

enfrentamento. Um dos mais recentes publicados é o Anuário de Segurança Pública 2022<sup>10</sup>, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que mostra que, em 2021, foram registrados 1.341 feminicídios no Brasil — em que a maioria, cerca de 35%, vitimou mulheres entre 18 e 24 anos. Além disso, o estudo apresenta que houve 230.861 casos de lesão corporal em situações caracterizadas como violência doméstica e 52.797 estupros com vítimas do sexo feminino.

Em 2016, quando os dados começaram a ser contabilizados, o Anuário indicou que 929 mulheres morreram classificadas como feminicídio, contendo um aumento de 44,3% em relação aos números de 2021. No mesmo ano também foram registrados 55.070 estupros, cerca de 4% acima dos dados de 2021. Para complementar a situação, de acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça, reunidos no Monitoramento da Política Judiciária Nacional de Enfretamento à Violência contra as Mulheres e divulgados pelo Anuário, entre 2016 e 2021, verificou-se um crescimento de quase 45% no número de casos novos de violência doméstica por 100 mil mulheres, saltando de 404, em 2016, para 587, em 2021.

Outra pesquisa recente é o Atlas da Violência, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública com o intuito de fazer um mapeamento da violência no Brasil. O Atlas de 2021 apresenta uma redução da média nacional da taxa de homicídio de mulheres em 2019, no entanto esta acompanha a queda nos números gerais de homicídios ocorridos no Brasil. Enquanto a taxa geral de homicídios diminuiu 21,5% entre 2018 e 2019, no que diz respeito apenas às mulheres, o índice reduziu 17,3%, com 3.737 mulheres assassinadas no país. Os casos registrados em 2019 equivalem a uma taxa de 3,5 vítimas para cada 100 mil habitantes do sexo feminino no Brasil. Em 2019, ocorreram 1.246 homicídios de mulheres em residências, representando 33,3% do total de mortes violentas de mulheres. Esse percentual está próximo dos feminicídios registrados pela Polícia Civil no mesmo ano.

Em Mato Grosso do Sul, o Anuário de Segurança Pública registrou 84 vítimas femininas de homicídio em 2021 e 37 feminicídios. Quanto às tentativas de crimes registrados como homicídio contra as mulheres e feminicídios, foram 323 casos. O estado também registrou 4.535 casos de violência doméstica, no entanto o estudo aponta que houve 652.452 chamadas para o 190 para denúncias de violência doméstica, 15.014 casos de ameaças contra vítimas mulheres, 383 estupros e 2.072 estupro de vulnerável. A taxa de feminicídios por 100 mil mulheres, em 2021, foi de 2,6 no Mato Grosso do Sul, mais do que o dobro da taxa

---

<sup>10</sup> Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5> acesso em 12/09/2022.

nacional, que é de 1,2 feminicídios por 100 mil mulheres. Como comparação, São Paulo teve uma taxa de 0,6 mulheres vítimas de feminicídio a cada 100 mil mulheres.

De acordo com dados da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), em 2020 Mato Grosso do Sul registrou o maior número de feminicídio desde a criação do termo em 2015, com 39 ocorrências. O estado somou 163 casos de feminicídio entre 2016 e 2020. O segundo pior ano de casos foi 2021, com total de 34 casos de mulheres que morreram em consequência do sexo. A maioria dos casos, 20 no total, foram registrados nos municípios localizados na linha e na faixa de fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai e a Bolívia<sup>11</sup>. Em 2020, a capital do estado, Campo Grande, registrou o pior índice da série histórica, foram 12 feminicídios, número correspondente a mais que o dobro de 2019. No entanto, o total de vítimas passou para apenas dois casos em 2021.

Nesse contexto, ressalta-se a complexidade inserida na violência de gênero ao longo de 2020 e 2021. A partir de dezembro de 2019, o mundo foi impactado fortemente com a propagação do vírus Sars-Cov-2, doença caracterizada com alto potencial de contágio e elevada ao grau de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Em decorrência do grau de risco do vírus, pesquisa da World Health Organization (WHO) no Brasil aponta que há um registro de mais de 37 bilhões de casos confirmados com 699 mil mortes até março de 2023<sup>12</sup>. Além dos milhares de casos confirmados e óbitos em decorrência do vírus, Maciel *et al* (2020) argumenta que a sociabilidade foi uma questão duramente afetada pela pandemia, especialmente no que se refere à mulher.

Nos períodos de crise de contágio da Covid-19, a OMS apontou o isolamento social como a tática mais efetiva para evitar novas contaminações. “Entretanto, enquanto para alguns indivíduos o isolamento social representa proteção diante da ameaça da doença, para outros(as) o confinamento domiciliar pode representar perigo, como nos casos de famílias com histórico de violência doméstica” (MACIEL *ET AL*, 2020, p. 141). Isto porque o Fórum Nacional de Segurança Pública de 2020 aponta que a maioria dos episódios de violência ocorrem na casa das vítimas e 88% das vítimas fatais foram mortas por companheiros ou

---

<sup>11</sup> Mato Grosso do Sul possui mais de mil quilômetros de fronteira seca e fluvial com o Paraguai e a Bolívia. A divisa é composta por dez cidades: Corumbá, Ponta Porã, Antônio João, Bela Vista, Caracol, Coronel Sapucaia, Mundo Novo, Paranhos, Porto Murtinho e Sete Quedas. Nessas regiões, o estado possui fronteira seca com o Paraguai que soma 436,9 km de extensão, delimitada por marcos de concretos fixados a cada 900m, e uma fronteira fluvial com mais de 641 km, marcados pelos rios Estrela, Apa e Paraguai. Com a Bolívia, o estado sul-mato-grossense possui uma fronteira seca de 266,6 km de extensão e 135,3 km de fronteira fluvial e áreas alagadiças do Pantanal (OTA, 2011; SILVA, 2022).

<sup>12</sup> Disponível em: <https://covid19.who.int/region/amro/country/br>. Acesso em: 01/03/2023.

ex-companheiros. Maciel *et al* (2020) consideram então que o confinamento pode configurar-se como uma situação de ameaça para essa determinada população.

O quantitativo de casos registrados no Brasil e em Mato Grosso do Sul é preocupante, pois mostra que, apesar dos esforços para combater a violência contra a mulher, os índices seguem altos e que superá-los é um desafio para a sociedade. No entanto, devido ao histórico de subnotificação ainda existente desses tipos de violência, o aumento dos registros também pode significar que há mais cobertura e que a conscientização sobre esses tipos de violência está aumentando gradualmente.

### **2.3 O papel da imprensa na representação da violência contra a mulher**

A ampliação dos papéis femininos tradicionais, que antes se mantinham apenas para o lar ou ao convento, e a evolução do capitalismo a partir do século XIX, amplificaram a representação da mulher na imprensa ocidental. No Brasil, acompanhando as mudanças estruturais da sociedade durante o período, causadas principalmente com a vinda da família real e pela mudança de sede do governo para o Rio de Janeiro, as mulheres se tornaram mais participativas quanto às influências advindas da corte. Com a aceleração da importação de informações, a imprensa tinha o papel de introduzir figurinos do exterior e publicar em jornais e revistas gravuras de moda, surgindo assim um mercado que promoveu maior destaque para a mulher como consumidora em potencial de conteúdos jornalísticos. Dulcília Buitoni (2009) argumenta que foi devido a essa influencia europeia que as primeiras publicações dirigidas às mulheres no Brasil eram voltadas à moda, ou seja, o jornalismo feminino significava basicamente moda e literatura<sup>13</sup>.

De acordo com a autora, a imprensa feminina indicava dois caminhos definidos durante o século XIX: a tradicional, que mostra a mulher como a dona do lar, impedida de sair, engrandecendo suas virtudes domésticas e femininas; e a progressista, que busca defender os direitos das mulheres. Buitoni (2009) destaca que na primeira direção os jornais e revistas publicavam textos que indicavam que a maior das virtudes das mulheres era conquistar o homem, satisfazê-lo, além de cumprir seu “papel” com as tarefas domésticas e ser “agradável, útil e boa”. Já na outra vertente, as publicações buscavam reivindicar direitos à

---

<sup>13</sup> Enquanto na Europa os primeiros periódicos femininos surgem por volta da década de 1770, no Brasil há pesquisas que indicam que a imprensa feminina nasce em 1827, com *O Espelho Diamantino*, periódico do Rio de Janeiro que publicava quinzenalmente sobre “política, literatura, belas-artes, teatro e modas, dedicado às senhoras brasileiras” (COSTA, 2007, p.68 *apud* BUITONI, 2009, p.32).

educação, com chamados para que o público feminino formasse grêmios, associações, fundasse jornais e revistas, e lutasse por uma maior participação da mulher na vida social.

Cabe ao estilo da época o cetro das modificações nos textos em que a mulher entre como sujeito ou objeto. Podemos observar alguma evolução no processo metafórico em relação à forma da expressão; mas a forma do conteúdo permanece a mesma. A mulher só é comparada a qualidades ou defeitos dentro dos paradigmas abrangidos pelos seus papéis básicos [...] Nesse particular, notamos que a maioria dos textos femininos utilizava verbos de estado — a mulher é quase sempre qualificada, retratada mais em suas virtudes e não virtudes — do que de ação (BUIIONI, 2009, p.200).

Posteriormente, a representação da imprensa feminina toma outro rumo, quando no século XX começam a surgir perspectivas mais sóbrias mediante às mulheres na imprensa em geral. Buitoni (2009) argumenta que nesse período poucos jornais voltados para o público feminino surgiram, no entanto, há registro da criação de três veículos, *O Chromo* (1901), *O Colibri* (1904) e *O Sorriso*. Todos os citados se tratavam de experiências da chamada “imprensa artesanal”, de pequeno porte e pouca duração, criados frequentemente por uma ou duas pessoas. Nesse mesmo período histórico, a imigração de europeus e o início da industrialização no Brasil contribuem para o fortalecimento de lutas políticas. Segundo Buitoni (2009), é introduzido o jornalismo sindical e firma-se a campanha sufragista realizada por mulheres brancas, com algumas mulheres tomando atitudes concretas em busca de direitos como o voto às mulheres. Assim, as mulheres movimentavam-se e a imprensa consequentemente noticiava e comentava tais eventos.

Embora tentando ligar a mulher ao mundo material, tratando de sua educação, de sua saúde, de seus direitos, do trabalho feminino, de sua conscientização, de sua informação, do contato com o mundo proletário, é ainda uma mulher etérea, cultivadora de valores espirituais, o modelo proposto (BUIIONI, 2009, p.77).

Buitoni (2009) acrescenta que o ápice do consumo das revistas brasileiras voltadas ao público feminino se deu na década de 1970. Neste caso, as revistas passaram a ser um produto industrial, deixando de lado questões culturais. “As necessidades reais vêm atrás das necessidades artificialmente criadas pelos meios de comunicação” (BUIIONI, 2009, p. 114). Devido à alta quantidade de produção e surgimento de novas revistas, o conteúdo tornou-se mais diversificado, contendo edições especiais, páginas chamativas, preenchidas em grande parte por catálogos de mercadoria, intercalados por algumas matérias jornalísticas.

Ainda em termos históricos, de acordo com a autora, com o aperfeiçoamento cada vez maior das produções editoriais das revistas, os jornais ficaram obsoletos em relação a essa imprensa específica. Alguns jornais como *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*

mantinham poucas publicações destinadas especificamente para o público feminino apenas como um suplemento necessário devido à concorrência, com matérias inadequadas para a realidade brasileira, indicações de produtos, receitas estrangeiras e capítulos de romances.

Para referir-se a um exemplo que vai de encontro ao tema proposto nesta pesquisa, as pesquisadoras Prado e Sanematsu (2017) argumentam que em casos de feminicídio a mídia retrata a mulher de forma a reforçar estereótipos e culpabilizar a vítima, divulgando frequentemente imagens desnecessárias, buscando possíveis justificativas para o crime e abordando o fato com uma configuração sensacionalista, desrespeitando a vítima e seus familiares. Segundo as autoras, o monitoramento feito pelo Instituto Patrícia Galvão sobre a cobertura midiática dos casos de violência contra a mulher feito por jornais impressos e online em todas as regiões do Brasil retratou o feminicídio como uma manifestação de loucura do autor do crime ou doença, ou um descontrole causado por excesso de bebida ou drogas.

Prado e Sanematsu (2017, p.147) argumentam que parte da cobertura midiática procura focar as narrativas explorando uma “história de amor” com fim trágico ou “um ‘momento de loucura provocado’ pela vítima ou de um crime ‘monstruoso’ cometido por um ‘ser anormal’ e cruel, que mata com requintes de perversidade e depois mutila e destroça o corpo”, para criar um espetáculo e disputar audiência. Elas ainda destacam que ao transformar tais casos em espetáculos, a imprensa promove notoriedade aos autores dos crimes podendo estimular ou reforçar comportamentos violentos, como crimes de sequestro, cárcere privado e ameaças.

Outra constante nas notícias analisadas é a revitimização — quando a vítima do crime é apontada como culpada pelo o que sofreu. Além disso, foram comumente encontradas produções e divulgações que reforçam estereótipos sobre os papéis de gênero e comportamentos socialmente esperados das mulheres, que também são utilizados para a culpabilização da vítima quando esta não se encaixa nos padrões estipulados. Para as autoras, algumas expressões utilizadas na cobertura da imprensa em casos de feminicídio evidenciam estereótipos, como as frases frequentemente utilizadas: “crime passionnal”; “defesa da honra”; “violenta emoção” e “a mulher provocou até que o tirou do sério e o fez cometer um ato de loucura”. Observa-se nas notícias em veículos de imprensa nacionais, analisadas por Prado e Sanematsu (2017), que a maioria absoluta apresenta abordagem política, que se atém a reproduzir as informações das autoridades políticas responsáveis pelo caso, que também reforçam estereótipos e discriminações contra as mulheres.

Segundo Prado e Sanematsu (2017, p.151), a principal causa dos crimes de violência contra a mulher é a naturalização da desigualdade de gênero, que faz com que o agressor

objetifique a mulher ou a ex-mulher e se sinta no direito de controlá-la e discipliná-la. Consequentemente, a violência contra a mulher ser vista como algo corriqueiro contribui para que os atos sejam cometidos com frequência em frente a testemunhas, como familiares, ou em locais públicos, como no trabalho ou escola em que a vítima frequenta. “O autor sente-se no direito de mostrar a ação e até mesmo deseja a visibilidade do crime como forma de ‘lavar a honra’ e reforçar sua masculinidade e poder: ‘se não fica comigo, não fica com mais ninguém’”.

Quando se trata da violência de gênero, a imprensa tem um papel estratégico fundamental não só na formação de opinião, como também para ampliar e contextualizar debates e pressionar por avanços nas políticas públicas. Diante de um crime, não basta apenas a imprensa fazer seu papel primário, é necessário uma cobertura contextualizada, estabelecendo o caso individual com aspectos socioculturais envolvidos, como a desigualdade de direitos, controle e posse sobre o corpo das mulheres. “É importante ainda ter em mente que uma cobertura acrítica também é cúmplice da violência contra as mulheres” (PRADO; SANEMATSU, 2017, p. 146).

Para exemplificar o que foi exposto anteriormente e apresentar dados atuais da representação das mulheres nos veículos de imprensa brasileiros, o relatório *The Global Media Monitoring Project de 2020 (GMMP)* para o contexto do Brasil, apresenta um retrato das pautas que ocupavam o espaço nos meios de comunicação e as questões de representação de gêneros apresentadas nas notícias. De acordo com os dados divulgados, é possível observar que as mulheres foram mais identificadas como vítimas do que homens, principalmente em casos de crimes de violência doméstica, violações sexuais/estupros — as mulheres foram retratadas em 21 das 36 matérias que constavam vítimas.

De acordo com a pesquisa, as mulheres estão mais presentes em notícias relacionadas aos tópicos “Política, economia e social e legal” entre as notícias publicadas em jornais impressos, rádios e televisões. Já nos veículos de comunicação online, as mulheres estão presentes na maioria em notícias ligadas aos tópicos “Política e Governo”, “Crime e Violência” e “Social e Legal”. Outra variável da pesquisa mostra que as mulheres são mais vezes citadas por vínculos familiares, isto é, foram identificadas com o papel de mãe, esposa, filha entre outros (GMMP, 2020):

Enquanto as mulheres têm relações familiares (mãe, esposa, tia, filha etc) apresentadas em 23 das 68 notícias online em que aparecem (o que corresponde a cerca de 33% dos casos), os homens são referenciados a partir de relações familiares em apenas 15 das 185 notícias em que são mencionados (ou seja, cerca de 8% dos casos) (GMMP, 2020, p.25).

No que diz respeito às práticas jornalísticas, o monitoramento buscou identificar se são realizados cruzamentos com as representações de gênero nas notícias, como a seleção de fontes pode proporcionar ou não a presença das mulheres nas histórias e se tais representações possuem estereótipos de gênero ou abordagens que se relacionam aos direitos humanos. Com isso, os resultados apontam que as notícias que faziam algum tipo de referência às questões de igualdade de gênero, legislação de direitos humanos e políticos não passam de 8% do acumulado de jornais analisados. Nas notícias em portais online há mais notícias sem referência a estas questões do que o contrário. Como exemplo, o tópico “Política e Governo” possui 15 matérias sem referência à igualdade de gênero e quatro com referência, já em “Crime e violência” 12 não fazem referência ao tema e apenas uma faz.

Segundo os resultados do GMMP 2020 brasileiro, foram poucos os casos em que as notícias desafiaram estereótipos de gênero em jornais online. “Das 17 notícias publicadas no tópico ‘Economia’, por exemplo, nenhuma história desafiava estereótipos de gênero. Entre as 15 notícias relacionadas a ‘Política e Governo’, apenas duas desafiavam os estereótipos” (GMMP, 2020, p.27). O estudo aponta que as histórias com uma mulher ou grupo de mulheres em foco também são minoria. Entre os sete tópicos analisados apenas em “Celebridade, Arte, Mídia e Esportes” e “Gênero e Relacionado” as mulheres são foco na maioria das histórias. Nos demais, as mulheres contam com 10 histórias, contra 49 matérias focadas em homens. No entanto, mesmo nos casos onde a mulher é maioria, isso ocorre devido ao número reduzido de notícias, como é o caso do tópico “Gênero e Relacionado”, em que só há uma matéria.

Em suma, é possível identificar a partir do exposto que a representação da mulher nos meios de comunicação, desde o século XIX até os dias atuais, está relacionada aos papéis impostos pela sociedade, as violências enfrentadas diariamente. Adicionada a isso, as publicações da imprensa brasileira estão carregadas de estereótipos de gênero que naturalizam a sujeição das mulheres perante a sociedade, impactando na forma com que a população enxerga os papéis sociais de gênero destinados às mulheres. Além disso, nos casos em que as mulheres aparecem e são ouvidas na mídia, frequentemente há uma aderência a um perfil neoliberal, ou seja, a mulher empreendedora de si, que mantém discursos meritocráticos que apaga responsabilidades e problemas de ordem coletiva.

## **2.4 A violência presente na mídia cotidiana**

A partir dos entendimentos expostos no capítulo anterior, se faz evidente que as notícias são construções ligadas aos processos jornalísticos e estão relacionadas à ideia de

representação social da sociedade. Portanto, faz-se necessário ressaltar a contribuição do jornalismo para a discussão sobre a violência contra as mulheres tratada neste trabalho. De acordo com as teorias construcionistas do jornalismo apresentadas, a mídia é considerada um dos agentes construtores da realidade em que está inserida, podendo enquadrar acontecimentos e partir de determinada perspectiva, influenciando e sendo influenciada pelo contexto externo a fim de contribuir para a compreensão e transformação de fenômenos sociais (TRAQUINA, 2013; ALSINA, 2009).

Um importante elemento da pesquisa no campo jornalístico diz respeito aos critérios que levam um fato a se tornar notícia em detrimento de outro. As buscas em tentar entender esta condição contribuem para a estabilização de fundamentos essenciais no campo jornalístico. Um dos autores mais referenciados no Brasil nos estudos da construção da notícia, Nelson Traquina (2013) discute os conceitos de valor-notícia e de noticiabilidade. De acordo com o pesquisador, a partir da perspectiva etnoconstrucionista, as notícias são o resultado de um processo de produção definido como a percepção, a seleção e a transformação de um acontecimento inicial em um produto. O autor ainda define a noticiabilidade como “o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico” (TRAQUINA, 2013, p.63), ou seja, os critérios de noticiabilidade são valores-notícia contidos em um acontecimento que o fazem adequados para se tornar uma “matéria noticiável”.

A pesquisadora Gislene Silva (2014) sugere que a partir de determinadas pesquisas no campo da notícia e do jornalismo é evidente que os valores-notícia fazem parte de todo o processo de produção da informação jornalística. A autora argumenta que tais pesquisas também demonstram que na seleção do acontecimento, valores noticiosos definem o mesmo tipo de acontecimento, mas com termos sinônimos. Assim, Silva (2014) realiza um levantamento dos critérios elencados por diversos autores ao longo de décadas dos estudos da produção de notícias que atribuem valor a um ocorrido.

Silva (2014) expõe que desde o considerado primeiro estudo sobre o jornalismo registrado na pesquisa acadêmica ocidental, a tese *De relationibus novellis*, apresentada em 1690 na Universidade de Leipzig por Tobias Peucer, a violência já era elencada como um fator de valorização do acontecimento para se tornar notícia, já que dentre os aspectos levantados pelo autor se encontram “as monstruosidades, as desgraças e as mortes ocorridas na época”. A partir do século XVII, o erudito alemão já elencou características dos acontecimentos que mereciam ser reconhecidos pelo público, destacando que o que é comum e normal não possui valor informativo. Silva (2014) então elabora uma tabela operacional

elencando valores-notícia listados por diversos autores no decorrer da segunda metade do século XX, a partir de levantamentos realizados por Nelson Traquina, Mauro Wolf, Michael Kunczik, Manuel Carlos Chaparro, Mários Erbolato e Nilson Lage. Diante dos 13 grupos de autores que elencam os valores-notícia apresentados por Silva (2014), a questão da violência é identificada em dez listas, com termos sinônimos como: conflito pessoal, assassinato (crime/violência), negativismo, conflito, escândalo sexual/crime e polêmica. Sendo assim, tal tipologia de acontecimento é considerada um fator informativo importante pela maioria dos autores que elencam os valores-notícia como pré-requisitos para seleção jornalística.

Sobre os valores-notícia, Traquina (2013) destaca que estes estão enraizados na cultura jornalística, assim como a estima pelo inesperado na rotina dos(as) jornalistas. Conforme as palavras do autor, “o mundo jornalístico pressupõe uma referência a uma noção de ‘normalidade’ como ponto de referência fundamental. Assim, a ruptura da ‘normalidade’ consegue um lugar de referência do mundo das notícias” (TRAQUINA, 2013, p.96). Além do mais, o pesquisador sublinha que as características dos valores-notícias são vastas, com diversas variações, assim as diferenças mais evidentes encontradas podem esconder semelhanças profundas, deixando os produtos jornalísticos mais homogêneos do que se imagina.

No que tange às representações da violência nos meios de comunicação, Sodré (2006) aponta que a mídia é posta no centro das interrogações sobre o fenômeno da violência, principalmente em momentos em que é registrado um aumento de todas as formas de violência na sociedade. Levando tal destaque em consideração, o autor apresenta uma interessante classificação das modalidades diferentes de violência.

A primeira listada é a “violência anômica”, que Sodré (2006) define como aquela com características marcadas de crueldade, muito perceptíveis na sociedade e que ganham destaque na mídia e em estatísticas oficiais. Um exemplo seriam os casos de violência contra a mulher, tema central do presente estudo. Em seguida vem a “violência representada”, casos de violência e agressão cotidianos viabilizados publicamente e alimentados pelo jornalismo e por programas de entretenimento para conquistar uma maior audiência. O terceiro ponto é a “violência sociocultural”, que ocorre contra determinados grupos e minorias, como a violência racial, contra homossexuais ou contra as mulheres. A “violência sociopolítica” é praticada através de aparelhos repressivos do Estado e pode incluir a violência anômica, como em casos de etnocídios. Por fim, Sodré (2006, p.13) cita o “estado de violência” ou “violência social”, que ocorre de forma “silenciosa, invisível, burocrática, decorrente de um modelo social fixado pela hipertrofia centralista do poder”.

Uma modalidade de violência que dialoga com a “violência sociocultural” de Sodré (2006),   a violência simbólica, apresentada por Bourdieu e Passeron (1975), que pode ser definida como uma violência velada onde as próprias vítimas não se veem como vítimas. Esta não ocorre através de atos, mas pelo processo de submissão através do pensamento e das ideias dos dominantes sobre os dominados. De acordo com os autores, esta categoria também está associada ao regime patriarcal, quando a mulher   submetida a apreender formas determinadas de falar, de pensar e de agir como inferior ao homem dominante. Bourdieu e Passeron (1975) destacam que a violência simbólica age na determina o e reprodu o das representa es de um comportamento ideal para as mulheres, que   proliferado por demais indivíduos da sociedade e pelo jornalismo.

No que tange às modalidades de violência elencadas acima, Sodré (2009, p. 13) explica que tais características não são excludentes uma das outras e podem ser representadas juntamente. “Normalmente, porém, quando a m dia fala de violência, refere-se   anomia dos crimes e assaltos, objeto espetacularizado das estatísticas”. Para melhor explicitar o relacionamento entre as massas e os meios de comunica o modernos, o autor utiliza as terminologias empregadas por Guillaume (1989 *apud* SODRÉ, 2006), que afirma que a m dia pertence a um modelo geral de irradia o, onde um centro irradia efeitos de mensagens para um coletivo. De acordo com o pesquisador, essa defini o vai de encontro com o modelo de encadeamento, que   a circula o sequencial de efeitos na coletividade (a epidemia, o rumor, a imita o, a circula o da violência são dependentes desse modelo).

Para Sodré (2009), faz-se importante compreender a partir desta abordagem os papéis efetivos dos meios de comunica o de massa no Brasil no impulsionamento da violência. Para o autor,   possível extrair um balizamento a respeito dessa questão a partir de avalia es qualitativas feitas pela observa o participante por pesquisadores e pela própria imprensa, funcionando como historiografia do cotidiano. Dentro de tais pesquisas, o pesquisador destaca opiniões como:

Quando os meios de comunica o mostram a metrópole ao resto do país como lugar onde se trabalha pouco e se ganha muito, uma espécie de paraíso da classe média e do consumo, poderiam estar alimentando a violência latente. Ou então: incitar as popula es de baixa renda ao consumo desenfreado seria concorrer para o aumento das frustra es e da violência (SODRÉ, 2009, p. 33).

Sodré (2009) argumenta que uma cultura transnacional do espetáculo dirigida por consórcios comerciais, sem d vidas impacta ideologicamente sobre os sistemas culturais e educacionais. Entretanto, análises baseadas em um transbordamento informacional tendem a

simplificar esse fenômeno. De acordo com o pesquisador, essa limitação se dá a partir da noção de que a mutação cultural profunda não decorre da quantidade de informações ou da novidade veiculada pelos meios de comunicação, e sim das relações do sujeito mantidas com o real. No Brasil, os meios de comunicação e a violência social se relacionam através da forma como o sistema avançado de comunicação se articula com as condições de vida da população. “O hiato entre a telerrealidade do consumo e a escassa realidade histórica da satisfação dos desejos midiaticamente produzidos é gerador de frustrações reais e, potencialmente, de violência” (SODRÉ, 2009, p. 37).

Para o autor, ao conectar indivíduos através da difusão de informação com um pano de fundo comum, os meios de comunicação de massa se legitimam como autônomos, mesmo sendo financiados por organizações econômicas. Deste modo, as integrações, normatizações ou táticas de obtenção de coerência social a partir da mídia geram um fluxo de acontecimentos diversificados que é organizado através de um mediador, os meios de comunicação de massa, por diferentes lugares, temas, participantes e estilo de emissão dos fatos. Um exemplo apresentado por Sodré é o estilo dramático ou espetacular de emissão, com foco em distrair o público, que pode regular as identificações sociais, administrar o *ethos* modernizante e simular padrões de conduta. Essas ações não necessariamente implicam com que o espectador siga exatamente os padrões midiaticizados, mas se tornam a marca oficial do sistema organizacional, onde a mídia passa a ignorar quaisquer outras cenas públicas. Nesse sentido, para Sodré (2009, p. 76), o modelo apresenta uma informação enquanto “produção e gestão de uma sociabilidade artificial, encenada num novo tipo de espaço público, cuja forma principal é a do espetáculo”, ou seja, não se trata de uma simples transmissão de conhecimento como informação.

No que tange às catástrofes, dos desastres às violências presentes na sociedade, Sodré (2009) reflete que funcionam como um contraponto para a continuidade da ideologia daqueles que pregam pela universalidade da economia, da democracia e da moralidade ocidental. Consequentemente, as exigências coletivas de uma moral restaurada surgem de acordo com o nível de ameaça de catástrofes. O pesquisador brasileiro sugere que a mídia constitui uma das maiores encarregadas de difundir atos agressivos como gênero catastrófico, gerando medo excessivo e pânico na sociedade. Esse medo é utilizado como recurso de economia discursiva com grande poder de sedução do telespectador. Sodré (2009, p. 98) exemplifica: “o soco ou o tiro do herói no vilão poupa o espectador de longas pregações morais contra o mal”.

De modo geral, a exibição desse fato violento dramatizado serve como uma tentativa de banalizar o trágico no cotidiano social. Com a crescente visibilidade de desastres,

agressões, homicídios, assaltos ou atos violentos no geral, com simulações midiáticas, a violência perde seu caráter de excepcionalidade e se banaliza, tornando difícil a sua conceituação e distinção. “Quando não se sente, nem se sabe mais exatamente o que é violência, fica em seu lugar o ódio, — tão visível na indiferença predatória das elites quanto na crueldade física dos atos de agressão anômicos” (SODRÉ, 2009, p. 108).

Quanto às dificuldades relacionadas aos estudos de violência e suas repercussões decorrentes da cobertura jornalística, as pesquisadoras Paiva e Ramos (2017) apresentam estudo sobre a violência na mídia brasileira, realizado pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes (CESeC) em 2017. O levantamento<sup>14</sup>, que analisou 1.778 notícias entre maio e setembro de 2015 em sete jornais brasileiros, mostrou que a cobertura noticiosa da violência tem ganhado cada vez menos espaço nos veículos de imprensa. Ao comparar os resultados com a mesma pesquisa feita 11 anos antes, as pesquisadoras destacam uma queda significativa das notícias sobre a violência. “Quando comparamos o número de matérias na amostra de 2015 com a de 2004, ambas criadas de maneira idêntica, identificamos um resultado surpreendente: a diminuição de mais de um terço (35,1%) na quantidade de textos publicados” (PAIVA; RAMOS, 2017, p.8).

Por outro lado, ao comparar os números de publicações com a taxa de violência do Brasil, é descartada a hipótese de que a redução da cobertura corresponde à diminuição das ocorrências violentas no país. De acordo com dados do Mapa da Violência de 2010 e do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2016, a taxa de homicídios do Brasil manteve-se alta entre 2004 (com 48.374 casos) e 2015 (que registrou 55.574 ocorrências). Paiva e Ramos (2017) indicam que um dos motivos para o desencontro das taxas é que houve uma explosão de mortes intencionais em estados do Norte e Nordeste do país, no entanto os veículos de imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo não acompanharam os fenômenos ocorridos nas outras regiões. Isso porque as regiões fluminense e paulista apresentaram uma acentuada queda nos números de homicídios registrados ao longo da década. No Rio, a taxa era 49,2 por 100 mil habitantes em 2004 e passou para 26,4 por 100 mil em 2015; em São Paulo, foi de 28,6 para 9,8.

Paiva e Ramos (2017) ainda fazem uma crítica àqueles que defendem que a mídia exagera ao tratar da violência no Brasil, colocando-a como responsável pelo aumento da violência urbana no país. Segundo as autoras, reivindicar a diminuição do número e o destaque das notícias para o tema da violência poderia reduzir o debate sobre as políticas de segurança pública.

---

<sup>14</sup> Pesquisa disponível em [Midia-e-Violencia\\_2016\\_Versao4.pdf\(ucamcesec.com.br\)](http://Midia-e-Violencia_2016_Versao4.pdf(ucamcesec.com.br)). Acesso em: 10/09/2022.

Nós já defendemos no livro *Mídia e Violência* (2007) que ‘exagerada é a violência brasileira’, com seus 58 mil homicídios e 45 mil estupros por ano. Com um milhão de carros roubados em dois anos, 584 mil presos (sendo 40% ainda sem julgamento) e nove mortos pelas polícias brasileiras todos os dias, dificilmente podemos acusar os jornais de exagerar ao publicar uma pequena parte do cotidiano violento em que vivemos (PAIVA, RAMOS, 2017, p. 11).

No que tange a análise voltada ao conteúdo das matérias, a pesquisa demonstra que durante muito tempo as páginas policiais eram dominadas por notícias de crimes específicos, como assassinatos, brigas e crimes sexuais, e sobre bandidos “famosos”. Ao investigar os principais focos de notícia nos jornais em 2015, foi constatado que crime e polícia representam mais de 50% da cobertura. “Mas talvez surpreenda o leitor saber que não é o ato criminal, e sim a atuação das polícias, o tema predominante das notícias” (PAIVA; RAMOS, 2017, p.16).

Apesar dos avanços constatados nos últimos anos, as pesquisadoras esclarecem que as coberturas da violência eram menosprezadas nas redações, não só dentro da imprensa, mas também na academia e também na sociedade. Na editoria de crime trabalhavam jornalistas especializados, mas com menos acesso a cursos e formações. Além disso, eram utilizadas apenas fontes policiais, com um noticiário factual com apenas o relato de um crime que ocorreu no dia anterior. Essa realidade começou a ser alterada a partir do anos 1990, quando houve um agravamento da crise de segurança, levando o tema a tornar-se preocupação da sociedade brasileira. Assim, a cobertura midiática da violência urbana começou a ser elaborada de forma mais integrada com temas relacionados à saúde, educação ou trânsito. Paiva e Ramos (2017) ainda destacam o aumento de reportagens investigativas e contextualizadas, dando mais destaque a dados, a artigos e a análises sobre os casos.

Ao debater o próprio método do levantamento, as autoras destacam que foram incluídas questões adicionais aos questionários como uma tentativa de verificar a proporção de textos que apresentavam algum tipo de debate ou citação de questões sociais relacionados ao fato tratado. “Mas o resultado da verificação em 1.778 textos é muito expressivo do verdadeiro deserto de contextualização que acompanha as notícias” (PAIVA; RAMOS, 2017, p. 34). De acordo com o estudo, é nítida a ausência de discussões acerca da violência doméstica, diversidade sexual, de cor e raça. Dentre os textos analisados, apenas 3,8% incluíam fatores como cor e raça citados ou analisados, sendo que a maioria referia-se a notícias internacionais que possuíam tal enquadramento desde sua produção inicial. “Como as mortes de jovens negros pela polícia, que motivaram tensão racial, manifestações e manchetes explícitas sobre o problema da violência e seu viés racial nos EUA”. Paiva e Ramos (2017)

ainda destacam que as causas e consequências para a violência, com tentativas de investigação e análise do contexto dos crimes e atos violentos, são debates levemente mais presentes nas matérias, com uma taxa um pouco mais alta, com 8,6%, e maior em jornais “formadores de opinião” — com quase 20% no veículo *O Globo*.

## 2.5 Identidade regional e a violência em Mato Grosso do Sul

Após uma contextualização da violência contra a mulher e a violência na mídia, faz-se necessário uma busca pelas formas de construção da identidade sul-mato-grossense — estado em que se localiza o veículo de imprensa que constitui corpus deste trabalho — e a evolução econômica, social e política que resultou na divisão com o estado e Mato Grosso. Além disso, é objetivada a contextualização e a compreensão das diversas violências inseridas no processo histórico de divisionismo e a tomada de poder político através do coronelismo, que podem refletir no processo histórico para a normalização da violência em Mato Grosso do Sul.

Em debates acerca da identidade de Mato Grosso do Sul, há abordagens de pesquisadores e historiadores que são bases inevitavelmente precisas para uma maior reflexão e pesquisas mais aprofundadas. Assim, fazem-se necessárias as observações de autores regionais como Marisa Bittar (2009; 2016), Paulo Cimó Queiroz (2006), Alisoete Weingartner (1995) e Valmir Corrêa (2006; 2009), que tratam das relações entre a trajetória histórica de mais de um século entre o nascimento dos ideais divisionistas e a separação dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e as identidades construídas neste período. Para Bittar (2016), tratar sobre o processo de ocupação do sul de Mato Grosso relaciona-se à própria divisão do estado, visto que essas raízes se encontram com o início da povoação branca na região<sup>15</sup>.

De acordo com Valmir Corrêa (2009), desde o processo de ocupação territorial em decorrência do interesse na mão de obra escrava indígena, foi moldado na região de Mato Grosso uma sociedade violenta e instável. As condições hostis da região que hoje compõem Mato Grosso e Mato Grosso do Sul resultaram na criação de uma sociedade identificada por sua violência cotidiana. “Da descoberta de ouro decorreu a introdução do homem num

---

<sup>15</sup> O antigo estado de Mato Grosso foi marcado por conflitos desde o início do povoamento na região, no século XIX, caracterizado pela disputa e divisão de terras entre as famílias mineiras e paulistas recém chegadas e os indígenas que já ocupavam a região. Após a guerra do Paraguai, a empresa Mate Comitiva tomava posse de grande parte da região sul do estado e impedia o povoamento do local junto ao governo estadual. Com isso, nasceram as primeiras ideias divisionistas, que se alastraram com a disputa de poder entre a porção norte e sul de Mato Grosso. Em 11 de outubro de 1977, o governo Geisel encontrou na divisão de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul a solução para tais conflitos (BITTAR, 2016).

ambiente cuja hostilidade variou desde doenças epidêmicas até ataques indígenas, levando-o a uma coexistência forçada com a violência extrema” (CORRÊA, 2009, p. 58).

Durante o século XX, além da violência e hostilidade presentes entre o homem e a natureza na região, que influenciava fortemente no modo de viver da população, o sul de Mato Grosso foi fortemente impactado pela Guerra do Paraguai, que resultou em um grande conflito envolvendo diversos países da América do Sul<sup>16</sup>. Para Corrêa (2009), a preocupação do lado sul da fronteira oeste causou profundas marcas no desenvolvimento da região. Vale ressaltar que mesmo após o término da Guerra do Paraguai, a região permaneceu com um clima de instabilidade e violência. O autor argumenta que no período de reconstrução e reocupação das áreas fronteiriças, as leis foram simplesmente ignoradas, promovendo uma impunidade à região.

Seus efeitos tiveram, então, no plano político o poder de renovar as lideranças provinciais com o surgimento de novos grupos de pressão que passaram a atuar no cenário republicano. No norte do estado configurou-se, porém, a permanência das velhas lideranças da província ao lado de outros grupos, caracterizando uma nova composição de poder. No sul, por outro lado, emergiram novos grupos no processo de reocupação das terras da região devastada pela guerra e posse das imensas glebas aparentemente desocupadas da fronteira e do pantanal (CORRÊA, 2009, p.66)

Corrêa (2009) explica que os grupos da nova frente de ocupação do território, ou seja, os coronéis lutaram entre si pela conquista de terras, e contra os grupos do norte, para obter controle político de Mato Grosso. Devido a esses conflitos surgiram verdadeiros focos de banditismo principalmente na região sul. Esse banditismo expandiu-se junto às lutas coronelistas, integrando os grupos de recuperação e mantendo-se com apoio dos coronéis. “Essa relação coronéis — bandidos evidenciou uma especial fase do banditismo na região, identificada com as disputas pelo poder local e pela posse de terras” (CORRÊA, 2009, p.66).

Segundo o pesquisador, com a implantação da república no estado a situação das lutas pelo poder de mando foram intensificadas, abrangendo a violência e o espaço para a atuação do coronelismo. Consequentemente, Mato Grosso tornou-se uma "terra sem lei", dando razões para a conotação de povo armado que a região recebeu no período. Isso porque o contato fronteiriço facilitava a aquisição de armas e assim os coronéis possuíam um grande abastecimento de armamento. “Uma vez armados pelos coronéis (que não raro possuíam verdadeiros arsenais), era quase impossível recuperar após as refregas esse armamento

---

<sup>16</sup> A Guerra do Paraguai, também conhecida como Guerra da Tríplice Aliança e Grande Guerra, foi um conflito bélico de grande repercussão latino-americana. O confronto ocorreu entre 1864 e 1870, mobilizando países como Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai por questões de interesse político, territorial e econômico na região da bacia platina (DOURADO, 2010).

distribuído. Portanto, a arma foi parte integrante do homem da região, como componente indissociável do seu próprio corpo” (CORRÊA, 2009, p. 70).

### 2.5.1 Conflitos históricos e a construção da identidade sul-mato-grossense

Quanto à identidade sul-mato-grossense, o pesquisador Paulo Cimó Queiroz (2006) argumenta que os primeiros esboços de uma sistematização são estabelecidos a partir do século XX por intelectuais cuiabanos que buscavam restabelecer as representações do povo mato-grossense. Para o autor, a construção dessa imagem foi realizada como uma reação às representações negativas e bárbaras elaboradas por viajantes estrangeiros e brasileiros. Assim, o Estado era visto como atrasado, selvagem, com um povo ignorante, preguiçoso e vingativo. Para desconstruir essa imagem, intelectuais de Mato Grosso buscaram construir uma nova representação, construindo a identidade mato-grossense. Além disso, essa identidade foi elaborada com objetivo de estabelecer uma primazia do mando e distinção social da elite local frente à ameaça representada pelos novos grupos que chegavam ao estado e impulsionaram o desenvolvimento da região.

Passam então a se considerar como sentinelas avançadas da civilização no sertão. Ao invés de “selvagens”, reforçam a origem paulista [bandeirante], quando não da “melhor estirpe europeia”; e, ao invés de “sanguinários”, constroem as imagens de “revolucionários”, “patriotas” e “destemidos”. No lugar de “preguiçosos”, colocam-se como gente adaptada à rudeza do meio, amante do progresso, disposta ao sacrifício em nome do “amor à terra natal”. Por fim, mesmo diante de situações adversas, se dizem amantes das artes, da religião, cultuadores da ciência (ZORZATO, 1998 *apud* QUEIROZ, 2006, p. 153).

O autor destaca que muitos desses aspectos da construção identitária, no que se refere a composição étnica, beneficia-se de origens europeias e ignoram as características indígenas do estado. Segundo Queiroz (2006), ser um “defensor fronteiriço” era considerado uma característica destacante da brasilidade mato-grossense na época, assim como a figura do pioneirismo. Associados a esses, encontra-se a imagem de uma região com natureza rica e exuberante, abundante de recursos naturais e clima salubre.

Queiroz (2006) explicita que o processo histórico da constituição do discurso identitário foi influenciado grandemente por diferenciações regionais existentes no Mato Grosso, já que o território correspondia ao atual estado de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul e Rondônia. Desse modo, distinguia-se em três porções:

O Norte (a parte mais propriamente amazônica, correspondendo ao atual estado de Rondônia e à porção setentrional do atual estado de Mato Grosso), o Centro (isto é, a região polarizada pela capital, Cuiabá) e o Sul (que se costuma identificar ao atual estado de Mato Grosso do Sul mas que tinha, à

época, contornos imprecisos – ficando indeciso, por exemplo, se nele se incluía ou não a cidade e o enorme município de Corumbá) (CORRÊA, 2006, p. 154).

Com o desenvolvimento econômico avançado do sul do Mato Grosso surgem debates importantes a respeito do divisionismo no estado com reivindicações separatistas da porção sul da região. Queiroz (2006) estabelece três aspectos que explicam o avanço do sul a partir do fim da Guerra do Paraguai em 1870. Inicialmente, Corumbá tem o comércio local alavancado com a liberação de embarcações que fazem ligação com a foz do Rio da Prata, consolidando principalmente a indústria da erva mate. Outro aspecto importante é o influxo migratório de brasileiros oriundos de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul, além de estrangeiros, em maior escala vindos do Paraguai e do Japão.

Diante do contexto de ascensão das cidades localizadas ao sul do estado, originam os primeiros elementos de distinção entre os sulistas e nortistas de Mato Grosso, evidenciando um mal estar cultural por parte dos nortistas, já que aparentemente a identidade estigmatizada pela ideia de barbárie não atingia todos os mato-grossenses do mesmo modo. Queiroz (2006) indica que as elites sulistas haviam explorado a seu favor determinados componentes da identidade estigmatizada. Para exemplificar tal ocorrência, o autor apresenta uma denúncia feita em 1912 por um jornal cuiabano onde dois representantes do sul disseminaram que o povo do norte do estado era uma raça degenerada, contaminada pelo amarelão e incapaz de qualquer progresso. “Ao passo que o sul está sendo povoado por uma raça forte de aventureiros gaúchos que no futuro deverá dominar o estado de Mato Grosso” (QUEIROZ, 2006, p. 157).

Segundo Bittar (2009), as primeiras sistematizações das reivindicações de divisão de Mato Grosso surgem durante as décadas de 1920 e 1930, presentes nos documentos produzidos pela chamada Liga Sul-mato-grossense. Nesse período, as elites sulistas decidem radicalizar a posição favorável à separação entre sul e norte. A Liga Sul-mato-grossense foi fundada em 1932 por estudantes do Rio de Janeiro, filhos das elites do sul de Mato Grosso. O movimento lançou três documentos principais, que apresentam os primeiros esboços de uma identidade específica da região. Um “Manifesto aos habitantes do sul de Mato Grosso”, de outubro de 1933; um “Manifesto da mocidade do sul de Mato Grosso ao Chefe do governo provisório”, de janeiro de 1934; e uma “Representação dos sulistas ao Congresso Nacional Constituinte”, de março de 1934. Além desses, foi divulgado também um documento em resposta às críticas feitas pelo então General Rondon, intitulado “A divisão do estado:

resposta ao General Rondon”, também de março de 1934, que apresentava o mesmo teor dos anteriores.

Queiroz (2006) apresenta os pontos centrais dos documentos acima citados, com uma divisão que segue duas direções. A primeira seria a atribuição dos estigmas pejorativos elaborados pelos intelectuais nortistas exclusivamente ao norte de Mato Grosso. O segundo refere-se a apropriação e transformação de argumentos iniciais da identidade, no entanto retificados como exclusivos dos povos do sul do estado.

No primeiro bloco, revela-se uma verdadeira tentativa dos autores de “A divisão do Estado”, em representar Cuiabá de uma forma pejorativa, ferindo a essência da identidade construída pelos nortistas, se posicionando contra tudo que se referia à Cuiabá e aos povos do norte e centro do estado. Eram atribuídos aos nortistas termos como atrasado e decadente em diversas questões, desde as técnicas de criação de gado à falta de impulso industrial, ou seja, elementos que pudessem inferiorizar a população do norte em relação ao sul.

O autor argumenta que em diversas ocasiões do documento é enfatizado uma suposta fundação da “civilização sulista” em pleno “deserto”. “Os atuais descendentes dos primeiros invasores ocuparam terras virgens, que os espanhóis abandonaram ante a batida paulista, dois séculos antes”, escrevem (A DIVISÃO DE MATO GROSSO..., 1934, *apud* QUEIROZ, 2006, p 162). Além do mais, as elites sulistas também mostram tentar desvincular essa civilização sulista de qualquer influência cuiabana, enfatizando a presença de uma população oriunda de outros estados do país, como Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, além de imigrantes estrangeiros, sejam paraguaios ou de outros continentes.

A origem relacionada a outros estados da federação atribui diferenças marcantes entre as duas porções do estado, como a disposição para o trabalho e a associação intrínseca à modernização. Já o espírito pioneiro e protetor das fronteiras nacionais, decorrente da ideia de que as terras foram ocupadas a partir do “deserto”, são ressignificados como elementos constitutivos dos povos do sul. Para isso, enaltece a participação dos sulistas na resistência à invasão paraguaia. Esse pioneirismo é destacado como aspecto do sujeito que encontrou um “deserto” e transformou em uma manifestação de modernidade, civilização e desenvolvimento, atribuindo também a este o exercício de mando por meio das armas como poder político.

Queiroz (2006) conclui que o mais evidenciado na apropriação da identidade construída são os esforços dos sulistas em rechaçarem qualquer representação de barbárie, afirmando-se como civilizados, modernos e economicamente desenvolvidos. Desta forma, as características positivas atribuídas especificamente aos sulistas ocorrem apenas por uma

oposição aos aspectos cuiabanos, como quando encaixam o sul como dinâmico e civilizado e o centro/norte como estatistas e decadentes. Em diversos aspectos citados no documento, o sul é sempre caracterizado como adiantado em relação ao restante do estado, seja na indústria, transportes, criação de gado, nas formas de construção.

Além de atribuir todas as representações negativas ao centro e ao norte de Mato Grosso e as positivities ao sul, a culpa por qualquer problema que atingia os sulistas caía sobre os mandatários da capital, os cuiabanos. Problemas como a falta de segurança pública, educação e saúde eram consequências da má gestão, abandono e opressão dos governantes de Cuiabá. Queiroz (2006) detalha que tal opressão representava uma dominação política em negação à soberania do sul. No documento, era destacado que a política de Cuiabá agia sempre contra o sul para derrubar chefes locais, inclusive com ameaças políticas.

Queiroz (2006) sintetiza que os esforços para a definição identidade exclusivamente sul-mato-grossense não tiveram continuidade e tal invenção seria retomada apenas após a criação de Mato Grosso do Sul, em 1977. Após a Constituinte de 1934, o movimento divisionista foi perdendo forças no sul do estado. O autor ressalta que o arrefecimento do movimento foi tamanho, que os próprios divisionistas ficaram surpresos quando a decisão do governo federal de dividir o estado foi efetuada de fato. Para o pesquisador, esse fenômeno pode ser compreendido ao observar que a divisão sempre foi um processo encarado como um objetivo tático pelos líderes sulistas, para promover uma estratégia mais importante. Nesse sentido, o movimento se tratava de um meio para alcançar o poder estadual, que ficaria limitado à porção sul de Mato Grosso.

Nesse mesmo caminho, Marisa Bittar (2009) analisa que a criação desse novo estado também ocorreu por desvios de poder realizados no interior da ditadura militar, feitos por acordos com políticos mandantes da época. Em pesquisa a respeito da década de 1920, Bittar (2009) comprova que os líderes sulistas citados pela historiografia antes da criação do estado estavam preocupados em sua maioria com as lutas pela posse de terras entre os coronéis ou para obter poder político de mando e pouco se importavam com a separação ou criação de um novo estado em si. Desse modo, fica claro que a questão principal era a luta pelo poder, desde o momento da criação de um ideal divisionista, que já se encontrava em meio às lutas coronelistas no fim do século XIX e início do século XX.

A pesquisadora Alisoete Weingartner (1995) argumenta que a criação de Mato Grosso do Sul é resultado de um longo movimento, com características socioeconômicas, políticas e culturais. A autora ainda destaca que a resistência da população sul-mato-grossense é uma das características que fazem parte da história do estado desde os primeiros tempos de conquista

espanhola. Segundo Weingartner (1995), as ideias divisionistas surgiam sempre que havia um rompimento do acordo oligárquico ao não atender as demandas sulistas. Weingartner (1995) define o coronelismo como uma forma de manifestação do poder público sob domínio dos proprietários rurais.

A atividade política dos coronéis caracterizava-se pelo confronto armado, isto é, a disputa pelo poder sócio-econômico e político como forma de revelar ou garantir a supremacia de certos grupos oligárquicos no estado passa pela luta armada e, não raro, pelo aniquilamento das lideranças (WEINGARTNER, 1995, p.23).

Para Corrêa (2006), os aspectos históricos de desenvolvimento aumentaram a desigualdade econômica da porção meridional em relação às terras setentrionais do estado de Mato Grosso e forneceram desde o início divergências políticas entre as elites sediadas em Cuiabá, capital do estado, e as novas elites sulinas. Esta nova elite apresentava como atividade principal a pecuária extensiva, e, portanto, predominava o latifúndio como fonte de poder econômico e político. Consequentemente, manifestou-se uma dualidade no fenômeno do coronelismo. Corrêa (2006) observa que os líderes políticos do sul tinham um sentimento de insatisfação com a condição em que se encontravam, de meros caudatários das oligarquias nortistas. No entanto, simultaneamente sentiam-se impotentes para disputarem o poder diretamente com essas oligarquias, elaborando, então, a tática divisionista. Desse modo, como estratégia, os coronéis sulistas viram o separatismo como uma alternativa à tomada de poder para anular a dependência política do norte e viabilizar o poder de mando da região.

O autor detalha que durante o período da República Velha surgiram coronéis em todo o Mato Grosso, que "pegavam em armas" pelo poder. Os "coronéis guerreiros", que faziam da vontade política suas próprias razões e interesses como base fundamental de seu poder, se restringiam apenas ao sul do estado. As lutas armadas possuíam um padrão invariável em que um coronel ou um grupo de coronéis utilizava armas para ir contra o governo ou alguma outra autoridade local quando seus interesses eram afetados. Como resposta a isso, outros coronéis armavam-se para defesa, que resultou na formação de batalhões paramilitares.

Assim, ao mesmo tempo que coronéis, isoladamente ou em grupos, defendiam seus interesses pessoais e familiar, posicionavam-se também em relação à divisão entre o norte e o sul do estado, fomentando um regionalismo que se mesclava aos seus interesses políticos mais restritos (CORRÊA, 2006, p. 62).

Desse modo, as lutas coronelistas serviam para divulgar a ideia do divisionismo e contribuíam para o amadurecimento das oligarquias sulistas, já que os moradores do sul de Mato Grosso também participavam das ações políticas e confrontos armados, combatendo ou

financiando as lutas. As ações coronelistas em Mato Grosso possibilitaram a compreensão da formação econômica e social. Para manter a unidade estadual, o poder público e o privado fizeram alianças através das oligarquias regionais. Assim, o governo estava sempre atento a qualquer ideia divisionista, respondendo de forma imediata com repressão violenta e propagandas oficiais na imprensa regional.

Como consequência, o estado se encontrava em uma disputa de lados. De um lado estavam as oligarquias do norte, que detinham o poder político estadual e utilizavam esse poder para se impor ao sul, situando-os como apenas um suporte na composição política. No outro extremo, o sul resistia ao poder nortista com controle dos coronéis a serviço do governo estadual, mesmo sem ter qualquer direito decisivo. A história de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul foi a de um povo armado, caracterizado pelo uso extremo da violência que se confundiu com o modo de vida da população destas regiões. “As disputas coronelistas só vieram reforçar ainda mais as condições favoráveis ao desenvolvimento do banditismo, envolvendo bandidos, não raras vezes, em lutas político-partidárias locais” (CORRÊA, 2009, p. 69). O autor argumenta que a violência presente no estado eram manifestadas de forma tão explícita e rotineira, que causaram uma naturalidade que surpreendia até mesmo viajantes que passavam por Mato Grosso.

Para facilitar a visualização desse histórico de violência em Mato Grosso do Sul que persiste ao longo dos anos, faz-se relevante apresentar alguns dados sobre a violência no estado a partir do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022<sup>17</sup>. Segundo a pesquisa, foram registrados 1.196 casos de crimes violentos letais intencionais no estado, entre casos de homicídio doloso, latrocínio e lesão corporal seguida de morte. Além disso, também foi constatado que nos dois anos houve 1.204 tentativas de homicídio e 20.074 lesões corporais dolosas. No total das mortes intencionais, mais de 70% dos casos o instrumento utilizado foi uma arma de fogo, possivelmente consequência do total de armas em posse e porte ilegal dos sul-mato-grossenses. O estudo mostra que são 2.750 armas ilegais, além das 1.900 que foram apreendidas em 2020 e 2021.

Neste contexto, conclui-se que a violência passa a integrar uma matriz histórica no modo de constituição da identidade sul-mato-grossense, com efeitos de legitimação do uso da força na concepção de vida cotidiana. Os resultados deste padrão identitário no qual a violência é legitimada como uma característica do dia-a-dia — seja contra indígenas, quilombolas, trabalhadores rurais e mulheres, dentre outros grupo minoritários — caracteriza

---

<sup>17</sup> Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=15>. Acesso em jan. de 2023.

a construção de representações sociais também em termos midiáticos — os “quadros primários” na perspectiva de Goffman (2012). À luz deste debate, pavimenta-se o terreno para a análise empírica dos enquadramentos sobre a violência contra a mulher no próximo capítulo.

### **3. A VIOLÊNCIA COTIDIANA CONTRA A MULHER REPRESENTADA NO JORNAL *CORREIO DO ESTADO***

#### **3.1 Categorização e descrição**

A categorização e descrição dos conteúdos selecionados para a análise de enquadramento foram realizadas com base nos principais assuntos tratados nos textos jornalísticos publicados pelo jornal *Correio do Estado* no período entre 2020 e 2021. Foram identificadas 122 matérias relacionadas à violência contra a mulher, sendo 65 publicadas em 2020 e 57 em 2021, todas nas editorias de Cidades ou Política, com textos no formato informativo (MELO, ASSIS, 2016). As matérias para o corpus da análise foram encontradas a partir da busca pelas datas em questão no próprio portal de notícias do *Correio do Estado*, e por palavras-chaves que poderiam estar relacionadas à violência. As palavras usadas para a busca foram: mulher, violência contra a mulher, feminicídio, violentada e agredida.

As matérias foram subdivididas em seis categorias temáticas, conforme a seguir:

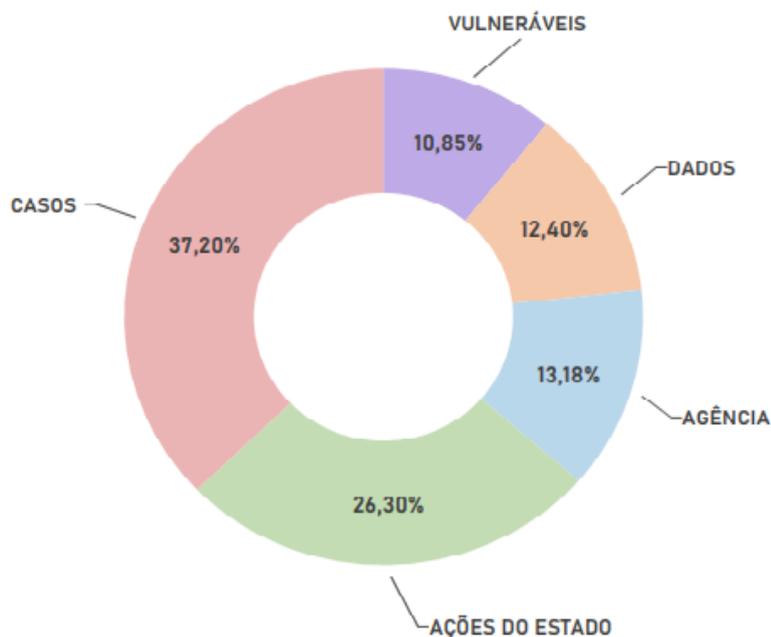
1. Ações realizadas pelo Estado: Nesta categoria, foram incluídas matérias que abordaram as ações tomadas pelo Estado no combate à violência contra a mulher. Foram registradas 19 matérias no primeiro ano e 13 no segundo;

2. Divulgação de dados: Esta categoria englobou matérias que apresentaram dados estatísticos e informações relevantes sobre a violência contra a mulher. Foram identificadas seis matérias em 2020 e nove em 2021;

3. Casos de violência contra a mulher: Inclui matérias que reportaram casos específicos de violência contra a mulher. Foram registradas 26 matérias em 2020 e 15 em 2021, totalizando 41 matérias;

4. Violência contra vulneráveis: Nesta categoria, foram incluídas matérias que abordaram casos de violência contra vulneráveis, como crianças e adolescentes. Foram identificadas seis matérias em 2020 e 11 em 2021;

5. Agências de notícias: Foram identificadas oito matérias publicadas em 2020 e nove em 2021 que consistiam na republicação de textos provenientes de agências de notícia, como *Agência Estado*, *Agência Folha* e *Agência Brasil*.

**Gráfico 1: Número de matérias publicadas por categoria temática**

**Fonte:** Gráfico elaborado pela autora, para fins ilustrativos da dissertação

As matérias coletadas que abordam a publicação de textos jornalísticos de agências de notícias (*Estadão, Folha de S. Paulo e Agência Brasil*), assim como aquelas que tratam de violência contra pessoas vulneráveis, serão levadas em consideração apenas nas análises descritivas. Elas não farão parte da análise de enquadramento, tendo em vista as especificidades e complexidades dos casos, e principalmente porque a maioria delas ocorreu em outras regiões do Brasil. Isso faz com que essas matérias percam a característica de regionalidade buscada neste trabalho. Portanto, para a análise qualitativa, o corpus será composto por 41 matérias sobre casos específicos de violência contra a mulher, 15 matérias com enfoque em dados sobre o tema e 32 matérias sobre as ações do Estado para combater a violência, totalizando 88 publicações a serem analisadas no contexto multimodal.

Para melhor visualização e compreensão das matérias analisadas no jornal e seguindo a categorização mencionada acima, todos os textos selecionados foram tabelados por ordem cronológica e dispostos na tabela abaixo. Além disso, com a divisão por cores apresentada no quadro, subdividindo cada categoria temática é possível analisar a periodicidade e concentração de cada grupo ao longo dos anos.

**Tabela 1: Levantamento de matérias publicadas em 2020 no jornal *Correio do Estado***

<b>DATA</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>CATEGORIA TEMÁTICA</b>
05/02/2020	Violência contra a mulher: área precisa de postura, não de dinheiro, diz presidente	Agência
19/02/2020	Após estupro, MPE recomenda que hotéis não aceitem menores desacompanhados	Vulneráveis
21/02/2020	Morto ao atacar major da PM violentou primeira esposa por 12 anos, diz polícia	Casos
02/03/2020	Papel nenhum mantém agressor longe', diz irmão de professora morta pelo ex	Casos
03/03/2020	Casa da mulher comemora cinco anos de combate à violência e empoderando lutadoras, como Dona Dalva	Ações do estado
12/03/2020	Armado com faca, homem faz mulher refém em casa e polícia fecha ruas para negociar rendição	Casos
12/03/2020	Negociação não avança e Bope invade casa para prender pastor que mantinha mulher refém	Casos
12/03/2020	Pastor que manteve esposa em cárcere a conheceu em momento de fragilidade, diz vizinho	Casos
13/03/2020	Pastor manteve esposa em cárcere	Casos
26/03/2020	Em pandemia, médico que mutilou 175 mulheres cumpre pena em casa	Casos
29/03/2020	Coordenadora da Mulher do TJMS alerta que violência doméstica pode aumentar durante quarentena	Ações do estado
02/04/2020	Denúncias de violência contra a mulher cresceram 9%, diz ministra	Agência
06/04/2020	Vereador é absolvido de acusação de estupro por falta de provas	Vulneráveis
10/04/2020	Homem que assassinou a mãe está preso na Delegacia da Mulher	Casos
20/04/2020	"Só de olhar, eu já sabia que era o corpo da minha filha", diz mãe de jovem encontrada morta	Casos
28/04/2020	Capital registra mais de 60 casos de violência doméstica em intervalo de 2 dias	Dados
02/05/2020	Casos de feminicídio quase triplicam em período de isolamento social na Capital	Dados
08/05/2020	No ano passado, mais de 11 mil crianças sofreram violência em Campo Grande	Vulneráveis
14/05/2020	Vereadora é agredida por colega dentro de Secretaria de Obras	Casos

29/05/2020	Denúncias apontam escalada da violência contra mulheres no país	Agência
02/06/2020	Vítimas de assédio na Capital contam relatos e vira assunto nacional	Casos
04/06/2020	Vítimas de abuso relatam crimes nas redes sociais e levantam o debate sobre a violência contra a mulher	Casos
06/06/2020	Site é ferramenta de informação e atendimento a vítimas de violência	Ações do estado
08/06/2020	Vítimas de violência, 77% das mulheres foram mortas dentro de casa, aponta estudo	Dados
09/06/2020	ONU coleta informações para compreender violência contra mulher	Agência
02/07/2020	"Eu preciso dela de volta", diz irmã de Carla, sequestrada na porta de casa em Campo Grande	Casos
03/07/2020	Sequestrada há três dias, Carla é encontrada morta a 40 metros de casa	Casos
04/07/2020	Emocionada, mãe de Carla canta no velório da filha "Deus cuidará de ti"	Casos
04/07/2020	Marcas no corpo indicam que Carla foi estuprada antes de ser assassinada	Casos
04/07/2020	Polícia agora investiga relacionamentos de jovem assassinada	Casos
10/07/2020	Vítimas de violência doméstica poderão ficar em hotéis e até em outros estados	Ações do estado
12/07/2020	Tio que ofereceu R\$ 10 para estuprar sobrinha é proibido de se aproximar dela	Vulneráveis
13/07/2020	Programa insere mulheres vítimas de violência no mercado de trabalho	Ações do estado
14/07/2020	Funsat terá vagas para mulheres vítimas de violência	Ações do estado
30/07/2020	Registro de violência será vinculado ao cadastro social	Ações do estado
03/08/2020	Fim de semana com Blitz reduziu ocorrências de roubo, furto e violência doméstica	Ações do estado
07/08/2020	Lei Maria da Penha completa 14 anos com cerca 5,3 mil casos de violência denunciados por ano em MS	Dados
10/08/2020	Thaís Teixeira: legislação não é meramente a punição do a mas proteção da mulher	Ações do estado
17/08/2020	Gestação de menina de 10 anos vítima de estupro é interrompida; ela está bem	Agência
27/08/2020	Saiba o que mudou com a Lei Maria da Penha nos últimos 14 anos no Brasil	Ações do estado
02/09/2020	Menina de 11 anos fica grávida ao ser estuprada pelo padrasto em Amambai	Vulneráveis

04/09/2020	Hospitais devem orientar profissionais sobre aborto em casos de estupro	Ações do estado
05/09/2020	De acordo com juíza, pedidos de proteção diminuem, mas violência doméstica não	Dados
02/10/2020	Jair Bolsonaro sanciona lei do cadastro nacional de condenados por estupro	Agência
27/10/2020	Assembleia aprova Lei que obriga síndicos a denunciarem violência doméstica ocorrida em condomínios	Ações do estado
04/11/2020	Alma da mulher brasileira foi ferida', diz Simone sobre caso Mari Ferrer	Casos
05/11/2020	Câmara vai analisar proteção a vítimas de estupro em julgamentos	Ações do estado
05/11/2020	Protesto organizado por coletivos ativistas pede Justiça por Mariana Ferrer	Casos
06/11/2020	Mariana Ferrer: advogadas criminalistas analisam o desfecho trágico do caso	Casos
08/11/2020	Caso Mariana Ferrer: OAB-SC analisa caso de advogado que atacou influenciadora	Agência
08/11/2020	Caso Mariana Ferrer: protesto em SP pede justiça e m da do estupro'	Agência
11/11/2020	Lei obriga condomínios a denunciarem casos ou indícios de violência doméstica	Ações do estado
22/11/2020	OAB defende afastamento do policial militar que agrediu mulher algemada	Casos
23/11/2020	"Fico feliz porque não vai ter mais pessoas para sofrer na mão dele", relatou mulher espancada por policial militar	Casos
23/11/2020	Policial militar que agrediu mulher algemada pode ser acusado por crime de tortura, diz especialista	Casos
24/11/2020	Aparece outra vítima de policial militar que espancou mulher em Bonito	Casos
24/11/2020	Tenente que agrediu mulher algemada é transferido para Campo Grande por "inconveniênci"	Casos
25/11/2020	Ministério Público do Estado lança campanha para combater violência contra a mulher	Ações do estado
25/11/2020	"Imagens fazem parte de contexto mais amplo", diz PM sobre mulher agredida	Casos
01/12/2020	Governo do Estado implanta sistema para reforçar combate ao abuso e exploração sexual	Ações do estado
08/12/2020	Dobra o número de mulheres assassinadas em Campo Grande; pandemia pode agravar casos de violência doméstica	Dados
08/12/2020	Homem de 30 anos é preso na Capital por estupro de vulnerável e produção de pornografia infantil	Vulneráveis
11/12/2020	Após caso Mari Ferrer, Câmara aprova projeto que torna crime violência institucional	Ações do estado

11/12/2020	Governo aumenta ações de acolhimento para casos de violência doméstica durante pandemia da Covid-19	Ações do estado
28/12/2020	Rose pede urgência em votação de projeto que aumenta pena mínima para feminicídio	Ações do estado

**Fonte:** Quadro elaborado pela autora em março de 2023 com base nas matérias selecionadas para análise do jornal *Correio do Estado*, publicados entre janeiro e dezembro de 2020.

**Tabela 2: Levantamento de matérias publicadas em 2021 no jornal *Correio do Estado***

DATA	TÍTULO	CATEGORIA TEMÁTICA
07/01/2021	Campo Grande tem média de seis registros de violência infantil por dia	Vulneráveis
14/01/2021	Casa da Mulher Brasileira começará a realizar exame de corpo de delito em 2021	Ações do Estado
03/02/2021	Preso por estupro foge de Santa Casa; PM investiga equipe de escolta	Casos
03/02/2021	Em 2020, quase 6 mil mulheres foram vítimas de violência doméstica	Dados
04/02/2021	Violência doméstica: relato de uma mulher que perdeu a guarda dos filhos para seu agressor	Casos
09/02/2021	Tribunal do RJ mantém júri popular para acusados de matar Marielle Franco	Agência
12/02/2021	Mulher que matou idosa após carona é condenada a 21 anos de prisão	Casos
16/02/2021	Campanha tem como tema central violência contra mulheres e LGBTs	Ações do Estado
17/02/2021	Violência contra mulher não dá trégua neste feriado de Carnaval	Dados
08/03/2021	Em operação iniciada por Ministério, quase 200 pessoas do Estado foram presas por violência contra mulher	Ações do Estado
08/03/2021	Denúncias de violência contra a mulher somam 105,6 mil em 2020	Agência
10/03/2021	Seis policiais militares viram réus por agredirem mulher em Bonito	Casos
11/03/2021	Senado aprova abertura de mais delegacias da Mulher no país	Agência
11/03/2021	Justiça confirma condenação de empresário do Estado por estupro de menores	Vulneráveis
14/03/2021	Prefeitura do Rio inaugura nova placa da vereadora assassinada Marielle Franco	Agência
26/04/2021	A cada duas horas, uma mulher é agredida em Campo Grande	Dados

2021		
29/04/2021	TJ mantém absolvição de ex-vereador em caso de estupro de vulnerável	Vulneráveis
04/05/2021	Condenados por violência doméstica não poderão assumir cargos públicos	Ações do Estado
04/05/2021	Artista plástica foi morta após flagrar ladrão dentro de casa; caso segue em investigação	Casos
05/05/2021	"Era uma pessoa muito amada", diz vizinha de artista plástica vítima de assassinato	Casos
07/05/2021	Em um ano, 400 mil pessoas sofreram violência física, psicológica ou sexual em MS	Dados
09/05/2021	Operação prendeu de ex-vereador a mãe de menina estuprada na Capital	Vulneráveis
14/05/2021	Suspeito de matar artista plástica morre em troca de tiros com policiais	Casos
18/05/2021	Força-tarefa combate exploração sexual de crianças em Campo Grande	Vulneráveis
18/05/2021	Operação prende 30 condenados por violência sexual contra crianças e adolescentes	Vulneráveis
20/05/2021	Em um mês, 66 vítimas denunciam crimes de stalking em Mato Grosso do Sul	Dados
21/05/2021	Pena mínima por crime de feminicídio chega até 15 anos de reclusão, entenda	Ações do Estado
02/06/2021	Mato Grosso do Sul tem um dos maiores índices de feminicídio do Brasil	Dados
15/07/2021	Campo Grande foi a segunda capital que mais registrou estupros em 2020	Dados
31/07/2021	Vizinho acusado de matar a estudante Carla vai a júri no dia 13 de agosto	Casos
31/07/2021	Seis casos de abuso sexual são relatados em primeira semana de volta às aulas	Vulneráveis
03/08/2021	Após aumento de ocorrências de feminicídio em 2020, Campo Grande ainda não registrou casos neste ano	Dados
05/08/2021	No primeiro dia, Operação Vênus contra a violência doméstica prende três homens e uma mulher em Campo Grande	Ações do Estado
06/08/2021	De volta às escolas, nove crianças já relataram abusos sexuais durante a pandemia	Vulneráveis
11/08/2021	Acusado de matar Carla vai ter júri com plateia, primeiro desde o início da pandemia	Casos
12/08/2021	Governo do Estado aprova lei sobre Dia Estadual de Combate ao Assédio Moral e Sexual contra Mulheres no Ambiente de Trabalho	Ações do Estado
13/08/2021	Violência contra mulheres cresce em 20% das cidades durante a pandemia	Agência

13/08/2021	"Quantas mulheres vão precisar morrer só por não falar bom dia", diz mãe de Carla	Casos
13/08/2021	Acusado de matar a estudante Carla decide permanecer em silêncio durante julgamento	Casos
13/08/2021	Assassino de Carla é condenado a 31 anos e 9 meses de prisão	Casos
17/08/2021	Bebida domina aldeias de MS onde indígena foi estuprada e morta, diz Procuradoria	Agência
18/08/2021	Por dívida de R\$ 40 mil, agiotas sequestram mulher em frente à condomínio de luxo de Campo Grande	Casos
19/08/2021	Prefeito de Dourados sanciona o Programa de Cooperação e Código sinal vermelho contra violência doméstica	Ações do Estado
28/08/2021	Mato Grosso do Sul terá a segunda Casa da Mulher Brasileira no Estado	Ações do Estado
21/09/2021	Índices de criminalidade em Mato Grosso do Sul têm queda em comparação a 2020	Dados
30/09/2021	Senado aprova política nacional de dados sobre violência contra mulher	Agência
07/10/2021	Por unanimidade, Justiça confirma absolvição de acusado de estupro Mariana Ferrer	Agência
13/10/2021	Unidades de saúde deverão seguir protocolo para vítimas de violência	Ações do Estado
21/10/2021	MS: vítimas de violência doméstica poderão ser atendidas por profissionais mulheres	Ações do Estado
22/10/2021	Em 2020, uma criança foi estuprada a cada seis horas em Mato Grosso do Sul	Vulneráveis
27/10/2021	Policial que agrediu mulher em delegacia recebe pena em regime aberto	Casos
13/11/2021	"Minha filha foi remetida ao lixo", diz mãe de Eliza Samudio ao ver foto de homem fantasiado em referência ao caso	Casos
20/11/2021	Campanha alerta sobre os riscos do feminicídio	Agência
29/11/2021	Marquinhos sanciona lei que socorre mulher vítima da violência	Ações do Estado
04/12/2021	Jovem sofre tentativa de estupro no diretório estadual do PT	Casos
06/12/2021	Na Capital, Luíza Brunet chama atenção contra violência a mulher e crimes de feminicídio	Ações do Estado
06/12/2021	MS é o estado com maior registro de violência sexual contra crianças e adolescentes	Vulneráveis

**Fonte:** Quadro elaborado pela autora em março de 2023 com base nas matérias selecionadas para análise do jornal *Correio do Estado*, publicados entre janeiro e dezembro de 2021.

### 3.1.1 Ações do Estado

Identifica-se no interior desta categoria temática que as matérias são escritas exclusivamente por repórteres do próprio *Correio do Estado*, com temas regionalizados a respeito de ações realizadas pelo poder público de Mato Grosso do Sul. No primeiro texto do grupo, publicado em 2020, o jornal divulga a comemoração de cinco anos da inauguração da Casa da Mulher Brasileira no Estado. No dia 03 de março, sob título “Casa da mulher comemora cinco anos de combate à violência e empoderando lutadoras, como Dona Dalva”, a matéria utiliza como fonte pessoas que falaram durante o evento, sendo uma delegada que trabalha no local, uma vítima de violência contra mulher e a Subsecretária Municipal de Políticas para a Mulher da época, Carla Stephanini. Além disso, também apresenta dados divulgados naquele momento sobre a redução de crimes contra a mulher após a inauguração do local.

Neste grupo temático foi tratada a questão da pandemia de Covid-19 com relação à violência doméstica, como é o caso da matéria “Coordenadora da Mulher do TJMS alerta que violência doméstica pode aumentar durante quarentena” (29/03/2020). Ao longo do texto a coordenadora da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS), juíza Helena Alice Machado Coelho, é citada diversas vezes como forma de alerta para o possível aumento de casos de violência contra a mulher durante o período de quarentena por conta da pandemia do coronavírus. A fonte também explica as causas e possíveis violências vivenciadas pelas mulheres durante o período de isolamento social. O texto finaliza com dados estatísticos da Assessoria de Planejamento do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul que apontam um aumento de casos desde o início da quarentena. Outra publicação que trata do assunto é “Governo aumenta ações de acolhimento para casos de violência doméstica durante pandemia da Covid-19” (11/12/2020), que apresenta informações sobre a nova lei sancionada. De acordo com o texto, a lei prevê a implantação de protocolos de prevenção e acolhimento nos casos de violência doméstica contra mulheres e crianças durante o período da pandemia da Covid-19. As fontes utilizadas para explicação da nova regra e para dados sobre a violência foram a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) e o Ministério dos Direitos Humanos (MDH).

A partir do dia 10 de julho de 2020, foram publicadas diversas matérias sobre a aprovação de leis para o combate à violência contra mulher nas quais a maioria das fontes são os próprios autores e coautores dos projetos, a exemplo da publicação “Vítimas de violência doméstica poderão ficar em hotéis e até em outros estados”, que trata da aprovação pela

Câmara dos Deputados de um Projeto de Lei para acolhimento às mulheres em situação de violência doméstica. A única fonte citada no texto é da relatora do projeto, Elcione Barbosa, deputada do MDB-PA à época, que pontua os municípios que contam com abrigos públicos ou permanentes para situações similares. Em seguida, no dia 30 do mesmo mês, é publicado o texto “Registro de violência será vinculado ao cadastro social”, que fala sobre a lei sancionada que inclui o registro de violência doméstica sofrida por mulheres no cadastro de programas sociais. Ao longo do texto são adicionados números de casos de violência no Estado e durante a pandemia. No final, é acrescido um subtítulo com passo-a-passo sobre como denunciar um caso de violência contra a mulher. Há também duas matérias que tratam de uma mesma determinação do Estado, dos dias 27 de outubro e 11 de novembro. Os textos abordam uma lei aprovada pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul que determina que os condomínios comuniquem obrigatoriamente à polícia casos de violência doméstica contra mulheres, idosos, crianças e pessoas com deficiência que aconteçam dentro de suas unidades condominiais ou nas áreas comuns. Em ambos os textos, não há especificação a respeito das fontes e dos canais de informação utilizados pelo repórter que produziu o texto, apenas o acesso à Lei pelo Diário Oficial.

Outro tema tratado em duas datas pelo jornal é a inserção no mercado de trabalho de mulheres vítimas de violência. Nos dias 13 e 14 de julho foram publicadas as matérias “Programa insere mulheres vítimas de violência no mercado de trabalho” e “Funsat terá vagas para mulheres vítimas de violência”, ambas a respeito da parceria entre a Fundação Social do Trabalho (Funsat) e a Subsecretaria Municipal de Políticas para as Mulheres (Semu), que programaram ações para atender e encaminhar ao mercado de trabalho mulheres vítimas de violência atendidas pela Casa da Mulher Brasileira. Os textos não fazem nenhuma citação direta e também não esclarecem a origem das informações.

Quanto a outras ações realizadas pelo Estado, há cinco matérias publicadas ao longo do ano. A primeira fala sobre nova plataforma de denúncia do Governo Estadual, na qual a subsecretária de Políticas Públicas para Mulheres, Luciana Azambuja, é citada para relatar a importância de uma plataforma de informações sobre os tipos de violência para a conscientização das mulheres sobre o ambiente e relação inserida<sup>18</sup>. Já no dia 03 de agosto, foi publicada uma matéria com base em divulgação da Prefeitura de Campo Grande do quantitativo de apreensões realizadas durante aquele final de semana. No texto são tratados os casos relacionados a furtos e roubos. No entanto, no fim, há o subtítulo “violência doméstica”

---

<sup>18</sup> Matéria intitulada “Site é ferramenta de informação e atendimento a vítimas de violência”, publicada em: 06/06/2020.

com dados sobre a redução no número de casos ao longo da semana em questão. O texto do subtítulo possui apenas um parágrafo com três linhas. Também há uma matéria com recomendação dos Ministérios Públicos Federal e Estadual de Mato Grosso do Sul para que as secretarias de saúde municipal e estadual orientem profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) quanto às medidas que devem ser feitas em casos de interrupção legal da gravidez em caso de estupro<sup>19</sup>. Ao longo do texto são explicadas as medidas que devem ser tomadas. No entanto, há aspas apenas do próprio documento de recomendação dos Ministérios Públicos. Já na matéria “Governo do Estado implanta sistema para reforçar combate ao abuso e exploração sexual” (01/12/2020) é detalhada a nova integração do governo do Estado com o Sistema de Informação e Monitoramento da Proteção Social Especial (Simpse-Empresa), mas não há fontes ou detalhes de onde os(as) jornalistas obtiveram as informações.

Ao longo das publicações de 2020, também há destaque na atuação de uma deputada federal sul-mato-grossense. São detalhados em três matérias distintas diferentes projetos de lei aprovados de autoria da deputada Rose Modesto<sup>20</sup>. A primeira publicação apresenta um Projeto de Lei da então deputada, que garante a integridade física e psicológica das vítimas de violência sexual durante audiências de instrução e julgamentos ao alterar o Código de Processo Penal. O texto justifica a iniciativa com base no caso Mariana Ferrer, que teve imagens pessoais expostas durante o julgamento. No segundo texto também é abordado o Projeto de Lei contra crimes de violência institucional, relacionando com o vivenciado pela *influencer* Mariana Ferrer. No último texto, a autora pede urgência para a votação de dois projetos de lei que visam aumentar a pena mínima do feminicídio de 12 para 20 anos. Há referências à Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam) e citações da própria deputada federal. Nas três publicações são citados trechos de documentos dos projetos de lei e menções diretas da autora.

Um último detalhe importante na análise das matérias de 2020 diz respeito a dois textos publicados especificamente em comemoração aos 14 anos da Lei Maria da Penha<sup>21</sup>. No primeiro texto, é feita uma entrevista com a defensora pública e coordenadora do Núcleo

---

<sup>19</sup> Matéria intitulada “Hospitais devem orientar profissionais sobre aborto em casos de estupro”, publicada em: 04/06/2020.

<sup>20</sup> Matérias intituladas “Câmara vai analisar proteção a vítimas de estupro em julgamentos”, “Após caso Mari Ferrer, Câmara aprova projeto que torna crime violência institucional” e “Rose pede urgência em votação de projeto que aumenta pena mínima para feminicídio”, publicadas, respectivamente, em: 05/11/2020, 11/12/2020 e 28/12/2020.

<sup>21</sup> Matérias intituladas “Thaís Teixeira: legislação não é meramente a punição do a mas proteção da mulher” e “Saiba o que mudou com a Lei Maria da Penha nos últimos 14 anos no Brasil”, publicadas, respectivamente, em: 10/08/2020 e 27/08/2020.

Institucional de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (Nudem) em Mato Grosso do Sul, Thaís Dominato Silva Teixeira, para comentar os avanços da legislação e o que ainda precisa ser melhorado no combate à violência contra mulher. A segunda publicação trata de uma matéria especial com explicações sobre o que é a Lei Maria da Penha, o feminicídio, a violência doméstica, a história e as mudanças ocorridas com a normativa. As fontes utilizadas foram o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) e a consultora em políticas públicas em defesa das mulheres, Aparecida Gonçalves, atual ministra das Mulheres do Brasil.

A primeira matéria publicada no segundo ano de análise é intitulada “Casa da Mulher Brasileira começará a realizar exame de corpo de delito em 2021” (14/01/2021). A matéria traz informações sobre nova ação da Casa da Mulher Brasileira, que passaria a realizar exames de corpo de delito na própria instituição. São utilizadas como fontes a superintendente da Casa da Mulher Brasileira, Tai Loschi, para falar sobre a nova medida, e a delegada Fernanda Félix, da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam) de Campo Grande, além de dados sobre a violência contra a mulher da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp). O texto também faz destaque para o quantitativo de casos na capital e as formas de denúncia no Estado a partir dos intertítulos “Dobra o número de mulheres assassinadas em Campo Grande” e “Formas de denunciar violência doméstica em Mato Grosso do Sul”.

Em dois momentos também foram publicadas matérias com foco em operações policiais realizadas no Estado. Em março, foi publicado o texto “Em operação iniciada por Ministério, quase 200 pessoas do Estado foram presas por violência contra mulher”, com informações sobre a “Operação Resguardo”, iniciada em janeiro do mesmo ano e que realizou 183 apreensões que envolviam violência contra a mulher. Ao longo do texto são especificadas as ações da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul e da Deam, com apoio das Delegacias de Atendimento à Mulher do interior. Não há especificações do canal de informações ou citações de fontes. O texto ainda traz destaque ao fato de a operação ter sido realizada no Dia da Mulher com o subtítulo “Dia Internacional da Mulher”. O outro material levou o título “No primeiro dia, Operação Vênus contra a violência doméstica prende três homens e uma mulher em Campo Grande” (05/08/2021) e informa que a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher cumpriu quatro mandados de prisão durante a Operação Vênus pelos crimes de ameaça e vias de fato, descumprimento de medida protetiva e lesão corporal. O jornalista utiliza a delegada titular da Deam, Elaine Benicasa, como principal fonte especialista sobre os casos. O intertítulo “Alterações na lei” apresenta a criação do programa Sinal Vermelho

Contra a Violência Doméstica e Familiar, sancionada pelo então presidente Jair Bolsonaro. O intertítulo “Como denunciar” é destacado na forma de jornalismo de serviço contendo os canais de denúncia oferecidos pelo Estado.

Em agosto, o *Correio do Estado* volta a mencionar projetos de lei da deputada federal Rose Modesto. Com base em uma entrevista concedida pela parlamentar à Rádio Hora 92,32 FM, o texto confirma a abertura da segunda unidade da Casa da Mulher Brasileira em Mato Grosso do Sul. O texto também destaca a visita da ministra Damares Alves à Dourados e o caso da menina de 11 anos de idade que foi alcoolizada, estuprada e assassinada por cinco homens, entre eles o próprio tio, com citações da ministra em discurso na ocasião. O texto é finalizado com o intertítulo “Casa da Mulher Brasileira”, que contém o contexto histórico da política pública e registros de casos a partir da Subsecretaria de Políticas para a Mulher (Semu) e da Deam.

Em 2021, mais da metade das matérias publicadas foram a respeito de leis aprovadas pelo Estado sobre algum tipo de violência contra a mulher. Em maio, foram duas matérias, uma sob o título “Condenados por violência doméstica não poderão assumir cargos públicos” (04/05/2021), que informa que pessoas condenadas pelos crimes de violência doméstica e familiar contra mulher, criança, adolescente e idoso, não poderão ocupar cargos ou empregos públicos em Mato Grosso do Sul devido ao Projeto de Emenda Constitucional aprovado pela Assembleia Legislativa; e outro intitulado “Pena mínima por crime de feminicídio chega até 15 anos de reclusão, entenda” (21/05/2021), com uma referência à aprovação da Câmara dos Deputados para o aumento da pena mínima para o crime de feminicídio e que criou uma tipificação específica no Código Penal.

Em agosto de 2021, também foram duas matérias com a mesma proposta: “Governo do Estado aprova lei sobre Dia Estadual de Combate ao Assédio Moral e Sexual contra Mulheres no Ambiente de Trabalho” (12/08/2021) e “Prefeito de Dourados sanciona o Programa de Cooperação e Código sinal vermelho contra violência doméstica” (19/08/2021). Ao longo do primeiro texto é explicada a nova lei com citações diretas da normativa. A matéria é finalizada com dados do Instituto Patrícia Galvão de 2020. No segundo, há aspas de citação direta do prefeito de Dourados e da vereadora Daniela Hall, autora do projeto de lei. Em outubro, também foram publicados dois textos — “Unidades de saúde deverão seguir protocolo para vítimas de violência” e “MS: vítimas de violência doméstica poderão ser atendidas por profissionais mulheres” —, sobre projetos aprovados pelos poderes legislativos. Nos textos foram utilizados como fontes o Diário Oficial de Mato Grosso do Sul, a Secretaria de Estado de Saúde (SES), a Secretaria de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) e o autor de

um dos projetos, o deputado estadual Marchas Filho. O último texto é intitulado “Marquinhos sanciona lei que socorre mulher vítima da violência” (29/11/2021), sobre a aprovação da lei conhecida como Programa de Cooperação e o Código Sinal Vermelho, com informações e citações a partir do documento do projeto publicado em Diário Oficial.

É possível notar que em grande parte das matérias publicadas nos dois anos de análise há intertítulos que divulgam dados sobre a violência contra a mulher no Estado, seja em textos sobre novas medidas ou sobre operações de apreensão feitas pela polícia. Também nota-se que o jornal preza por publicar novas medidas de combate à violência a partir de políticas públicas e aprovações contidas no próprio Diário Oficial do Estado. Nos materiais também não são explicitadas as origens das informações e os caminhos pelos quais os(as) jornalistas chegaram as fontes, como nos casos em que são utilizadas citações de autores de projetos de lei, que podem ter sido produzidas durante a votação das medidas ou feitas pelos/as repórteres em contato direto com as fontes. Fica claro também que são feitas publicações da temática apenas em ações específicas, com intervalos de publicações praticamente mensais, constatando-se concentrações de matérias apenas em julho e agosto de 2020 e 2021, devido a operações, iniciativas da Fundação do Trabalho (Funtrab) e novos projetos aprovados, casos ocorridos de forma contingente.

### **3.1.2 Dados**

Nesta categoria temática estão contidas as matérias de 2020 e 2021 em que os dados sobre a violência contra a mulher foram foco central para a construção das notícias. Na primeira matéria do grupo, com publicação intitulada “Capital registra mais de 60 casos de violência doméstica em intervalo de 2 dias” (28/04/2020), apresenta-se o número de ocorrências de violência doméstica registradas em apenas um final de semana em Campo Grande. Logo no primeiro parágrafo é introduzido um canal online de denúncia recém disponibilizado pela Polícia Civil do Estado. Nas próximas linhas, o texto volta a tratar do quantitativo de casos e utiliza a delegada titular da Deam, Fernanda Félix, para falar sobre as motivações de tais crimes. Em um parágrafo central do texto, é detalhado um caso específico no qual, durante o isolamento da Covid-19, um homem foi preso após manter a esposa em cárcere privado e a agredir diversas vezes. Por fim, o texto volta a dar detalhes sobre o novo portal de denúncias online com o passo-a-passo sobre como fazer uma denúncia.

A próxima matéria foi publicada um mês depois com o título “Casos de feminicídio quase triplicam em período de isolamento social na Capital”, para divulgar o aumento de

casos de feminicídio em Campo Grande e em Mato Grosso do Sul, destacando que desde o início do isolamento social devido à Covid-19 o número de ocorrências quase triplicou. No entanto, ao longo do texto não são especificadas as fontes das informações. No terceiro parágrafo, é detalhado o último caso de feminicídio que ocorreu na cidade até a produção da matéria, com especificações da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher. Nos últimos cinco parágrafos é utilizada como fonte especialista a psicóloga e psicanalista Marilene Kovalski, que fala a respeito dos possíveis motivos do aumento de casos. Além disso, o texto é finalizado com o canal de denúncia online, também citado na matéria anterior. No dia 7 de agosto, como nas outras categorias temáticas, também foi publicada matéria sobre os 14 anos da Lei Maria da Penha, com dados da Sejusp dos últimos cinco anos e menção à delegada atuante na Deam, Bárbara Alves.

Outros três textos foram publicados com destaque na relação entre o aumento da violência contra a mulher e a pandemia da Covid-19. Na matéria “Vítimas de violência, 77% das mulheres foram mortas dentro de casa, aponta estudo” (08/06/2020) são divulgados os resultados do Mapa do Feminicídio com destaque para os locais dos assassinatos de mulheres ocorridos em 2019, relacionando-os ao isolamento social. Também é tratado o número de casos de 2020, que de acordo com o texto é superior aos primeiros meses do ano anterior. O texto também cita que junho é o mês em que ocorre a Campanha Estadual de Combate ao Feminicídio e a realização de um evento virtual com tema "Violência contra a Mulher em tempos de pandemia" pelo Conselho Estadual de Direitos da Mulher de Mato Grosso do Sul (CEDM/MS). A subsecretária de Políticas Públicas para Mulheres (SEPPM), Luciana Azambuja, e a delegada titular da Delegacia Especializada da Mulher (Deam), Fernanda Félix, são utilizadas como fontes para falar da relação entre o aumento nos casos e o isolamento social. No intertítulo "Vítima" também é destacada a participação de uma vítima de violência contra a mulher no evento virtual, com citações diretas à fala dela na ocasião. Por fim, o texto também traz detalhes sobre os possíveis canais de denúncia que podem ser utilizados durante a quarentena. No final do material, foi adicionada a informação de que o texto foi escrito com dados da assessoria da Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulheres.

Nas demais matérias que focam na pandemia — “De acordo com juíza, pedidos de proteção diminuem, mas violência doméstica não” (05/09/2020) e “Dobra o número de mulheres assassinadas em Campo Grande; pandemia pode agravar casos de violência doméstica” (08/12/2020) — também foram utilizados dados sobre a violência durante o isolamento social. Na primeira, a fonte utilizada foi a Coordenadoria Estadual da Mulher em

Situação de Violência Doméstica e Familiar, com citações diretas da juíza responsável pela pesquisa, Helena Alice Machado Coelho. Também são inseridas ao final do texto informações sobre canais online de denúncia. Na segunda, foram utilizados os dados sobre feminicídio da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), de janeiro até a primeira semana de dezembro de 2020, com fontes especialistas, Fernanda Félix, da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam), e a delegada Sueli Araújo, responsável pela investigação sobre o caso da última vítima registrada em Campo Grande.

A primeira matéria publicada de 2021 apresenta números do ano anterior divulgados pela Deam e pela Subsecretaria de Políticas para a Mulher. No texto é detalhado o número de casos desde o início do ano, também mencionando o início da pandemia da Covid-19. Em destaque, o intertítulo “Casa da Mulher Brasileira” apresenta informações sobre o aniversário de seis anos da instituição. É citado Marcos Trad, então prefeito de Campo Grande, e a delegada titular do local, Fernanda Félix, para falar sobre a importância da Casa e dos atendimentos feitos ao longo dos anos no local. Já na segunda matéria, os números divulgados pela Deam são relacionados à semana do carnaval. No restante do texto, são utilizados trechos de outras matérias já publicadas no jornal, a exemplo do intertítulo “Casa da Mulher Brasileira”, sobre os seis anos da instituição. No subtítulo “Estatísticas”, são apresentados dados e citações da delegada Fernanda Félix publicados anteriormente. Já no intertítulo “Pandemia X violência contra a mulher”, promove-se comparações de casos entre anos com e sem pandemia. Os dados são da Sejusp, com explicações mais detalhadas da delegada Bárbara Camargo Alves. O texto traz como exemplo uma entrevista com uma vítima de violência e apresenta cinco citações diretas da fonte. No intertítulo “Feminicídio”, o tema é detalhado com a informação de que o ano anterior foi o mais fatal para as campo-grandenses desde a criação da lei que tipificou o feminicídio, em 2015. Nessa parte do texto, são citadas a mãe de uma vítima de feminicídio, com cinco citações diretas; a defensora pública e coordenadora do Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher; e a Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul, Thais Dominato, as últimas com duas citações diretas cada.

Outras três matérias publicadas em 2021 tratam de modo geral do quantitativo de violência ocorrida em Mato Grosso do Sul. Mesmo não abordando exclusivamente os casos de violência contra a mulher, a especificidade é citada ao longo das matérias. Na publicação “Em um ano, 400 mil pessoas sofreram violência física, psicológica ou sexual em MS” (07/05/2021), o assunto central são os registros de violência psicológica, física ou sexual em Mato Grosso do Sul, de acordo com Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), com dados de 2019, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No entanto, ao longo do texto o(a)

repórter destaca as violências sofridas pelas mulheres e que tal parcela da sociedade é a que mais sofre com violências interpessoais. Da mesma forma, na matéria “Em um mês, 66 vítimas denunciam crimes de stalking em Mato Grosso do Sul” (20/05/2021), destaca-se o aumento de denúncias do crime de *stalking* — prática de perseguição, em inglês, que consiste em qualquer meio de ameaça à integridade física ou psicológica — com informação repassada pela subsecretária Estadual de Políticas Públicas para Mulheres, Luciana Azambuja, em *live* oficial do governo. O texto enfatiza que as principais vítimas são mulheres, com menção a um caso específico denunciado. Por fim, na matéria “Índices de criminalidade em Mato Grosso do Sul têm queda em comparação a 2020” (21/09/2021), a violência é tratada de modo geral na sociedade, citando-se o crime de feminicídio como o de maior redução de ocorrências em 2021.

Assim como nas categorias temáticas anteriores, as matérias que tratam de dados foram publicadas de maneira esporádica ao longo dos dois anos, com espaçamento mensal entre publicações. Identifica-se também que em sua maioria os(as) repórteres buscam acrescentar ao dado numérico a personificação com os casos mais recentes de violência. Como uma forma de contextualizar os temas centrais, também há a utilização de informações publicadas anteriormente no jornal, a exemplo de operações ou campanhas realizadas, terminando com intertítulos de jornalismo de serviço com orientações sobre canais de denúncia. A pandemia da Covid-19 também foi um assunto refletido nas matérias, que de modo geral, buscaram relacionar o aumento dos casos em decorrência do período de quarentena no qual as mulheres ficaram mais vulneráveis.

### 3.1.3 Casos

Diferentemente das categorias anteriores, as matérias sobre casos específicos foram publicadas pelo jornal de maneira concentrada conforme a apuração dos crimes. Em diversas ocorrências foram publicadas múltiplas matérias com atualizações de um mesmo crime, a exemplo dos textos “Armado com faca, homem faz mulher refém em casa e polícia fecha ruas para negociar rendição”; “Negociação não avança e Bope invade casa para prender pastor que mantinha mulher refém”; “Pastor que manteve esposa em cárcere a conheceu em momento de fragilidade, diz vizinho” e “Pastor manteve esposa em cárcere”. Apenas a última matéria foi publicada no dia 13 de março de 2020 ao passo em que as demais ganharam espaço no veículo no dia anterior. Ao longo das publicações, o(a) jornalista atualiza o caso em que uma mulher foi mantida em cárcere privado e agredida pelo marido. No primeiro texto, sem

revelar a identidade dos envolvidos, são narradas informações preliminares, considerando que a publicação ocorreu enquanto ainda acontecia a ação e conta com testemunhas que visualizaram uma live feita no *Facebook* pelo próprio autor do crime. Após detalhar o policiamento feito no local do crime e as negociações para que a mulher fosse libertada, foi inserida a frase “Equipe do *Correio do Estado* acompanha o caso”.

Na matéria subsequente, publicada com diferença de algumas horas da primeira, há a continuação do caso relatando a invasão pelo Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) da residência onde ocorria o cárcere. Nesta matéria já é revelado o nome do autor do crime e sua identificação como pastor. O criminoso foi preso e encaminhado para a Deam enquanto a mulher foi socorrida pelo Corpo de Bombeiros. Uma das fontes utilizadas na construção da matéria foi a Assembleia de Deus, uma vez que o pastor foi excluído da congregação por conta do crime. O texto também justifica, a partir de testemunhas que conhecem os envolvidos, que o motivo do cárcere privado seria uma suposta traição da vítima descoberta pelo companheiro. Um coronel do Bope faz uma descrição detalhada da ocorrência e o texto é finalizado com a informação de que o caso será investigado pela Deam. No último texto do dia 12 de março, detalha-se as vidas do agressor e da vítima com acontecimentos narrados por um vizinho do casal. O texto volta a falar da página de *Facebook* na qual o autor realizou uma live durante o crime, destacando que testemunhas informaram que ele acusou a vítima de traição durante o vídeo. Por fim, é inserido o intertítulo “Cárcere” com informações extraídas dos textos anteriores. Já na matéria do dia posterior ao crime enfatiza-se o nome, a idade, a profissão e os antecedentes do autor, com dados do depoimento da vítima informados pela Deam que investigou o caso. Ao final do texto também é incorporado um resumo das matérias publicadas no dia anterior.

Outra abordagem que ganhou destaque no *Correio do Estado*, diz respeito aos relatos publicados em redes sociais por mulheres que foram abusadas sexualmente. Foram publicadas duas matérias sobre o tema, respectivamente nos dias 2 e 6 de junho de 2020, intituladas “Vítimas de assédio na Capital contam relatos e vira assunto nacional” e “Vítimas de abuso relatam crimes nas redes sociais e levantam o debate sobre a violência contra a mulher”. Como diferença no tratamento do assunto, a primeira aborda o caso de forma mais superficial, apenas mencionando a campanha realizada pelas mulheres e detalhando as vítimas que tomaram a iniciativa de exposição em Campo Grande. Já o segundo texto, além de detalhar o ato, traz informações de uma delegada, que afirma ter apenas um boletim de ocorrência resultante dos relatos. A advogada e membro da Comissão de Direitos da Criança e do Adolescente da OAB, Ana Maria Assis de Oliveira, também é mobilizada na matéria de

forma consonante com a opinião da delegada. Já a psicóloga e psicanalista Mariana Breve explica que para as mulheres expor relatos de abusos físicos e psicológicos na internet é uma forma de chamar a atenção para a violência de gênero, tão recorrente em todo o mundo.

Um dos principais casos publicados em 2020 teve sua primeira notícia veiculada no dia 2 de julho, com o título “‘Eu preciso dela de volta’, diz irmã de Carla, sequestrada na porta de casa em Campo Grande”. A matéria relata o sequestro de Carla Santana de Magalhães, ocorrido em frente à sua casa na Capital de Mato Grosso do Sul. O texto inclui depoimentos da irmã e da mãe da vítima, descrevendo a situação da família após o sequestro. A Delegacia de Homicídios é utilizada como fonte e relata a investigação e a busca por Carla e possíveis suspeitos. Já a matéria do dia 3 de julho, “Sequestrada há três dias, Carla é encontrada morta a 40 metros de casa”, narra o desfecho do crime ocorrido a apenas 40 metros da casa da vítima três dias após o sequestro. O pai da vítima relata as tentativas de contato no dia do desaparecimento. A matéria menciona a possibilidade de o assassinato ter ocorrido por engano e relata a investigação em andamento pela Polícia Civil. No dia 4 de julho de 2020, foram publicadas as seguintes matérias sobre o caso: “Emocionada, mãe de Carla canta no velório da filha ‘Deus cuidará de ti’”; “Marcas no corpo indicam que Carla foi estuprada antes de ser assassinada”; e “Polícia agora investiga relacionamentos de jovem assassinada”. Na primeira, são relatados detalhes sobre o velório da vítima. De acordo com o texto, a família da jovem solicitou privacidade durante o momento de luto, porém o repórter descreve os acontecimentos presenciados durante o velório. A matéria também faz referência às informações anteriores sobre o caso. O delegado responsável pela investigação, Carlos Delano, é utilizado como fonte e afirma que as marcas localizados no corpo da vítima indicavam violência sexual. Posteriormente, foi noticiado que a polícia passou a investigar os relacionamentos de Carla. A Delegacia Especializada de Repressão a Homicídios (DEH) buscava estabelecer a autoria do assassinato. No intertítulo “Rumores”, a delegada Bárbara Camargo Alves, da Deam, é citada para informar que boatos de perseguição a mulheres nas ruas surgiram após o sequestro de Carla, mas que os três casos diferentes relatados à polícia não tinham relação com o crime.

O *Correio do Estado* também repercutiu um caso de Santa Catarina que ganhou destaque nacional. O caso Mari Ferrer foi noticiado em três publicações no mês de novembro de 2020. O primeiro texto menciona que senadores de Mato Grosso do Sul votaram a favor da aprovação de repúdio ao promotor, juiz e advogado no caso Mari Ferrer. A senadora Simone Tebet é citada ao expressar discordância em relação às decisões tomadas pelos envolvidos no julgamento, com destaque para a tese de "estupro culposo" utilizada para absolver o réu. O

texto também detalha que o Senado aprovou, por unanimidade, um voto de repúdio aos envolvidos, e o anúncio da senadora Rose de Freitas que pede a revogação da sentença. No intertítulo “O caso”, é explicada a ocorrência durante julgamento com informações adicionais da agência *Estadão Conteúdo*. Na matéria do dia 5 de novembro, “Protesto organizado por coletivos ativistas pede Justiça por Mariana Ferrer”, o veículo regionaliza o tema e anuncia um protesto organizado por coletivos ativistas em Campo Grande pedindo justiça para Mariana Ferrer, vítima do caso de estupro. Os coletivos responsáveis pela organização da iniciativa são referenciados para explicar o motivo do evento. Na última publicação — “Mariana Ferrer: advogadas criminalistas analisam o desfecho trágico do caso”(06/11/2020) —, advogadas criminalistas procuradas pelos repórteres do *Correio do Estado* analisam o desfecho do caso. É mencionado que o réu foi absolvido pelo crime de "estupro culposo", o que causou indignação nas redes sociais. As advogadas fazem uma análise do caso com base na sentença e nos fatos divulgados pela mídia. As fontes destacam a postura do juiz durante o julgamento e enumeram fatos que precisam ser esclarecidos sobre a ação e o processo jurídico. A matéria traz também citações de declarações feitas durante a audiência.

O último caso e com o maior número de matérias publicadas em 2020 diz respeito a uma ocorrência em Bonito, cidade do interior de Mato Grosso do Sul, na qual um policial agrediu uma mulher que estava algemada na delegacia. Na primeira matéria, “OAB defende afastamento do policial militar que agrediu mulher algemada” (22/11/2020), são utilizadas informações da OAB de Mato Grosso do Sul que defende o afastamento do policial militar envolvido no caso. No texto há a referência a uma nota de repúdio que foi emitida pela OAB-MS, bem como citações do comandante do Comando do Policiamento de Área 3 (CPA-3) que determinou a instauração de um Inquérito Policial Militar para investigar o caso. No dia 23 do mesmo mês foi publicada a matéria “‘Fico feliz porque não vai ter mais pessoas para sofrer na mão dele’, relatou a mulher espancada por policial militar”, com entrevistas com a vítima que fez a denúncia em Campo Grande. Além disso, o texto apresenta a versão da dona do restaurante, local onde ocorreu a briga que motivou a apreensão da vítima. No texto do dia 23 de novembro, um especialista em direito penal entrevistado pelo repórter do *Correio do Estado* afirma que o policial militar pode ser acusado por crime de tortura devido à agressão contra a mulher algemada. Já no dia 24 de novembro, foram publicadas duas matérias sobre o caso. A primeira publicação revela outra vítima do policial militar acusado. Enfatiza-se que o policial tem um histórico de investigações por reações desproporcionais durante abordagens, mas foi liberado pela Corregedoria da Polícia Militar em ocasiões anteriores. Há também o relato de um professor de Educação Física que descreve uma

situação na qual foi recebido a tiros pela equipe comandada pelo mesmo policial. O segundo texto relata que o tenente que agrediu a mulher algemada foi transferido para Campo Grande devido à "inconveniência da permanência" no quartel de Bodoquena, cidade vizinha a Bonito. A ordem de transferência foi assinada pelo comandante da PMMS. No texto, a vítima relata alívio ao saber do afastamento do policial. No dia 25 de novembro, é publicado o último texto do caso em 2020. De acordo com a publicação, a Polícia Militar de Mato Grosso do Sul afirma que a mulher agredida terá amparo psicossocial oferecido pela corporação. A corporação também declarou que as imagens divulgadas fazem parte de um contexto mais amplo e que será garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Nos meses de março e agosto do ano posterior alguns casos voltaram a ser repercutidos pelo jornal. Um exemplo consiste na matéria “Seis policiais militares viram réus por agredirem mulher em Bonito” a respeito da ocorrência anterior. Ressalta-se que seis policiais militares, incluindo o 2º tenente André Luiz Leonel, se tornaram réus por agredirem a mulher em Bonito. De acordo com o texto, o Ministério Público de Mato Grosso do Sul denunciou os policiais, grupo que inclui cabos e soldados, e no momento da publicação o caso ainda estava em andamento na Justiça. Em outra atualização, no dia 27 de agosto, o veículo anuncia que o tenente André Luiz Leonel foi condenado a um ano, cinco meses e 10 dias de detenção em regime aberto pela agressão. É mencionado também que o caso ganhou destaque após a divulgação de um vídeo da agressão e a vítima foi entrevistada pelo *Correio do Estado*. Na maioria das publicações sobre o caso, tanto em 2020 quanto em 2021, foi disponibilizado link de acesso do vídeo no final do texto em que mostra a mulher sendo agredida.

Outro assunto que voltou à tona em 2021 foi o assassinato de Carla Santana Magalhães, ocorrido no ano anterior. As matérias com a repercussão foram publicadas entre o final de julho e a primeira quinzena de agosto de 2021, com atualizações principalmente sobre o julgamento do acusado pelo crime. No primeiro texto é relatado que o acusado de matar a estudante, Marcos André Vilalba Carvalho, iria a júri popular no dia 13 de agosto. Com informações obtidas por meio do processo, o jornalista destacou que os envolvidos eram vizinhos e tiveram pouco contato antes do crime. Antes do julgamento, foi publicada matéria para anunciar que o júri permitiria a presença de plateia pela primeira vez desde o início da pandemia de Covid-19. No dia do julgamento foram publicadas três matérias com atualizações. A primeira — “‘Quantas mulheres vão precisar morrer só por não falar bom dia’, diz mãe de Carla” — referenciou o início do processo de julgamento e fez menções a falas da mãe de Carla. Além disso, foram utilizadas informações obtidas através da defesa do

caso e da denúncia do Ministério Público Estadual para que fossem incluídas nas acusações os crimes de sequestro, assassinato e vilipêndio de cadáver. Durante o julgamento, outra matéria foi publicada informando que o réu optou por permanecer em silêncio. Ao final do processo o jornal divulgou que o agressor foi condenado a 31 anos e 9 meses de prisão em regime fechado. Faz-se importante destacar que todos os textos publicados em 2021 tinham informações do caso adicionais com referência aos textos publicados em 2020.

Todavia, o caso de maior destaque no jornal *Correio do Estado* em 2021 foi a morte da artista plástica Catarina Maria Marquesi Moreira, assassinada por um homem desconhecido que invadiu sua casa. Na primeira matéria — “Artista plástica foi morta após flagrar ladrão dentro de casa; caso segue em investigação” (04/05/2021) —, narra-se que a vítima foi encontrada morta em sua casa com base na hipótese levantada pelo responsável pela investigação e titular da Delegacia Especializada de Roubos e Furtos (Derf), Reginaldo Salomão, de que ladrões possam ter se assustado com a presença da idosa e cometido o crime. No momento da publicação a investigação ainda estava em andamento. O intertítulo “Roubos e furtos” destaca que a polícia já lidava com problemas de violência envolvendo pessoas em situação de rua na região de Campo Grande onde ocorreu o crime. Na segunda publicação, o jornalista optou por entrevistar os vizinhos da vítima, que lamentaram a morte e a descreveram como uma pessoa amada e querida. A insegurança na região foi novamente mencionada com relatos sobre assaltos e vizinhos que se mudaram por esse motivo. O texto também indica que o delegado responsável pelo caso não retornou aos contatos da imprensa. Por fim, o jornal anuncia que um dos suspeitos de matar a artista plástica morreu em uma troca de tiros com policiais da Derf. Segundo o texto, os policiais teriam dado voz de prisão ao suspeito, que não obedeceu. Não fica explícita na matéria a origem da informação, já que é citado que o delegado não divulgou detalhes sobre o ocorrido. Ao final foi acrescido o intertítulo “Entenda” com trechos reproduzidos de matérias anteriores sobre o caso.

Os demais casos publicados ao longo de 2021 tratam de crimes isolados e com menor repercussão midiática, sem destaque ou atualizações sobre os ocorridos. Em uma das matérias — “Violência doméstica: relato de uma mulher que perdeu a guarda dos filhos para seu agressor” (04/02/2021) — é feita uma entrevista com uma vítima de violência doméstica. No início do texto a fonte é inserida nas estatísticas de 2020 sobre os registros de violência doméstica em Campo Grande. Ao longo da publicação, a mulher relata ter perdido a guarda dos filhos para o ex-marido após sofrer agressões e violência doméstica. Outro caso divulgado, na matéria “Por dívida de R\$ 40 mil, agiotas sequestram mulher em frente à condomínio de luxo de Campo Grande” (18/08/2021), foi o de uma mulher sequestrada em

frente a um condomínio de luxo de Campo Grande devido a uma dívida de R\$ 40 mil com agiotas. De acordo com o texto, o caso foi registrado na 3ª Delegacia de Polícia Civil como sequestro mediante extorsão, mas não fica evidenciada a origem das informações.

Posteriormente, em 03 de novembro de 2021, foi publicada uma matéria sobre um caso de repercussão nacional que não ocorreu em Mato Grosso do Sul, mas que possui elementos de regionalização. A mãe de Eliza Samudio<sup>22</sup> expressa tristeza ao ver um homem fantasiado como o ex-goleiro Bruno em uma festa. A regionalização do caso foi realizada a partir de entrevista com a mãe da vítima que reside em Campo Grande com o neto. Também foram coletadas informações do jornal *Extra*. A última matéria publicada — “Jovem sofre tentativa de estupro no diretório estadual do PT” (04/12/2021) — trata do caso em que uma jovem filiada ao PT sofreu tentativa de estupro durante uma confraternização dos filiados em Campo Grande. O caso é detalhado a partir de “informações apuradas pelo *Correio do Estado*”, sem mais detalhes de fontes utilizadas. Também foram utilizadas falas da então vereadora Camila Jara (PT), que comentou o caso e reforçou o apoio à vítima.

É possível observar nas matérias analisadas ao longo de dois anos que vários casos específicos tiveram ampla repercussão, resultando em múltiplas publicações que buscavam atualizar os leitores sobre os envolvidos e os desenvolvimentos dos julgamentos. Além disso, os textos frequentemente utilizaram intertítulos para fornecer contextos sobre os eventos anteriores relacionados aos casos em questão, muitas vezes com a própria cópia do material anteriormente publicado. Em crimes de repercussão nacional, o jornal optou por regionalizar as histórias, destacando a vítima, o acusado ou os familiares, com o objetivo de aproximar os leitores de acontecimentos ocorridos em outras regiões do país.

### 3.1.4 Vulneráveis

Os casos de violência contra vulneráveis, ou seja, crianças e adolescentes, não tratam especificamente de violência contra a mulher. No entanto, nos textos analisados há diversos registros em que as vítimas são meninas. Considerando as especificidades e complexidades próprias deste âmbito, por opção metodológica tais casos não integrarão o escopo da análise de enquadramento. Entretanto, considera-se pertinente a abordagem na forma quantitativa e descritiva. Em 2020, foram publicadas quatro matérias com foco em vulneráveis. Destas, a

---

<sup>22</sup> O caso refere-se ao desaparecimento e morte da modelo e atriz Eliza Silva Samudio, ocorridos em 2010. A jovem desapareceu em Minas Gerais e foi assassinada a mando do ex-goleiro do time de futebol Flamengo, Bruno Fernandes das Dores de Souza.

primeira e a última matérias publicadas relacionam os crimes à pandemia de Covid-19. Com o título “No ano passado, mais de 11 mil crianças sofreram violência em Campo Grande” (08/05/2020), é mencionada a campanha Maio Laranja, realizada para o enfrentamento e alerta para abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. No segundo parágrafo, a matéria apresenta dados da Secretaria Municipal de Educação (Semed) de Campo Grande sobre os casos registrados e as mudanças nas rotinas escolares devido à quarentena. A matéria “Homem de 30 anos é preso na Capital por estupro de vulnerável e produção de pornografia infantil” (08/12/2020), foca em uma operação da Polícia Federal, para combater a pornografia infantil realizada de forma remota, destacando que foram planejadas estratégias de prevenção ao contágio da Covid-19 pela polícia no momento das apreensões. As outras matérias referem-se a casos específicos, a exemplo do texto “Menina de 11 anos fica grávida ao ser estuprada pelo padrasto em Amambaí” (11/11/2020) que detalha o caso ocorrido na região da fronteira com o Paraguai a partir de informações da Polícia Civil e do Ministério Público de Mato Grosso do Sul (MPMS). O caso é correlacionado a outras duas ocorrências, uma no Espírito Santo (contra uma menina de 10 anos que foi estuprada pelo tio e ficou grávida) — citada nas matérias de agência publicadas no *Correio do Estado* —, e outra em uma aldeia indígena no Estado, fato também noticiado detalhadamente no jornal analisado.

Em 2021, também houve um quantitativo significativo de textos sobre casos de violência relacionados com o isolamento social, como nas matérias “Seis casos de abuso sexual são relatados em primeira semana de volta às aulas” e “De volta às escolas, nove crianças já relataram abusos sexuais durante a pandemia”, respectivamente dos dias 31 de julho e 6 de agosto. Nos textos, o foco central é o aumento no número de denúncias ou casos de violência contra vulneráveis descobertos com o retorno das aulas presenciais após o isolamento, detalhando casos de abuso sexual sofridos no ambiente familiar. No entanto, o enfoque fica centrado nas operações feitas pela polícia no Estado, nas quais foram denunciados crimes de violência, abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes. Nas demais matérias de 2021, foram divulgados panoramas regionalizados da violência infantil. Frisa-se que Mato Grosso do Sul se encontra em destaque nas pesquisas como um dos estados com maiores registros de violência sexual contra crianças e adolescentes.

### **3.1.5 Agência**

Nesta unidade temática é importante destacar que se referem a textos sobre o tema central da violência contra a mulher publicados no portal online do jornal *Correio do Estado*

com autoria de outros jornais de nível nacional, como *Estadão*, *Folha de S. Paulo* e *Agência Brasil*. Destaca-se também que a natureza das matérias perpassa por contextos voltados a um amplo público receptor, destinados ao país no geral. Desse modo, as características de construção retórica de um jornal regional se perdem, além de ocorrências distantes da realidade de Mato Grosso do Sul, mas que de qualquer forma também influenciam a região.

A primeira matéria publicada no *Correio do Estado* no período de análise sobre a violência contra a mulher no dia 05 de fevereiro de 2020, intitulada “Violência contra a mulher: área precisa de postura, não de dinheiro, diz presidente”, é de autoria do *Estadão Conteúdo* e apresenta as opiniões do Ex-Presidente Jair Bolsonaro, vigente na época, a respeito do orçamento para políticas de combate à violência contra a mulher. Segundo Bolsonaro, a área não precisa de dinheiro e sim de conscientização e “postura”. A matéria também destaca que entre 2015 e 2019 houve uma redução no orçamento para a pasta e para atendimentos para vítimas de violência contra a mulher. O texto traz dados sobre o número de mulheres agredidas no Brasil e termina com subtítulo sobre gravidez precoce, também a partir de fala do ex-presidente, que defendeu a então ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, que sugeriu campanha de abstinência sexual para evitar gravidez na adolescência.

As duas próximas matérias publicadas foram de autoria da *Agência Brasil*, intituladas “Denúncias de violência contra a mulher cresceram 9%”, diz ministra” (02/04/2020), e “Denúncias apontam escalada da violência contra mulheres no país” (29/05/2020). Ambas tratam sobre o aumento de denúncias de casos de violência contra a mulher em nível nacional a partir de uma coletiva de imprensa realizada com a então Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, que relacionou o aumento às medidas de isolamento para conter o avanço da pandemia de Covid-19. A ministra é a única fonte utilizada, que traz dados do Ligue 180, com aumento no número de denúncias.

Em junho e agosto, apenas duas matérias agenciadas foram publicadas sobre o tema, no dia 9 do primeiro mês e 2 de agosto, respectivamente sob os títulos “ONU coleta informações para compreender violência contra mulher” e “Jair Bolsonaro sanciona lei do cadastro nacional de condenados por estupro”. Na primeira matéria, o jornalista da *Agência Brasil* traz estudo da Organização das Nações Unidas (ONU) para conseguir informações que permitam ampliar a compreensão sobre a violência contra a mulher no contexto da pandemia da Covid-19. Além disso, expõe dados de violência doméstica que indicam possível aumento de casos durante a crise sanitária e os motivos de ser mais difícil uma vítima se desvencilhar do ambiente violento devido às medidas de isolamento social. Já a segunda matéria apresenta

a lei em que o Presidente Jair Bolsonaro sancionou para o cadastro de condenados por estupro e as mudanças sobre as informações obrigatórias, como características físicas, impressões digitais, foto e endereço. Finaliza com um parágrafo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) com a quantidade de casos de estupros ocorridos em 2020 no Brasil.

Durante todo o ano de 2020, apenas três matérias sobre casos específicos foram publicadas de outras agências de notícia no *Correio do Estado*. A primeira delas trata do caso em que uma menina de dez foi estuprada, engravidou e depois realizou aborto no Espírito Santo. Ao longo do texto, as fontes citadas são um gestor do hospital onde a menina realizou o exame e uma coordenadora de enfermagem. Ambos apenas relatam o estado de saúde da menina após o procedimento. Nas outras duas matérias, ambas publicadas no dia 08 de novembro de 2020, o jornal republicou textos do *Estadão* a respeito do caso da influenciadora digital Mariana Ferrer, de 23 anos, que foi humilhada durante uma audiência judicial que analisava uma denúncia feita por ela de estupro. Na primeira matéria, o texto apresenta o caso e a notificação feita pela a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ao advogado que insultou a vítima e expôs fotos feitas por ela antes do crime. O texto finaliza com dados do número de advogados cumprindo pena de suspensão ou exclusão do quadro da OAB no Brasil, além de citar a justificativa que o advogado notificado informou ao Estadão. Já na segunda matéria são retradadas manifestações feitas em São Paulo, Fortaleza e Porto Alegre por justiça no caso Mariana Ferrer e contra a “cultura do estupro” e a violência de gênero.

Já em 2021, a primeira matéria de agência publicada no *Correio do Estado* trata do caso Marielle Franco. No dia de publicação, 09 de fevereiro de 2021, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) decidiu levar a júri popular os acusados de matar a vereadora Marielle Franco e o motorista Anderson Gomes, no dia 14 de março de 2018: Ronnie Lessa, policial reformado, e o ex-policial militar Élcio de Queiroz. Ao longo da matéria original da *Agência Brasil*, fontes são citadas para relatar a opinião sobre a nova decisão, como da defensora pública do estado, Claudia Taranto, o advogado responsável pela defesa de Ronnie Lessa, Bruno Castro, o defensor de Élcio de Queiroz, Henrique Telles, e a desembargadora Katya Monnerat. Além desta, uma segunda matéria sobre a vereadora foi publicada no jornal, no dia 14 de março de 2021, aniversário de três anos do caso. Sob título “Prefeitura do Rio inaugura nova placa da vereadora assassinada Marielle Franco”, a matéria do *Estadão* traz informações sobre a inauguração de uma nova placa com o nome da vereadora assassinada Marielle Franco em frente à Câmara dos Vereadores no Rio de Janeiro. Também é mencionado que uma placa foi rasgada durante a campanha eleitoral de 2018 pelo deputado federal Daniel

Silveira (PSL-RJ), eleito no mesmo ano e preso em 2021 por ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF). A primeira fonte com citação direta do texto é o prefeito do Rio de Janeiro na época, Eduardo Paes. Logo depois são citadas a mãe e a irmã de Marielle, Marinete Silva e Anielle Franco, atual Ministra da Igualdade Racial. Por fim, são citados o deputado federal Marcelo Freixo, amigo de Marielle, e a secretária Especial de Políticas e Promoção da Mulher, Joyce Trindade.

Ao longo do período analisado também foram publicadas duas matérias sobre dados da violência contra a mulher, nos dias 08 de março e 13 de agosto de 2021. Na primeira matéria, da *Agência Brasil*, são apresentados dados de violência contra a mulher recebidos pelos canais de denúncia do Governo Federal e divulgados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). As fontes citadas são a então ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damara Alves, e o juiz auxiliar do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Rodrigo Capez. Já na segunda publicação são apresentados os dados da pesquisa da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) sobre a pandemia e o aumento casos de violência contra mulher. Como subtítulo também são tratados assuntos como a vacinação contra a Covid-19, o distanciamento e isolamento social e as aulas em formato EAD e presencial. Não há nenhuma fonte citada diretamente ou os canais pelos quais foram coletadas as informações além da pesquisa da CNM.

Também foram publicadas mais duas matérias com um canal principal: o Senado Federal. A primeira é a respeito da aprovação do senado para implantação de mais delegacias especializadas à mulher no Brasil. Publicado no dia 11 de março, o texto também detalha o funcionamento das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), com citação de duas fontes masculinas, o autor do projeto, senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL), que argumentou que muitas mulheres deixam de registrar ocorrência após sofrerem violência por não haver delegacia especializada no município em que residem ou porque a delegacia existente não funciona aos finais de semana; o relator da matéria, Fabiano Contarato (Rede-ES), que fala sobre os números de casos no Brasil. Já a segunda, fala a respeito da aprovação do Senado de um Projeto de Lei (PL) que institui a Política Nacional de Informações Estatísticas Relacionadas à Violência contra a Mulher (Proinfo). Também traz objetivos do PL, que pretende integrar dados de várias frentes de combate à violência contra a mulher, como os dos organismos de políticas para as mulheres, de órgãos da saúde, da assistência social, da segurança pública e do sistema de justiça, entre outros envolvidos no atendimento às mulheres em situação de violência. No entanto, não é especificado no texto a origem das informações e os canais com os quais os jornalistas tiveram informações.

Uma matéria importante, que foi realizada pela *Folha de S. Paulo* e publicada no dia 17 de agosto de 2021, traz informações sobre aldeias indígenas de Dourados, município localizado a 229,9 km da Capital de Mato Grosso do Sul. Inicialmente o texto traz detalhes a respeito da taxa de usuários de bebidas alcoólicas e drogas pela população indígena de Dourados e o reflexo nos números de crimes nestas áreas, de acordo com dados do Ministério Público Federal (MPF). Na maior parte da matéria é narrado como ocorreu o crime de estupro coletivo e assassinato de uma indígena de 11 anos que morava em uma aldeia com o tio, ele também responsável pelo crime. As fontes utilizadas são a polícia, a assessoria do Instituto de Medicina e Odontologia Legal (Imol), o depoimento do tio divulgado pelo delegado responsável e um colega de cela do acusado.

Por fim, há mais duas matérias de agências publicadas no *Correio do Estado*. Em 07 de agosto, o jornal retoma o caso da influenciadora Mariana Ferrer, com a confirmação de absorção pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) de André de Camargo Aranha, 44 anos, acusado de estupro de vulnerável. Ao longo do texto, é detalhada a vida de Aranha, como profissão, rotina e local de moradia, além de retomar uma fala do advogado do réu a respeito da confiança que tinha no TJSC. A única citação do nome de Mariana é uma menção de que a defesa ainda pode contestar a decisão. No dia 20 de novembro de 2021, é publicada uma matéria apenas para trazer informações sobre o lançamento da campanha governamental contra a violência à mulher, com detalhes sobre quais ações serão aplicadas pelo governo. Há também um subtítulo sobre os fatores de risco com citação da secretária Nacional de Políticas para as Mulheres, Cristiane Britto, que explica que o feminicídio consiste no assassinato cometido em razão do sexo feminino. Por fim, com novo subtítulo “ativismo”, há dois parágrafos sobre movimento proposto pela Organização das Nações Unidas, 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

Em síntese, é possível notar a partir das matérias analisadas com publicações de agências de notícia que durante o ano 2020 a maior parte das notícias envolveu o aumento de violência contra a mulher durante a pandemia e discursos do presidente à época, Jair Bolsonaro, e da ministra Damares, sem conter uma quantidade balanceada de citações de fontes femininas ou não especializadas. Nos únicos casos em que são tratados ocorrências específicas de violência, como da menina que realizou aborto, são apresentadas fontes masculinas, como médicos especialistas, ou como no caso da Mariana Ferrer, os textos dos advogados do acusado citados na matéria. Retoma-se um padrão localizado em 2020, quando também é retratada uma atualização do mesmo caso, absolvendo o réu e são citadas apenas fontes masculinas e de defesa do acusado. Além disso, outra repetição encontrada em 2021

em relação ao ano anterior é o detalhamento excessivo de atos violentos, como no caso da menina indígena abusada por três adolescentes e pelo tio, com informações da polícia e do depoimento do parente e abusador da vítima.

A partir da tabela em que constam a data, os títulos e as categorias temáticas de todas as matérias analisadas, é possível notar o distanciamento do uso de matérias de âmbito nacional com o tema da violência contra a mulher no jornal *Correio do Estado*. Os únicos momentos em que são publicados textos com maior frequência dizem respeito à grande repercussão nacional do caso Mariana Ferrer, ocorrido em Santa Catarina. Além desses momentos, os textos apresentam um intervalo de publicação de cerca de no mínimo um mês em ambos os anos acompanhados.

### **3.2 Análise de fontes e canais de informação**

Para a realização da primeira etapa de análise das fontes utilizadas nas matérias estudadas, são utilizados como base os autores Nilson Lage (2008) e Lawrence Soley (1992), ambos discutidos no primeiro capítulo deste trabalho. Como debatido anteriormente, Lage (2008) classifica as fontes jornalísticas em duas modalidades: "fontes primárias" e "fontes secundárias". As fontes primárias são aquelas que fazem parte do acontecimento, fornecendo informações a partir da própria vivência, enquanto as fontes secundárias não estão diretamente ligadas ao ocorrido, mas são consultadas para contextualização ou para atribuição de explicação. Essa classificação se alinha à conceitualização elaborada por Soley (1992), que divide as fontes em "news makers" e em "news shapers". Nesta dissertação, usaremos os termos desenvolvidos por Lage (2008) para classificar as fontes, mas também nos valeremos das reflexões de Soley (1992) para problematizar a temática.

Outro aspecto a ser analisado, com base na identidade das vítimas envolvidas nos casos de violência contra a mulher divulgados, é o percentual de fontes femininas nas matérias examinadas. Em levantamento no contexto dos Estados Unidos, Soley (1992) concluiu que as fontes jornalísticas historicamente se constituem majoritariamente por homens brancos e de elite, enquanto as mulheres e os grupos sociais de direitos humanos são sub-representados na mídia. Tal constatação encontra ressonância no levantamento do The Global Media Monitoring Project (2020) que revela que em praticamente todas as faixas etárias os homens são mais ouvidos e reportados nas notícias. A falta de representatividade se mostra também ao evidenciar que as mulheres são apenas 19% dos(as) sujeitos(as) das notícias com ocupação política. Assim, os homens continuam a ser os mais ouvidos nas

notícias e a ter mais destaque nas histórias. Na pesquisa de 2015 feita pelo GMMP, as mulheres representavam apenas 24% das fontes noticiosas ao redor do mundo, nas notícias sobre política, as vozes femininas constituíram, no mesmo período, apenas 16% do total.

A última categoria de análise das fontes jornalísticas baseia-se no conceito de Sigal (1974), que classifica os caminhos pelos quais as informações chegam aos repórteres como “canais de informação”. Segundo o sociólogo norte-americano, esses canais são divididos em três categorias: rotina, informais e corporativos. Os “canais de rotina” referem-se a conferências, coletivas de imprensa, comunicados oficiais, palestras e eventos não-espontâneos. Os “canais informais” remetem a procedimentos não institucionalizados, como vazamentos e levantamentos realizados por outros veículos de comunicação. Por fim, os “canais corporativos” referem-se a entrevistas e pesquisas realizadas por iniciativa dos(as) próprios(as) repórteres, bem como eventos espontâneos presenciados por eles(as). Apesar de não ter sido mencionado na elaboração inicial de Sigal (1974), as declarações postadas em redes sociais e utilizadas nos jornais foram classificadas como “canal informal”, assim como foi feito por Jeronymo (2019) e Gimenes (2020). Também utilizaremos a categoria “canal não identificado”, aplicada por Sigal (1974), quando não é possível identificar nos textos as formas utilizadas para obter as informações.

### 3.2.1 Ações do estado

Nas matérias da categoria temática "Ações do Estado" no jornal *Correio do Estado*, as fontes mais recorrentes em 2020 foram as secundárias, representando 95,12% das citações, enquanto as fontes primárias ocupam apenas 4,8% das menções. No ano de 2021, as fontes primárias foram as únicas citadas no jornal, ou seja, nenhuma vítima direta ou familiar foi mobilizada como fonte. Ao totalizar os dois anos analisados, constata-se que 97,4% das fontes mencionadas são secundárias.

Das 11 fontes identificadas como pessoas físicas em 2020, excluindo-se pesquisas documentais — oriundas do trabalho de pesquisa jornalística dos repórteres — e repetições no texto ou em diferentes matérias, a maioria ocupa cargos políticos eletivos, totalizando 54,5% das fontes. Os policiais e advogados representam a segunda maior porcentagem, com 36,3%. As vítimas, familiares ou conhecidos de envolvidos em casos de violência contra a mulher são as fontes menos citadas, correspondendo a 9% das menções. Essa mesma tendência se repetiu em 2021, no qual 66,6% das fontes utilizadas possuíam cargos políticos eletivos, seguidas por fontes qualificadas como advogados ou policiais, que representaram

13,3%. Além disso, foram encontradas três outras fontes nos textos: um bispo, uma ativista dos direitos das mulheres e um pesquisador sobre gênero e sexualidade.

No total, considerando os dois anos analisados (2020 e 2021), foram identificadas 26 fontes distintas como pessoas físicas. Como exemplo, a maioria dessas fontes ocupava cargos políticos, totalizando 61,5% do total. Os policiais e advogados representaram a segunda maior porcentagem, com 23%. Por outro lado, as vítimas, familiares ou conhecidos(as) de envolvidos(as) em casos de violência contra a mulher foram as fontes menos citadas, correspondendo a apenas 3,8% das menções. Vale ressaltar que ao longo do ano de 2020, apenas uma vítima foi mencionada no jornal, e em 2021, vítimas ou familiares não foram citados ou utilizados como fontes.

Os nomes mais frequentes nos textos são os da delegada de polícia, Fernanda Felix, que atua na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Campo Grande, e a deputada estadual Rose Modesto<sup>23</sup>, que é citada diversas vezes devido à autoria de projetos de lei em favor do combate à violência contra a mulher, como detalhado na análise descritiva acima. Os dados ratificam as reflexões de Sigal (1974) e de Soley (1992) sobre o fato de que historicamente o jornalismo ocidental (nos casos analisados pelos autores, no contexto dos Estados Unidos) direciona sua cobertura de temas políticos a um tratamento essencialmente oficialesco em decorrência da própria operacionalização das rotinas produtivas e dos procedimentos profissionais (TUCHMAN, 1978).

Outra questão analisada é o gênero das fontes, que na categoria temática em questão vai de encontro às conclusões do estudo de Soley (1992) e ao *The Global Media Monitoring Project* (2020). Considerando que o corpus de análise diz respeito especificamente às violências causadas contra as mulheres, se torna importante analisar o número de fontes femininas que são mobilizadas pelo jornal. De um total de 31 referências nas quais foi possível identificar o gênero das fontes nos anos analisados, cerca de 74% são femininas. Tais resultados encontram consonância com a avaliação de escassez de mulheres escolhidas por jornalistas, tal como identificado nos estudos de Soley (1992), mesmo quando em pauta estão questões ligadas essencialmente ao gênero. Por mais que as fontes continuem, em sua

---

<sup>23</sup> Rose Modesto teve os primeiros passos na carreira política ainda em 2008, quando foi eleita vereadora por dois mandatos em Campo Grande e, posteriormente, vice-governadora durante o mandato de Reinaldo Azambuja no período de 2015 a 2018, ambos pelo PSDB. Em 2016, Rose tentou o cargo de prefeita na Capital, mas foi derrotada no segundo turno por Marcos Trad. Em 2018, foi eleita deputada federal, sendo a parlamentar mais votada do Estado. No ano de 2022, mudou para o partido União Brasil. Foi autora do PL nº 2.743 de 2021, que institui as Patrulhas Maria da Penha para proteção às mulheres, e do PL nº 1234 de 2019 que institui o Dia Nacional de Combate ao Femicídio no Brasil em 25 de novembro. Em 2023 foi nomeada para exercer o cargo de Superintendente do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), tornando-se a primeira mulher dirigente da Autarquia.

maioria, oficiais em termos governamentais e policiais com variedade ínfima, a maior diferença nos anos analisados desta categoria temática é a utilização de mulheres como especialistas, ainda que a recorrência às fontes primárias não seja representativa.

**Tabela 3 - Fontes utilizadas nas matérias analisadas do jornal *Correio do Estado* na categoria temática Ações do Estado**

<b>FONTES</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>TOTAL</b>	<b>%</b>
PRIMÁRIA	2	0	2	2,5%
SECUNDÁRIA	39	38	77	97,4%
HOMENS	2	6	8	25,8%
MULHERES	13	10	23	74,1%

**Fonte:** Tabela desenvolvida pela autora para as finalidades desta dissertação a partir das análises de 2020 e 2021 do jornal *Correio do Estado*.

A primeira matéria da categoria em questão publicada no *Correio do Estado*, intitulada “Casa da mulher comemora cinco anos de combate à violência e empoderando lutadoras, como Dona Dalva” (03/03/2020), possui apenas fontes femininas, sendo uma delas vítima de violência doméstica identificada como “Dona Dalva”. As outras fontes são secundárias, incluindo a delegada Fernanda Felix, da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, e a então subsecretária de Política para as Mulheres de Campo Grande, que forneceram dados sobre a violência contra a mulher no período. Outra matéria que utiliza fontes primárias foi publicada sob o título “Saiba o que mudou com a Lei Maria da Penha nos últimos 14 anos no Brasil” (27/08/2020). Essa matéria apresenta declarações da própria Maria da Penha Maia Fernandes, ativista que foi homenageada na lei homônima. Além disso, foram utilizadas fontes como a Secretária de Estado de Justiça e Segurança Pública, as leis Maria da Penha e do Feminicídio, e a atual Ministra da Mulher, Aparecida Gonçalves, como fontes secundárias.

Embora a maioria dos itens noticiosos analisados tenha informações oriundas de documentos ou pesquisas, e não possuam um gênero identificável, nas matérias “Ministério Público do Estado lança campanha para combater violência contra a mulher” (25/11/2020), “Campanha tem como tema central violência contra mulheres e LGBTs” (16/02/2021) e “Condenados por violência doméstica não poderão assumir cargos públicos” (04/05/2021), apenas fontes masculinas são utilizadas. Entre elas estão o procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), Alexandre Magno Benites de

Lacerda, e o diretor-presidente do Consórcio Guaicurus, João Rezende, que falam sobre uma campanha realizada pelo MPMS contra a violência contra a mulher.

No que se refere aos canais de informação identificados nas matérias do jornal *Correio do Estado* em 2020, o canal de rotina foi o mais utilizado, representando cerca de 46% das 37 ocorrências. O canal corporativo foi o segundo mais mobilizado, com 39% das fontes, seguido pelos canais em que não foi possível identificar a origem, com 12,1%, e o canal informal, que representou apenas 2,4% dos casos. No ano de 2021, o canal de rotina foi o mais utilizado nas matérias analisadas na categoria temática em questão, representando 54% das 37 ocorrências. Em seguida, há o canal corporativo, com uma participação de 43,2%. No entanto, a diferença entre esses canais e os demais é notável, uma vez que o canal informal possui apenas 2,7% do total, e não houveram casos de canais não identificados. Considerando os dois anos analisados, os canais de rotina e corporativo representam aproximadamente 90% das ocorrências, com 50% e 41%, respectivamente. Por outro lado, os canais informais e não identificados possuem uma baixa porcentagem ao longo de todo o período de análise, com apenas 2,5% e 6,5% das ocorrências, respectivamente.

**Tabela 4 - Canais de informação utilizados nas matérias analisadas do jornal *Correio do Estado* na categoria temática *Ações do Estado***

CANAIS	2020	2021	TOTAL	%
INFORMAL	1	1	2	2,5%
CORPORATIVO	16	16	31	41%
ROTINA	19	20	39	50%
NÃO IDENTIFICADO	5	0	5	6,5%

**Fonte:** Tabela desenvolvida pela autora para as finalidades desta dissertação a partir das análises de 2020 e 2021 do jornal *Correio do Estado*.

Os meios mais recorrentes utilizados para obter informação foram as coletivas de imprensa e as notas oficiais dos governos federal e estadual. Em 2020 e 2021, identificou-se 14 matérias em que foram utilizados apenas canais de rotina para aquisição de informações. Em metade delas, sete publicações, notas da Prefeitura de Campo Grande, do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul ou de diários oficiais publicados por tais órgãos públicos foram as fontes de informação. A matéria “Casa da mulher comemora cinco anos de combate à violência e empoderando lutadoras, como Dona Dalva” (03/03/2020), por exemplo, foi produzida a partir de uma coletiva de imprensa na Casa da Mulher Brasileira, com citações

extraídas da interlocução com jornalistas e de uma palestra para convidados. Já nas publicações “Vítimas de violência doméstica poderão ficar em hotéis e até em outros estados” (10/07/2020) e “Após caso Mari Ferrer, Câmara aprova projeto que torna crime violência institucional” (11/12/2020), as informações foram obtidas a partir de sessão na Câmara dos Deputados e notas oficiais repassadas posteriormente.

No canal corporativo, foram utilizadas entrevistas realizadas por repórteres e pesquisas documentais. Nos anos de análise, a origem das ocorrências foi em sua maioria de pesquisas advindas da apuração jornalística em documentos e banco de dados. Do total de 24 fontes citadas, 15 (62,5%) foram retiradas de documentos ou banco de dados e nove (37,5%) de entrevistas realizadas com fontes oficiais e policiais. Paradoxalmente, o canal corporativo não foi utilizado pelo(a) jornalista para buscar vítimas ou envolvidos(as) com algum caso de violência contra a mulher na categoria de “Ações do estado”.

Na matéria “Thaís Teixeira: legislação não é meramente a punição do agressor, mas proteção da mulher” (10/08/2020), a única fonte utilizada é a defensora pública e coordenadora do Núcleo Institucional de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (Nudem) em Mato Grosso do Sul, Thaís Dominato Silva Teixeira, para falar sobre os 14 anos de Lei Maria da Penha. Ao longo do texto é possível visualizar que o(a) jornalista faz uma abordagem direta com a fonte, já que foi escolhido o formato popularmente conhecido como “pingue-pongue” de inserção das perguntas do(a) repórter e as respostas da entrevistada. Outra matéria em que foi utilizado apenas o canal corporativo é “Casa da Mulher Brasileira começará a realizar exame de corpo de delito em 2021” (14/01/2021), onde a repórter buscou dados através da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e realizou entrevistas com a superintendente da Casa da Mulher Brasileira, Tai Loschi, e da delegada Fernanda Félix, da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, para contextualizar os números e dar um panorama da violência no Estado. Ao analisar o texto, é inerente ao canal a busca apenas por fontes oficiosas, já que quando conduzida a apuração, foram selecionadas delegadas e fontes governamentais, como deputadas e ministras. Nesse escopo, são identificadas três fontes masculinas, sendo um empresário, um pesquisador de temas sobre gênero e um procurador do Ministério Público do Estado.

O canal informal foi utilizado apenas uma vez em cada ano de pesquisa, exclusivamente para extrair citações de vazamentos ou informações publicadas anteriormente por outros veículos midiáticos. No primeiro período, a matéria “Rose pede urgência em votação de projeto que aumenta pena mínima para feminicídio” (28/12/2020) faz citação do jornal *Extra*, com sede no Rio de Janeiro, com nome e idade das vítimas de feminicídio no

feriado de Natal no Brasil. Já em 2021, na matéria “Mato Grosso do Sul terá a segunda Casa da Mulher Brasileira no Estado” (28/08/2021) são mencionadas falas da então deputado federal, Rose Modesto, em entrevista à Rádio Hora 92.3 FM, sediada em Campo Grande.

Em apenas cinco ocorrências não foi possível identificar o canal empregado nas matérias analisadas. Desse total, 40% das ocorrências remetem a declarações de policiais e de advogados sobre as investigações dos casos e cerca de 20% são referências a oficiais como ministros e deputados alinhados ao governo. Ainda foi utilizada uma fonte não identificada, com apresentação genérica como “assessoria Funsat”, sigla para Fundação Social do Trabalho de Campo Grande, na matéria “Programa insere mulheres vítimas de violência no mercado de trabalho” (13/07/2020), enunciação que descredibiliza as informações, visto que não há como discernir a origem das declarações divulgadas e as práticas realizadas para obtê-las.

É possível identificar a partir das análises no jornal *Correio do Estado* que a busca por declarações não oriundas de coletivas de imprensa foi escassa. Uma explicação para isso reside no fato de que as fontes mais utilizadas foram secundárias e oficiais, em geral, indivíduos responsáveis por investigações de casos de violência, como delegacias de homicídio e titulares da Casa da Mulher Brasileira do Estado. Fontes primárias, como vítimas sobreviventes e familiares, foram escassamente citadas, com apenas duas menções de vítimas. Além disso, ao longo das matérias é visível que muitas declarações foram repetidas em diferentes datas no mesmo jornal, advindas dos mesmos canais e das mesmas fontes já mencionadas anteriormente.

### 3.2.2 Dados

No que tange a categoria analítica referente a dados sobre a violência contra as mulheres em Mato Grosso do Sul publicadas pelo jornal *Correio do Estado*, as fontes mais utilizadas em 2020 foram as secundárias, com 77,7% do total de 18 casos. Em 2021, as fontes primárias resultaram em cerca de 10% das menções e as secundárias em 89% de 29 fontes identificadas. No total, das 47 fontes usadas no jornal, apenas 14,8% foram primárias e 85% foram secundárias.

Ao contabilizar as fontes identificadas como pessoas físicas nos textos de 2020, as fontes oficiais e os(as) amigos(as), familiares e envolvidos(as) em casos de violência contra a mulher, foram as menos utilizadas. Das 10 pessoas físicas identificadas, uma remete à uma fonte oficial e três são vítimas ou testemunhas. As outras cinco fontes identificadas são advogados(as) e policiais envolvidos(as) nas investigações, totalizando 50% das ocorrências.

Das fontes policiais, os nomes mais mencionados são das delegadas Fernanda Felix, Ana Luiza Noriler, Barbara Alves e Sueli Araujo. Em 2021, ao somar as fontes identificadas como pessoas físicas nos textos, há um equilíbrio entre as fontes oficiais e os(as) amigos(as), familiares e envolvidos(as) em casos, que contabilizam três referências cada. As fontes policiais representam nove das identificáveis no texto, com 60% das menções.

No que se refere à representação de gênero nos dois anos analisados, as fontes femininas foram as mais utilizadas, com 22 menções. Das 27 fontes utilizadas nas matérias do jornal nesta categoria temática, apenas 18% são compostas por homens, com cinco casos. É importante destacar que, ao analisar apenas o ano de 2020, 100% das fontes são femininas.

Nas matérias “Dobra o número de mulheres assassinadas em Campo Grande; pandemia pode agravar casos de violência doméstica” (08/12/2020) e “A cada duas horas, uma mulher é agredida em Campo Grande” (26/04/2021) foram utilizadas apenas fontes femininas, com total de oito menções, quatro em cada texto. Dentre as fontes utilizadas estão duas delegadas, uma vítima de agressão e uma testemunha do caso em questão. Já a matéria “Índices de criminalidade em Mato Grosso do Sul têm queda em comparação a 2020” (21/09/2021) é a única entre os dois anos em que é utilizado apenas fontes masculinas em um mesmo texto, com menção a um delegado de polícia e um coronel.

**Tabela 5 - Fontes utilizadas nas matérias analisadas do jornal *Correio do Estado* na categoria temática Dados**

<b>FONTES</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>TOTAL</b>	<b>%</b>
PRIMÁRIA	4	3	7	14,8%
SECUNDÁRIA	14	26	40	85%
HOMENS	0	5	5	18,5%
MULHERES	12	10	22	81,4%

**Fonte:** Tabela desenvolvida pela autora para as finalidades desta dissertação a partir das análises de 2020 e 2021 do jornal *Correio do Estado*.

A primeira matéria da categoria “Dados” publicada em 2020, “Capital registra mais de 60 casos de violência doméstica em intervalo de 2 dias” (28/04/2020), apenas utilizou uma fonte, a delegada Fernanda Félix, para falar a respeito da alta de casos de violência contra a mulher em Campo Grande. Já o texto sob título “Casos de feminicídio quase triplicam em período de isolamento social na Capital” (02/05/2020), conta com duas fontes. A primeira fonte é a delegada Ana Luiza Noriler da Silva Carneiro. Para trazer uma perspectiva da saúde

mental durante a pandemia de Covid-19 e a violência doméstica, o(a) jornalista também apresenta citações da psicóloga Marilene Kovalski. Em 2021, a primeira matéria publicada, “Em 2020, quase 6 mil mulheres foram vítimas de violência doméstica” (03/02/2021), utiliza apenas o então prefeito de Campo Grande, Nelson Trad, como fonte individual. Já na matéria “Em um mês, 66 vítimas denunciam crimes de stalking em Mato Grosso do Sul” (20/05/2021) foram utilizadas quatro fontes, sendo três femininas e uma masculina.

No que se refere aos canais de informação dos dois anos analisados, o mais utilizado pelo jornal, na categoria em questão, é o corporativo, diferentemente da categoria anterior. Apenas em 2020, o meio mais utilizado contou com 83,3% das 18 fontes. O canal de rotina representa aproximadamente 16%. Os canais informal e aqueles que não foram possível identificar não foram mobilizados nas matérias desta categoria. Em 2021 a situação se repete, já que o canal corporativo esteve presente em 72,4% das publicações e o de rotina em 27,5% do total de 29 fontes identificadas. Os demais canais — informal e não identificado — também não foram utilizados no último ano de análise.

**Tabela 6 - Canais de informação utilizados nas matérias analisadas do jornal *Correio do Estado* na categoria temática Dados**

CANAIS	2020	2021	TOTAL	%
INFORMAL	0	0	0	0%
CORPORATIVO	15	21	36	76,5%
ROTINA	3	8	11	23,4%
NÃO IDENTIFICADO	0	0	0	0%

**Fonte:** Tabela desenvolvida pela autora para as finalidades desta dissertação a partir das análises de 2020 e 2021 do jornal *Correio do Estado*.

Diferentemente da categoria analisada anteriormente, nas matérias com foco principal nos dados sobre violência contra a mulher, a busca por declarações a partir de entrevistas *in loco* realizadas pelos(as) repórteres e as coletadas a partir de pesquisas em bancos de dados tiveram equilíbrio no total de fontes de 2020 e 2021. As entrevistas interpessoais representam 52,7% dos casos e o restante, 47,2% das ocasiões, foram coletadas em banco de dados. Durante todo o ano de 2022, do total de seis matérias com dados, cinco utilizam apenas o canal corporativo para obter informações. Na matéria “Dobra o número de mulheres assassinadas em Campo Grande; pandemia pode agravar casos de violência doméstica”

(08/12/2020) foram mencionadas cinco fontes e todas mobilizadas pelo canal corporativo, com citações de delegadas, testemunhas de um caso específico e a filha de uma vítima. Na publicação “Vítimas de violência, 77% das mulheres foram mortas dentro de casa, aponta estudo” (08/06/2020) também foram mencionadas cinco fontes, no entanto, apenas duas foram a partir do canal corporativo em bases de dados governamentais.

Em 2021, do total de nove matérias publicadas, quatro utilizaram apenas o canal corporativo. Como exemplos, as matérias “A cada duas horas, uma mulher é agredida em Campo Grande” (26/04/2021) e “Campo Grande foi a segunda capital que mais registrou estupros em 2020” (15/07/2021) contam com cinco fontes cada, dentre elas três delegadas, uma defensora pública do Estado, dados de três bancos de informação, um documento, uma vítima, a mãe de outra vítima e o depoimento de um agressor, acompanhado pelo(a) repórter *in loco*. Além dessas, em outras quatro ocasiões o canal corporativo foi utilizado junto a outros canais, como nas duas primárias matérias da categoria no ano — “Em 2020, quase 6 mil mulheres foram vítimas de violência doméstica” (03/02/2021) e “Violência contra mulher não dá trégua neste feriado de Carnaval” (17/02/2021) —, em que do total de sete fontes, cinco foram retiradas de canais corporativos.

As fontes mais citadas, alcançadas por meio do canal de rotina, foram as oficiais, com seis das 11 ocorrências. Tais declarações foram extraídas em maioria de discursos no âmbito do poder legislativo, de coletivas de imprensa e de notas oficiais. Os(as) policiais civis e militares, delegados(as) e advogados(as) envolvidos(as) em casos de violência contra a mulher foram citados(as) quatro vezes na soma das matérias analisadas, com menções a partir de coletivas aos(as) jornalistas. Nos dois anos analisados, apenas uma vítima de agressão foi mencionada através do canal de rotina. Na matéria “Em um mês, 66 vítimas denunciam crimes de stalking em Mato Grosso do Sul” (20/05/2021), foi utilizado apenas o canal de rotina para acessar as fontes, com citações da subsecretaria de Políticas Públicas para as Mulheres do Estado na época, Luciana Azambuja, da promotora de justiça, Clarissa Torres, da defensora pública Camila Maués dos Santos Flausino, e do juiz Alessandro Leite Pereira, todas vindas de coletiva de imprensa. No escopo das matérias “Vítimas de violência, 77% das mulheres foram mortas dentro de casa, aponta estudo” (08/06/2020), “Mato Grosso do Sul tem um dos maiores índices de feminicídio do Brasil” (02/06/2021) e “Após aumento de ocorrências de feminicídio em 2020, Campo Grande ainda não registrou casos neste ano” (03/08/2021), das nove ocorrências, cinco são vinculadas ao canal de rotina, uma vez que todas as declarações foram retiradas também de coletiva aos(as) jornalistas.

Ao longo dos anos analisados, quatro fontes foram introduzidas de modo genérico. Nas matérias “Vítimas de violência, 77% das mulheres foram mortas dentro de casa, aponta estudo” (08/06/2020) e “De acordo com juíza, pedidos de proteção diminuem, mas violência doméstica não” (05/09/2020) foram mencionadas fontes genéricas como “vítima” e “Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar”. Na publicação “Dobra o número de mulheres assassinadas em Campo Grande; pandemia pode agravar casos de violência doméstica” (08/12/2020), duas fontes são qualificadas como “testemunhas” e “filha da vítima”. Em síntese, 38% das fontes utilizadas pelo jornal não foram identificadas como pessoas físicas, descredibilizando as citações inseridas no texto, principalmente por se tratar de órgãos oficiais e importantes para as atualizações do caso.

A partir das análises, pode-se perceber que embora seja sustentado em grande parte por fontes oficiais, o jornal *Correio do Estado* apresenta nesta categoria temática uma cobertura menos oficialista. Com a busca dos repórteres por declarações não somente em coletivas de imprensa ou notas oficiais, abrange-se uma maior utilização dos canais corporativos. A categoria também apresenta uma maior utilização de fontes femininas também decorrentes da procura jornalística por fontes que fazem parte dos ocorridos e de especialistas mulheres que possuem algum vínculo com as investigações ou com os locais de atendimento às mulheres em Mato Grosso do Sul. No entanto, por se tratar de um tema voltado à violência contra a mulher, a utilização de fontes femininas ou que fazem parte do ocorrido ainda é invisibilizado pelo jornal, já que as fontes primárias foram utilizadas em poucos casos.

### 3.2.3 Casos

Na categoria temática “Casos”, com principal foco nas ocorrências de violência contra a mulher ocorridas principalmente em Mato Grosso do Sul, o jornal *Correio do Estado* utilizou predominantemente as fontes secundárias em 2020, apresentando 79,5% das citações, enquanto as fontes primárias correspondem a 20,4% das 49 ocorrências mencionadas. Em 2021, as fontes secundárias também são majoritárias nas matérias analisadas e contam com 68%, enquanto as primárias somam aproximadamente 31%. Totalizando os dois anos analisados, verifica-se que, do total de 87 fontes mencionadas, 74,7% são secundárias e 25,2% são primárias.

Das 41 fontes identificadas como pessoas físicas em 2020, excluindo pesquisas documentais, oriundas do trabalho de pesquisa jornalística dos repórteres, e repetições no

mesmo texto ou em diferentes matérias, a maioria possui alguma relação com casos de violência contra a mulher, seja como vítima, agressor ou familiar. Nesta posição, as fontes representam 53% das citações. Os(as) policiais e advogados(as) contam com a segunda maior porcentagem, com 39% dos casos. Já as fontes oficiais, que possuem alguma ligação formal no campo político, tiveram pouca projeção no jornal nesta categoria, somando apenas 7,3%. Há também a citação de uma psicóloga em um dos textos analisados, o que representa 2,4%. Em 2021, as fontes identificadas como pessoas físicas também tiveram em sua maioria alguma relação com os casos de violência, com 52,6% sendo vítimas, agressores ou familiares. Na sequência, policiais, advogados(as) e juizes(as) novamente compõem o segundo grupo mais utilizado, com 31,5%. As fontes com cargos políticos eletivos ficaram com apenas 15% das citações nos textos. Diferentemente das categorias acima, nas matérias sobre casos, os dados vão de encontro com as reflexões de Sigal (1974) e Soley (1992) sobre o direcionamento da cobertura jornalística ter caráter oficialesco.

No que se refere ao gênero das fontes, tal categoria temática apresentou um equilíbrio maior entre as fontes femininas e masculinas. Em 2020, das 53 fontes utilizadas, 49% são homens e 50% são mulheres. Essa proporção se repetiu em 2021, já que das 22 fontes, 54% são homens e 45% são mulheres. Considerando os dois anos analisados, os homens ainda ficam à frente das mulheres com 50% das citações, com apenas uma menção a mais do que as mulheres.

**Tabela 7 - Fontes utilizadas nas matérias analisadas do jornal *Correio do Estado* na categoria temática Casos**

<b>FONTES</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>TOTAL</b>	<b>%</b>
PRIMÁRIA	10	12	22	25,2%
SECUNDÁRIA	39	26	65	74,7%
HOMENS	26	12	38	50,6%
MULHERES	27	10	37	49,3%

**Fonte:** Tabela desenvolvida pela autora para as finalidades desta dissertação a partir das análises de 2020 e 2021 do jornal *Correio do Estado*.

Nas matérias de 2020, “‘Eu preciso dela de volta’, diz irmã de Carla, sequestrada na porta de casa em Campo Grande” (02/07/2020), “Sequestrada há três dias, Carla é encontrada morta a 40 metros de casa” (03/07/2020) e “Emocionada, mãe de Carla canta no velório da filha ‘Deus cuidará de ti’” (04/07/2020), das nove fontes citadas, todas são primárias, ou seja,

fazem parte dos casos narrados de violência contra a mulher. Apenas na matéria do dia 3 de julho, são citadas fontes genéricas como “amiga de Carla”, “informações da família”, Carlos Araújo Magalhães, o pai da vítima, “um vizinho” e Camila Santana, irmã da vítima. Nas demais matérias, as fontes são, a mãe de Carla, um “tio distante” e, novamente, a irmã de Carla. Em 2021, apenas uma matéria utiliza apenas fontes primárias, sob título “‘Era uma pessoa muito amada’, diz vizinha de artista plástica vítima de assassinato” (05/05/2021). Na ocasião, identifica-se fontes que são classificadas como vizinhos da vítima em questão, sendo eles Julieta dos Santos e Vivaldo Bernardo de Souza.

Uma situação peculiar é localizada na matéria “Homem que assassinou a mãe está preso na Delegacia da Mulher” (10/04/2020), em que a única fonte mencionada é o próprio agressor do caso, Adão Alves de Sales, com “explicações” sobre a motivação do crime. O homem que tem sua versão enfatizada pela publicação, foi internado em uma clínica de reabilitação e depois encaminhado para a delegacia Especializada em Atendimento à Mulher.

Além disso, no texto “Negociação não avança e Bope invade casa para prender pastor que mantinha mulher refém” (12/03/2020), são utilizadas apenas fontes masculinas, como o coronel Wilmar Fernandes, uma live no *Facebook* feita pelo próprio agressor durante o crime, e um pastor qualificado como conhecido do agressor. Já nas matérias “Pastor manteve esposa em cárcere” (13/03/2020) e “Vítimas de abuso relatam crimes nas redes sociais e levantam o debate sobre a violência contra a mulher” (04/06/2020) são utilizadas apenas mulheres como fontes, como o depoimento de um vítima, das delegadas Máira Pacheco Machado e Anne Trevizan, da advogada Ana Maria Assis de Oliveira e da psicóloga Mariana Breve. Nos demais textos, as fontes primárias e secundárias, e as femininas e masculinas são alternadas.

No que tange os canais de informação identificados nas matérias analisadas do jornal *Correio do Estado* na categoria temática sobre casos específicos em 2020, o canal corporativo foi mais uma vez o mais utilizado, com cerca de 56% do total de 72 ocorrências. O canal informal e o de rotina contam com a mesma quantidade de citações, com 16,6% cada. Já as ocasiões em que não foi possível identificar a origem das informações contam com apenas 9,7% das ocorrências. Em 2021, o canal corporativo também foi o mais utilizado, com 36,8% dos casos. No entanto, o canal de rotina teve apenas uma utilização a menos que o corporativo, e ficou com 34,2% das ocorrências. A diferença se distancia nos canais informal e não identificados, que representaram 7,8% e 21%, respectivamente.

**Tabela 8 - Canais de informação utilizados nas matérias analisadas do jornal *Correio do Estado* na categoria temática Casos**

CANAIS	2020	2021	TOTAL	%
INFORMAL	12	3	15	13,6%
CORPORATIVO	41	14	55	50%
ROTINA	12	13	25	22,7%
NÃO IDENTIFICADO	7	8	15	13,6%

**Fonte:** Tabela desenvolvida pela autora para as finalidades desta dissertação a partir das análises de 2020 e 2021 do jornal *Correio do Estado*.

Os meios mais recorrentes utilizados para a obtenção de informações foram as entrevistas realizadas por repórteres e a busca em pesquisas documentais e bases de dados. Em 2020 e 2021, a origem das ocorrências foi em sua maioria motivada por entrevistas realizadas com fontes oficiais, policiais, envolvidos em casos de violência contra a mulher e conhecidos. Do total de 55 fontes citadas, 49 foram entrevistas e seis tiveram origem de pesquisas advindas da apuração jornalística em documentos e em banco de dados.

No primeiro ano de análise, as matérias “‘Papel nenhum mantém agressor longe’, diz irmão de professora morta pelo ex” (02/03/2020), “Pastor que manteve esposa em cárcere a conheceu em momento de fragilidade, diz vizinho” (12/03/2020), “Vítimas de abuso relatam crimes nas redes sociais e levantam o debate sobre a violência contra a mulher” (04/06/2020), “Sequestrada há três dias, Carla é encontrada morta a 40 metros de casa” (03/07/2020) e “Emocionada, mãe de Carla canta no velório da filha ‘Deus cuidará de ti’” (04/07/2020), utilizaram apenas o canal corporativo como mecanismo de obtenção de informações. Dentre as fontes, estão Max Sandro da Silva Santos, irmão de uma vítima, as assessorias da Santa Casa e da Guarda Municipal de Campo Grande, um vizinho da família de uma das vítimas, o coronel Wilmar Fernandes, um pastor, as delegadas Sueyli Araújo e Anne Trevizan, a advogada Ana Maria Assis de Oliveira, a psicóloga Mariana Breve e uma amiga, a mãe, o pai, a irmã e um tio da vítima Carla Santana Magalhães.

Em 2021, as matérias que utilizaram apenas o canal corporativo foram “‘Era uma pessoa muito amada’, diz vizinha de artista plástica vítima de assassinato” (05/05/2021), “Suspeito de matar artista plástica morre em troca de tiros com policiais” (14/05/2021) e “Vizinho acusado de matar a estudante Carla vai a júri no dia 13 de agosto” (31/07/2021). As fontes identificadas em tais publicações foram vizinhos de uma das vítimas, policiais e o delegado Reginaldo Salomão, o agressor Marcos André Vilalba Carvalho e o Ministério

Público Estado de Mato Grosso do Sul. Ao analisar os textos, diferentemente das categorias anteriores, verifica-se que o acesso às fontes através do canal corporativo teve maior procura dos repórteres por personagens envolvidos em casos de violência.

No canal de rotina, o segundo mais utilizado, os meios mais recorrentes para obtenção de informações foram as coletivas de imprensa ou as divulgações de policiais, advogados e juízes. Em 2020 e 2021, identificam-se 15 citações de fontes obtidas pelo canal de rotina, dentre as quais 12 eram policiais, oito oficiais e cinco vítimas ou agressores envolvidos em casos de violência. Na primeira matéria de 2020, “Morto ao atacar major da PM violentou primeira esposa por 12 anos, diz polícia” (21/02/2020), foi utilizada como fonte apenas a delegada Fernanda Felix para explicar o caso central da matéria. As informações foram obtidas por meio de coletiva de imprensa. Outra matéria que utilizou apenas o canal de rotina foi “Pastor manteve esposa em cárcere” (13/03/2020), que teve como fonte a delegada Maíra Pacheco Machado e citações do depoimento da vítimas que foi mantida em cárcere privado, ambas menções obtidas por meio de coletiva de imprensa. No dia 13 de agosto de 2021, foram publicadas três matérias — “‘Quantas mulheres vão precisar morrer só por não falar bom dia’, diz mãe de Carla”, “Acusado de matar a estudante Carla decide permanecer em silêncio durante julgamento” e “Assassino de Carla é condenado a 31 anos e 9 meses de prisão” — nas quais o canal de rotina foi o único utilizado. Nos textos são apresentados depoimentos divulgados a respeito de um caso específico, o feminicídio de Carla Santana, com citações do agressor, da mãe da vítima, do advogado Sebastião da Silva e do juiz do caso Aluizio Pereira dos Santos.

No canal informal, as fontes relacionadas a casos de violência específicos foram as mais recorrentes, com publicações em suas redes sociais a respeito do ocorrido. Outros agentes também alcançados por meio do canal informal foram advogados e policiais que fizeram publicações de vídeos e notas através da mídia convencional, como o caso da citação do jornal *MS Notícias* na matéria “OAB defende afastamento do policial militar que agrediu mulher algemada” (22/11/2020) e o jornal *Extra* na matéria “‘Minha filha foi remetida ao lixo’, diz mãe de Eliza Samudio ao ver foto de homem fantasiado em referência ao caso” (03/11/2021). Em apenas uma publicação o *Correio do Estado* utilizou somente o canal informal, trata-se da matéria “Vítimas de assédio na Capital contam relatos e viram assunto nacional”, que aborda uma movimentação feita na rede social *Twitter* de mulheres que expõem os casos de abuso que sofreram. Na matéria, a repórter utiliza publicações da primeira vítima que iniciou os relatos, Elizabeth Brum, e outras publicações feitas no perfil “@ExporsAs”.

Em 15 ocorrências não foi possível identificar o canal empregado nas matérias analisadas. Deste total, nove das ocorrências são declarações de policiais e de advogados sobre as investigações dos casos e seis são personagens que fazem parte ou têm relação com casos específicos de violência. Nas matérias “Homem que assassinou a mãe está preso na Delegacia da Mulher” (10/04/2020), “Artista plástica foi morta após flagrar ladrão dentro de casa; caso segue em investigação” (04/05/2021), “Acusado de matar Carla vai ter júri com plateia, primeiro desde o início da pandemia” (11/08/2021) e “Por dívida de R\$ 40 mil, agiotas sequestram mulher em frente à condomínio de luxo de Campo Grande” (18/08/2021), entre todas as fontes utilizadas não foi possível identificar o canal de origem, com menções genéricas a um agressor, ao delegado Reginaldo Salomão, ao juiz Aluizio Pereira dos Santos e a informações da Polícia Militar de Campo Grande. Também foram utilizadas diversas fontes não identificadas, com apresentação genérica como “segundo informações do depoimento”, “Polícia Civil”, “relatório assinado pelo capitão Francisco Solano Espíndola”, “segundo dados do Derf” e “assessoria da Polícia Militar”, prática que mais uma vez descredibiliza as informações, visto que não há como discernir a origem das declarações divulgadas e as práticas realizadas para obtê-las.

Por se tratar de uma categoria temática que tem como ponto central ocorrências de casos de violência contra a mulher, as fontes ligadas aos casos, como vítimas, agressores, familiares e conhecidos, foram muito mais utilizadas que nos grupos anteriores, com 13 citações a mais que no total das duas categorias anteriores. Na questão de gênero, houve um maior equilíbrio entre fontes femininas e masculinas, com diferença de apenas uma citação entre os dois casos, diferentemente dos anteriores que possuíam uma diferença latente entre os homens e mulheres utilizados, com as fontes femininas com margem superior aos homens em todos os casos. Mesmo assim, a situação de utilização de fontes secundárias e majoritariamente oficiais se repete, com a maioria das citações advindas de fontes oficiais e secundárias.

### **3.3 Análise das estratégias retóricas**

Como antecipado no primeiro capítulo, volta-se agora à análise das estratégias retóricas utilizadas pelo jornal *Correio do Estado* na cobertura dos casos de violência contra as mulheres em Mato Grosso do Sul. Kuypers (2009) argumenta que a retórica remete a elementos intencionalmente persuasivos e se refere ao uso estratégico da comunicação para atingir objetivos específicos. Para o autor, informações geradas com uma interpretação e com

uma estrutura adequadas e em forma de narrativas ou testemunhos com graus de sedução são essenciais para efetivamente persuadir.

Adicionalmente, Kuypers (2009) propõe uma ligação entre a teoria do enquadramento midiático (*news framing*) e o processo retórico. De acordo com o autor, o enquadramento é utilizado para tornar determinados eventos mais salientes que outros com objetivo de incentivar a audiência a interpretar o fato de uma maneira específica. Nesse sentido, a análise de enquadramento pode se alinhar à análise retórica ao operar quadros temáticos por meio de palavras-chaves, de metáforas, de símbolos e de conceitos utilizados por comunicadores para direcionar a compreensão da mensagem pelo público.

Na presente dissertação, no entanto, tal como detalhado no Capítulo 1, a operacionalização da análise será realizada a partir das reflexões de Silva e Jeronymo (2018) ao relacionarem o uso da retórica aos valores-notícia de construção classificados por Traquina (2008). De acordo com os autores, os valores-notícia de construção referem-se a técnicas e estratégias específicas empregadas por jornalistas com o objetivo de captar e direcionar a atenção do receptor. Portanto, isso leva a uma interpretação mais centrada nas estratégias retóricas do que na própria noticiabilidade. Deste modo, como uma forma de suprir a complexidade da análise das estratégias utilizadas no texto jornalístico, vale-se das categorias de valores-notícia de construção elencadas por Traquina (2008) - a simplificação, a dramatização, a personalização, a consonância e a amplificação - para identificar os recursos retóricos utilizados pelo *Correio do Estado* na cobertura da temática da violência contra as mulheres em Mato Grosso do Sul.

### **3.3.1 Simplificação**

O primeiro item analisado no recorte empírico é a simplificação. De acordo com Traquina (2008), o recurso se refere à ressignificação de um acontecimento a partir da redução de sua complexidade e de suas ambiguidades, tornando-se mais facilmente compreendido — isto é, uma “imagem de fácil trânsito comunicativo” (SODRÉ, 2009, p. 45). Segundo o autor português, os jornalistas costumam escrever de forma mais simples para convencer o(a) leitor(a): “Os clichês, os estereótipos e as ideias feitas são muitas vezes necessários” (TRAQUINA, 2008, p.91). Portanto, em um sentido normativo, a simplificação não se mostra necessariamente “boa” ou “ruim” ao jornalismo, uma vez que pode tanto levar à redução da complexidade de um determinado tema, mas, por outro lado, pode também ampliar o didatismo e o alcance da mensagem. Nos anos analisados, o jornal *Correio do*

*Estado* utiliza a estratégia de simplificação ao justificar os casos de violência como um problema de segurança no Estado, ou mesmo em situações onde a agressão foi resultante de uma discussão — não raramente remetendo a um cenário de revitimação das mulheres agredidas.

Como exemplo, a estratégia da simplificação pode ser vista na matéria “Vereadora é agredida por colega dentro de Secretaria de Obras” (14/05/2020), onde é narrado no texto a agressão que a Vereadora Fabrizia Ticono sofreu do vereador Francisco Leite Gutierrez na Secretaria de Obras de Campo Grande. A partir do Boletim de Ocorrência registrado pela vítima, a matéria narra o ocorrido e destaca que a violência ocorreu após uma “conversa exaltada” entre os envolvidos, justificando a situação a partir da redução da violência contra uma mulher ao fato de que houve uma discussão entre as duas partes anteriormente.

**Figura 2 - Trecho da matéria “Vereadora é agredida por colega dentro de Secretaria de Obras”**

Fabrizia relata no Boletim de Ocorrência e também em um vídeo publicado em seu Facebook que teve uma conversa exaltada com a engenheira. Em determinado momento a vereadora achou melhor encerrar a conversa e pediu desculpas para o atual secretário porque durante a discussão o chamou de “secretário de fachada”.

Ainda segundo relatos a engenheira começou a gritar com a vítima, afirmando que não iria admitir que Fabrizia falasse assim com o atual secretário e saiu da sala. Alguns minutos depois Gutierrez entrou novamente no local e agrediu a mesma.

**Fonte:** Jornal *Correio do Estado*, 14/05/2020.

Esta estratégia é também usada em matérias nas quais o(a) repórter relaciona a violência contra a mulher aos índices de criminalidade do Estado. Como exemplo, a matéria “Fim de semana com Blitz reduziu ocorrências de roubo, furto e violência doméstica” (03/08/2020), que inicia informando que uma Blitz realizada pela Prefeitura de Campo Grande durante um final de semana colaborou para a redução das ocorrências de roubos, furtos e “até casos de violência doméstica”. Ao longo do texto, são apresentados dados sobre a redução dos roubos na cidade e casos específicos que foram encontrados durante a operação da polícia à época. Após demonstrar diversos casos das criminalidades em questão, o texto finaliza com um intertítulo “violência doméstica”, mostrando de forma breve a redução dos índices durante o período. A forma como a violência contra a mulher é tratada na publicação achata a complexidade dos casos no estado e mais uma vez a apresenta como uma modalidade de “violência cotidiana” em um contexto geral de segurança pública.

**Figura 3 - Trechos da matéria “Fim de semana com Blitz reduziu ocorrências de roubo, furto e violência doméstica”**

### Blitz

Blitz realizada no fim de semana colaborou para a redução das ocorrências envolvendo roubo, furtos e até casos de violência doméstica.

### VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Com o fechamento do comércio na semana passada, o número de violência doméstica havia aumentado. Nesta semana, houve redução no número de casos, caindo 34%, se comparado ao fim de semana passado.

**Fonte:** Jornal *Correio do Estado*, 03/08/2020.

O mesmo padrão de simplificação pode ser verificado nas matérias “Em um ano, 400 mil pessoas sofreram violência física, psicológica ou sexual em MS” (07/05/2021) e “Índices de criminalidade em Mato Grosso do Sul têm queda em comparação a 2020” (21/09/2021). Na primeira matéria são apresentados diversos números de crimes que envolvem algum tipo de violência ocorridos no Estado e comparações com o ano anterior. A violência contra a mulher é colocada no texto apenas como mais um crime qualquer, sem qualquer tipo de destaque ou contextualização. No entanto, de acordo com o texto, mulheres são as que mais sofrem violências interpessoais e 8,9% das mulheres com 18 anos ou mais de idade no país já sofreram violência sexual em algum momento das suas vidas, o que corresponde a 7,5 milhões, informações colocadas de forma aleatória na matéria.

#### **Figura 4 - Trechos da matéria “Em um ano, 400 mil pessoas sofreram violência física, psicológica ou sexual em MS”**

Mulheres são as que mais sofrem violências interpessoais, sendo 22,7% das vítimas, enquanto homens somam 18,3%.

Quanto a cor da pele, pessoas negras e pardas sofreram mais com a violência do que pessoas brancas.

A tendência segue para pessoas de baixa renda, que são as sem rendimento e até 1/4 de salário mínimo, em comparação com a de maior renda, 31% e 13%, respectivamente.

A maior parte dos autores desses três tipos de violência é algum conhecido das vítimas.

A violência psicológica é que mais fez vítimas no Estado, com 395 mil pessoas maiores de idade relatando terem sofrido este tipo de agressão no período de um ano, o que significa que, as pessoas que sofreram agressão, 98,7% foram psicológicas.

Violência doméstica é qualquer conduta que cause dano emocional e atitudes que abalem a autoestima da vítima, podendo desencadear doenças.

Atos de humilhação, desvalorização moral e deboche público são consideradas agressões psicológicas.

As outras cinco mil foram vítimas de violência física ou sexual.

Na violência física, para as mulheres a agressão foi cometida dentro da residência na maioria dos casos. Já quanto aos homens, a maior parte das agressões ocorreu em locais públicos.

Das vítimas, 59 mil deixaram de realizar atividades habituais em decorrência da violência sofrida.

Fonte: *Jornal Correio do Estado*, 07/05/2021.

A criminalidade em Mato Grosso do Sul também foi tratada na segunda matéria, com dados comparados entre 2020 e 2021. O texto destaca que casos de furto, roubo e homicídios tiveram queda no estado e em Campo Grande. Mais uma vez a complexidade da violência contra a mulher é diminuída, com informações colocadas de forma aleatória e conectadas com demais casos de crimes que não se relacionam com a violência de gênero. Além de tudo, o texto traz citações do então secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Antônio Carlos Videira, e do Comandante-Geral da Polícia Militar, Marcos Paulo Gimenez, que justificam as quedas nas taxas de criminalidade devido aos investimentos e trabalho da polícia no Estado e as operações realizadas pela segurança pública. Tais fatos também apresentam uma simplificação dos casos, ao relacionar o engajamento policial com a diminuição dos casos de violência como uma solução.

### Figura 5 - Trechos da matéria “Índices de criminalidade em Mato Grosso do Sul têm queda em comparação a 2020”

A taxa de esclarecimentos do estado é de 58,6%, uma das maiores do Brasil, com média nacional de 20%.

Em Campo Grande os índices criminais tiveram quedas. Dos oito monitorados, 12 tiveram redução.

As maiores reduções foram nos casos de feminicídios (-87,5%) e nos roubos seguidos de morte (-60%).

Em seguida vem os furtos de veículos (-15,3%), os homicídios dolosos (-15,2%), roubos em vias urbanas (-13,4%), no total de roubos (-13%), roubos a comércio (-10,5%) e nos homicídios culposos no trânsito (-2,4%).

De acordo com o secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Antonio Carlos Videira, os números refletem o investimento realizado em Mato Grosso do Sul na área.

“Mato Grosso do Sul tem hoje um dos maiores índices de esclarecimentos de homicídios do país, é também o estado que mais apreende drogas no país e ainda assim apresenta números que são referência nacional”, relatou.

“Essa redução expressiva observada nos números da criminalidade, certamente é resultado da capacidade, empenho e dedicação incessante dos nossos Policiais”, completou.

Em Campo Grande, o Comandante-Geral da Polícia Militar, coronel Marcos Paulo Gimenez, afirma que a redução é devido ao aumento expressivo do policiamento nas ruas, principalmente com a implantação do Programa de Obtenção de Capacidade Operacional Plena (OCOP).

“Com o OCOP nós tivemos uma diminuição de 31% no número de chamadas não atendidas pelo 190, conseguimos atender com êxito 64% de todas as chamadas que chegaram ao telefone de emergência”, afirmou.

“Tivemos um empenho 30% maior de viaturas e uma queda de 70% das ocorrências fechadas por falta de viatura para atendimento”, concluiu o Comandante-Geral da PM.

**Fonte:** *Jornal Correio do Estado*, 21/09/2021.

Uma matéria em destaque na qual foi utilizada a simplificação como recurso retórico é “Artista plástica foi morta após flagrar ladrão dentro de casa; caso segue em investigação” (04/05/2021). O texto trata a respeito do assassinato de uma mulher dentro da própria casa. Mesmo sem a conclusão das investigações, a matéria diz que o fato ocorreu após o arrombamento da casa da mulher. Um fator que chama atenção na matéria é que nos últimos parágrafos há o intertítulo “Roubos e furtos”, em que são citados vizinhos da vítima que relatam a falta de segurança e a frequência de roubos e furtos na região devido a presença de andarilhos.

**Figura 6 - Trechos da matéria “Artista plástica foi morta após flagrar ladrão dentro de casa; caso segue em investigação”**

## Roubos e furtos

Na região, **muitos vizinhos chegaram a reclamar de roubos e da presença de andarilhos.**

Conforme informado pelo delegado, o problema atual que se percebe é a violência entre pessoas em situação de rua e não de latrocínio.

Segundo dados da Derf, entre janeiro e maio deste ano, o número de roubos caiu 30%. Enquanto no mesmo período do ano passado foram registrados 1.394 ocorrências, neste caiu para 966.

**Fonte:** *Jornal Correio do Estado*, 04/05/2021.

No mesmo caso de violência ocorrido em 2021, a falta de segurança no bairro foi utilizada mais de uma vez como argumento de fundo. Como exemplo na matéria “‘Era uma pessoa muito amada’, diz vizinha de artista plástica vítima de assassinato” (05/05/2021), o(a) repórter buscou vizinhos da vítima para falar detalhes sobre o caso, como horário que o crime aconteceu e relatos anteriores à ocorrência. Assim como na matéria do dia anterior, o texto finaliza com o intertítulo “Insegurança”, utilizando falas dos vizinhos entrevistados que mencionam casos de assaltos e a presença de mendigos e andarilhos que vagam pelo local.

**Figura 7 - Trechos da matéria “‘Era uma pessoa muito amada’, diz vizinha de artista plástica vítima de assassinato”**

### Insegurança

Não há vizinhos nos dois lados da casa da artista plástica. De acordo com Vivaldo e Juliete, **um dos vizinhos da idosa se mudou por conta de assalto.**

“A vizinha do lado da casa dela resolveu mudar porque teve um assalto esses meses atrás. Está abandonada a casa. Do outro lado também não mora ninguém”, relata Juliete.

Ela ainda afirma que nunca havia acontecido antes um crime dessa proporção no bairro. **Vivaldo declara que tem sido comum assaltos no bairro.**

“Bairro São Francisco é um dos melhores bairros que tem para se morar. Só que de uns tempos para cá está tendo muito assalto”.

**“Tem andarilhos e mendigos andando pelo bairro. Eles passam muito pedindo as coisas, mas não dá para dizer que já vi eles mexendo com as coisas”, acrescenta.**

**Fonte:** *Jornal Correio do Estado*, 05/05/2021.

No recorte empírico analisado, é evidente a estratégia de simplificação adotada pelo jornal *Correio do Estado* ao abordar casos de violência contra a mulher no Estado de Mato Grosso do Sul. Essa simplificação busca tornar os eventos mais compreensíveis para os

leitores, frequentemente reduzindo a complexidade e as ambiguidades dos casos. Essa abordagem, embora possa facilitar a comunicação, levanta questões sobre a falta de contextualização e a maneira como a violência contra a mulher é apresentada. Em muitos casos, a violência é enquadrada como um problema de segurança pública, seja por meio da conexão com índices de criminalidade estaduais ou pela justificativa de agressões como resultado de discussões anteriores. Isso reduz a complexidade desses casos e não os aborda de maneira adequada como uma questão de gênero e de direitos humanos.

### **3.3.2 Dramatização**

A dramatização, segundo Traquina (2008), se refere à estratégia de acentuar o lado emocional dos acontecimentos e dos conflitos selecionados como substâncias das notícias. De modo geral, a partir desta perspectiva narrativa, a notícia é contada em forma de história cronológica e não apresenta o formato da pirâmide invertida, usada tradicionalmente no fazer jornalístico. Nas matérias analisadas do jornal *Correio do Estado* tal estratégia é utilizada em sua maioria em textos que possuem como fontes os familiares ou conhecidos de uma vítima como forma de maximizar o drama de uma violência de gênero.

Como exemplo, a matéria “‘Papel nenhum mantém agressor longe’, diz irmão de professora morta pelo ex” (02/03/2020), que aborda a morte de uma professora pelo ex-namorado, mas foi publicada dois dias após o caso, no período em que a vítima foi velada. O texto tem como fonte o irmão da vítima e conta a história de forma cronológica com intertítulos que subdividem as etapas da vida e do crime, desde o relacionamento entre ela e o agressor, os primeiros atos violentos do ex-namorado e o crime em si. A dramatização é utilizada desde a primeira frase do texto, que inicia “Da professora Maxelline Santos ficaram as recordações e os sonhos deixados pela metade” e logo após é inserido o relato do irmão. Em outros momentos do texto são utilizadas expressões como “ceifa-la”, “outras mães chorarem” ou “lembranças que ficaram latentes”.

**Figura 8 - Trechos da matéria “‘Papel nenhum mantém agressor longe’, diz irmão de professora morta pelo ex”**

Da professora Maxelline Santos ficaram as recordações e os sonhos deixados pela metade. Morta no fim de semana pelo ex-namorado guarda municipal, ela foi velada e sepultada pela família nesta segunda-feira (2). O episódio de violência doméstica se repetiu mais uma vez em Campo Grande e para o irmão dela, os mecanismos que deveriam protegê-la não passaram de letras impressas em um documento.

“Essa medida protetiva não adiantou de nada. Papel nenhum mantém o agressor longe”, disse o repositor Max Sandro da Silva dos Santos, 32 anos.

Maxelline era a irmã do meio. Max lembra que ela batalhava especialmente para realizar duas metas de vida: dar aulas para crianças e comprar a casa própria. “O primeiro sonho, ela já havia realizado”, contou ao Correio do Estado.

O que causa mais indignação na família é que Valtenir Pereira da Silva, em tese, deveria trabalhar para proteger a vida e não ceifá-la. “Um cara desses não pode colocar uma farda e sair armado por aí”, exclama. “Vamos correr atrás para ele ser preso, evitando que faça outras mães chorarem”.

“Ela era muito feliz, alegre, inocente e trabalhadora. Gostava muito de fazer amizades e adorava trabalhar com crianças”, completa o irmão sobre as lembranças que ficarão latentes na memória daqueles que eram próximos de Maxelline.

**Fonte:** *Jornal Correio do Estado*, 02/03/2020.

Na matéria “‘Só de olhar, eu já sabia que era o corpo da minha filha’, diz mãe de jovem encontrada morta” (20/04/2020), a dramatização também é utilizada na abordagem de um caso ocorrido dias antes. Na publicação, são utilizadas citações da mãe da vítima para acentuar a prática da estratégia retórica. Também como o texto analisado anteriormente, mais uma vez o(a) jornalista dispensa a utilização de um lead tradicional, trazendo as principais informações no primeiro parágrafo, e introduz a narrativa com aspas da mãe da vítima. Ao longo da matéria são utilizadas palavras e frases como “desconsolada” e “em meio a lágrimas e desespero”.

**Figura 9 - Trechos da matéria “‘Só de olhar, eu já sabia que era o corpo da minha filha’, diz mãe de jovem encontrada morta”**

“Só de olhar, eu já sabia que era o corpo da minha filha”, disse a mãe da jovem de 21 anos que foi encontrada morta às margens da rodovia BR-262. Maria Grazielle Elias de Souza estava desaparecida há quatro dias.

A mãe de Grazielle, Sueli Elias Sobrinho, de 41 anos, está desconsolada aguardando o resultado da perícia para saber as causas da morte da jovem. “Preciso que descubram logo quem fez isso para que eu possa me aquietar dentro de casa”, declarou a mãe que está no cemitério, visitando o túmulo do pai, falecido há alguns anos.

Em meio a lágrimas e desespero, a mãe da jovem relatou que Grazielle tinha ido para a casa da tia no domingo do dia 12 e que estava procurando kitnet para alugar.

A mãe de Grazielle afirmou ainda que a jovem trabalhava em um spa, em uma casa de estética, e que fazia faculdade na área.

Um dia após o desaparecimento, no dia 15 de abril, o pai adotivo de Maria, Stephan Hofmann - que é fundador da Ong Girassolidário - de Promoção e Defesa da Infância e Adolescência -, postou sobre as buscas a filha. “Minha querida filha Maria Grazielle está sumida há 24 horas, sem nenhum sinal”.

Sueli disse que aos 19 ficou grávida de Grazielle e que o alemão Hofmann a adotou, ainda com dois anos de idade. “Tivemos um relacionamento e ela disse que a partir daquele momento, quando ainda era pequena, ele (Hofmann) era o papai dela”, lembrou.

Grazielle tinha um sonho de ser mãe, mas de acordo com Sueli, seu ex-marido não teve condições de dar um filho a ela. “Ele não podia e por isso ela cuidada da irmã de quatro anos como se fosse filha”, afirmou Sueli.

**Fonte:** *Jornal Correio do Estado*, 20/04/2020.

Na matéria “‘Minha filha foi remetida ao lixo’, diz mãe de Eliza Samudio ao ver foto de homem fantasiado em referência ao caso” (03/11/2021), a dramatização novamente é utilizada por meio de citações da mãe de uma vítima. Dessa vez, o caso ocorreu anos antes da publicação e teve repercussão nacional, mas foi retomado após declarações da mãe de Eliza Samudio após uma cena postada em redes sociais. O texto também não conta com a estrutura tradicional do texto jornalístico, com a pirâmide invertida, característica da estratégia de dramatização. Ao longo da matéria a fonte relata como ela e seu neto, filho da vítima, ficaram após ver vídeos em que o nome de Eliza é colado em um saco de lixo.

**Figura 10 - Trechos da matéria “‘Minha filha foi remetida ao lixo’, diz mãe de Eliza Samudio ao ver foto de homem fantasiado em referência ao caso”**

Sônia Moura, mãe de Eliza Samudio, disse que ficou muito triste ao ver a cena no qual um homem se fantasiou de Bruno e com um saco de lixo na mão escrito Eliza foi a um bar, localizado em Manaus (AM), durante uma festa.

A cena que chocou as redes sociais, foi vista pela mãe de Eliza e seu filho Bruninho. “Fico muito triste em falar sobre isso, aquela cena mexeu com o meu psicológico, porque a minha filha foi remetida ao lixo. “Minha filha é um ser humano, não é um lixo”, disse Sônia ao Correio do Estado.

A dona de casa relatou que, mesmo durante o feriado dos Finados, teve que ligar para sua psicóloga, pois ficou muito abalada com a situação.

**Fonte:** *Jornal Correio do Estado*, 03/11/2021.

Dentre as matérias analisadas, a estratégia retórica de dramatização também foi utilizada para aproximar do contexto destas leitoras textos construídos com base em dados estatísticos sobre violências. Como exemplo, os textos “Vítimas de violência, 77% das mulheres foram mortas dentro de casa, aponta estudo” (08/06/2020) e “Violência doméstica: relato de uma mulher que perdeu a guarda dos filhos para seu agressor” (04/02/2021), diferentemente das análises anteriores, não tratam de casos específicos com fontes ligadas diretamente com os casos, mas abordam indicativos de registros de casos de violência contra a mulher, usando uma linguagem menos tradicional que desperta um aspecto emocional relativo aos fatos.

No texto de junho de 2020, por mais que o foco esteja na taxa de violência contra mulheres ocorrida dentro da casa da vítima a partir de informações de um levantamento quantitativo, a repórter opta por iniciá-lo de uma forma menos rígida e mais dramática, com base em recursos literários (LIMA, 2004). No primeiro parágrafo, que tradicionalmente poderia conter as principais informações do fato de forma objetiva, consta:

**Figura 11 - Trechos da matéria “Vítimas de violência, 77% das mulheres foram mortas dentro de casa, aponta estudo”**

O período de quarentena para a mulher que é vítima de violência doméstica nunca foi tão difícil. O lar onde deveria ser o lugar mais seguro, hoje é uma das preocupações das famílias e autoridades de Mato Grosso do Sul para o aumento da violência e crimes de feminicídio.

Isso porque dados do mapa de feminicídio lançado nesta segunda-feira (8) apontam que das mortes ocorridas no passado (30 óbitos), 77% das mulheres foram assassinadas pelos seus parceiros dentro de casa.

A Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul trabalha com um total de 110 casos de feminicídios consumados e 220 casos de feminicídios na forma tentada no período de 2015/2018, sendo 21,8% na capital e 78,2% no interior. Em 2019, foram 30 feminicídios consumados e 98 tentativas, sendo 16,6% das mortes ocorridas na capital e 83,4% no interior.

Enquanto essas mulheres tiveram suas vidas encerradas pela frustração de seus parceiros, neste ano, o número já é superior do que os primeiros meses do ano passado. Em apenas cinco meses, Mato Grosso do Sul já registra 15 mortes por feminicídio, desses, 5 em Campo Grande.

**Fonte:** Jornal *Correio do Estado*, 08/06/2020.

Logo após as informações do primeiro parágrafo, a jornalista insere os dados do estudo e complementa com informações da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) a respeito dos registros de violência ao longo da pandemia da Covid-19. No entanto, as informações calcadas na rigidez dos números são alternadas com frases emocionais e subjetivas, que podem gerar um maior impacto ao(a) leitor(a).

Já na segunda matéria, de 2021, o primeiro parágrafo utiliza métodos tradicionais do jornalismo de base informativa. No entanto, o tradicionalismo é reduzido já no segundo bloco, na qual é introduzido o relato de uma vítima, que passa a ser a protagonista no texto, com sua história em ordem cronológica alternada por citações diretas da fonte. Após o relato completo da vítima, o texto retoma as informações a respeito da Casa da Mulher Brasileira, que sediou o evento ao completar seis anos de funcionamento em Campo Grande, um dia antes da publicação do texto. De forma informativa, o texto apresenta dados de atendimento realizados na Casa com citações da então prefeita da Capital.

**Figura 12 - Trechos da matéria “Violência doméstica: relato de uma mulher que perdeu a guarda dos filhos para seu agressor”**

A mulher tem quatro filhos e o agressor é pai de dois deles. Ainda quando estava grávida do segundo filho, decidiu se separar devido às condições abusivas que sofria.

A partir de então, o ex marido não aceita o término do relacionamento até hoje, e também não permite que sua ex esposa se relacione com outras pessoas.

“Ele não aceitava que eu me relacionasse com ninguém até que as crianças crescessem. Continuava me perseguindo e já invadiu minha casa por 3 vezes. O único desejo dele é se vingar, usando o vínculo que ele tem comigo, os filhos, pois não aceita a separação”, revela.

Após 3 anos separada, a vítima iniciou outro relacionamento, o qual o ex marido também ameaça e agride. “Ele tentou matar meu atual companheiro com golpes na cabeça e no rosto”, relata.

“E ainda começou a incomodar por mensagens, dizendo que iria expor fotos minhas para o meu atual companheiro”, complementa.

Até sem bens materiais, como geladeira, fogão e máquina de lavar, a vítima ficou. Ela conta que depois desse episódio, ele não a permitiu mais que tivesse contato com seus filhos.

De acordo com a mulher, até então a guarda era compartilhada e ela sempre permitiu que ele se comunicasse com as crianças.

O agressor fez de tudo para que a mulher não ficasse com os filhos, tanto que atualmente, a guarda unilateral provisória está com ele.

A justiça alegou que a mulher não poderia ficar com a tutela, pois poderia ir embora com as crianças, já que não tem família em Mato Grosso do Sul.

A vítima contou que quando sua guarda legal foi retirada, um oficial de justiça, o advogado do ex marido e mais dois policiais foram até a casa dela para levarem as crianças de forma agressiva. Contudo, ela não registrou nenhuma queixa a respeito desse episódio.

**Fonte:** *Jornal Correio do Estado*, 04/02/2021.

Faz-se relevante destacar que o jornal *Correio do Estado* utiliza a estratégia de dramatização em sua maioria a partir de citações de pessoas ligadas a casos de violência contra a mulher. Ao analisar as matérias apresentadas anteriormente, verifica-se que, das sete ocasiões em que foi possível identificar a estratégia em questão, cinco tinham no título ou no lead aspas das fontes envolvidas. Mesmo em casos, em que a fonte primária não é citada diretamente logo no início do texto, o(a) jornalista utilizou-se da estratégia para relacionar dramas humanos aos casos nos quais o objetivo era apresentar dados numéricos, como uma forma de chamar atenção e facilitar a compreensão do(a) leitor(a). A dramatização, no entanto, ao mesmo passo em que insere as mensagens em um fluxo comunicativo mais fluido (Sodré, 2009), também pode (e geralmente faz) reduzir uma problemática mais ampla relacionada a

um hiato de conscientização e de políticas públicas a dramas individualizados e fragmentados que não raramente revitimizam as mulheres e expõem suas intimidades e privacidades.

### 3.3.3 Personalização

Traquina (2008) interpreta personalização como estratégia para valorizar e singularizar as pessoas envolvidas num acontecimento para facilitar a percepção da notícia. De acordo com o autor, “quanto mais personalizado é o acontecimento mais possibilidades tem a notícia de ser notada, pois facilita a identificação do acontecimento em termos ‘negativos’ ou ‘positivos’ (TRAQUINA, 2008, p. 92). Nas matérias identificadas com a utilização da estratégia retórica da personalização, o *Correio do Estado* usou fontes como advogadas, policiais e juízes envolvidas em casos de violência, vítimas, familiares e amigos, e — paradoxalmente — até mesmo agressores. Um exemplo consiste na matéria “Homem que assassinou a mãe está preso na Delegacia da Mulher” (10/04/2020), na qual o repórter apresenta o caso de um homem que matou a mãe e foi autuado em flagrante por feminicídio. Mesmo assim, o texto traz a versão do acusado e enfatiza que este não se lembrava do momento do crime por ter bebido anteriormente. Além disso, a matéria cita que o homem cuidava da mãe e “dedicando-se à venda de verduras para a vizinhança”.

#### Figura 13 - Trechos da matéria “Homem que assassinou a mãe está preso na Delegacia da Mulher”

Após aproximadamente dez dias internado numa clínica de reabilitação em razão de alcoolismo, de onde saiu em decorrência da pandemia do novo coronavírus, Adão teria assassinado a mãe na região do Lageado. Mas, ele alegou à polícia que não se lembra do que ocorreu no momento, pois teria sofrido um “apagão” na memória em virtude da bebida. Ele disse recordar-se, apenas, de um vizinho que teria chegado ao local e depois ter tentado suicídio, cortando o próprio pescoço. Apesar das alegações, Adão foi preso e autuado. Informações iniciais dão conta que ele e mãe tomavam conta de uma horta, dedicando-se à venda de verduras para a vizinhança. Contou que ontem estavam trabalhando no local e à tarde foi comprar bebida e cigarros. Disse, ainda, lembrar-se de estar em frente à casa da mãe, debaixo de uma mangueira, bebendo. Adão contou que só percebeu o corpo da mãe quando a polícia chegou ao local. Socorrida pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e Corpo de Bombeiros, Antônia Sales estava gravemente ferida no pescoço e acabou não resistindo aos ferimentos. O facão estava no local e Adão foi encontrado ensanguentado.

**Fonte:** Jornal *Correio do Estado*, 10/04/2020.

Outro contexto em que o repórter opta em citar o autor de algum crime contra a mulher localiza-se na matéria “Em um mês, 66 vítimas denunciam crimes de stalking em Mato Grosso do Sul” (20/05/2020). No texto, aborda-se o número de crimes de *stalking* ocorridos no Estado, com explicações e definições da tipificação do crime. Após as explicações e exposição de dados, há o intertítulo “Jovem preso”, que narra um caso específico ocorrido no interior do Estado, detalhando as ações do acusado. A vítima é infimamente citada, apenas com idade e a denúncia que fez contra o jovem preso.

**Figura 14 - Trechos da matéria “Em um mês, 66 vítimas denunciam crimes de stalking em Mato Grosso do Sul”**

**Jovem preso**

Em um dos casos denunciados, um jovem de 19 anos foi preso, na tarde dessa quarta-feira (19), em Ribas do Rio Pardo, suspeito de praticar o crime de stalking.

Uma mulher de 23 anos denunciou que vinha sofrendo constantes perseguições por parte do suspeito, que queria a todo custo ter um relacionamento amoroso com ela.

O homem ficava praticamente todos os dias na frente da casa da vítima e estava monitorando sua rotina, chegando a ir até o local de trabalho da mulher.

As perseguições já vinham acontecendo há alguns anos e vários boletins de ocorrência foram registrados pela vítima.

Ontem, o suspeito voltou a ir ao local de trabalho da vítima e, em razão disso, ela acionou a Polícia Civil.

O suspeito foi preso e encaminhado à Delegacia para as providências legais.

**Fonte:** Jornal *Correio do Estado*, 20/05/2021.

Em outros dois textos as versões dos agressores se tornam o fio condutor da informação — “Vizinho acusado de matar a estudante Carla vai a júri no dia 13 de agosto” (31/07/2021) e “Jovem sofre tentativa de estupro no diretório estadual do PT” (04/12/2021). Como exemplo, no primeiro texto é tratado do caso de feminicídio de Carla Santana, bastante divulgado no jornal ao longo dos dois anos de análise (que serão melhor explicitados no item destinado à estratégia retórica da consonância). Nesta publicação especificamente, o(a) repórter dá enfoque ao julgamento e à argumentação do agressor, com informações a respeito do dia do crime e justificativa do feminicídio devido a um “bom dia” não respondido pela vítima.

Já no segundo texto, o assunto em destaque é um caso específico de agressão sexual ocorrido em Campo Grande. Ao longo do texto, explica-se o ocorrido a partir da “apuração” do jornal, com uma citação direta da então vereadora Camila Jara, a qual presta apoio à vítima. No entanto, o texto finaliza com o intertítulo “Outra versão”, que apresenta uma carta que o acusado escreveu negando e justificando o crime. Trata-se de um caso típico de abordagem calcada na falsa simetria trazida ao campo profissional por intermédio do recurso da objetividade jornalística, conforme problematizam Moraes e Veiga da Silva (2019). A despeito das ocasiões nas quais a preservação das identidades mostra-se necessária, destaca-se também o fato de as mulheres serem geralmente objetivadas na narração dos casos em questão a partir da menção apenas a seus primeiros nomes, enquanto os nomes de agressores ou fontes oficiais são tratados a partir da integralidade de seus nomes e sobrenomes — outro recurso que dialoga com a estratégia da consonância a partir de um padrão de patriarcado.

**Figura 15 - Trechos da matéria “Vizinho acusado de matar a estudante Carla vai a júri no dia 13 de agosto”**

Conforme consta no processo, **Carla e Carvalho eram vizinhos, mas o único contato que tiveram nos dias que antecederam o crime, foi um dia em que o homem estava voltando do trabalho e cruzou com Carla.**

O acusado teria cumprimentado a jovem, dando bom dia, o qual ela não teria respondido.

**Essa teria sido a motivação do crime.**

Em depoimento à Polícia Civil, o homem afirmou que a falta de resposta o fez se sentir diminuído. Ele **alegou ainda que teve um apagão de memória** e não se lembrava de detalhes.

O acusado será submetido a julgamento acusado de cometer homicídio qualificado por motivo fútil, pois teria matado a jovem porque ela o havia ignorado em data anterior, quando foi cumprimentada por ele.

O homicídio também foi qualificado por meio cruel, pois a estudante foi morta por esgorjamento, que provocou dor e sofrimento excessivo, e por recurso que dificultou a defesa da vítima.

**Fonte:** *Jornal Correio do Estado*, 31/07/2021.

### **Figura 16 - Trechos da matéria “Jovem sofre tentativa de estupro no diretório estadual do PT”**

#### **Outra versão**

O suspeito afirmou em carta que o caso está sendo tratado politicamente e foi denunciado por uma amiga próxima da vítima apenas por terem a ideologia política oposta.

"Em nenhum momento tive a intenção ou tentei ser desrespeitoso, mas ela vendo alguma atitude minha, peço sinceras desculpas. Apenas fiquei com ela, um beijo, nada mais. Estávamos bebendo e ela próxima a mim, nós brincando, uma atitude mais de amizade que qualquer outra intenção. Ela sorriu, disse que depois iríamos, depois a chamei novamente e fomos, subimos até uma sala e ali nos beijamos e em seguida ela quis descer e tudo tranquilo", disse.

"Esse fato acima descreve minha ação e ato, o companheiro subiu até o andar de cima e nos viu ficando. Coisa de minutos. Hoje, recebi várias mensagens de uma amiga me acusando de assédio, dizendo coisas que não sou e falando de crime, isso se dá mais por diferenças políticas que tenho com ela e por ela não estar desempenhando atividades no DCE/UEMS", afirmou.

**Fonte:** *Jornal Correio do Estado*, 04/12/2021.

No conjunto do recorte empírico, poucas matérias valorizaram vítimas de violência contra a mulher, mínimas em relação às que ampliam as vozes de agressores ou fontes oficiais e policiais. Uma delas é “Casa da Mulher comemora cinco anos de combate à violência e empoderando lutadoras, como Dona Dalva” (03/03/2020), que utiliza falas da vítima em um evento do Governo pelo aniversário da Casa da Mulher Brasileira em Mato Grosso do Sul. Em meio a informações a partir de dados sobre os casos de violência contra a mulher no Estado, é introduzido o relato de Dalva (nome fictício utilizado para proteger a vítima) no período em que era agredida pelo ex-marido até o momento em que procurou por uma delegacia para denunciar o crime. A frase inicial da matéria pode ser encaixada também como uma estratégia informativa, já que trata o caso da vítima como mais um atendimento na Casa da Mulher. Após o relato da vítima, o texto retoma a narrativa a respeito do aniversário da entidade, com detalhes sobre a inauguração e com os serviços que são realizados no local.

**Figura 17 - Trechos da matéria “Casa da mulher comemora cinco anos de combate à violência e empoderando lutadoras, como Dona Dalva”**

O dia de aniversário da Casa da Mulher Brasileira, a cinco dias do Dia Internacional da Mulher, foi mais um dia cotidiano do local, em que várias vítimas de violência procuraram as autoridades em busca de proteção contra seus agressores. É o caso de Dona Dalva (cujo nome verdadeiro será omitido, para proteger a vítima).

“Depois de 15 anos de casado começaram a acontecer algumas situações difíceis, onde comecei a sofrer humilhações, junto ao meu casal de filhos. Ficava cada vez mais difícil conciliar trabalho, família, igreja. Eu e meu ex-marido optamos pela separação, e depois essas situações de violência continuaram a acontecer com mais frequência, principalmente por ele não aceitar esse término. Acabei cedendo e voltando com ele, por causa do tempo de casamento, dos filhos. Continuamos tentando, mas de uma forma ou de outra, você precisa encarar uma nova vida, e enxergar que não vai dar certo. Começar a procurar uma nova situação para viver. Eu sofri abusos, humilhações, fui até cuspada no rosto”.

Depois de ver que o relacionamento não teria futuro, Dona Dalva resolveu procurar a Casa da Mulher Brasileira. “Aqui eu tive auxílio de pessoas capacitadas, de psicólogos, recebi toda ajuda, assistência social. Foi um primeiro passo que tomei e que depois eu não quis mais voltar atrás”.

Ao ver a possibilidade de uma nova vida, Dona Dalva diz que a maior dificuldade é pensar que não vai conseguir seguir a vida, e reforça o maior erro é voltar atrás na decisão e reatar com o agressor. “É difícil superar, porque temos amor na pessoa, acreditamos que pode dar certo. Mas quando você vê que dá para caminhar sozinha, você tem que dar esse passo e não voltar atrás. Porque é aí que acontece o feminicídio. É no voltar atrás. A mulher ela tem uma possibilidade grande de vencer sozinha, eu venci sozinha, eu formei meu filhos, entrei para uma faculdade e me formei, hoje eu sou design de moda, sou estilista”

**Fonte:** *Jornal Correio do Estado*, 03/03/2020.

Na matéria “Casos de feminicídio quase triplicam em período de isolamento social na Capital” (02/05/2020), a vítima é utilizada como uma forma de personalizar os dados apontados no texto. Após apresentar o aumento na porcentagem de casos de feminicídio durante a pandemia de Covid-19 em Mato Grosso do Sul, a repórter introduz o último registro ocorrido até a publicação do texto. Outras matérias que utilizam relatos de vítimas entre dados de violência são “Dobra o número de mulheres assassinadas em Campo Grande; pandemia pode agravar casos de violência doméstica” (08/12/2020) e “A cada duas horas, uma mulher é agredida em Campo Grande” (26/04/2021). Em ambos os casos, as mulheres vítimas são utilizadas como exemplos da violência abordada a partir de estatísticas em parágrafos anteriores ao relato. No primeiro caso, há a informação de que o número de feminicídios mais que dobrou na pandemia, com relato de uma ocorrência na qual a vítima foi morta com 19 facadas pelo até então suspeito, ex-marido. Além deste, na mesma matéria há o segundo caso mais recente até a publicação, que de acordo com a filha da vítima, a mulher foi morta após

ter a própria casa incendiada. Neste caso, o ex-marido também era o principal suspeito do crime.

### **Figura 18 - Trechos da matéria “Dobra o número de mulheres assassinadas em Campo Grande; pandemia pode agravar casos de violência doméstica”**

A época mais rígida em normas contra a disseminação do vírus no Estado foi de abril a setembro, levando em consideração esse intervalo de cinco meses, Mato Grosso do Sul registrou 14 casos de feminicídios em 2019 e, este ano, 19.

Dos registros de 2020, a última vítima da Capital faleceu na noite de sexta-feira (4), na região do Parque do Lageado. Fabiana Lopes dos Santos tinha 37 anos e foi morta com 19 facadas. Os golpes perfuraram os ombros, braços e o tórax.

e acordo com testemunhas, momentos antes do acontecido ela foi vista discutindo com um homem.

A maior suspeita da polícia é de que o culpado seja Wantuir Sonchini da Silva, 43 anos, ex-esposo da vítima, com quem ela tem 2 filhos. Wantuir estava preso desde 2018 pelo assassinato da ex-sogra e mãe de Fabiana, Alzair Bernardo Lopes, que na época faleceu defendendo a filha.

De acordo com a delegada Sueili Araújo, que tratou do caso na época, Alzair foi morto esganado por não ter contado para o então genro onde Fabiana estava escondida.

Conforme as investigações, em 2018, as brigas entre o casal ficaram constantes, o que fez com que Fabiana começasse a fugir de Wantuir.

Ao ir até a casa da sogra para saber do paradeiro da companheira, ele a matou depois de ela se recusar a dar informações. Ele acabou sendo solto em setembro deste ano e agora está foragido.

Assim como recomenda a Justiça, Fabiana havia feito o pedido de medida protetiva contra o suspeito, alegando que, ao esclarecer que sua reaproximação tinha como objetivo beneficiar os filhos do casal, mas não pretendia reatar com ele, Wantuir passou a ameaçar e a perseguir-la.

O dia de aniversário da Casa da Mulher Brasileira, a cinco dias do Dia Internacional da Mulher, foi mais um dia cotidiano do local, em que várias vítimas de violência procuraram as autoridades em busca de proteção contra seus agressores. É o caso de Dona Dalva (cujo nome verdadeiro será omitido, para proteger a vítima).

“Depois de 15 anos de casado começaram a acontecer algumas situações difíceis, onde comecei a sofrer humilhações, junto ao meu casal de filhos. Ficava cada vez mais difícil conciliar trabalho, família, igreja. Eu e meu ex-marido optamos pela separação, e depois essas situações de violência continuaram a acontecer com mais frequência, principalmente por ele não aceitar esse término. Acabei cedendo e voltando com ele, por causa do tempo de casamento, dos filhos. Continuamos tentando, mas de uma forma ou de outra, você precisa encarar uma nova vida, e enxergar que não vai dar certo. Começar a procurar uma nova situação para viver. Eu sofri abusos, humilhações, fui até cuspada no rosto”.

**Fonte:** *Jornal Correio do Estado*, 08/12/2020.

Na segunda matéria com foco em relatos de vítimas, duas mulheres também são utilizadas para exemplificar os dados sobre o número de mulheres agredidas e de feminicídios no Estado. Assim como na matéria anterior, os casos são inseridos após o detalhamento dos dados de crimes. No primeiro caso, quem narra a história é a própria vítima, que conta as agressões psicológicas e físicas que sofria do marido desde o início do namoro. Já no segundo, quem conta a história é a mãe da vítima, que foi estuprada e assassinada em 2019. Novamente, os acusados pelos crimes foram os ex-maridos.

### **Figura 19 - Trechos da matéria “A cada duas horas, uma mulher é agredida em Campo Grande”**

Nesses casos, as vítimas tiveram coragem de fazer a denúncia e muitas delas conseguiram se afastar dos agressores.

Um exemplo é Tamita Cordeiro da Silva, que aos 18 anos se envolveu com o ex-marido, 15 anos mais velho que ela. Desde o início do relacionamento, ele a manipulava.

Hoje, com 22 anos, a jovem conta os traumas que viveu ao lado do homem que dizia amá-la.

“Ele fez eu me afastar da minha família, me fazia viver sob cárcere privado, eu só saía se fosse com ele. Eu era obrigada a trabalhar com ele em obras de construção civil. Abusos sexuais eram constantes”, conta a jovem.

Com uma filha de dois anos, ela conta que o ex-marido segurava a filha no colo enquanto batia nela, de forma que a vítima não se defendesse, para não machucar a criança.

Ano passado foi o mais fatal para as campo-grandenses desde a criação da lei que tipificou o feminicídio, em 2015. De acordo com a Sejust, 39 mulheres foram mortas em 2020 – o número é o maior dos últimos cinco anos.

A filha de Roberta (nome fictício, pois a fonte preferiu não se identificar) foi uma das vítimas que entrou para a triste estatística. Em abril do ano passado, a jovem foi morta pelo ex-companheiro, que não aceitou o fim do relacionamento. “Já fazia dois anos que ela não queria mais ele. No último Ano-Novo em que ela estava viva, eles foram para a praia para tentar resgatar o casamento. Na noite de Ano-Novo ela me ligou chorando e falou que ele estuprou ela e ainda a deixou trancada em casa, enquanto foi para a festa sozinho”, conta.

Roberta conta que a filha conheceu o ex-marido quando ainda tinha 13 anos, e ele, 18 anos. Na época ainda tentou ajuda com o Conselho Tutelar, mas afirma que foi em vão. “Eu procurei a delegacia, o Conselho Tutelar, mas não consegui resultado. Eu fico com muita raiva só de lembrar quando a conselheira disse que não poderia fazer nada porque era perda de tempo”.

A jovem foi mais uma a ter o sonho interrompido. Ela fazia curso para ser esteticista e, segundo a mãe, tinha jeito para a profissão.

**Fonte:** *Jornal Correio do Estado*, 26/04/2021.

A última matéria que utiliza a personalização com citações de pessoas envolvidas no caso, como vítimas, familiares ou agressores, foca no relato de vizinhos da vítima de feminicídio em questão. A publicação — “‘Era uma pessoa muito amada’, diz vizinha de artista plástica vítima de assassinato” (05/05/2021) — já inicia com citações dos moradores das proximidades onde ocorreu o caso, que detalham a relação que tinham com a mulher assassinada no dia anterior à matéria. Além disso, o próprio crime é narrado pelos vizinhos, que relatam horários e opiniões sobre os motivos. Os moradores do mesmo bairro, Julieta dos Santos e Vivaldo Bernardo de Souza, foram as únicas fontes procuradas para a produção da matéria.

**Figura 20 - Trechos da matéria “‘Era uma pessoa muito amada’, diz vizinha de artista plástica vítima de assassinato”**

Morador da região e aposentado, Vivaldo Bernardo de Souza, diz que Catarina era muito conhecida no bairro. “A vizinhança conhecia ela, ela ia muito na igreja”, conta.

Catarina era artista plástica, tinha 72 anos, dava aulas de pintura e vendia seus quadros. Ela deixa o marido e três filhos, que são dois rapazes e uma moça.

De acordo com populares, o crime ocorreu na manhã de ontem (4) na casa da vítima, por volta das 7h. Ela foi encontrada amarrada e amordaçada pelo marido, que estava no local no momento do crime.

De acordo com Julieta, o marido, que tem deficiência auditiva e visual, estava no andar de cima e Catarina no andar de baixo, quando foi rendida, amarrada e morta.

A casa é um sobrado localizado na rua João Pessoa, quase esquina com avenida 13 de maio, na região do bairro São Francisco, em Campo Grande.

“A gente não viu e nem ouviu nada. Só vimos quando a polícia chegou”, afirma Juliete.

**Fonte:** Jornal *Correio do Estado*, 05/05/2021.

O uso quase absoluto de fontes oficiais pelas matérias analisadas do *Correio do Estado* leva a outro tipo de personalização: a personalização a partir do protagonismo de fontes oficiais, o que remete a um padrão oficialesco de cobertura. Em diversas matérias o foco recai sobre personagens políticos, delegadas, advogadas e juízas, que apresentam informações sobre o número de casos de crimes contra as mulheres, atualizações sobre casos ou julgamentos específicos. Como exemplo, nas matérias “Lei Maria da Penha completa 14 anos com cerca 5,3 mil casos de violência denunciadas por ano em MS” (07/08/2020); “De acordo com juíza, pedidos de proteção diminuem, mas violência doméstica não” (05/09/2020); e “No primeiro dia, Operação Vênus contra a violência doméstica prende três homens e uma mulher em Campo Grande” (05/08/2021), nas quais as fontes são utilizadas

para explicar e detalhar as taxas de violência contra as mulheres no Estado e na Capital Campo Grande.

No primeiro texto, que trata dos casos de violência doméstica, o foco está na delegada da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam), Bárbara Alves, que explica a Lei Maria da Penha e as mudanças que ocorreram na lei ao longo dos anos. Já na segunda matéria, o destaque está na juíza Helena Alice Machado Coelho, responsável pelo estudo acerca da violência doméstica durante a pandemia, que explica os resultados específicos do levantamento no decorrer do texto. Na última publicação destacada no parágrafo acima, o foco é direcionado à delegada titular da Deam, Elaine Benicasa, que explica a operação realizada pela delegacia na qual foram cumpridos quatro mandados de prisão pelos crimes de ameaça e vias de fato, descumprimento de medida protetiva e lesão corporal.

**Figura 21 - Trechos da matéria “Lei Maria da Penha completa 14 anos com cerca 5,3 mil casos de violência denunciados por ano em MS”**

Segundo a delegada da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam), Bárbara Alves, a criação da lei trouxe um aumento positivo no número de denúncias de violência.

“Os números aumentaram porque com a intensificação de campanhas de conscientização, as mulheres passaram a ter mais coragem para denunciar seus agressores”, disse ela ao Correio do Estado.

De 2016 até este ano, 2017 foi o ano que mais apresentou registros no Estado - 6.106 ocorrências. Em 2016 foram 5.864 registros; em 2018 5.830; em 2019 foram 5.878; e de janeiro a agosto de 2020 já são 3.048 casos.

Conforme a delegada, foram nesses anos citados que a lei passou por modificações significativas, como a criminalização do descumprimento da medida protetiva de emergência.

“Quando o autor descumpria a medida protetiva de urgência ele não era preso em flagrante e muitas vezes o cara estava dentro da casa da mulher ou perturbando essa mulher e a gente não conseguia autuá-lo”, explicou.

Outras mudanças aconteceram por conta das mudanças sociais. “Incluir a preservação da intimidade da mulher como uma das descrições da violência psicológica a essa vítima”, contou ela, que também citou outras modificações no código penal para proteger as mulheres.

“Todas essas modificações foram feitas para adequar e melhorar a proteção dessa mulher que muitas vezes não tinha”, comentou.

Porém, para ela ainda há muito a ser conquistado no âmbito da violência doméstica. “A gente não vai conseguir mudar só aumentando a punição a dos agressores; a gente vai conseguir fazendo uma mudança de paradigma”, finalizou ela, comentando que a sociedade ainda precisa evoluir o pensamento para ocorrer a diminuição da violência contra as mulheres.

**Fonte:** Jornal *Correio do Estado*, 07/08/2020.

## Figura 22 - Trechos da matéria “De acordo com juíza, pedidos de proteção diminuem, mas violência doméstica não”

Contudo, a juíza responsável pela pesquisa, Helena Alice Machado Coelho ressaltou que a leve diminuição não pode ser indicativo que a violência tenha sido minimizada. De acordo com ela, o acesso ao sistema de justiça que está prejudicado.

Os dados apontam ainda 101 autos de prisão em flagrante na Capital e 474 no interior. Ano passado foram 130 em Campo Grande e 465 no interior.

Os casos de feminicídio não diminuíram. Na Capital foram constatadas seis novas mortes e 20 no interior. Em 2019, Campo Grande também registrou seis casos e 18 no restante do Estado.

Outro fator grave detectado, a quantidade de tornozeleiras eletrônicas instaladas em autores de violência doméstica: 226 no mesmo período de 2019 contra 253 este ano em território sul-mato-grossense.

“Entendemos que somente é possível fazer afirmações conclusivas sobre os índices de violência contra a mulher nesse período após o retorno à ‘normalidade’, quando teremos uma visão mais ampla de toda a situação vivenciada pelas mulheres em Mato Grosso do Sul. Por ora, podemos dizer que esse período particularmente, além de potencializar os fatores de risco já existentes e criar outros tantos peculiares, impõe às mulheres novos obstáculos, por vezes intransponíveis, ao já difícil caminho de denunciar o seu agressor”, afirmou a juíza.

### Tentativas legislativas

No período de pandemia foram criadas ações para conter o agravamento da violência doméstica e garantir a continuidade dos serviços de atendimento.

Um exemplo é a Lei n. 14.022/20, em vigor desde 7 de julho, que garantiu o pleno funcionamento de órgãos de atendimento às mulheres, crianças, adolescentes, pessoas idosas e cidadãos com deficiência vítimas de violência doméstica ou familiar durante o afastamento social.

Em razão a nova norma, os atendimentos foram considerados ‘serviço essencial’ e não poderão ser interrompidos. Foram criados ainda canais virtuais de atendimento nos órgãos de segurança, além da prorrogação automática das medidas protetivas de urgência e a possibilidade de que tais medidas possam ser solicitadas online.

“Devemos lembrar que durante a pandemia as mulheres estão sobrecarregadas com cuidados da casa e dos filhos, que estão fora da escola. Além disso, muitas mulheres perderam suas fontes de renda, já que são elas que majoritariamente trabalham na informalidade. Diante desse contexto, temos que olhar os números com muito cuidado, já que muitas mulheres têm deixado de denunciar nesse momento, mas podem vir a tomar alguma atitude após a volta à ‘normalidade’”, apontou Helena Alice.

**Fonte:** Jornal *Correio do Estado*, 05/09/2020.

### Figura 23 - Trechos da matéria “No primeiro dia, Operação Vênus contra a violência doméstica prende três homens e uma mulher em Campo Grande”

Conforme a delegada titular da Deam, Elaine Benicasa, foram presos três homens e uma mulher nos bairros Los Angeles, Nhanha e Moreninhas.

Realizada no Agosto Lilás, mês de repressão aos crimes de violência doméstica, a Operação Vênus possui pelo menos 20 mandados de prisão de crimes relacionados à violência doméstica enquadrados na Lei Maria da Penha, que comemora 15 anos.

“São prisões dos mais variados tipos de crime, temos uma mulher envolvida que cometeu descumprimento de medida protetiva [contra a ex companheira], inclusive a é previsto que a Lei Maria da Penha pode ser aplicada em relação à relacionamentos homoafetivos”, destacou a delegada.

Benicasa salientou ainda, que os delitos de ameaça, lesão corporal, injúria e stalking costumam se enquadrar como carros-chefes que desencadeiam o ciclo de violência doméstica.

“Começa sempre com o ciclo da violência doméstica que após sua atualização acrescentou o crime de dano psicológico. A agressão costuma iniciar com o agressor humilhando a convivente, tanto em casa ou na frente de amigos, passando por ameaça e terminando às vezes na lesão corporal e infelizmente, no feminicídio”, relatou Elaine.

Segundo a titular da Deam, a operação Vênus continua durante este mês cumprindo mandados, algumas buscas e apreensões de armas de fogo.

Apenas neste ano, Mato Grosso do Sul já registrou 9.259 boletins de ocorrência relacionados à violência contra a mulher, 750 estupro, 19 feminicídios consumados e 42 tentativas.

## Alterações na Lei

O presidente Jair Bolsonaro sancionou sem vetos a Lei 14.188, de 2021, que cria o programa Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica e Familiar.

O texto sancionado e publicado em 29 de julho também inclui no Código Penal (Decreto-Lei 2.848, de 1940) o crime de violência psicológica contra a mulher.

Para a titular da Deam, Elaine Benicasa, as alterações na lei são positivas no enfrentamento aos crimes relacionados à violência contra a mulher.

“São inovações importantes e que estão sendo discutidas, temos pela frente o desafio de colocá-las em prática no boletim de ocorrência”, salientou a delegada.

**Fonte:** Jornal *Correio do Estado*, 05/08/2021.

O personalismo em fontes oficiais — geralmente brancas (SOLEY,1992; SIGAL 1974) e não raramente homens, embora nos casos em questão trata-se de mulheres — também se faz presente na matéria “Thaís Teixeira: legislação não é meramente a punição do a mas proteção da mulher” (10/08/2020). No texto, que trata dos 14 anos de sanção da Lei Maria da Penha, o foco está novamente em uma defensora pública, a também coordenadora coordenadora do Núcleo Institucional de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (Nudem) em Mato Grosso do Sul, Thaís Dominato Silva Teixeira. A fonte é a única utilizada no texto e

comenta a respeito dos avanços da legislação e o que ainda precisa de progresso no combate à violência contra mulher.

**Figura 24 - Trechos da matéria “Thaís Teixeira: legislação não é meramente a punição do a mas proteção da mulher”**

A Lei Maria da Penha completou 14 anos desde sanção na sexta-feira (7) e na entrevista da semana desta segunda-feira (10) o *Correio do Estado* convidou a defensora pública e coordenadora do Núcleo Institucional de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (Nudem) em Mato Grosso do Sul, Thaís Dominato Silva Teixeira, para comentar os avanços da legislação e o que ainda precisa de avanço no combate à violência contra mulher.

Durante a entrevista a defensora destacou que a lei não veio apenas para punir o agressor, mas também para proteger a vítima. Thaís Teixeira ressaltou ainda que mesmo com os 14 anos muitos não entendem porque uma legislação para proteger mulheres. “Costam a entender que a Lei Maria da Penha veio para corrigir o que está muito desigual, afinal, a raiz dessa violência é a relação de desigualdade e de poder imposta a nós mulheres”.

Dra. na semana passada a Lei Maria da Penha completou 14 anos em vigor. Como a senhora vê as mudanças na sociedade com a legislação que ainda é considerada jovem?

A lei é mesmo muito jovem ainda e, considerada uma das melhores do mundo, trouxe mudanças significativas no sentido de retirar a violência doméstica e familiar contra a mulher da invisibilidade e destacar que essa violência não pode mais ser naturalizada ou tolerada. Aos

**Fonte:** *Jornal Correio do Estado*, 10/08/2020.

As últimas matérias em que foi possível identificar a estratégia de personificação — “‘Alma da mulher brasileira foi ferida’, diz Simone sobre caso Mari Ferrer” (04/11/2020) e “Mariana Ferrer: advogadas criminalistas analisam o desfecho trágico do caso” (06/11/2020) — tratam do caso de alcance nacional de Mariana Ferrer com foco nas manifestações da então senadora Simone Tebet sobre a aprovação de repúdio ao promotor, juiz e advogado do acusado de estupro no caso. Na segunda matéria em questão, o mesmo caso é tratado. No entanto, o foco são duas advogadas criminalistas que analisam o caso com base na sentença e nos fatos divulgados pela mídia.

**Figura 25 - Trechos da matéria “‘Alma da mulher brasileira foi ferida’, diz Simone sobre caso Mari Ferrer”**

A senadora Simone Tebet, de Mato Grosso do Sul, se manifestou desfavorável às providências tomadas pelo promotor de Justiça Thiago Carriço de Oliveira, advogado Cláudio Gastão da Rosa Filho, e juiz Rudson Marcos.

A tese do “estupro culposo”, não prevista em lei, foi usada para absolver o réu, e imagens do julgamento, divulgadas em redes sociais, mostram a vítima sendo humilhada pelo advogado do acusado.

“Não estamos nem discutindo a questão do estupro, se houve ou não houve. Tão grave quanto o episódio cometido pelo réu em relação à vítima, foi o sistema judiciário brasileiro violentar a jovem como violentou”, disse Simone.

“Foi um conjunto de situações, nós temos um advogado que cometeu, com todo respeito, um estupro verbal, humilhando [a jovem] sem razão nenhuma. Um juiz absolutamente tendencioso, que tinha que ser imparcial e defender a justiça, um promotor criando um tipo penal que absolveu o réu e uma menina implorando por respeito”, acrescentou.

**Fonte:** *Jornal Correio do Estado*, 04/11/2020.

**Figura 26 - Trechos da matéria “Mariana Ferrer: advogadas criminalistas analisam o desfecho trágico do caso”**

A pedido do *Correio do Estado*, a advogada criminalista, doutora em direito penal, professora da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Andrea Flores, e a advogada doutora em Direito pela Universidade Veiga de Almeida (UVA) e coordenadora do grupo Juristas pela Democracia fizeram uma análise do caso com base na sentença e nos fatos que têm sido divulgados pela mídia.

Elas enumeram alguns fatos que precisam ser esclarecidos a respeito da ação, do resultado e processo jurídico.

## O JULGAMENTO

É com essa palavra que Andreia descreve o vídeo em que o advogado de Camargo destrata Mariana em plena audiência. A postura é tão grave que é alvo de processo disciplinar pela Ordem dos Advogados em Santa Catarina, onde o caso aconteceu.

“Nada justifica a atitude dele. Além de deslegante, ele imputou uma denúncia caluniosa contra Mariana, de que ela teria acusado o réu de propósito para tomar dinheiro dele, ficar famosa e conquistar seguidores, um absurdo”, pontua.

**Fonte:** *Jornal Correio do Estado*, 06/11/2020.

A partir dos casos estudados, entende-se que o recurso retórico da personalização, tal qual a estratégia da dramatização, não desempenha normativamente uma função necessariamente negativa ou positiva no processo jornalístico de produção de enquadramentos e representações sobre a realidade. Em alguns casos, mulheres — fontes

oficiais e vítimas de violência que atuam para combater a impunidade e conscientizar suas partes — são colocadas em posição de protagonismo frente aos homens agressores. Em outras circunstâncias, porém, reproduz-se um padrão histórico de objetificação das mulheres a partir de recursos como a falsa simetria ou o achatamento da complexidade de problemáticas mais amplas a partir de casos singulares e personificados.

### 3.3.4 Consonância

De acordo com Nelson Traquina (2008, p.93), a consonância se refere à estratégia de inserir um acontecimento em uma narrativa mais ampla estabelecida anteriormente. Desta forma, para a notícia ter maior probabilidade de fazer-se notável, pode “ser interpretada num contexto conhecido, pois corresponde às expectativas do receptor”. No jornal *Correio do Estado* há a utilização dessa estratégia geralmente como forma de enquadrar o entendimento de um caso e suas atualizações. Em grande parte das matérias são utilizados intertítulos como suítes para recapitular as ocorrências de modo a recuperar as atualizações, mesmo que o tema principal não seja exatamente a violência em si. Trata-se de uma forma de inserir as especificidades das narrativas no contexto mais amplo dos crimes. Também identifica-se inserido nos textos a recorrência do intertítulo “O crime”, com informações calcadas num modelo de narrativa de fundo já amparado no imaginário popular — o esclarecimento do mistério, a racionalização do caso (Silva, 2013) —, que explica como os assassinatos e agressões foram cometidos.

Para as finalidades da análise, é possível agrupar os crimes nos quais o jornal continuou a dar enfoque aos casos de violência por dias, semanas ou até um ano depois da ocorrência, com atualizações da investigação ou do julgamento dos acusados. Os casos mais repercutidos pelo *Correio do Estado* foram: uma mulher mantida em cárcere privado pelo marido; o cumprimento de pena de um médico que mutilou mulheres; o assassinato de Carla Santana Guimarães; e a agressão de uma mulher no município turístico de Bonito.

Logo no início de 2020, o caso de uma mulher mantida em cárcere privado pelo marido em sua casa, foi frequentemente comentado pelo jornal, com matérias publicadas durante as negociações policiais com o agressor e com atualizações posteriores contendo detalhes sobre a história do casal. Na primeira matéria sobre o caso — “Armado com faca, homem faz mulher refém em casa e polícia fecha ruas para negociar rendição” (12/03/2020) — o crime é detalhado com informações sobre o que ocorria no local da visão do próprio(a)

repórter. Esclarece-se, naquele momento, que no local já se encontram equipes do Corpo de Bombeiros, Batalhão de Choque da Polícia Militar, Batalhão de Operações Especiais (Bope) e Polícia Militar em negociação com o suspeito. Também é explicitado no texto que no dia anterior o agressor teria feito um live nas redes sociais contando o crime. Por fim, é informado que o jornal publicará mais informações sobre o caso, com a frase final “Equipe do Correio do Estado acompanha o caso”. Para além da consonância da abordagem de um crime já conhecido, trata-se também, portanto, de uma inscrição da cobertura na consonância da lógica jornalística do imediatismo e do tempo real (Moretzsohn, 2002).

**Figura 27 - Trechos da matéria “Armado com faca, homem faz mulher refém em casa e polícia fecha ruas para negociar rendição”**

De acordo com informações preliminares, o homem teria feito uma live no Facebook na noite de ontem, avisando sobre o cárcere privado da vítima. Segundo testemunhas, no vídeo ao vivo ele teria raspado a cabeça da mulher e rasgado a roupa dela. O perfil onde foi realizada a live foi excluído.

Armado com uma faca, ele mantém a mulher refém sob ameaça, trancada em quarto na casa. A residência, que é um sobrado, tem câmeras de segurança e, pelo circuito, o homem monitora toda a movimentação que está ocorrendo fora da casa.

A quadra da residência e nas proximidades estão isoladas para o trabalho da polícia. Familiares da vítima acompanham a negociação, mas não quiseram dar declarações à imprensa.

Polícia negocia com o homem para que ele liberte a mulher e se entregue. Até o momento, não há informações sobre o que motivou o crime.

Equipe do Correio do Estado acompanha o caso.

**Fonte:** Jornal *Correio do Estado*, 12/03/2020.

No próximo texto publicado é informado que após duas horas de tentativa de negociação, a polícia invadiu a casa para resgatar a mulher presa pelo marido. Nesta matéria — “Negociação não avança e Bope invade casa para prender pastor que mantinha mulher refém” (12/03/2020) — o autor do crime já é identificado como um pastor e que ele mantinha a vítima sob ameaça com uma tesoura desde o dia anterior à publicação. Também há o pronunciamento da presidência da igreja na qual o agressor era pastor, informando que o mesmo havia sido excluído do ministério por conta do ocorrido. Além disso, é sublinhado que o motivo do cárcere privado seria uma traição da vítima descoberta pelo companheiro, uma vez mais a relativização da violência com base numa suposta ação da mulher — outra consonância significativa de fundo baseada nas raízes históricas da violência e do

patriarcalismo inscritas na cultura cotidiana brasileira, mas especialmente em Mato Grosso do Sul, tal como debatido no capítulo anterior, o que pode ser considerado um quadro primário de referência (Goffman, 2012).

**Figura 28 - Trechos da matéria “Negociação não avança e Bope invade casa para prender pastor que mantinha mulher refém”**

Após aproximadamente uma hora de tentativa de negociação, equipe do Batalhão de Operações Especiais (Bope), invadiu a residência onde o pastor, identificado como Jesus, mantinha a companheira refém sob ameaça com uma tesoura. **Ele foi preso e encaminhado à Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher (Deam), enquanto a mulher foi socorrida pelo Corpo de Bombeiros, sem ferimentos graves, e encaminhada a uma unidade de saúde.**

**Membro da Assembleia de Deus, o pastor foi excluído do ministério por conta do crime, segundo pronunciamento oficial da presidência da igreja (ouça o áudio abaixo). Motivo do cárcere privado seria uma traição da vítima descoberta pelo companheiro.**

De acordo com o coronel Wilmar Fernandes, comandante do Bope, o cárcere começou ontem (11), mas a polícia recebeu a denúncia por volta das 13h30 desta quinta-feira (12).

**Fonte:** *Jornal Correio do Estado*, 12/03/2020.

No terceiro texto publicado no mesmo dia — “Pastor que manteve esposa em cárcere a conheceu em momento de fragilidade, diz vizinho” (12/03/2020) — já há mais detalhes quanto ao casal envolvido no caso. Através de relatos de um vizinho não identificado, a publicação apresenta informações como o início do relacionamento e os relacionamentos anteriores da vítima, citando o ex-marido e o filho, ambos falecidos. No final do texto, com o intertítulo “Cárcere”, são reproduzidas informações já publicadas nos textos anteriores. O último texto publicado sobre o mesmo caso — “Pastor manteve esposa em cárcere” (13/03/2020) — tem os últimos detalhes sobre a vida dos envolvidos no caso. A partir de entrevista com a delegada responsável, são relatadas as ações do agressor no dia do crime. Além disso, a matéria afirma que o homem foi preso e deverá responder por tortura.

**Figura 29 - Trechos da matéria “Pastor que manteve esposa em cárcere a conheceu em momento de fragilidade, diz vizinho”**

Mulher agredida e mantida em cárcere privado pelo marido, o pastor Jesus Gorgs, começou a se relacionar com ele logo após perder o ex-marido e o único filho, que morreram com diferença de um ano. Gorgs era membro da mesma igreja que a vítima, a Assembleia de Deus.

Vizinho da família há mais de 30 anos, que preferiu não ser identificado, contou que o filho falecido havia sofrido um acidente durante um racha de motos e ficou em estado vegetativo. “Ele ficou muito tempo internado e ela decidiu trazer ele para casa, com todo o equipamento médico. Ele definhou até morrer; menino novo; 25 anos”, disse ele. “Um ano antes dele morrer o marido dela morreu em um assalto lá em São Paulo”, continuou.

Ainda muito chocada e preocupada com o estado da vítima, a família não quis se manifestar. Porém, este vizinho disse que não passou muito tempo entre as mortes e o início do relacionamento. “Logo depois [das mortes]”, revelou. “E ela mudou muito; parece que se afastou da família, excluiu o facebook. Antes eu vi bastante ela, mas depois era só para cumprimentar. Eu era bastante amigo do ex-marido”, contou.

#### **CÁRCERE**

De acordo com o coronel Wilmar Fernandes, comandante do Batalhão de Operações Especiais (Bope), o cárcere começou ontem (11), mas a polícia recebeu a denúncia por volta das 13h30 desta quinta-feira (12).

Desde então a mulher foi mantida trancada em um quarto da casa, um sobrado na Rua Cláudia, no Bairro Monte Carlo. O suspeito acompanhava toda a movimentação que ocorria do lado de fora da casa por meio do circuito de câmeras de segurança da residência.

Equipes do Corpo de Bombeiros, Batalhão de Choque da Polícia Militar, Bope e Polícia Militar foram ao local, onde iniciaram negociação com o suspeito. Durante o trabalho, quadras próximas à residência foram isoladas e bloqueadas.

Conforme o comandante do Bope, a mulher estava imobilizada e a todo momento o homem ameaçava perfurá-la com a tesoura, além de agredi-la. Por conta do risco que a vítima sofria, foi necessária intervenção.

**Fonte:** *Jornal Correio do Estado*, 12/03/2020.

### Figura 30 - Trechos da matéria “Pastor manteve esposa em cárcere”

O pastor Jesus Gorgs, 40 anos, está preso e deverá responder por tortura por manter a esposa, de 55 anos, trancada dentro do quarto do casal enquanto a ameaçava com uma tesoura.

O homem teria cortado várias mechas do cabelo dela, a roupa e a agredido, tudo para que ela “confessasse” um caso extraconjugal que ele afirmava que a mulher mantinha. Os rompantes foram filmados e transmitidos por uma rede social.

De acordo com a delegada que investiga o caso, Máira Pacheco Machado, da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam), o caso era investigado como lesão corporal, entretanto, após o depoimento da vítima, que foi feito na madrugada desta sexta-feira (13), a delegacia decidiu mudar para tortura.

“Pelo fato de ele, a todo momento, querer que ela confessasse uma traição, que não existiu, apenas na cabeça dele, ele ameaçava ela com a tesoura e durante surtos ele cortava o cabelo dela, ou a roupa dela como uma reforma de punição, e filmava tudo isso e postava nas redes sociais”, declarou a delegada.

**Fonte:** *Jornal Correio do Estado*, 13/03/2020.

Outro caso retomado pelo jornal para fim de atualização de um crime específico é verificado na matéria “Em pandemia, médico que mutilou 175 mulheres cumpre pena em casa” (26/03/2020). O texto busca explicar o crime cometido por um ex-médico que mutilou várias mulheres e foi denunciado em 2003 e preso em 2019. Além de retomar o caso, o texto traz novas informações de que o agressor cumpre pena residencial por ser de um grupo de risco durante a pandemia da Covid-19.

Um caso que teve bastante repercussão no jornal *Correio do Estado*, foi o feminicídio de Carla Santana. Ao longo dos dois anos analisados foram publicadas dez matérias sobre o caso e suas atualizações, desde o dia do crime até a condenação do assassino. A primeira publicação sobre o caso — “‘Eu preciso dela de volta’, diz irmã de Carla, sequestrada na porta de casa em Campo Grande” (02/07/2020) — já apresenta o ocorrido a partir de declarações da irmã da vítima, quando a única informação à qual polícia e imprensa tinham acesso era o sequestro. Com o intertítulo “Sequestro”, o(a) jornalista retoma informações sobre os detalhes investigados pela polícia.

**Figura 31 - Trechos da matéria “‘Eu preciso dela de volta’, diz irmã de Carla, sequestrada na porta de casa em Campo Grande”**

A mãe de Carla e Camila é a que mais sente pela falta da filha. “Minha mãe está angustiada; preocupada [...] Pedindo pelo amor de Deus para devolver a filha dela”, contou ela. Carla mora com a mãe e é caseira.

“Carla é muito caseira, muito difícil de sair. Ela não trabalha, não está estudando, ela só fica em casa cuidando da minha filha com a minha mãe”, disse Camila, explicando que a irmã é uma “menina doce”.

A família não entende o que houve para alguém fazer o que fez. Carla não tem desavenças com ninguém e não estava namorando. “A gente [família] não tinha nenhuma reclamação sobre ela”, revelou a irmã ao Correio do Estado.

#### **O SEQUESTRO**

Camila não estava na casa no momento que Carla foi sequestrada e recebeu a notícia da própria mãe, que estava desolada. “Minha mãe me ligou chorando; desesperada que minha irmã tinha sido roubada”, descreveu ela.

Segundo informações, a mãe de Carla disse em depoimento que estava dentro de casa quando ouviu a filha gritar em frente a residência, dizendo que estava sendo roubada e colocada dentro de um carro.

**Fonte:** Jornal *Correio do Estado*, 02/07/2020.

Um dia após a primeira publicação, o jornal retoma o caso com uma matéria — “Sequestrada há três dias, Carla é encontrada morta a 40 metros de casa” (03/07/2020) — com a atualização de que a vítima foi encontrada morta na vizinhança, nua e com sinais de estrangulamento. As informações foram adquiridas através de amigos e vizinhos de Carla. No final do texto, novamente surge o intertítulo “Sequestro” para contextualizar as ocorrências anteriores sobre o caso.

**Figura 32 - Trechos da matéria “Sequestrada há três dias, Carla é encontrada morta a 40 metros de casa”**

A estudante Carla Santana, 25 anos, sequestrada na frente da casa onde morava há três dias, foi encontrada morta, na manhã desta sexta (3), no bairro Tiradentes, em Campo Grande, a cerca de 40 metros da residência dela.

De acordo com uma amiga de Carla, que preferiu não ser identificada, o irmão e cunhado da estudante saíram cedo para procurá-la e, na esperança de encontrá-la com vida.

Em frente a um mercado, localizado na rua João Casimiro, eles encontraram o corpo da jovem. Ela estava nua e com sinais de estrangulamento. Suspeita é que ela tenha sido morta em outro local e o corpo deixado em frente ao estabelecimento, já que estava na calçada a vista de quem passasse pela rua.

**Fonte:** *Jornal Correio do Estado*, 03/07/2020.

No dia 4 de julho de 2020, foram publicadas três matérias sobre o caso do assassinato de Carla Santana. Poucos aspectos mudam de um texto para o outro, apenas os primeiros parágrafos do texto em que são adicionadas atualizações do caso. No primeiro texto — “Emocionada, mãe de Carla canta no velório da filha ‘Deus cuidará de ti’” —, são inseridas informações sobre o velório, presenciado pelo(a) próprio(a) repórter, que também entrevistou um tio da vítima. No final, há o intertítulo “Entenda o caso”, com as informações divulgadas anteriormente no jornal.

**Figura 33 - Trechos da matéria “Emocionada, mãe de Carla canta no velório da filha ‘Deus cuidará de ti’”**

Com lágrimas de tristeza e, ao mesmo tempo, a indignação de perder alguém que ama, familiares e amigos se despediram de Carla Santana Magalhães, de 25 anos, na manhã deste sábado (04). A jovem estava desaparecida desde o dia 30 de junho, quando foi sequestrada em frente a própria casa, e encontrada morta na sexta-feira (03).

O velório que ocorreu ainda nas primeiras horas da manhã na Pax Mundial foi marcado com muita comoção, oração e canções de hinos evangélicos por parte da mãe de Carla.

A reportagem do [Correio do Estado](#) tentou conversar com familiares de Carla, um tio distante chegou a comentar que ela era muito próxima da mãe, mas que não a conhecia direito por morar em outra cidade. No entanto, a família mais próxima da jovem disse que não daria mais detalhes e pediu privacidade durante o momento de dor e luto.

Carla e sua família eram bastante religiosos. O pastor que celebrou o culto de despedida estava abalado e disse que quando contou para sua filha que a jovem havia desaparecido, a criança o respondeu falando que era preciso ter fé, que Deus traria ela de volta.

Antes do sepultamento, a mãe abraçada com o pai e o irmão de Carla, cantou o hino cristão para a filha “Deus cuidará de ti”. Com as mãos tremendo e a voz embargada pela emoção, a mãe recitou os versos da canção, “na dor cruel, na provação, Deus cuidará de ti; socorro dá e salvação, pois cuidará de ti”.

A família se despediu para sempre de Carla por volta das 9h no cemitério público, Santo Amaro, em Campo Grande.

#### Entenda o caso

Carla foi sequestrada no portão de casa na terça-feira (30) e encontrada morta nesta sexta-feira (03). O corpo foi deixado na mesma via em que ela residia, na Rua Nova Tiradentes, Bairro Tiradentes, em Campo Grande.

A mãe estava dentro de casa quando ouviu a filha gritar em frente à residência, Carla disse que estava sendo roubada e colocada em um carro. A jovem havia saído de casa para ir ao supermercado com uma amiga que reside nas imediações.

A mãe da vítima ainda saiu no portão, mas já não encontrou a filha e também não conseguiu ver o carro no qual ela teria sido colocada. O celular dela, um chaveiro, o café comprado no mercado e os chinelos ficaram no chão.

As reais circunstâncias em que a jovem foi assassinada são desconhecidas pelos investigadores, que agora reforçam a apuração em torno de nomes citados por familiares e amigos da vítima a fim descobrirem a autoria e a motivação do crime.

**Fonte:** *Jornal Correio do Estado*, 04/07/2020.

O fator diferencial do segundo texto — “Marcas no corpo indicam que Carla foi estuprada antes de ser assassinada” — é a explicação do delegado responsável pelo caso que indica que a vítima sofreu violência em partes do corpo que indicam que pode ter havido o estupro seguido de morte. Também há o intertítulo “O caso”, com as mesmas informações anteriores. O último texto do dia é o que mais difere-se dos anteriores. Neste — “Polícia agora investiga relacionamentos de jovem assassinada” —, é informado que os relacionamentos anteriores de Carla serão investigados para descobrir a autoria e motivação dos crimes. Após novamente explicar as descobertas anteriores sobre o caso, o texto finaliza com o intertítulo “rumores” que expõe que o caso reforçou outras ocorrências de perseguição de mulheres nas ruas de bairros próximos ao de Carla. No entanto, a informação é logo

negada pela delegada Bárbara Camargo Alves, da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam).

### **Figura 34 - Trechos da matéria “Polícia agora investiga relacionamentos de jovem assassinada”**

A Polícia Civil investiga relacionamentos de Carla Santana de Magalhães, 25, sequestrada no portão de casa na terça-feira e encontrada morta nesta sexta-feira. O corpo foi deixado na mesma via em que ela residia, na Rua Nova Tiradentes, Bairro Tiradentes, em Campo Grande. As reais circunstâncias em que a jovem foi assassinada são desconhecidas pelos investigadores, que agora reforçam a apuração em torno de nomes citados por familiares e amigos da vítima a fim de descobrirem a autoria e a motivação do crime.

Segundo as informações, Carla foi sequestrada na terça-feira. Conforme a mãe disse em depoimento, ela estava dentro de casa quando ouviu a filha gritar em frente à residência, Carla disse que estava sendo roubada e colocada em um carro. A jovem havia saído de casa para ir ao supermercado com uma amiga que reside nas imediações.

Após deixar a amiga na residência, Carla dirigiu-se para a própria casa, mas, ao chegar no imóvel, teria sido abordada, colocada dentro de um veículo e levada à força.

A mãe da vítima ainda saiu no portão, mas já não encontrou a filha e também não conseguiu ver o carro no qual ela teria sido colocada. O celular dela, um chaveiro, o café comprado no mercado e os chinelos ficaram no chão.

A Delegacia Especializada de Repressão a Homicídios (DEH) está tentando estabelecer a autoria do assassinato. Agora, com a localização do corpo, a polícia reforça algumas linhas de investigação. Uma delas está centrada em supostos relacionamentos de Carla, a partir de informações relatadas por amigas e familiares.

Um desses relatos indica que a jovem teria mantido, no ano passado, um relacionamento com um homem de 56 anos e que este não estava aceitando o fim do namoro. Além desse, a garota estaria iniciando um relacionamento com outro homem, de 50 anos, fotógrafo. O namorado anterior vinha tentando retomar a relação, o que a vítima não aceitava, até mesmo por estar se relacionando com o fotógrafo há dois meses. Sexta-feira, o delegado Carlos Deleno, da Homicídios, evitou falar sobre o andamento das investigações.

#### **RUMORES**

Por outro lado, o sequestro de Carla reforçou rumores de mulheres que teriam relatado em redes sociais casos de perseguição na rua, particularmente nos bairros Nova Campo Grande, Alves Pereira, Los Angeles e Itamaracá.

A delegada Bárbara Camargo Alves, da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam), disse que três casos diferentes chegaram ao conhecimento da polícia, mas parece não haver relação entre eles.

**Fonte:** *Jornal Correio do Estado*, 04/07/2020.

Em 2021, foram publicadas cinco matérias sobre o andamento do julgamento do assassino de Carla Santana. As primeiras duas matérias do ano — “Vizinho acusado de matar a estudante Carla vai a júri no dia 13 de agosto” (31/07/2021) e “Acusado de matar Carla vai ter júri com plateia, primeiro desde o início da pandemia” (11/08/2021) — são a respeito das decisões anteriores ao júri, como a data e a organização das atividades no fórum. Ambos os textos explicam o caso e as informações divulgadas pelo jornal anteriormente no intertítulo “O caso”.

**Figura 35 - Trechos da matéria “Acusado de matar Carla vai ter júri com plateia, primeiro desde o início da pandemia”**

O julgamento do acusado de feminicídio, Marcos André Vilalba Carvalho, vai poder se assistido por até 20 pessoas. Será o primeiro caso a ter plateia após as restrições impostas pelo coronavírus. Ele é acusado de raptar, estuprar, matar e ocultar o corpo de Carla Magalhães. Pela repercussão que o caso teve, o juiz Aluizio Pereira dos Santos autorizou a presença do público, mas limitado.

Para a decisão, o magistrado considerou que Campo Grande saiu do estado crítico da pandemia da Covid-19, e permitiu a realização de eventos e o retorno do serviço público de forma gradual.

As pessoas deverão respeitar as regras de biossegurança, e os familiares do acusado e da vítima vão ter preferência para entrar no plenário, por ordem de chegada.

Não será permitido o uso de camisetas, ou outras vestimentas, que possam exercer influência nos jurados.

As demais regras continuarão as mesmas, como uso de máscara, álcool, depoimentos, interrogatório, acompanhamento dos debates por videoconferência, entre outros.

## Últimas notícias

### Caso

O crime aconteceu no dia 30 de junho de 2020, no bairro Tiradentes. Carvalho era vizinho da vítima e confessou o assassinato.

Conforme denúncia do Ministério Público Estadual, Carvalho sequestrou Carla na frente da casa dela com um mata-leão, na noite do dia 30 de junho de 2020, e a levou para a edícula onde ele morava, na residência ao lado.

**Fonte:** Jornal *Correio do Estado*, 11/08/2021.

As três matérias restantes foram publicadas no dia do julgamento — “Quantas mulheres vão precisar morrer só por não falar bom dia’, diz mãe de Carla”; “Acusado de matar a estudante Carla decide permanecer em silêncio durante julgamento”; e “Assassino de Carla é condenado a 31 anos e 9 meses de prisão” (13/08/2021). A primeira apresenta o relato da mãe da vítima concedido antes do início do julgamento. Também consta o horário do

juízo, detalhes do crime e citações do advogado de defesa do acusado. Na segunda matéria, a única mudança no texto é o lead em que é acrescentado que o réu não pronunciou-se durante todo o julgamento. O restante do texto foi apenas transferido da publicação anterior.

### **Figura 36 - Trechos da matéria “Assassino de Carla é condenado a 31 anos e 9 meses de prisão”**

Um ano e quatro meses depois da morte de Carla Santana Magalhães, 25 anos, Marcos André Vilalba, 22 anos, foi condenado a 31 anos e 9 meses de reclusão em regime fechado pelo assassinato da vítima em julgamento realizado nesta sexta-feira (13).

O crime bárbaro ocorreu em 30 de junho de 2020, quando a vítima foi raptada pelo vizinho na rua, estuprada e assassinada. O réu assistiu a maior parte do julgamento em uma sala anexa ao plenário do Tribunal do Júri, por videoconferência.

Os jurados, acataram a tese da acusação e condenaram o acusado pelos crimes de homicídio qualificado por motivo fútil, meio cruel, uso de recurso que dificultou a defesa da vítima e feminicídio, além de ocultação de cadáver e vilipêndio a cadáver.

Carvalho sequestrou Carla na frente da casa dela com um mata-leão, na noite do dia 30 de junho de 2020, e a levou para a edícula onde ele morava, na residência ao lado.

Lá, ele matou a vítima com diversos golpes de faca no pescoço. O acusado foi preso 10 dias depois de abandonar o corpo, no dia 13 de julho de 2020, e confessou o crime.

"Até agora não me conformei ainda em ter perdido minha menina, é muito cruel o que ele fez", lamentou a mãe de Carla.

## Últimas notícias

### Crimes

No dia 30 de junho de 2020, Carla foi raptada por Marcos na Rua Nova Tiradentes, no Tiradentes, onde ela e o autor morava. Eles eram vizinhos e a vítima foi imobilizada pelo réu com um 'mata leão'. Após o golpe aplicado pelo rapaz, Carla desmaiou e foi levada para dentro da residência dele.

Conforme denúncia do Ministério Público Estadual, além de sequestrar e a matar, Carvalho vilipendiou seu cadáver, praticando sexo com Carla já morta.

Após os crimes, ele colocou o corpo da vítima embaixo da cama, onde foi mantido até o dia 3 de julho, quando ele o carregou até a esquina e deixou em frente a uma mercearia, a cerca de 40 metros da casa onde ela morava.

Ele responde por homicídio qualificado por motivo fútil, meio cruel, uso de recurso que dificultou a defesa da vítima e feminicídio, além de ocultação de cadáver e vilipêndio a cadáver.

**Fonte:** *Jornal Correio do Estado*, 13/08/2021.

O último texto foi publicado apenas para relatar a decisão do júri para a condenação do assassino, definida em 31 anos e nove meses de reclusão em regime fechado. Além disso,

são explicitados os motivos da decisão dos jurados que “condenaram o acusado pelos crimes de homicídio qualificado por motivo fútil, meio cruel, uso de recurso que dificultou a defesa da vítima e feminicídio, além de ocultação de cadáver e vilipêndio a cadáver”. Como complemento, todas as matérias também utilizaram o intertítulo “O caso” para explicar os antecedentes do crime. Conclui-se que no caso de sequestro seguido de estupro e morte de Carla Santana o recurso da consonância foi construído a partir de uma lógica interna de recuperar o contexto do crime — já conhecido pela população a partir de sua repercussão midiática inicial — durante os desdobramentos da investigação policial e julgamento do criminoso. Tal consonância, no entanto, não levou a cobertura a escapar dos limites de uma caso tratado em sua singularidade a partir de elementos midiáticos do insólito, do drama e do sensacional (visto, por exemplo, na descrição do velório).

Outro caso que o *Correio do Estado* acompanhou do início até as repercussões posteriores foi o de agressão de uma mulher por um policial militar em uma delegacia de Bonito, município turístico do interior de Mato Grosso do Sul. Em quatro dias, foram publicadas seis matérias — “OAB defende afastamento do policial militar que agrediu mulher algemada” (22/11/2020); “‘Fico feliz porque não vai ter mais pessoas para sofrer na mão dele’, relatou mulher espancada por policial militar” (23/11/2020); “Policial militar que agrediu mulher algemada pode ser acusado por crime de tortura, diz especialista” (23/11/2020); “Aparece outra vítima de policial militar que espancou mulher em Bonito” (24/11/2020); “Tenente que agrediu mulher algemada é transferido para Campo Grande por ‘inconveniência’” (24/11/2020); e “‘Imagens fazem parte de contexto mais amplo’, diz PM sobre mulher agredida” (25/11/2020). A repercussão do caso no jornal começa com uma nota de repúdio da OAB ao tenente e comandante da Polícia Militar em Bodoquena, que foi flagrado espancando uma mulher algemada no município vizinho. A partir do pronunciamento do órgão, o texto relata o ocorrido e cita um vídeo gravado por câmeras de segurança da delegacia no qual aparece o ato criminoso contra a mulher. No final é adicionada a informação “Matéria alterada às 12h33 para acréscimo de informações” e o link com o vídeo da câmera de segurança disponível.

### Figura 37 - Trechos da matéria “OAB defende afastamento do policial militar que agrediu mulher algemada”

A OAB alegou em nota que episódio deve ser “severamente apurado, inclusive com o afastamento das funções”. A Polícia Militar disse que foi feita uma análise preliminar das imagens e que o local e os militares envolvidos foram identificados.

O comandante do CPA-3, coronel Emerson de Almeida Vicente, determinou a instauração de um Inquérito Policial Militar (IPM), que é o instrumento legal para investigar fatos dessa natureza.

Gravado pelo circuito interno do quartel da Polícia Militar de Bonito, o tenente aparece agredindo uma mulher que estava algemada. Ele a empurra contra uma cadeira e a desfere diversos golpes.

As pessoas que estavam no local não impediram a agressão. Outro policial entra em cena, mas para segurar a mulher enquanto é agredida. Os socos só são cessados quando uma policial afasta o tenente.

A mulher foi algemada em um restaurante de Bonito e conduzida para a delegacia. A Polícia Militar alegou que a mulher foi detida por ser suspeita de cometer os crimes de desacato, danos ao patrimônio, ameaça, resistência à prisão e embriaguez.

O episódio aconteceu em 26 de setembro, mas o vídeo só foi publicado na noite de ontem (21), pelo jornal MS Notícias. De acordo com o portal, a mulher possui uma filha de 3 anos autista e o policial pediu para que as gravações fossem excluídas após o episódio.

A OAB apontou que a cena não condiz com o que se espera de um Policial Militar, que deve ser sempre de respeito à dignidade da pessoa humana.

“As imagens são estarrecedoras, fortes e somente corroboram, infelizmente, que a violência advinda de onde se espera justamente a proteção, se traduz em banalização e o despreparo do agente para o exercício de uma das funções mais relevantes de Estado que é garantir a proteção e segurança das pessoas, reforce-se, inclusive detidas”.

Dois meses após a agressão, o policial continua exercendo suas funções. O Correio do Estado entrou em contato com a delegacia onde o tenente é lotado, mas foi informado de que ele só trabalha em dias úteis.

“A princípio ele é uma boa pessoa, mais do que isso não sou autorizado a falar”, afirmou o colega de trabalho do envolvido.

A OAB finalizou a nota dizendo que esse tipo de conduta cometida, “sempre por uma minoria despreparada, certamente não representa a grandeza da Instituição Polícia Militar de Mato Grosso do Sul”.

**\*Matéria alterada às 12h33 para acréscimo de informações**

Assista o vídeo:

**Fonte:** Jornal *Correio do Estado*, 22/11/2020.

Na segunda matéria, o enfoque está na entrevista realizada com a vítima enquanto estava em Campo Grande para realizar queixa contra o agressor. A vítima explica detalhes do crime, como os motivos pelos quais estava em Bonito e o que a levou a ser algemada na

delegacia. Ela também informa que ficou com “hematomas no peito, nas costas, no braço, e dor nas costas por causa do chutes do policial” e desmente informações dadas pelo oficial, como a de que ela estava embriagada no momento. Após a entrevista com a vítima, o(a) repórter apresenta a versão de uma dona de restaurante, onde ocorreu uma briga que envolvia a vítima e motivou a prisão. A proprietária narra que houve uma discussão entre ela e a vítima e que chamou a polícia após a mulher discutir com os funcionários e jogar objetos das mesas por demora na entrega do pedido. No final, também é inserido o vídeo gravado pela câmera de segurança da delegacia com a cena de violência do policial.

### **Figura 38 - Trechos da matéria “‘Fico feliz porque não vai ter mais pessoas para sofrer na mão dele’, relatou mulher espancada por policial militar”**

#### **Versão do restaurante**

A história começou com uma confusão em um restaurante de Bonito. Quem discutiu com a mulher agredida pelos PMs foi a proprietária do estabelecimento, Silvana Sharmam, de 38 anos. Em contato com o Correio do Estado, Sharmam afirmou que não houve contato físico entre as duas.

A mulher de 44 anos estava hospedada em uma pousada na frente do restaurante. Por volta das 18h30, ela foi até o estabelecimento para fazer um pedido, ao que foi atendida por Sharmam, que estava limpando as mesas e organizando o local para abrir o restaurante.

“Ela chegou as 18h30 e pediu se tinha alguma coisa para comer. Mostrei o cardápio, mas falei que a gente só começa às 7h e perguntei se queria que eu levasse depois lá na pousada, ela concordou e falou ‘tá bom, você leva lá porque eu estou com as crianças’. Nisso ela tava com a lata de cerveja na mão”, relatou.

De acordo com a proprietária do restaurante, ela voltou às 7h com a filha de 3 anos, que é autista, para cobrar o pedido que havia feito. “Ela falou ‘eu to aqui ha 3 horas esperando’, ai meu marido explicou que não tínhamos aberto e ela começou a xingar a gente”.

A proprietária alegou ainda um cliente, que aguardava no local, segurou a mulher enquanto a mesma atacava os objetos. “Tem testemunhas aqui, não tivemos a luta corporal que ela falou, ela não me encostou a mão, nem nos encostamos”.

Ainda de acordo com a proprietária, a filha mais velha da mulher teria escutado a discussão e foi até o local. Ela pegou a irmã de 3 anos no colo e acalmou a mãe.

Sharmam disse que a polícia chegou por volta das 7h15, momento que a mãe já tinha voltado para a pousada com as filhas. Quando a polícia chegou, a proprietária relatou ter escutado gritos da mulher contra os policiais, “porque ela não queria ser presa de jeito nenhum”, mas disse que não houve agressão física.

“Mas nada justifica a agressão dos policiais. Eu só fui ver o que aconteceu na delegacia agora, pelos vídeos, nada justifica terem agredido ela”, defendeu Sharmam.

“Em momento nenhum eu ofenderia uma criança, ainda mais uma criança especial, porque eu tenho duas na minha família. O restaurante está recendendo muitas críticas nas redes sociais e estamos com medo de perder clientes por causa disso”, afirmou a proprietária, e pediu para que o nome do estabelecimento não fosse divulgado.

#### **Veja o vídeo do momento em que a mulher foi agredida pelo policial em Bonito MS**

**Fonte:** *Jornal Correio do Estado*, 23/11/2020.

Em outra publicação feita no mesmo dia, o tema é discutido a partir de citações de um especialista em direito penal, que comenta o crime com base no vídeo divulgado na internet e

pelo próprio jornal. O especialista entrevistado detalha os crimes cometidos pelo policial e as possíveis penas que ele pode ter ao ser julgado.

**Figura 39 - Trechos da matéria “Tenente que agrediu mulher algemada é transferido para Campo Grande por ‘inconveniência’”**

Em entrevista para o *Correio do Estado* na segunda-feira (23), a vítima, que preferiu não se identificar, relatou alívio ao saber da ordem de afastamento do governador.

“Eu fico feliz porque não vai ter mais pessoas para sofrer na mão dele. Depois do que aconteceu comigo, aconteceu com outras pessoas também, então não sou só eu a vítima. Ele está acostumado a usar o poder dele como polícia para desferir a raiva e o despreparo que ele tem, então ele não teria honra de vestir a farda ainda mais porque se diz proteger”.

A mulher foi presa após confusão em um restaurante na frente da pousada onde estava hospedada em Bonito. Ela discutiu com a dona do estabelecimento após a demora em um pedido, que era para sua filha autista de 3 anos.

A proprietária chamou a polícia e a mulher foi presa. Ela disse que as agressões físicas e verbais começaram ainda no camburão e que foi impedida pelo tenente de ligar para seu marido e que teve seu celular quebrado.

A Constituição Federal garante sem seu artigo 5º, LXII, que “a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada”.

Nos fatos narrados pela vítima, seu marido só ficou sabendo do ocorrido quando acionado pela filha mais velha, que ligou para ele do abrigo do Conselho Tutelar, onde foi levada com os irmãos pelos policiais.

Com a violência comprovada pelas imagens, a mulher ficou com hematomas no peito, nas costas, no braço. Ela relatou sentir dores até hoje, dois meses depois, por causa dos chutes do policial.

“Ninguém me bateu a não ser o Leonel, ninguém encostou em mim a não ser o Leonel. Ele que a todo momento me espancou, nem me bateu, me espancou. Foram os piores momentos da minha vida”.

**Assista o vídeo:**

**Fonte:** *Jornal Correio do Estado*, 24/11/2020.

Por fim, o texto também apresenta informações publicadas anteriormente sobre o caso e o vídeo do ocorrido. Ao longo de 2020, ainda há três matérias que trazem atualizações sobre as investigações do caso. Entre as novas informações, há o histórico de abuso de autoridade do acusado, com relato de uma vítima anterior ao caso de Bonito. Além disso, o jornal divulga a movimentação do policial de uma penitenciária do interior do Estado para Campo Grande. E por fim, é divulgada uma nota da polícia militar do Estado que afirma oferecer amparo psicossocial à vítima. Como uma característica da estratégia de consonância, todas as

matérias possuem contextualização com informações preliminares do caso, que foram publicadas anteriormente no mesmo jornal e copiadas nas novas publicações — novamente uma modalidade de consonância a partir da lógica interna do veículo de recuperar elementos já conhecidos a partir da repercussão inicial.

**Figura 40 - Trechos da matéria “‘Imagens fazem parte de contexto mais amplo’, diz PM sobre mulher agredida”**

**O caso**

As agressões, que aconteceram no final de setembro, foram filmadas pelo circuito interno do local e divulgadas somente no último sábado (21).

Em entrevista para o Correio do Estado na segunda-feira (23), a vítima, que preferiu não se identificar, relatou alívio ao saber da ordem de afastamento do governador.

“Eu fico feliz porque não vai ter mais pessoas para sofrer na mão dele. Depois do que aconteceu comigo, aconteceu com outras pessoas também, então não sou só eu a vítima. Ele está acostumado a usar o poder dele como polícia para desferir a raiva e o despreparo que ele tem, então ele não teria honra de vestir a farda ainda mais porque se diz proteger”.

A mulher foi presa após confusão em um restaurante na frente da pousada onde estava hospedada em Bonito. Ela discutiu com a dona do estabelecimento após a demora em um pedido, que era para sua filha autista de 3 anos.

A proprietária chamou a polícia e a mulher foi presa. Ela disse que as agressões físicas e verbais começaram ainda no camburão e que foi impedida pelo tenente de ligar para seu marido e que teve seu celular quebrado.

A Constituição Federal garante sem seu artigo 5º, LXII, que “a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada”.

**Fonte:** *Jornal Correio do Estado*, 25/11/2020.

Em 2021, o caso é retomado sendo possível mais uma vez identificar a utilização da estratégia retórica em matérias como “Seis policiais militares viram réus por agredirem mulher em Bonito” (10/03/2021) e “Policial que agrediu mulher em delegacia recebe pena em regime aberto” (27/10/2021). Na primeira matéria, é atualizado o número de policiais que viraram réus no mesmo caso. As novas denúncias ocorreram por os policiais presentes no momento da agressão não terem dado voz de prisão ao agressor e não informarem ao superior sobre o ocorrido devido à relação corporativa. No segundo texto, publicado cerca de um ano após a agressão, o jornal informa que o agressor André Luiz Leonel foi condenado a um ano, cinco meses e 10 dias de detenção em regime aberto. Nos dois textos, são inseridas

informações já publicadas no jornal no ano anterior, além do vídeo em que mostra a agressão gravada por câmeras da delegacia.

### **3.3.5 Amplificação e relevância**

Traquina (2008) compreende a amplificação como um “valor-notícia de construção” — isto é, um arcabouço retórico (Silva, Jerônimo, 2019) — utilizado para fazer uma notícia mais notável com a amplificação narrativa da ação, dos envolvidos ou das consequências. Outro “valor-notícia de construção” que dialoga com a amplificação é a relevância, que se refere à ação do jornalista em tornar um evento significativo de forma a conotar valor para toda a sociedade. “Compete ao jornalista tornar o acontecimento relevante para as pessoas, demonstrar que tem significado para elas” (TRAQUINA, 2008, p.92). Nos anos analisados, foi identificado o uso de tais estratégias por meio de generalizações que tanto amplificam o caso quanto geram uma identificação com a sociedade como um todo. Um exemplo pertinente pode ser localizado na matéria “‘Alma da mulher brasileira foi ferida’, diz Simone sobre caso Mari Ferrer” (04/11/2020), na qual desde o título amplifica o caso específico para todo o país. Também há frases no texto que indicam que o ocorrido “fere todas as mulheres”. Além disso, há o destaque em uma situação na qual a então senadora Simone Tebet alega que “essas coisas inventadas pelo juiz para proteger uma vítima que a sociedade repudia”. A amplificação e a relevância, aqui, são utilizadas para potencializar os efeitos da violência contra as mulheres direcionando-nos para o conjunto de toda a sociedade a partir da enunciação de uma agente política sul-mato-grossense cujas falas possuem reverberação nacional.

**Figura 41 - Trechos da matéria “‘Alma da mulher brasileira foi ferida’, diz Simone sobre caso Mari Ferrer”**

O Senado também aprovou, por unanimidade, voto de repúdio ao promotor, juiz, e advogado do réu. A senadora Rose de Freitas (podemos-ES), procuradora da Mulher do Senado, comunicou que pedirá a revogação da sentença.

"Não existe 'estupro culposo', essas coisas inventadas pelo juiz para proteger uma vítima que a sociedade repudia! Estupro é crime inafiançável! Que brincadeira é essa? A gente precisa ver expurgadas da vida jurídica deste país pessoas que desservem totalmente à Justiça, não têm respeito às mulheres", afirmou Rose.

Simone afirmou que a decisão e a maneira como o julgamento foi conduzido fere todas as mulheres.

"Ontem não teve como assistir aquele vídeo e não se colocar no lugar daquela jovem. Então o sentimento foi de dor, dor na alma mesmo. É a alma da mulher brasileira que foi ferida naquele momento, um sentimento de humilhação", lamenta Simone.

Na prática, o voto de repúdio funciona como forma de pressão para que os órgãos responsáveis pelo caso tomem providências em relação aos três.

**Fonte:** *Jornal Correio do Estado*, 04/11/2020.

Semelhantemente em termo de recursos retóricos, na matéria — “Câmara vai analisar proteção a vítimas de estupro em julgamentos” (05/11/2020) —, é citado que o caso ocorrido contra Mariana Ferrer é um crime que ocorre com as milhares de brasileiras, acrescentando que no Brasil a cada oito minutos um estupro contra uma mulher é registrado.

Em outras publicações são identificadas figuras de retórica de generalização (FIORIN, 2014) como “a luta diária promovida contra a violência que vitima as mulheres brasileiras que é a responsável por várias conquistas” e “a cena que chocou as redes sociais”.

**Figura 42 - Trechos da matéria “Rose pede urgência em votação de projeto que aumenta pena mínima para feminicídio”**

No Estado, o crescimento foi 24 casos para 33, elevação de 37,5%. **Números que demonstram que punições mais rígidas são necessárias.**

Os projetos da parlamentar sul-mato-grossense alteram artigos do Código Penal, aumentando o cumprimento da pena mínima em regime fechado de 12 anos para 20 anos e só permitindo a liberdade provisória após o cumprimento de 4/5 da condenação, além de proibir as saídas temporárias dos presídios, como a 'saldinha' do final de ano e em outras datas comemorativas.

**A parlamentar afirma que “a luta diária promovida contra a violência que vitima as mulheres brasileiras que é a responsável por várias conquistas”, defendendo na proposição que “a adoção de políticas criminais mais duras estão surtindo efeitos e que os índices altos justificam a adoção de outros mecanismos que reduzam estes crimes”.**

No início de dezembro, a Câmara dos Deputados aprovou um pacote com 11 projetos que aumentam as medidas protetivas a favor das mulheres vítimas de violência, entre elas pena de um a quatro anos de reclusão e multa, que poderá ser ainda maior se o crime for contra mulheres, a quem cometer stalking, que consiste na perseguição obsessiva de outra pessoa, vigiando suas rotinas, que pode resultar em ataques ou agressões.

**Fonte:** *Jornal Correio do Estado*, 28/12/2021.

Além das construções retóricas que generalizam e amplificam os casos de violência, há dois textos que valorizam ações realizadas pelo Estado como soluções irreparáveis para o fim da violência contra as mulheres. No texto “Ministério Público do Estado lança campanha para combater violência contra a mulher” (25/11/2020), uma campanha realizada entre o Ministério Público do Estado e o Consórcio de ônibus responsável pelo transporte público de Campo Grande, a despeito de sua pertinência como ação de marketing e visibilidade, é tratada retoricamente como solução *sine qua non* para a sociedade combater a violência de gênero, através da visibilidade às diversas formas de violência de gênero e doméstica contra as mulheres com “cartazes, panfletos, ‘backbus’, ‘busdoors’”, comerciais para rádio e televisão e posts nas redes sociais”, projetando a ênfase nos patrocinadores. Na matéria “Em operação iniciada por Ministério, quase 200 pessoas do Estado foram presas por violência contra mulher” (08/03/2021), por seu turno, uma operação policial é posta como uma iniciativa para coibir a violência contra a mulher em todo país com a prisão de 183 pessoas em Mato Grosso do Sul.

**Figura 43 - Trechos da matéria “Em operação iniciada por Ministério, quase 200 pessoas do Estado foram presas por violência contra mulher”**

Operação Resguardo, iniciada em janeiro deste ano pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, visa coibir a violência contra a mulher em todo país. Nos meses de atuação, foram presas 183 pessoas em Mato Grosso do Sul, das quais 124 foram em flagrante. Só na Capital foram 125, dessas, 81 em flagrante.

A ação foi deflagrada na manhã desta segunda-feira (08) pela Polícia Civil de Mato Grosso do Sul e Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam), com apoio das Delegacias de Atendimento à Mulher do interior.

**Fonte:** *Jornal Correio do Estado*, 08/03/2021.

Compreende-se, por fim, que em casos de violência contra a mulher, as estratégias de amplificação e de relevância também podem proporcionar identificação pessoal de uma vítima que esconde as agressões que sofre. A despeito de eventuais resultados que paradoxalmente podem levar ao distanciamento ou à simplificação, entende-se ao introduzir no texto que milhares de mulheres sofrem algum tipo de violência ou as agressões contra mulheres são questões que afetam toda a sociedade pode-se gerar uma sensação de pertencimento àquela vítima que tem medo ou vergonha do que acontece dentro de sua casa, colaborando para que esta crie coragem de denunciar ao saber que não está sozinha.

### **3.4 Análise das funções de enquadramento**

Nesta etapa da análise multimodal, volta-se o olhar às funções de enquadramento midiático com base na proposição teórico-metodológica de Robert Entman (1993). Segundo o autor, tal como abordado no primeiro capítulo deste trabalho, o conceito de enquadramento pode ser definido a partir das noções de seleção e saliência, isto é, para efetivar o enquadre, o agente midiático deve selecionar o que quer promover a atenção e salientar as partes que julga essenciais em detrimento de outras angulações possíveis em um texto comunicacional. Em síntese, Entman (1993) destaca que são oferecidas quatro funções de enquadramento, sendo elas:

Os quadros, então, definem problemas - determinam o que um agente causal faz com quais custos e benefícios, geralmente medidos em termos de valores culturais comuns; diagnosticam causas - identificam as forças que criam o problema; fazem julgamentos morais - avaliam agentes causais e seus efeitos; e sugerem soluções - oferecem e justificam tratamentos para os problemas e preveem seus efeitos prováveis (ENTMAN, 1993, p. 52, tradução nossa, itálicos no original).

Um único trecho de um determinado texto pode desempenhar mais de uma das quatro funções mencionadas, no entanto, várias passagens podem não cumprir nenhuma função específica. Portanto, não é necessário que o contexto englobe todas essas funções obrigatoriamente. Complementarmente, de acordo com Entman (1993), os quadros remetem a pelo menos quatro instâncias no processo de comunicação: a do comunicador, a do texto, a do receptor e a da cultura. Nesta análise em particular, foca-se na cultura, visto que adota-se a hipótese de que os quadros primários relacionados às questões de gênero se manifestam como referências de fundo, bem como no texto, que contém quadros técnicos que são expressos pela presença ou ausência de determinadas palavras-chave, imagens estereotipadas, fontes de informação e frases que reforçam interpretações frente aos fatos (ENTMAN, 1993, p. 52).

Do total de matérias analisadas ao longo da pesquisa, foram identificados 73 textos — 41 em 2020 e 32 em 2021 — nos quais as funções de enquadramento foram utilizadas de forma explícita. Nos dois anos que constituem o corpus de análise, verificou-se que o problema em questão — a violência contra as mulheres nas suas distintas manifestações — esteve sempre inserido nas matérias, sendo que os fatos tomados como causadores da problemática foram encontrados em 53% dos textos. Uma função de enquadramento cuja presença é significativa nos textos analisados no jornal *Correio do Estado* é a proposta de solução para os problemas narrados, uma vez que tal vertente foi localizada em cerca de 68% das ocorrências. A partir da observação das matérias foi possível perceber que é proporcionalmente menos frequente o acréscimo aos textos de elementos que podem ser explicitamente caracterizados como julgamentos morais. Embora o volume seja inferior, ele corresponde a uma fração importante, já que tal função é identificada em 28% das matérias publicadas pelo jornal.

### **3.4.1 Identificação de Problema**

Durante o período de análise das matérias sobre violência contra a mulher no jornal *Correio do Estado*, foram encontradas 73 matérias que denotam de forma bem delineada a definição do problema em pauta. Por se tratar de um tema específico, isto é, uma modalidade explícita de violência que historicamente assola a sociedade brasileira, a maior parte dos problemas nos textos — tal como definido metodologicamente por Entman (1993) — se relaciona a algum tipo de violação, seja um caso específico de agressão ou o alto índice de violências registradas em Mato Grosso do Sul ou, particularmente, na Capital Campo Grande, em 2020 e 2021. Em termos ilustrativos, na matéria “‘Papel nenhum mantém agressor longe’,

diz irmão de professora morta pelo ex” (02/03/2020), o problema é o assassinato de Maxelline Santos, “morta no fim de semana pelo ex-namorado guarda municipal, ela foi velada e sepultada pela família nesta segunda-feira (2)”. Também consta no texto que o caso é mais um entre os tantos que ocorrem em Campo Grande, tal como chama a atenção a frase: “O episódio de violência doméstica se repetiu mais uma vez em Campo Grande”, que além de tratar o caso em si como o problema em debate, contextualiza a situação do *locus* — a capital sul-mato-grossense — como agravante na questão de violência contra a mulher, mesmo não inserindo dados que comprovem a sentença.

Um caso específico como definição do problema na lógica do enquadramento também é visto na matéria “Vereadora é agredida por colega dentro de Secretaria de Obras”, na qual a problemática não está apenas no fato ocorrido contra a vítima, mas ainda no agressor, que também é vereador, e no fato de a violência ter ocorrido em uma repartição pública.

A vereadora Fabrizia Ticono (PRB), foi agredida pelo também vereador Francisco Leite Gutierrez (PSDB) na manhã desta quarta-feira (13), dentro da Secretaria de Obras da cidade. Conforme relatado no Boletim de Ocorrência registrado hoje, a vítima afirma que o tucano a puxou pelo braço e pelo cabelo, colocando-a para fora do prédio (CORREIO DO ESTADO, 14/05/2020).

O mesmo ocorre na matéria “Mulher que matou idosa após carona é condenada a 21 anos de prisão” (12/02/2021), na qual relata-se o caso em que Pamela Ortiz assassina Dirce Santoro após uma carona de forma extremamente violenta, o que é detalhadamente narrado no texto: “Pâmela bateu a cabeça da vítima várias vezes no meio-fio, deixando seu rosto deformado. Após o assassinato, a criminosa escondeu o corpo em um terreno baldio”. Além disso, o texto destaca a relação que as mulheres mantinham antes do crime:

Pâmela e Dirce eram próximas, inclusive a acusada chamava a idosa de “vovózinha querida”. A mulher de 37 anos sempre fazia corridas para a idosa e cobrava pelas caronas. A idosa desapareceu em 23 de fevereiro de 2019, o que gerou estranhamento entre os vizinhos. Um dia depois, a polícia encontrou seu corpo na região do Indubrasil, na capital (CORREIO DO ESTADO, 12/02/2021).

Na matéria “Por dívida de R\$ 40 mil, agiotas sequestram mulher em frente à condomínio de luxo de Campo Grande” (18/08/2021), são identificados dois problemas que pautam o enquadramento do texto. O primeiro é o sequestro em si, “uma mulher acabou sendo sequestrada na tarde desta quarta-feira (18), em frente ao condomínio de luxo Alphaville, localizado no bairro Jardim Montevideu”. O segundo, menos explícito, é a

insegurança em um bairro considerado de “elite” em Campo Grande, subvertendo o que é esperado socialmente no interior do discurso hegemônico do jornal, ou seja, que em bairros de classes abastadas há supostamente maior tranquilidade entre os moradores. Nas matérias “Artista plástica foi morta após flagrar ladrão dentro de casa; caso segue em investigação” (04/05/2021) e “‘Era uma pessoa muito amada’, diz vizinha de artista plástica vítima de assassinato” (05/05/2021), o primeiro problema identificado é a morte de Catarina Maria Marquesi em sua própria casa. No entanto, em ambos os casos um segundo problema é inserido como função de enquadramento: a falta de segurança no bairro onde a vítima residia. Há frases que destacam o problema, tais como “Vivaldo declara que tem sido comum assaltos no bairro” ou “‘Tem andarilhos e mendigos andando pelo bairro. Eles passam muito pedindo as coisas, mas não dá para dizer que já vi eles mexendo com as coisas’, acrescenta”, a partir de relatos de vizinhos da vítima.

No mesmo caso de assassinato da artista plástica, identifica-se uma matéria que deixa de lado a centralidade na vítima e deposita-se a ênfase no possível agressor. Assim, no texto “Suspeito de matar artista plástica morre em troca de tiros com policiais” (14/05/2021), a questão central é a morte do suspeito em um troca de tiros com a polícia. Os problemas edificados como funções de enquadramento ao longo do texto são a morte do homem e a inconclusão das investigações sobre o caso, que, com base no conjunto de narrativas do jornal *Correio do Estado*, não houve encerramento:

A princípio o caso está sendo tratado como latrocínio (roubo seguido de morte) mesmo nada ter sido levado do local. As investigações não foram concluídas. No entanto, Salomão informou na época do ocorrido que uma dentre tantas outras possibilidades são de que os ladrões poderiam ter se assustado com o flagra da idosa na própria casa. A vítima foi encontrada pelo marido, de 74 anos, amarrada e amordaçada em seu ateliê. Não havia lesões aparentes no corpo, mas a polícia acredita que ela tenha sido agredida com um soco. O caso ainda não foi concluído e segue em investigação (CORREIO DO ESTADO, 14/05/2021).

Os agressores também são enquadrados como personagens centrais nas definições dos problemas, no entanto, a questão na maioria desses casos recai na singularidade da morte do agressor antes de cumprir algum tipo de pena ou ainda em algum comportamento singular levado a cabo durante um depoimento ou julgamento. Como exemplo, a matéria “Morto ao atacar major da PM violentou primeira esposa por 12 anos, diz polícia” (21/02/2020) traz como personagem principal um homem que foi morto pela mulher após ameaçá-la. Além disso, consta no texto que o “representante comercial morto depois de atacar a ex-namorada

manteve a primeira esposa sob constantes episódios de violência doméstica por cerca de 12 anos”. Semelhantemente, na matéria “Em pandemia, médico que mutilou 175 mulheres cumpre pena em casa” (26/03/2020), a problemática principal situada como função de enquadramento recai no fato de o agressor cumprir a pena em casa por integrar um grupo de risco durante a pandemia de Covid-19 em razão de sua idade avançada. Também, na matéria “Acusado de matar a estudante Carla decide permanecer em silêncio durante julgamento” (13/08/2021), são relatados detalhes do julgamento do homem que assassinou Carla Santana. Neste caso, o maior problema que consta no texto como função de enquadramento é o fato de o acusado ter permanecido em silêncio durante toda a audiência por orientação do advogado.

Podem ser identificadas também também novas angulações inscritas em matérias que atualizam um mesmo caso, mas que apresentam e enfatizam outros problemas ao longo das publicações. São exemplos o caso em que uma mulher foi feita refém em cárcere privado na própria casa, o caso de feminicídio de Carla Santana, e o caso da mulher agredida por um Policial Militar na cidade de Bonito. Nas matérias que tratam do caso em que uma mulher foi mantida em cárcere privado<sup>24</sup>, a narração jornalística tem como ponto de partida o crime em si. Já nas atualizações, novos problemas são identificados como funções de enquadramento, a exemplo da frase “Mulher agredida e mantida em cárcere privado pelo marido, o pastor Jesus Gorgs, começou a se relacionar com ele logo após perder o ex-marido e o único filho, que morreram com diferença de um ano”. Isto é, ao longo do texto os relacionamentos anteriores da vítima são situados como um problema maior, uma espécie de justificativa implícita para o crime. No caso da morte de Carla Santana, a problemática em foco nos textos varia entre o sequestro em si, a morte, o possível estupro e as atualizações da investigação. No entanto, na maioria das publicações sobre o caso, o problema mais evidente recai nos detalhes do crime, em como o agressor assassinou a vítima e manteve o corpo em casa por dias: “Carvalho sequestrou Carla na frente da casa dela com um mata-leão, na noite do dia 30 de junho de 2020, e a levou para a edícula onde ele morava, na residência ao lado. Lá, ele matou a vítima com diversos golpes de faca no pescoço” (CORREIO DO ESTADO, 21/05/2021).

Outros problemas identificados como funções de enquadramento se refere às circunstâncias pós-agressão, quando as mulheres buscam ajuda e proteção do Estado. Em

---

<sup>24</sup> “Armado com faca, homem faz mulher refém em casa e polícia fecha ruas para negociar rendição”, “Negociação não avança e Bope invade casa para prender pastor que mantinha mulher refém”, “Pastor que manteve esposa em cárcere a conheceu em momento de fragilidade, diz vizinho” e “Pastor que manteve esposa em cárcere a conheceu em momento de fragilidade, diz vizinho”, matérias publicadas nos dias 12 e 13 de março de 2020.

diversas matérias do *Correio do Estado* que compõem o corpus da pesquisa, foram destacadas questões como a falta de um lugar adequado para denúncias e a realização de exames específicos para as vítimas da violência contra a mulher. Na matéria “Programa insere mulheres vítimas de violência no mercado de trabalho” (13/07/2020), por exemplo, o problema situado no texto é de que “essas mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade” e não conseguem procurar um emprego adequado devido ao trauma de violência. Já na matéria “Lei obriga condomínios a denunciarem casos ou indícios de violência doméstica” (11/11/2020), a problemática destacada é a própria “violência contra mulheres, idosos, crianças e pessoas com deficiência”. Outro exemplo significativo pode ser localizado na matéria “Casa da Mulher Brasileira começará a realizar exame de corpo de delito em 2021” (14/01/2021), na qual a questão central é a dificuldade do percurso que as mulheres têm de realizar para proceder a denúncia, seguida da necessidade de execução do exame de corpo delito, feito em outro local da cidade. Nas matérias “Prefeito de Dourados sanciona o Programa de Cooperação e Código sinal vermelho contra violência doméstica” (19/08/2021) e “Marquinhos sanciona lei que socorre mulher vítima da violência” (29/11/2021), a questão é centrada nas dificuldades enfrentadas pela vítimas ao tentar denunciar uma situação de abuso. No segundo texto é salientado que a mulher que se sente ameaçada de violência e queira denunciar o caso e o agressor possui apenas a possibilidade de ir à uma delegacia para pedir socorro, e devido às poucas formas de denunciar acaba não seguindo com o pedido.

A pandemia da Covid-19 também é vista como um agravante da violência contra a mulher, já que muitas vítimas foram isoladas socialmente com seus agressores nos anos de 2020 e 2021, período no qual foram registrados recordes de violência contra a mulher em Mato Grosso do Sul, principalmente de feminicídios, como apresentado no capítulo anterior. Nas matérias “Coordenadora da Mulher do TJMS alerta que violência doméstica pode aumentar durante quarentena” (29/03/2020) e “Site é ferramenta de informação e atendimento a vítimas de violência” (06/06/2020), por exemplo, é destacado a partir de fontes especialistas (LAGE, 2008; SOLEY, 1992) que “casos de violência contra a mulher podem aumentar durante o período de quarentena por conta da pandemia de coronavírus”.

Em tempos de pandemia, com regras para distanciamento social, isolamento de casos suspeitos, teletrabalho, aulas suspensas e desemprego para muitas pessoas, a situação da mulher que vive um relacionamento abusivo e violento tende a piorar (CORREIO DO ESTADO, 06/06/2020).

Na perspectiva do enquadramento jornalístico, o aumento dos registros referentes à violência contra a mulher em Mato Grosso do Sul também é constantemente colocado como um problema no Estado. O aumento de casos de violência durante os anos analisados, marcados pelo isolamento social, é fartamente ilustrado em diversas matérias do jornal que conotam grande preocupação com o aumento dos registros de ocorrências. Além disso, nas matérias em que o problema está vinculado às diversas formas de violências contra a mulher, um volume significativo vale-se de dados de pesquisas e órgãos públicos. Como exemplo, na matéria “Casos de feminicídio quase triplicam em período de isolamento social na Capital” (02/05/2020) é destacado que Campo Grande “é responsável por cerca de 40% dos feminicídios ocorridos este ano em Mato Grosso do Sul”, além do “aumento em 25% em relação ao mesmo período do ano passado”. Na matéria “Vítimas de violência, 77% das mulheres foram mortas dentro de casa, aponta estudo” (08/06/2020) também é salientado que:

Das mortes ocorridas no passado (30 óbitos), 77% das mulheres foram assassinadas pelos seus parceiros dentro de casa. Ainda segundo o Mapa divulgado pelo Governo do Estado, 56,66% das mulheres foram mortas por homens com quem conviviam e tinham relacionamento afetivo e 76% delas deixaram os filhos órfãos (CORREIO DO ESTADO, 08/06/2020).

Algumas abordagens que podem ser consideradas problemas do ponto de vista das funções de enquadramento são complementadas com dados estatísticos que se referem às denúncias de agressões. Na matéria “Lei Maria da Penha completa 14 anos com cerca 5,3 mil casos de violência denunciadas por ano em MS” (07/08/2020) consta que “cerca de 5,3 mil casos de violência doméstica são denunciadas à polícia por ano” ou “pedidos de proteção diminuem, mas violência doméstica não. Os casos de feminicídio não diminuirão”. Complementarmente, a matéria “De acordo com juíza, pedidos de proteção diminuem, mas violência doméstica não” (05/09/2020) ressalta:

Em 2020, foram registrados 7.328 crimes na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), localizada em Campo Grande. Desses, 5.755 são casos de violência doméstica contra mulheres. Dentro desta estatística, está uma mãe que além de sofrer agressões, perdeu a guarda dos filhos para o ex -marido (CORREIO DO ESTADO, 04/02/2021)

Na maioria dos textos publicados a partir de dados estatísticos, o problema central é a violência em geral, com números que indicam que Mato Grosso do Sul sempre aparece como um dos estados líderes em casos no Brasil; ou até mesmo que o Estado “é o líder nacional em processos de violência doméstica contra a mulher” (CORREIO DO ESTADO, 04/05/2021):

Em um ano, 400 mil pessoas, com idade a partir de 18 anos sofreram algum tipo de violência psicológica, física ou sexual em Mato Grosso do Sul. Mulheres são as que mais sofrem violências interpessoais, sendo 22,7% das vítimas, enquanto homens somam 18,3%. Quanto à cor da pele, pessoas negras e pardas sofreram mais com a violência do que pessoas brancas.

Nas matérias nas quais as estatísticas são inseridas como o problema central na realidade sul-mato-grossense, é comum também que logo no título tal questão já seja identificada. São exemplos as matérias “Em 2020, quase 6 mil mulheres foram vítimas de violência doméstica” (03/02/2021) e “Em um ano, 400 mil pessoas sofreram violência física, psicológica ou sexual em MS” (07/05/2021), nas quais os números são detalhados a partir de registros de casos de violência doméstica, estupros, importunação sexual, feminicídio tentado e feminicídios consumados, entre tantas outras violências praticadas contra as mulheres diariamente de forma anônima e que apenas tornam-se notícias a partir das estatísticas.

### **3.4.2 Diagnóstico de Causas**

Durante a análise do corpus da pesquisa, foram identificadas 27 matérias em 2020 e 12 em 2021 que definem as causas dos problemas relacionados às violências contra as mulheres. Ao todo, as principais causas dos ocorridos são: a não aceitação do fim do relacionamento pelo agressor; uma desconfiança de traição ou sentimento de posse; o isolamento social devido a pandemia da Covid-19; excesso de bebida alcoólica ou drogas; o machismo estrutural; entre outros fatores causadores. Diante da análise, é possível perceber que, em termos jornalísticos, determinar a causa de uma agressão contra uma mulher pode não aportar em um efeito positivo, visto que não raramente remete-se à culpabilização da vítima. Em diversas matérias nas quais o problema definido foi algum tipo de violência contra a mulher, as causas presentes recaem sobre a vítima. Como exemplo, na matéria “Pastor manteve esposa em cárcere” (13/03/2020), conota-se a partir da abordagem jornalística que o motivo para a mulher ter sido vítima de cárcere privado e de agressões físicas e verbais foi uma suposta traição que o agressor queria que fosse confessada.

Além do cabelo, a vítima está com vários hematomas pelo corpo, principalmente no tórax e seios, além de pequenos cortes que ele fez com a tesoura. Segundo o depoimento da vítima, o comportamento do marido mudou a partir de janeiro deste ano, quando ela foi submetida a alguns procedimentos estéticos. ‘A partir desse momento, ela conta que ele ficou extremamente ciumento e possessivo e começou a imputar a ela conduta leviana que não cometeu’, contou Machado (CORREIO DO ESTADO, 13/03/2020).

Semelhantemente, no caso de Carla Santana, antes de solucionar o crime, foram investigados relacionamentos anteriores da vítima, divulgando-se até mesmo que um recente ex-namorado tinha mais de 50 anos e não aceitava o fim da relação:

Um desses relatos indica que a jovem teria mantido, no ano passado, um relacionamento com um homem de 56 anos e que este não estava aceitando o fim do namoro. Além desse, a garota estaria iniciando um relacionamento com outro homem, de 50 anos, fotógrafo. O namorado anterior vinha tentando retomar a relação, o que a vítima não aceitava, até mesmo por estar se relacionando com o fotógrafo há dois meses. (CORREIO DO ESTADO, 04/07/2020)

Com o andamento das investigações e logo após a descoberta do autor do assassinato, a nova causa do crime foi tratada a partir do fato de a vítima não ter respondido ao “bom dia” do agressor, que se sentiu ferido por ter sido ignorado:

Conforme consta no processo, Carla e Carvalho eram vizinhos, mas o único contato que tiveram nos dias que antecederam o crime, foi um dia em que o homem estava voltando do trabalho e cruzou com Carla. O acusado teria cumprimentado a jovem, dando bom dia, o qual ela não teria respondido. Essa teria sido a motivação do crime. Em depoimento à Polícia Civil, o homem afirmou que a falta de resposta o fez se sentir diminuído. Ele alegou ainda que teve um apagão de memória e não se lembrava de detalhes (CORREIO DO ESTADO, 31/07/2021)

Em diferentes ocasiões, a não aceitação do fim de um relacionamento ou de não ser correspondido como desejava foram considerados como causadores de um crime contra a vida e segurança da mulher. Além dos casos mencionados anteriormente esse padrão pode ser também verificado na matéria “Morto ao atacar major da PM violentou primeira esposa por 12 anos, diz polícia” (21/02/2020), na qual relata-se que o homem não aceitava o fim do relacionamento com uma major da Polícia Militar e invadiu a casa da mulher armado com uma faca. Na matéria “Violência doméstica: relato de uma mulher que perdeu a guarda dos filhos para seu agressor” (04/02/2021) o problema identificado é o mesmo. Ao longo do texto, a vítima relata que se separou do marido e começou a sofrer com violências psicológicas e verbais a partir de ameaças constantes do homem:

A mulher tem quatro filhos e o agressor é pai de dois deles. Ainda quando estava grávida do segundo filho, decidiu se separar devido às condições abusivas que sofria. A partir de então, o ex -marido não aceita o término do relacionamento até hoje, e também não permite que sua ex esposa se relacione com outras pessoas (CORREIO DO ESTADO, 04/02/2021).

Outro fator causador de violência, de acordo com as matérias analisadas, é o alcoolismo ou problemas psicológicos dos agressores, que cometem crimes “fora de si”, com

atitudes que não ocorreriam se o homem estivesse em seu “estado normal”. Este é o padrão que pode ser localizado na matéria “Homem que assassinou a mãe está preso na Delegacia da Mulher” (10/04/2020), na qual o agressor usa a justificativa de não se lembrar do que ocorreu por ter “sofrido um apagão” devido à bebida alcoólica que consumiu na noite do crime: “Após aproximadamente dez dias internado numa clínica de reabilitação em razão de alcoolismo, de onde saiu em decorrência da pandemia do novo coronavírus, Adão teria assassinado a mãe na região do Lageado”.

Não obstante, a pandemia foi utilizada como um agente causador ou intensificador dos crimes de violência contra a mulher. Como a pandemia em si foi vista como um grande problema para tais casos, foram identificadas motivações como: a intensificação das relações familiares devido ao isolamento social; estar ao lado do agressor o tempo todo, fazendo com que o abusador pudesse ter maior controle sobre a mulher; e o afastamento de outras pessoas que poderiam denunciar ou ser usadas como meio de denúncia dos casos de violência: “Agora todos ficam confinados no mesmo lugar, nenhum dos dois tem outro meio de escape”, afirmou a delegada” (CORREIO DO ESTADO, 08/06/2020).

As demais causas para os crimes de violência contra a mulher são encontradas com menos intensidade nos textos do jornal *Correio do Estado*. Destaca-se nesse contexto o machismo estrutural, causa identificada nas matérias “Capital registra mais de 60 casos de violência doméstica em intervalo de 2 dias” (28/04/2020) e “Casos de feminicídio quase triplicam em período de isolamento social na Capital” (02/04/2020), nas quais são citadas uma delegada e uma psicóloga que atribuem o aumento dos casos de feminicídio e de violência contra a mulher ao “machismo aprendido e repassado para a sociedade” e “a cultura de machismo que não muda nesse período, pelo contrário, pode ser exacerbar e ficar mais intensa, como também a questão de gênero”.

### **3.4.3 Proposição de Solução**

Quanto às soluções sugeridas no escopo das funções de enquadramento, em 20 das 50 matérias onde esse recurso é identificado, ações do Governo Estadual ou da Prefeitura são apresentadas como a melhor forma de combater as violência contra a mulher. Dentre essas ações governamentais, está a criação de novos canais de denúncia, tal como é sugerido nas matérias “Capital registra mais de 60 casos de violência doméstica em intervalo de 2 dias” (28/04/2020), “Casos de feminicídio quase triplicam em período de isolamento social na

Capital” (05/05/2020) e “Site é ferramenta de informação e atendimento a vítimas de violência” (06/06/2020). Nas matérias, um novo site do Estado é divulgado “para auxiliar no combate a violência doméstica”. Trata-se, portanto, da difusão de uma proposta de institucionalização governamental das ações de combate a essa modalidade de violência:

As agressões podem se agravar com a presença do agressor, da mulher e dos filhos por mais tempo dentro de casa, o que motivou a criação de uma plataforma digital, na qual as mulheres terão ao seu alcance um instrumento de uso fácil, com linguagem acessível para procurar informações sobre serviços e atendimentos, tirar dúvidas sobre procedimentos e legislações, além da possibilidade de entrarem em contato para atendimento online (CORREIO DO ESTADO, 06/06/2020)

Em outra matéria, a solução preconizada para os casos de violência durante a pandemia de Covid-19 é a possibilidade de a vítima ter “acolhimento institucional temporário de curta duração em abrigos ou até mesmo em hotéis, pousadas ou outros imóveis custeados pelo poder público para garantir a separação do agressor”(CORREIO DO ESTADO, 10/07/2020) de forma a não perpetrar a insegurança residencial após uma agressão ou denúncia. Complementarmente, algumas leis instituídas são destacadas pelo *Correio do Estado* como alternativas de solução, a exemplo da matéria “De acordo com juíza, pedidos de proteção diminuem, mas violência doméstica não” em que consta:

No período de pandemia foram criadas ações para conter o agravamento da violência doméstica e garantir a continuidade dos serviços de atendimento. Um exemplo é a Lei n. 14.022/20, em vigor desde 7 de julho, que garantiu o pleno funcionamento de órgãos de atendimento às mulheres, crianças, adolescentes, pessoas idosas e cidadãos com deficiência vítimas de violência doméstica ou familiar durante o afastamento social (CORREIO DO ESTADO, 05/09/2020).

Também é ressaltada na cobertura jornalística do *Correio do Estado* a aprovação de uma determinação para que condomínios comuniquem obrigatoriamente à polícia casos de violência doméstica contra mulheres, idosos, crianças e pessoas com deficiência que aconteçam dentro de suas unidades condominiais ou nas áreas comuns. Semelhantemente, o veículo destaca a sanção da lei conhecida como Programa de Cooperação e o Código Sinal Vermelho pelo prefeito de Campo Grande à época: “Agora, a mulher vítima da violência pode também, além da polícia, por exemplo, pedir ajuda num comércio, bar, hotel, porta de condomínio ou qualquer órgão público do município” (CORREIO DO ESTADO, 29/11/2021). Em outra publicação, enfatiza-se a proposta de ampliação de pena para casos de feminicídio:

A Câmara dos Deputados aprovou o aumento da pena mínima para o crime de feminicídio e criou um tipo específico no Código Penal. De acordo com o projeto de lei, a pena passa para reclusão de 15 a 30 anos. Atualmente, a pena mínima é de 12 anos. “Todas as iniciativas que venham para fortalecer o combate a violência e ao combate de mortes violentas de mulheres são válidas e necessárias, sendo uma punição exemplar de pena de 15 anos a 30 anos”, pontuou a subsecretária Estadual de Políticas Públicas para Mulheres, Luciana Azambuja (CORREIO DO ESTADO, 21/05/2021)

Outra solução encontrada no corpus da pesquisa se refere aos casos nos quais a mulher não consegue fazer uma denúncia e à realização em um mesmo local dos exames necessários em caso de agressão física. Com isso, a Casa da Mulher Brasileira passou a realizar exames de corpo de delito na própria instituição. “Dessa forma, as vítimas não precisarão ir ao Instituto de Medicina e Odontologia Legal (IMOL) e poderão fazer o exame no mesmo local onde fizeram a denúncia” (CORREIO DO ESTADO, 14/01/2021).

Medidas punitivas como a prisão ou afastamento de cargos de poder do agressor são constantemente colocadas como soluções nas matérias do jornal analisado. Em alguns casos publicados, os agressores apenas tiveram algum processo disciplinar, em sua maioria em casos nos quais os acusados eram policiais, a exemplo da matéria “‘Papel nenhum mantém agressor longe’, diz irmão de professora morta pelo ex” (02/03/2020), que enuncia: “A Guarda Municipal instaurou processo administrativo disciplinar contra Valtenir, que continua foragido, pois existe prisão contra ele decretada pela Justiça. Ele foi afastado das funções por 60 dias e teve o porte e posse de arma suspenso”. No caso da mulher que é agredida em Bonito por um policial militar, ocorre o mesmo, já que inicialmente só foi solicitado o afastamento do agressor:

A OAB alegou em nota que o episódio deve ser “severamente apurado, inclusive com o afastamento das funções”. O comandante do CPA-3, coronel Emerson de Almeida Vicente, determinou a instauração de um Inquérito Policial Militar (IPM), que é o instrumento legal para investigar fatos dessa natureza. (CORREIO DO ESTADO, 22/11/2020)

Já no caso de Mariana Ferrer, que foi hostilizada por advogados e juizes durante uma audiência na qual está acusava um homem de estupro, além de ser utilizada contra a vítima a “tese do estupro culposo” para eventual absolvição do réu, o *Correio do Estado* destacou que senadores de Mato Grosso do Sul votaram a favor da aprovação de repúdio ao promotor, juiz e advogado do acusado. Em outros casos, a maior solução encontrada é o aprisionamento dos agressores. Como exemplo, na matéria “Pastor que manteve esposa em cárcere a conheceu em momento de fragilidade, diz vizinho” ( 12/03/2020) a pena é deduzida pelo repórter a partir

de informações de especialistas, visto que o caso tinha acontecido no mesmo dia e o autor do crime não havia sido julgado.

O autor será autuado em flagrante por cárcere privado, lesão corporal e ameaça. A tesoura utilizada para ameaçar a vítima foi apreendida. Além disso, ele também será autuado por conta do vídeo gravado para expor a vítima em cena de nudez sem autorização. Conforme a delegada, produzir e transmitir vídeos dessa natureza tem pena de 1 a 5 anos e, neste caso, ainda com aumento de pena devido ao fim de humilhação e por manter relação íntima de afeto com a mulher. (CORREIO DO ESTADO, 12/03/2020)

Já a matéria “Assassino de Carla é condenado a 31 anos e 9 meses de prisão” foi publicada mais de um ano após o crime e divulga a sentença do agressor a partir do julgamento ocorrido na mesma data. “Um ano e quatro meses depois da morte de Carla Santana Magalhães, 25 anos, Marcos André Vilalba, 22 anos, foi condenado a 31 anos e 9 meses de reclusão em regime fechado pelo assassinato da vítima em julgamento realizado nesta sexta-feira (13)” (CORREIO DO ESTADO, 13/08/2021).

As demais soluções encontradas nas matérias envolvem atuações da polícia estadual e municipal. Ao levar em consideração as afirmações publicadas pelo jornal, as operações da força policial são capazes de reduzir casos de violência contra a mulher pois são passíveis de “amedrontar” os agressores. Tal argumento pode ser verificado na matéria “Fim de semana com Blitz reduziu ocorrências de roubo, furto e violência doméstica” (03/08/2020), que traz informações de que “blitz realizada no fim de semana colaborou para a redução das ocorrências envolvendo roubo, furtos e até casos de violência doméstica”. Semelhantemente, a matéria “Em operação iniciada por Ministério, quase 200 pessoas do Estado foram presas por violência contra mulher” (08/03/2021) destaca que “foram apuradas no Estado mais de 2.138 denúncias de violência contra mulher, que resultaram em instauração de 1.653 inquéritos policiais, 60 mandados de prisão, 82 cumprimentos de mandados judiciais, com atendimento de mais de 2.138 vítimas”. Complementa o veículo:

Na ocasião, a Polícia Militar foi acionada para atender uma solicitação de sequestro nas proximidades do bairro Parque dos Novos Estados. Com isso, foram efetuadas rondas com apoio de várias viaturas, o que fez com que o suposto sequestrador ficasse com medo e liberasse a mulher. A vítima recebeu ajuda dos familiares e foi levada à Delegacia para registro de ocorrência. O caso foi registrado na 3ª Delegacia de Polícia Civil como sequestro mediante extorsão (CORREIO DO ESTADO, 18/08/2021).

Em síntese, a partir das matérias analisadas no Correio do Estado, é possível perceber que o caráter reducionista dos casos de violência contra a mulher ainda se faz bastante

presente no Estado, já que a solução mais encontrada remete apenas à prisão ou penalização mínima dos agressores, além de tratar de forma que abrevia a complexidade do fenômeno as possíveis razões para os casos, apenas atribuindo à um ciúme ou um distúrbio emocional.

#### **3.4.4 Atribuição de Julgamento Moral**

Embora proporcionalmente menos frequente nos textos do *Correio do Estado*, a função de enquadramento de atribuição de julgamentos morais possui um volume relevante, sendo verificada em 21 das matérias analisadas. Uma explicação para a identificação de um menor volume frente às demais funções de enquadramento anteriormente debatidas diz respeito ao paradigma da objetividade jornalística (Tuchman, 1978; Soley, 1992; Sponholz, 2008) frequentemente advogado no interior de redações do jornalismo diário, caso do *Correio do Estado*, que propicia um suposto afastamento dos(as) repórteres da prática de explicitar julgamentos sobre os temas em pauta. Nesse ínterim, não raramente os marcadores de gênero atravessam a suposta objetividade jornalística por meio de recursos implícitos aos rituais de execução da prática profissional (Moraes, Veiga da Silva, 2019). Nesse sentido, nos textos em que foi possível encontrar de forma mais ou menos explícita, o julgamento moral, tal função de enquadramento é conotada a partir de citações de especialistas ou de fontes primárias a respeito de um caso específico. A matéria “Papel nenhum mantém agressor longe’, diz irmão de professora morta pelo ex” (02/03/2020), por exemplo, enuncia que “essa medida protetiva não adiantou de nada. Papel nenhum mantém o agressor longe”, a partir de falas de uma fonte primária. O repórter complementa que “o que causa mais indignação na família é que Valtenir Pereira da Silva, em tese, deveria trabalhar para proteger a vida e não ceifá-la”. O texto ainda continua: “Segundo o irmão da vítima, o guarda municipal não tinha comportamento anormal durante o namoro e Maxelline tampouco chegou a relatar aos parentes qualquer episódio de violência”. No entanto, não existem comprovações de que, de fato, o agressor não era agressivo com a vítima.

Em dois textos, são inseridas informações que não possuem comprovação, além de aportar numa espécie de “humanização” do agressor na tentativa dos(as) repórteres de mostrar um lado “bom” dos acusados. Tal procedimento pode ser verificado na sentença Como a frase apresentada na matéria “Pastor manteve esposa em cárcere” (13/03/2020) que destaca que o agressor “faz uso de medicamento contra a depressão”, acrescida de informações de passagens policiais anteriores, como o porte de armas, conotando que o uso de medicamentos psiquiátrico pode ser um agravante ou mesmo um fator justificador. Na matéria “Homem que

assassinou a mãe está preso na Delegacia da Mulher” (10/04/2020), procedimento semelhante pode ser identificado na frase “informações iniciais dão conta que ele e mãe tomavam conta de uma horta, dedicando-se à venda de verduras para a vizinhança”, sugerindo-se como fator justificador que o homem, por mais que tenha assassinado a própria mãe, a ajudava e se dedicava aos vizinhos.

Novamente, as matérias sobre o caso Carla Santana também concedem vazão a mais esta função de enquadramento. Na matéria “Emocionada, mãe de Carla canta no velório da filha ‘Deus cuidará de ti’” indica, a partir de “relatos” ouvidos pelo veículo, que a jovem manteve relacionamento com um homem de 56 anos que não aceitava o fim do namoro. O texto complementa que “antes de morrer, Carla supostamente estava em um relacionamento com outro homem, de 50 anos, fotógrafo”, fatos sem comprovação e que podem indicar que a vítima possuía diversas relações com homens, principalmente mais velhos. Essa modalidade de afirmação pode situar a vítima, pela ótica conservadora do senso comum, como uma pessoa vulgar, revitimizando-a. Ademais, tal argumento encontra aderência na narrativa histórica do conceito de “homem selvagem”, brutalizado, presente nos primórdios de Mato Grosso do Sul, como identificado no capítulo anterior. Outra questão destacada pelo jornal e que mais uma vez pode ser interpretada como fator justificador diz respeito às condições mentais do autor do crime, já que o advogado do réu alegou que o caso não se trata de feminicídio e que procurará comprovar que o acusado é portador de deficiência mental. Não obstante, “o advogado afirma não ter um laudo que comprove que o acusado tenha os problemas sustentados”. Diante das informações prestadas pelo advogado e questionada pelo repórter do *Correio do Estado*, a mãe de Carla argumenta.

Contudo, Evani contesta a alegação. Para a dona de casa, para esconder o corpo em sua residência e seguir com a rotina normalmente era preciso estar consciente de seus atos. ‘Acha que uma pessoa que é doente vai fazer janta com o corpo debaixo da cama?! Vai arrumar marmitta e vai trabalhar no dia seguinte?! Ele não é doente, ele estava lá na frente da minha casa enquanto eu gritava pela minha filha’, ressaltou (CORREIO DO ESTADO, 13/08/2021).

Em uma matéria que trata a respeito do número de violências contra as mulheres ocorridas no Estado, o jornalista opta em utilizar falas de uma juíza que relaciona o fato à pandemia, outro argumento que pode conotar um fator justificador. A fonte justifica que o aumento de casos decorre da sobrecarga de mulheres durante a pandemia, referindo-se aos filhos e trabalhos domésticos que apenas as mulheres seriam incutidas a realizar. “Além disso,

muitas mulheres perderam suas fontes de renda, já que são elas que majoritariamente trabalham na informalidade” (CORREIO DO ESTADO, 05/09/2020).

Finalmente, outras frases identificadas como julgamentos morais nas matérias analisadas dizem respeito a possíveis ações que, em tese, poderiam diminuir casos de violência contra a mulher. Isso pode ser verificado na matéria “Lei Maria da Penha completa 14 anos com cerca de 5,3 mil casos de violência denunciadas por ano em MS” (07/08/2020), que indica que a sociedade precisa “evoluir o pensamento” para ocorrer a diminuição da violência. Complementarmente, na matéria “Rose pede urgência em votação de projeto que aumenta pena mínima para feminicídio” (28/12/2020), uma fonte sugere que “números demonstram que punições mais rígidas são necessárias”. No entanto, não há dados no texto que comprovem o argumento.

Em síntese, as funções de enquadramento identificadas nas matérias do jornal *Correio do Estado* sobre violência contra a mulher nos anos de 2020 e 2021 podem ser sistematizadas no seguinte quadro que possibilita uma visão geral da abordagem do tema:

**Tabela 9: Principais funções de enquadramento presentes no jornal *Correio do Estado***

<b>Funções de enquadramento</b>	
Identificação de Problema	Homem agride mulher; mulher é morta; registro de casos de violência aumentam no Estado e em Campo Grande; Mulher foi sequestrada e morta; tentativa de estupro; muitos casos de roubo, furto e violência doméstica; mulher é agredida algemada por policial militar.
Diagnóstico de Causas	Não aceitava fim do relacionamento; ciúmes; não responder um "bom dia"; suposta traição; isolamento pela pandemia da Covid-19; doença mental.
Proposição de Solução	Blitz policial; campanha contra violência; palestra; apreensão do agressor; plataformas para denúncia; afastamento de cargos do agressor; políticas públicas.
Julgamento Moral	Medida protetiva não adianta nada; agrediu porque faz uso de medicamentos para depressão; mãe e agressor eram bons para os vizinhos; jovem manteve relacionamentos com homens mais velhos no passado; mulheres ficaram sobrecarregadas com tarefas domésticas e filhos durante pandemia.

**Fonte:** Tabela desenvolvida pela autora para as finalidades desta dissertação a partir das análises de 2020 e 2021 do jornal *Correio do Estado*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito desta dissertação se mostra pertinente e necessário especialmente pela relevância social intrínseca ao tema da pesquisa que busca identificar a representação da mulher vítima de violência em um Estado construído material e simbolicamente com base nos ideais de um homem selvagem e no transcorrer dos movimentos armados entre coronéis (BITTAR, 2009). Nesse sentido, entende-se a contribuição do estudo a partir do conhecimento gerado dos processos de construção jornalística sobre os casos violência contra as mulheres na sociedade brasileira e particularmente na realidade sul-mato-grossense com base em reflexões sobre os sentidos implícitos e explícitos contidos nas matérias analisadas.

Realizada a análise de enquadramento multimodal e identificados os resultados, a pesquisa aporta em conclusões acerca da cobertura temática do jornal *Correio do Estado* e permite o desvelamento de aspectos não explícitos nos textos midiáticos sobre os casos de violência de gênero em Mato Grosso do Sul. As práticas de seleção de fontes, de construção de estratégias retóricas e os enquadramentos jornalísticos derivados das escolhas editoriais remetem, ainda que de forma implícita, aos posicionamentos imbricados na construção de textos supostamente calcados na objetividade jornalística (SCHUDSON, 2010), tal como verificado nas matérias do jornal diário analisado. Nesta pesquisa, objetivou-se também identificar uma possível correlação entre os enquadramentos técnicos veiculados pelo jornal (ENTMAN, 1993) e as representações simbólicas mais amplas inscritas em visões de mundo e em esquemas de percepção da realidade materializados em quadros primários de referência (GOFFMAN, 2012) edificados historicamente em Mato Grosso do Sul e com repercussão prática nas atuais coberturas de casos de violência contra a mulher.

Quanto às fontes e aos canais de informação, a análise do jornal *Correio do Estado* revela uma carência de buscas por declarações que não tenham origem em coletivas de imprensa, isto é, que escapem às margens do oficialismo. Isso se deve, em grande parte, ao uso predominante de fontes secundárias e oficiais, a exemplo das autoridades policiais encarregadas de investigar casos de violência. Fontes primárias, como sobreviventes e familiares das vítimas, raramente são mencionadas, sendo identificadas apenas duas menções a vítimas em todo o conjunto de matérias analisadas. Além disso, ao longo das matérias, é notável a repetição de declarações em diferentes datas, provenientes dos mesmos canais e das mesmas fontes já mencionadas anteriormente, o que endereça a um uso viciado dos canais

oficiais e de rotina já teorizados por Sigal (1974) desde meados do último século. Essa recorrência de informações provenientes das mesmas fontes limita a diversidade de perspectivas e vozes presentes na cobertura jornalística, o que é crucial para uma análise mais abrangente e uma compreensão mais profunda dos problemas relacionados à violência contra a mulher. Essa falta de diversidade de fontes e a recorrência de declarações podem resultar em uma visão limitada e parcial dos casos de violência, deixando de fora as experiências e opiniões daquelas diretamente afetadas por esses eventos, como as vítimas e suas famílias. Portanto, a abordagem jornalística nesse contexto carece de uma representação mais completa e equilibrada das histórias de violência contra a mulher. A análise no jornal *Correio do Estado* revela uma cobertura que, apesar de apresentar o uso de fontes não oficiais e a inclusão de fontes femininas, não é passível de oferecer uma abordagem mais crítica e completa em relação à violência contra a mulher. Embora não constituam características necessariamente particularizadas do recorte regional (uma vez que esta modalidade de violência consiste numa chaga global), tais escolhas editoriais ecoam aspectos patriarcais enraizados na cultura sul-mato-grossense. A dependência contínua de fontes oficiais e secundárias indica uma limitação na diversidade de vozes e perspectivas apresentadas nas matérias. Ainda que possa ser identificada uma tentativa de buscar declarações fora das coletivas de imprensa e das notas oficiais, essa mudança é modesta em relação à quantidade de informações provenientes das autoridades e das instituições oficiais.

Em termos de estratégias retóricas conotadas a partir das escolhas editoriais, a simplificação das matérias muitas vezes coloca a violência contra a mulher como apenas mais um crime comum, sem destacar sua gravidade e suas implicações sociais. Dados importantes sobre a violência de gênero são frequentemente apresentados de forma aleatória e descontextualizada, perdendo a oportunidade de conscientizar o público sobre a seriedade do problema. A abordagem do jornal também inclui uma ênfase na falta de segurança, frequentemente vinculando os casos de violência contra a mulher a um cenário geral de criminalidade e de insegurança pública. Isso pode desviar a atenção das questões de gênero e responsabilizar fatores externos, como a presença de andarilhos, ao invés de abordar as raízes desta modalidade de violência. Nesse sentido, a estratégia de simplificação derivada das opções adotadas pelo *Correio do Estado* ao noticiar a violência contra a mulher pode resultar em uma falta de conscientização sobre a gravidade e a complexidade desse problema, além de não abordar adequadamente suas causas e consequências.

Além disso, a estratégia de dramatização, embora possa ser útil para chamar a atenção do/a leitor/a, frequentemente remete ao risco de transformar casos complexos de violência em dramas individuais e fragmentados. Isso pode não apenas reduzir a compreensão da extensão do problema, mas também revitimizar as mulheres ao expor detalhes íntimos de suas experiências. A personalização, quando mal utilizada, pode contribuir para a objetificação das mulheres, ao invés de empoderá-las como vítimas ou ativistas. A abordagem jornalística poderia ser mais crítica ao questionar as raízes sistêmicas da violência de gênero e fornecer um contexto mais amplo sobre a situação das mulheres no Estado. Em resumo, compreende-se que o jornal *Correio do Estado* ainda precisa avançar na abordagem da violência contra a mulher, reduzindo a dependência de fontes oficiais, evitando a revitimização e objetificação, e oferecendo um olhar mais crítico e contextualizado sobre essa questão grave e complexa. Desse modo, é possível visualizar que a violência contra a mulher, muitas vezes pode ser trabalhada no jornal como uma violência cotidiana do Estado, visto que, desde sua criação o *Correio do Estado* esteve presente na cobertura da violência cotidiana de base coronelista e da busca por poder anterior e posteriormente aos movimentos divisionistas (BITTAR, 2009; CORRÊA, 2009).

No que tange a identificação de problemas, no interior da análise de enquadramento jornalístico, fica evidente que a problemática central, na maioria dos casos, está relacionada a alguma forma de violação. As matérias frequentemente destacam casos específicos de agressões, assassinatos e outras formas de violência, e esses eventos são delineados como os problemas principais passíveis de abordagem jornalística. As atualizações dessas matérias costumam adicionar novos problemas ou ângulos, como o contexto das vítimas, os agressores ou as circunstâncias pós-agressão. Também são frequentemente enfatizadas as dificuldades enfrentadas pelas vítimas ao buscar ajuda e proteção do Estado, como a falta de lugares adequados para denúncias e exames específicos para as vítimas da violência contra a mulher.

As causas mais frequentemente mencionadas nas matérias incluem a não aceitação do fim do relacionamento pelo agressor, suspeitas de traição ou sentimentos de posse, o isolamento social devido à pandemia de Covid-19, o consumo excessivo de álcool ou drogas e o machismo estrutural. No entanto, atribuir causas singulares dessa natureza a esses crimes pode ter implicações negativas do ponto de vista das representações derivadas dos enquadramentos jornalísticos, pois isso muitas vezes endereça à culpabilização das vítimas. Em várias matérias, as causas mencionadas acabam por depositar o foco exclusivamente nas vítimas, a exemplo das supostas traições, do fato de não responder a um simples "bom dia" do

agressor ou não aceitar o fim do relacionamento. Também se verifica que o alcoolismo ou problemas psicológicos são frequentemente usados como justificativas para os crimes, alegando e/ou conotando que os agressores cometem esses atos "fora de si" devido ao consumo de álcool, por exemplo. Além disso, a pandemia é apontada como um fator que intensificou a violência contra a mulher devido ao isolamento social e ao afastamento de possíveis apoiadores ou denunciadores. A análise do texto mostra que, ao atribuir causas aos casos de violência contra a mulher, o jornal deve ter cuidado para não reforçar estereótipos e preconceitos que possam culpar as vítimas. Ao invés disso, é importante abordar o problema da violência de gênero de maneira mais crítica, considerando os fatores sistêmicos e culturais que contribuem para essa violência.

As soluções propostas e/ou conotadas para lidar com a violência contra a mulher tendem a ser reducionistas e simplistas. Das 50 matérias, 20 sugerem que ações do Governo Estadual ou da Prefeitura da capital sul-mato-grossense são a melhor forma de combater a violência contra a mulher. Isso inclui a criação de novos canais de denúncia, como a difusão de um novo site governamental e a possibilidade de acolhimento institucional temporário em abrigos ou locais custeados pelo poder público para garantir a separação do agressor. Os textos também indicam uma abordagem reducionista predominante, que não leva em conta a complexidade do fenômeno da violência de gênero. As soluções focam principalmente na punição dos agressores e não abordam adequadamente as razões subjacentes à violência, muitas vezes atribuindo-a a ciúmes ou distúrbios emocionais. Isso sugere a necessidade de uma abordagem mais ampla e contextualizada para combater a violência contra a mulher e que leve em consideração fatores sociais, culturais e psicológicos envolvidos e até mesmo as características históricas presentes no Estado e evidenciadas no processo de sua divisão.

Embora a função de enquadramento de atribuição de julgamentos morais seja menos frequente nas matérias do *Correio do Estado*, ainda é relevante, sendo identificada em 21 das matérias analisadas. Isso sugere que mesmo em um contexto de suposta objetividade jornalística, os julgamentos morais permeiam as reportagens, muitas vezes por meio de citações de especialistas ou de fontes primárias. No entanto, a inclusão de informações não comprovadas e a "humanização" dos agressores em algumas matérias contribuem para minimizar a gravidade dos casos de violência contra a mulher. Por exemplo, em algumas matérias, são mencionados problemas de saúde mental dos agressores, mas sem provas substanciais para respaldar essas alegações, o que pode ser interpretado como uma tentativa de justificar ou amenizar suas ações. Da mesma forma, em outros casos são citados

relacionamentos anteriores da vítima sem evidências concretas, o que pode insinuar que a mulher mantinha condutas moralmente questionáveis e, potencialmente, revitimizá-la. Além disso, a matéria que relaciona o aumento de casos de violência durante a pandemia à carga adicional de trabalho e à perda de renda, embora possa ser baseada em dados verossímeis, também pode ser interpretada como um julgamento moral, sugerindo que as mulheres são parcialmente responsáveis pela violência que sofrem. Em síntese, a abordagem jornalística carece de uma análise mais aprofundada das raízes sistêmicas da violência contra a mulher e de um contexto mais amplo sobre a situação das mulheres no Estado.

Por fim, com o estudo compreende-se que os objetivos propostos foram atingidos. O tema definido, entretanto, por sua vasta complexidade, não se esgota como objeto de pesquisa, visto que há uma gama de veículos que cobrem extensivamente os casos de violência contra a mulher e que as violências continuam a se perpetuar no Brasil e particularmente em Mato Grosso do Sul. Além disso, o recorte temporal analisado contém a característica peculiar do período da pandemia de Covid-19 com influência direta na produção jornalística, tanto no fazer noticioso em si quanto nos impactos causados na própria segurança da mulher. Com o estudo realizado, também fica a possibilidade de ampliar as possibilidades de uma visão mais complexa da realidade das relações entre as formas tradicionais de enxergar a violência e os casos que ocorrem contemporaneamente no Estado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009. Parte II – A produção da notícia.

BATESON, G. **Steps to an ecology of mind**. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BECKER, B. **Desafios da profissão, do ensino e da pesquisa em jornalismo**. In: KISCHINHEVSKY, M.; IORIO, F. M.; VIEIRA, J. P. D. (org.). Horizontes do jornalismo: formação superior, perspectivas teóricas e novas práticas profissionais. Rio de Janeiro: E-papers, 2011.

BITTAR, M., **Mato Grosso do Sul, a construção de um estado**. Vol. 1. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009.

BITTAR, M. (2016). **Sonho e realidade: vinte e um anos da divisão de Mato Grosso**. Multitemas, (15).

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**. Rio: Francisco Alvez, 1975.

BUITONI, Dulcília Schroeder. **Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira**. São Paulo: Summus, 2009.

BRASIL. **Enfrentando a violência contra a mulher**. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. **Lei 10.886, de 17 de junho de 2004**. Acrescenta parágrafos ao art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, criando o tipo especial denominado "Violência Doméstica". Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 jun. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.886.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.886.htm)> Acesso em: 22/10/2022.

BRASIL. **Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)> Acesso em 22/10/2022.

BRASIL. **Lei 12.015, de 7 de agosto de 2009**. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de

25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei no 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 ago. 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm)> Acesso em: 22/10/2022.

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10.3.2015.

CARVALHO, C. A. **Sobre limites e possibilidades do conceito de enquadramento jornalístico**. Contemporânea, v. 7, no 2, p. 01-15, 2009.

COLLINS, P. H.. **Se perdeu na tradução?** Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. Revista Parágrafo, 5(1). Recuperado em 30 de outubro de 2017. Disponível em:<http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559>.

CIMÓ QUEIROZ, Paulo Roberto. Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: divisionismo e identidades (um breve ensaio). **In: Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v.10, n.2, p. 149-184, 2006.

CORRÊA, B. Valmir. **Coronéis e Bandidos em Mato Grosso 1889 – 1943**. Campo Grande. MS: Ed.UFMS, 2006.

CORRÊA, B. Valmir. **História e violência cotidiana de um “povo armado”**, 2009. São Paulo, Projeto História, n.39, pp. 57-73, jul/dez.

DAL MORO, N. (2012). **O pensar da elite sobre o povo comum: Espaço público, viver urbano e reterritorialização do centro da cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)** [Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Biblioteca Digital da PUCSP. <https://bit.ly/3toNGLU>

DINIZ, Marinete Rodrigues de Farias. **Femicídio e violência de gênero: um estudo exploratório sob o olhar da educação**. 2014. 139 fls. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília – DF, 2014.

DOURADO, M. T. G. A. **História esquecida da Guerra do Paraguai: fome, doenças e penalidades**. 2010. 221f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ENTMAN, R. M. **Framing: towards clarification of a fractured paradigm**. Journal Communication, v. 43, n.4, 1993.

FIORIN, J. L. **Figuras de retórica**. São Paulo: Contexto, 2014.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019**. São Paulo, 2019. Disponível em: <[http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL\\_21.10.19.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf)> Acesso em: 13 set. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021.** São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>> Acesso em: 20 set. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022.** São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>> Acesso em: 20 set. 2022

GANS, Herbert J. **Deciding What's News: A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek, and Time.** Illinois: Northwestern University Press, 2004.

GIMENES, Ana Karla Flores. **A cobertura midiática do caso Marielle Franco: análise de fontes e estratégias retóricas nos jornais *El País* e *Folha de S. Paulo*.** 2020. Monografia (Graduação em Jornalismo) - Faculdade de Artes, Letras e Comunicação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2020.

GITLIN, T. **The whole world is watching: mass media in the making and unmaking of the New Left.** Berkeley, Los Angeles e Londres: University of California Press, 2003.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos.** 8ª Ed. São Paulo: Perspectiva: 2010.

GOFFMAN, Erving. **A representação do Eu na vida Cotidiana.** 14ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social: Uma perspectiva de análise.** Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

GOIS, R. Alline. **Correio do Estado: porta-voz da ideologia udenista na Ditadura Militar.** Campo Grande, 2020. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência 2021.** Principais resultados. Ano, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf> Acesso em: 30 ago. 2022.

JERONYMO, Raquel. **Enquadramento jornalístico do Impeachment de Dilma Rousseff em revistas semanais brasileiras: Gênero como quadro de referência primário.** Campo Grande, 2019. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2019.

KISCHINHEVSKY, M; CHAGAS, L. **Diversidade não é igual à pluralidade – Proposta de categorização das fontes no radiojornalismo.** Galaxia (São Paulo, online), ISSN 1982-2553, n. 36, set-dez., 2017, p. 111-124.

KUYPERS, Jim A.; KING, Andrew. **What is Rhetoric?** In: KUYPERS, Jim A. (Org.). *Rhetorical Criticism: perspectives in action.* New York: Lexington Books, 2009.

LAGARDE, Marcela. “**Antropología, feminismo y política: Violencia feminicida y derechos humanos de las mujeres**”. In: BULLEN, Margaret; DíEZ, Carmen (Coords.). Retos Teóricos y nuevas prácticas. España: ANKULEGI Antropologia Elkartea, 2008. p. 209-239.

LAGE, Nilson. **A Reportagem: Teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

LEAL, Bruno S.; CARVALHO, Carlos A.. **De fontes a agentes jornalísticos: a crítica de uma metáfora morta**. Intexto, nº 34, p. 606-622, set./dez. 2015.

LICHTER, Robert; ROTHMAN, Stanley; LICHTER S. Linda. **The Media Elite: America's New Powerbrokers**. Adler & Adler. 342 pp.

MACIEL, Maria Angélica Lacerda et al. **Violência doméstica (contra a mulher) no Brasil em tempos de pandemia (COVID-19)**. Revista Brasileira de Análise do Comportamento, [S.l.], v. 15, n. 2, maio 2019. ISSN 2526-6551. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/rebac/article/view/8767>>. Acesso em: 13 out. 2023.

MELO, J. M. de; ASSIS, F. de. **Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório**. Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 39, n. 1, 2016.

MENDONÇA, Ricardo F. e SIMÕES, Paula G. **Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito**. Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]. 2012, v. 27, n. 79 [Acesso Maio 2022], pp. 187-201. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69092012000200012>>.

MORAES, Fabiana; VEIGA, Marcia. **A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora**. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 28., Porto Alegre, 2019. Anais... Brasília: Compós, 2019.

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE; KRUG, Etienne G. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002.

PAIVA, Anabela; RAMOS, Sílvia. **Mídia e violência: O que mudou em uma década? Relatório para discussão com jornalistas**. Maio de 2017. Disponível em [https://www.uca/mcesec.com.br/wp-content/uploads/2016/10/Midia-e-Violencia\\_2016\\_Versao4.pdf](https://www.uca/mcesec.com.br/wp-content/uploads/2016/10/Midia-e-Violencia_2016_Versao4.pdf) acesso em 18/10/2022.

PASSINATO, W. “**Femicídios**” e as mortes de mulheres no Brasil. Cadernos Pagu, Campinas, v. 37, p. 219-246, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n37/a08n37.pdf>. Acesso: 10 set. 2022

PEUCER, Tobias. **Os Relatos jornalísticos**. Tradução de Paulo da Rocha Dias. Revista Estudos em Jornalismo e Mídia. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, v.1, n.2, 2004. p. 31-46.

PISCITELLI, Adriana. **Gênero**: a história de um conceito. In: BUARQUE DE ALMEIDA, Heloisa; SZWAKO, José. (org.). Diferenças, igualdade. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. p. 116-148.

PORTO, Mauro P. **Enquadramentos da Mídia e Política**. In: Anais do Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, XXVI., 2002, Caxambu (MG), 25 p.

PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa. **Feminicídio:#InvisibilidadeMata**. Fundação Rosa, 2017.

RAPOSO, M. Maurício. **Enquadramento jornalístico dos conflitos entre indígenas e produtores rurais em Mato Grosso do Sul**: Discursos Identitários como Quadros de Referência Primários. Campo Grande, 2018. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2018.

RIZZOTTO, Carla; PRUDENCIO, Kelly; SAMPAIO, Rafael. **A despolitização no enquadramento multimodal da cobertura do impeachment da Dilma Rousseff**. Revista Comunicação e Sociedade, São Bernardo do Campo, v. 39, nº 3, p.111-130, set. - dez. 2017.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimos a notícia**: uma história social dos jornais nos Estados Unidos. São Paulo: Vozes, 2010.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SIGAL, Leon V. **Reporters and Officials: The Organization and Politics of Newsmaking**. 2 ed. Estados Unidos: D.C. Heath and Company, 1974.

SILVA, Gislene. **Para pensar critérios de noticiabilidade**. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo; FERNANDES, Mario Luiz; (Orgs). Critérios de noticiabilidade: Problemas conceituais e aplicações. Florianópolis: Insular, 2014.

SILVA, Marcos Paulo da. **Como os acontecimentos se tornam notícia**: Uma revisão do conceito de noticiabilidade a partir das contribuições discursivas. 2010. Estudos em Jornalismo e Mídia, v. 7, p. 173-184, 2010.

SILVA, Marcos Paulo da. **A construção cultural da narrativa noticiosa**: noticiabilidade, representação simbólica e regularidade cotidiana. 2013. 243f. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), 2013.

SILVA, Marcos Paulo da; Gimenes, Ana Karla Flores. **Nuances de oficialismo e estreitamento no espectro de vozes**: uma análise das fontes e dos canais de informação do caso Marielle Franco nos jornais Folha de S. Paulo e El País. Revista Líbero, v. 46, p. 92-110, 2020.

SILVA, Marcos Paulo da; JERONYMO, Raquel de Souza. **Apontamentos críticos sobre os valores notícia de construção**: contribuições para a problematização do conceito a partir da frame analysis e da crítica retórica. *Estudos de Jornalismo e Mídia*, v. 15, p. 52-61, 2018.

SODRÉ, Muniz. **Sociedade, Mídia e Violência**. Porto Alegre. Sulina: Edipucrs, 2006.

SOLEY, Lawrence C. **The News Shapers: The Source Who Explain the News**. New York, Westport, London: Praeger Publishers, 1992.

SPONHOLZ, Liriam. **As objetividades do jornalista brasileiro**. *Revista Líbero*, v. 21, p. 69-77, 2008.

THE GLOBAL Media Monitoring Project 2020. **Who makes the news**. 2020. Disponível em: <https://whomakesthenews.org/wp-content/uploads/2021/07/1-Relatorio-GMMP-Brasil-portugues-12-07-21-completo-1.pdf>. Acesso em: 13 set. 2022

THURLER, Ana Liési. **Femicídios na mídia e desumanização das mulheres**. *Revista Observatório*, v. 3, n. 6, p. 465-496, 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/4249> . Acesso: julho de 2022.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**, Volume II: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional, 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**, Volume II: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional, 2. ed. Florianópolis: Insular, 2008.

TUCHMAN, G. **Making news: a study in the construction of reality**. New York: The Free Press, 1978.

WEINGARTNER, A. A. S.. **Movimento divisionista no Mato Grosso do Sul**. Porto Alegre: Edições Est., 1995.

WHITNEY, D. Charles. *et al.* **Geographic and source biases in network television news 1982-1984**. 1989. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 33:2, 159-174

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 8.ed. Lisboa: Editorial Presença, 2003.

WOSNIAK, Antal; LÜCK, Julia; WESSLER, Hartmut. **Frames, Stories, and Images: The Advantages of a Multimodal Approach in Comparative Media Content Research on Climate Change**. *Environmental Communication*, vol. 9, ed. 4, p. 469-490, dez. 2014.